

CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DA PRESENÇA ISLÂMICA EM YĀBURA

- ESTUDO DO ESPÓLIO EXUMADO NAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DO MUSEU MUNICIPAL DE
ÉVORA

Vanessa Galiza Filipe

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

MARÇO, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Arqueologia realizada sob a orientação científica da
Professora Doutora Rosa Varela Gomes

Vanessa Galiza Filipe Março 1012)
- encadernação térmica -



Aos meus pais e irmã

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e à minha irmã. Por tudo.

À Professora Doutora Rosa Varela Gomes agradeço a orientação científica do presente ensaio reflexivo, o apoio constante, a disponibilidade, a motivação e a partilha de interesses.

Ao Museu Municipal de Évora, na pessoa do Dr. Alegria, agradeço todo o tempo dispendido na procura e acesso ao espólio arqueológico. Por outro lado, não poderei nunca deixar de agradecer a hospitalidade, simpatia, interesse e constante apoio dado não só pelo Dr. Alegria, como pela Teresa e restantes funcionários do Museu.

Ao Severino Rodrigues um grande obrigada pelas grandes e profícuas conversas e pela amizade.

Ao Eurico Sepúlveda e ao Clementino Amaro agradeço todo o apoio dado ao longo deste trabalho científico.

Aos amigos que me ajudaram e ensinaram muito em conversas simples ou discussões científicas: ao José Pedro Henriques, Sara Simões, Joana Gonçalves, Vasco Vieira, Cláudia Manso, Marcio Martingil e António.

Ao Zé uma obrigada especial por ser quem é.

Às minhas grandes amigas Sara, Nina, Mica e Joana obrigada por me terem deixado bagunçar a vossa vida. Obrigada pelo respeito e amizade e por tornarem este processo muito mais fácil. Obrigada.

Aos amigos que me apoiaram constantemente.

Ao João, as palavras ficam longe de reflectir o quanto foste importante.

RESUMO

CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DA PRESENÇA ISLÂMICA DE *YāBURA* – ESTUDO DO ESPÓLIO EXUMADO NAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DO MUSEU MUNICIPAL DE ÉVORA

VANESSA GALIZA FILIPE

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Medieval Islâmica; Museu Municipal de Évora, *Yābura*, cidade islâmica, cultura material, complexo habitacional, necrópole.

Na presente dissertação dedicamo-nos ao estudo da cultura material islâmica exumada e registada nas intervenções arqueológicas que decorreram nos anos de 1996 e 1997 no actual espaço do Museu Municipal de Évora.

O estudo arqueológico efectuado sobre o espólio e estruturas islâmicas encontradas, apoiado numa análise geográfica, histórica e urbana realizada sobre a cidade de Évora tem como objectivo final uma aproximação ao conhecimento da presença islâmica em *Yābura* entre os séculos VIII e XII.

ABSTRACT

CONTRIBUTING TO THE KNOWLEDGE OF THE ISLAMIC PRESENCE IN *YāBURA* – A STUDY OF EXUHATED ASSETS IN ARCHAEOLOGICAL INTERVENTIONS OF ÉVORA MUSEUM

VANESSA GALIZA FILIPE

KEYWORDS: Islamic Archeology, Évora Museum, *Yābura*, Islamic city, material culture, housing, necropolis.

This research will focus on the study of the Islamic material culture exhumated and identified during the archaeological interventions of 1996 and 1997 at the actual site Évora Museum.

A geographical, historical and urban analysis about Évora sustains this archaeological study concerning the assets and Islamic structures. The main purpose of the research is to deepen the knowledge about the Islamic presence in *Yābura* between the 8th and 12th centuries.

ÍNDICE

Introdução e Objectivos.....	1
Critérios Metodológicos	5
Capítulo I: Estado da Arte	12
1. 1. O Caso de Évora	24
1.1.1. O Estado da Investigação.....	24
1.1.2. As Fontes Documentais	30
1.1.3. Problemática das Fontes Documentais.....	38
Capítulo II: Contextualização Ambiental e Histórica	41
2. 1. Enquadramento Administrativo e Geomorfológico	41
2.1.1. Enquadramento Administrativo.....	41
2.1.2. Condições Geomorfológicas.....	42
2.1.3. Cobertura Vegetal.	43
2.1.4. Condições Climáticas.....	44
2.1.5. Recursos Hídricos.	45
2. 2. <i>Yābura</i> : Contextualização histórica.	46
2.2.1. Antecedentes históricos.....	46
2.2.2. Évora na <i>Kūra</i> de Beja.....	47
2.2.3. Prosperidade de Évora no contexto <i>al-Andalus</i>	51
2.2.4. Évora e o domínio cristão.	60
Capítulo III: A cidade islâmica de Évora.....	63
3.1. A <i>madīna Yābura</i> – 711 a 913	63
3.1.1. Sistema defensivo.....	63
3.1.2. O núcleo urbano	71
3.2. A evolução da cidade islâmica de Évora	75

3.2.1. Dispositivo defensivo.....	75
3.2.2. Desenvolvimento urbano	82
3.3. Os Eixos Viários.....	85
3.4. O Povoamento rural	88
Capítulo IV: A intervenção arqueológica no Museu Municipal de Évora.....	91
4.1. Museu: um espaço de memória	91
4.2. As intervenções arqueológicas.....	93
Capítulo V: O espólio arqueológico.....	103
5.1. A cerâmica vidrada.....	103
5.1.1. A cerâmica vidrada monócroma.....	103
5.1.2. A cerâmica vidrada bícroma	105
5.1.3. A cerâmica com decoração a verde e castanho	107
5.1.4. A cerâmica com decoração a corda seca total e parcial	111
5.2. A cerâmica comum.....	113
5.2.1. Identificação formal e funcional	113
5.2.2. Aspectos técnicos	119
5.2.3. Gramática decorativa e simbólica.....	122
5.2.4. Paralelos e Integração cultural	125
5.3. Materiais em metal	133
5.4. Materiais em osso.....	133
5.5. Interpretação do espólio arqueológico.....	133
Capítulo VI: Aproximação ao conhecimento do espaço	141
6.1. Área habitacional.....	141
6.2. Necrópole.....	147
6.3. Integração urbana e sócio-cultural	147
Conclusão.....	151

Bibliografía	157
Anexo I: Lista de figuras	
Anexo II: Catálogo Descriptivo	
Anexo III: Catálogo de fotografías.....	

LISTA DE ABREVIATURAS

CAM – Campo Arqueológico de Mértola

C.M. – Câmara Municipal

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

e.n.p. – Elementos não plásticos

Est. – Estampa

Fig. – Figura

Lam. - Lâmina

IAA – Instituto Arqueológico Alemão

Igespar – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

MME – Museu Municipal de Évora

MNA – Museu Nacional de Arqueologia

n.º. – Número

NARC - Núcleo Arqueológico Rua dos Correeiros

Vol. - Volume

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

Lisboa, de de

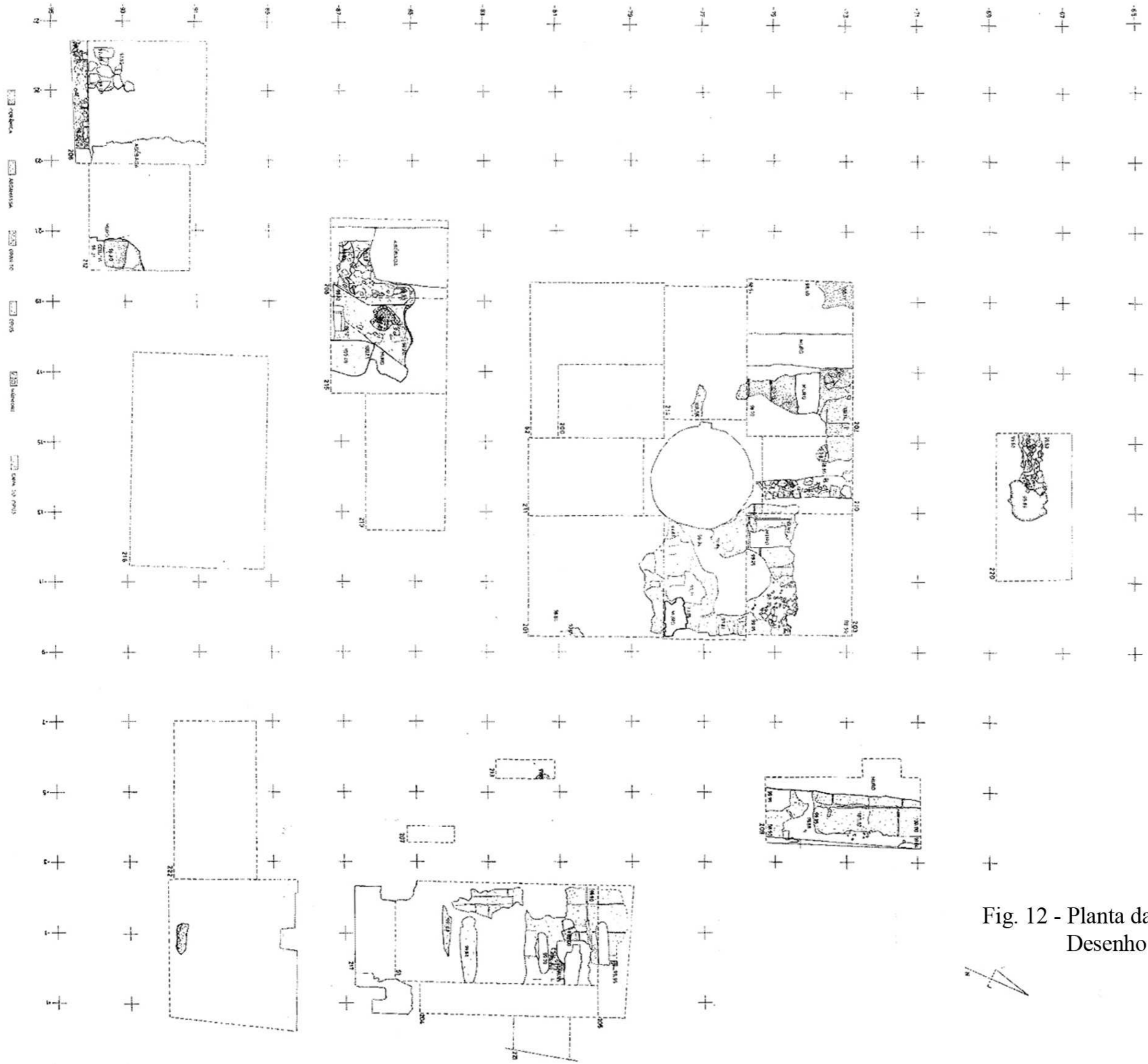


Fig. 12 - Planta das estruturas Romanas exumadas.
Desenho de Fátima Pereira

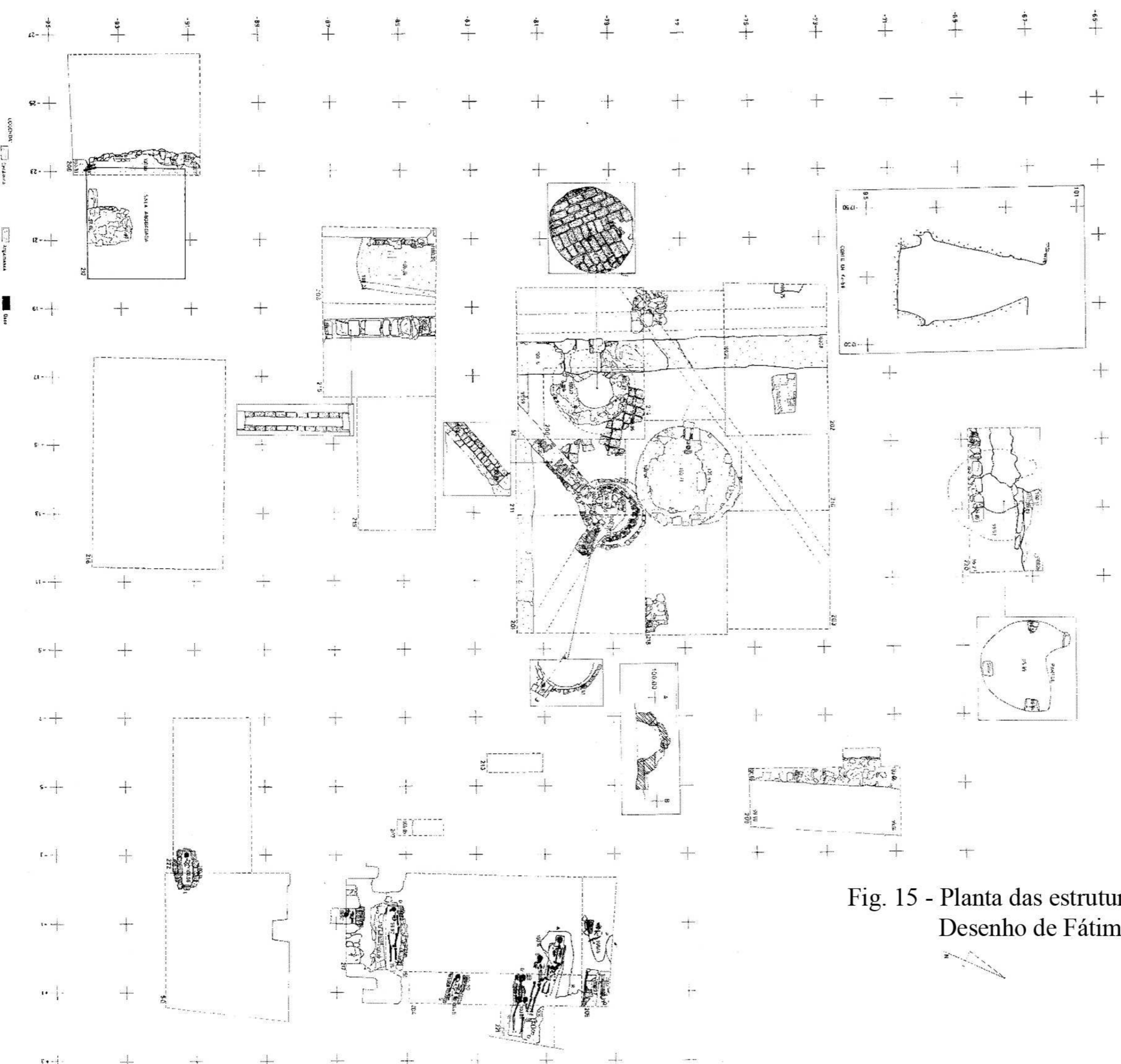


Fig. 15 - Planta das estruturas Cristãs, Modernas e Indeterminadas.
Desenho de Fátima Pereira

ANEXOS

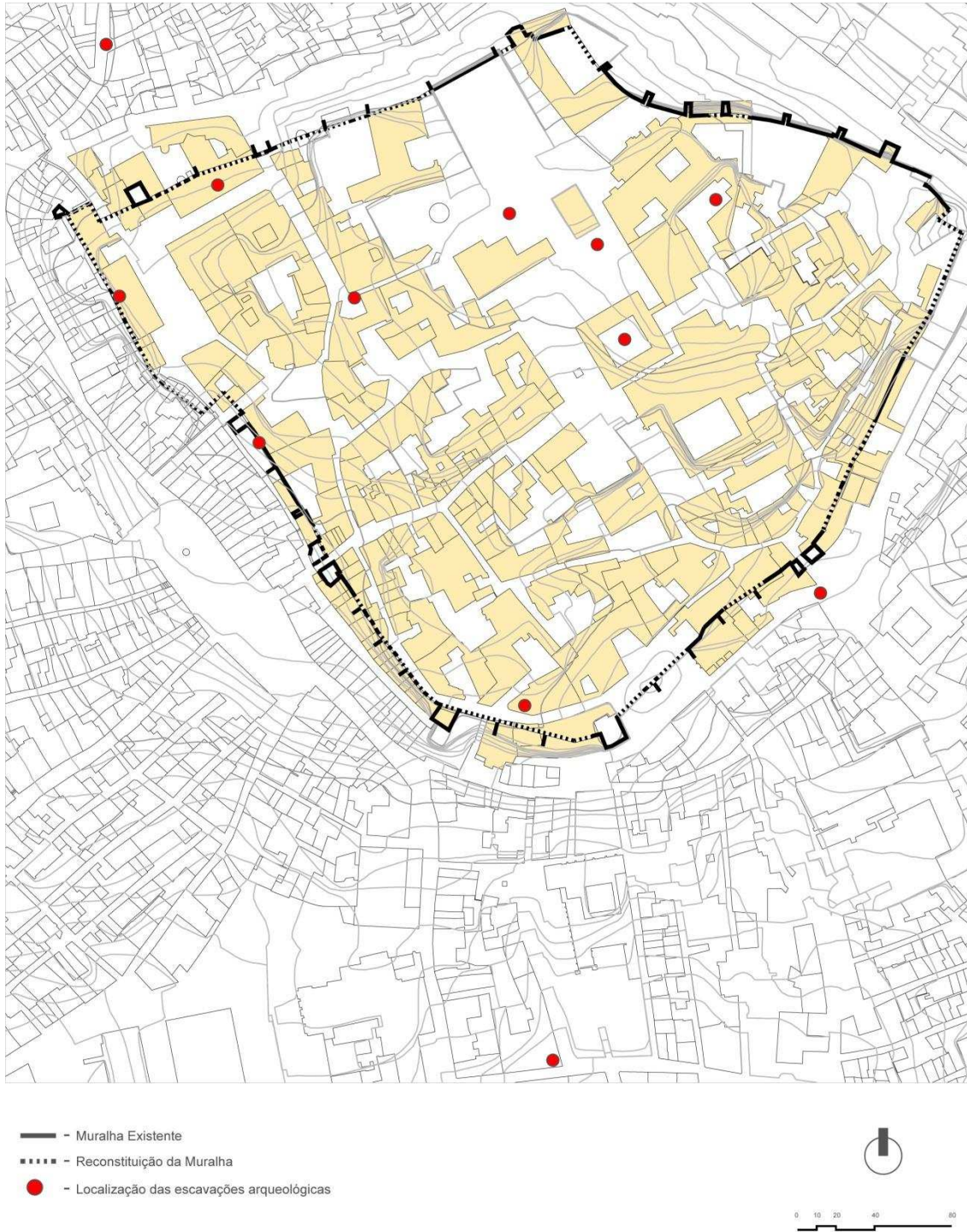


Fig. nº. 1 – Mapa dos principais arqueossítios descritos no Capítulo II.

Fig. nº. 2 – Epígrafe fundacional vista do lado

Leitura: Lado A – “Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso. [Dou testemunho que] não há outro Deus, senão Deus, Ele só, [que] não tem associado e que Muhammad é o seu servo eleito e o seu profeta, merecedor de toda a Sua complacência – Que Deus nos guie através Dele pelo bom caminho. Esta cidade foi reconstruída [...]” – 302 H./914-915 d.C.

Lado B – “[... em] quinhentos e [...] ordenou a sua construção o Imã al-Mansūr bi-[A]llāh Abū Muhammad Sidrāy ibn Wāzir al-Qa[ysī] . E terminou sob a direcção do vizir [...] Ab[ū ‘A]bd A llāh Muhammad [...]”. Século VI H./XII d.C.



Fig. nº. 3 – Epitáfio exumado na Igreja de São Pedro

Leitura: – “Toda a alma experimentará a morte” (Alcorão, III, 182) “Oh tu que visitas [este sepulcro] pede a Deus que te perdoe e tenha misericórdia do teu irmão, e recorda-te desta viagem [até ao Juízo Final]. [A alma] ser-te-á tirada por Deus: nenhum vestígio do seu orgulho aparece no humilde túmulo. Da injustiça [deste mundo] temos que regressar ao Senhor, quer dizer, a Deus, à Misericórdia e Grande Generosidade”

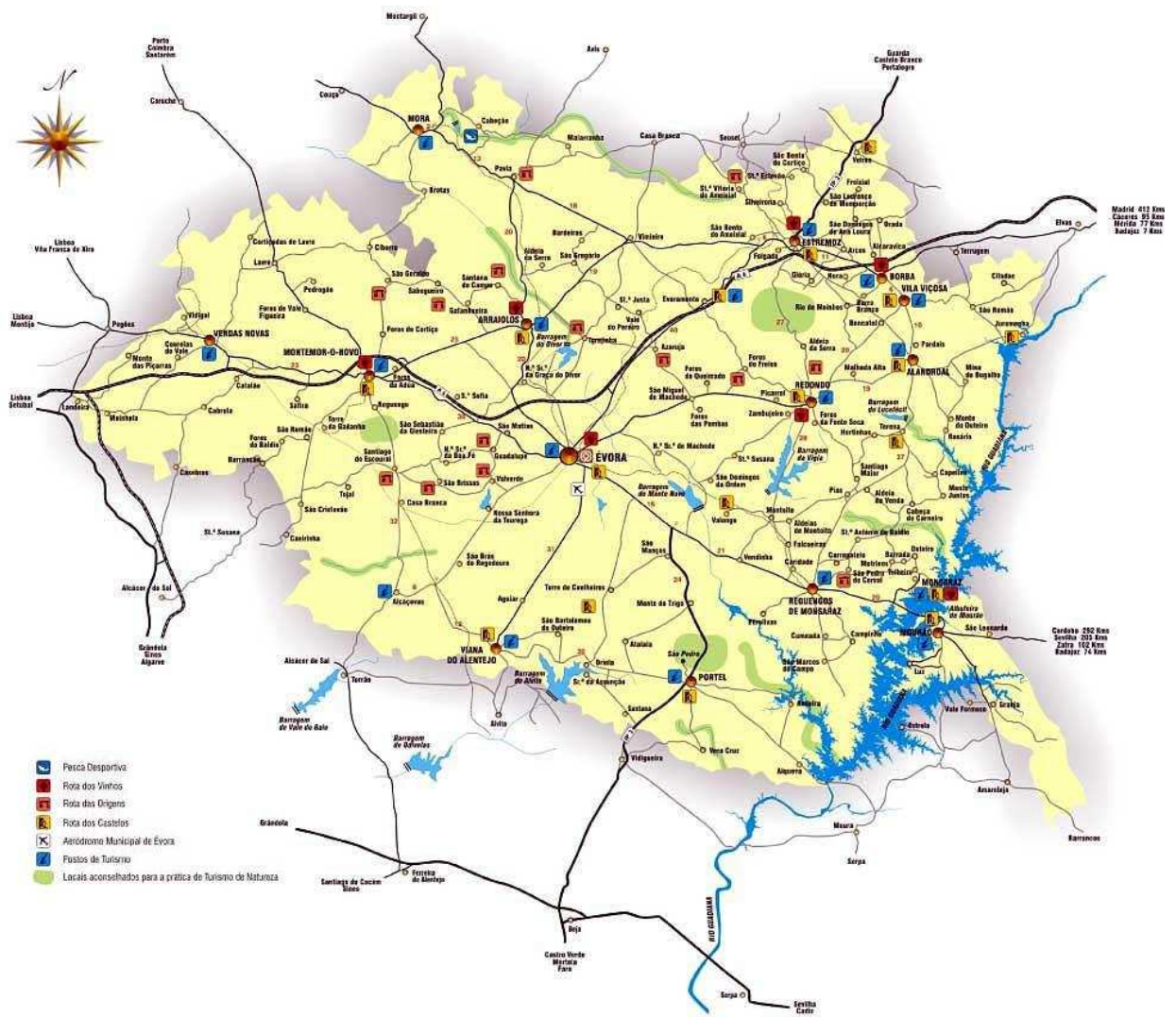


Fig nº. 4 – Actuais limites administrativos no concelho de Évora In http://www.monte-ace.pt/site/imagens/mapa_rtevora.jpg

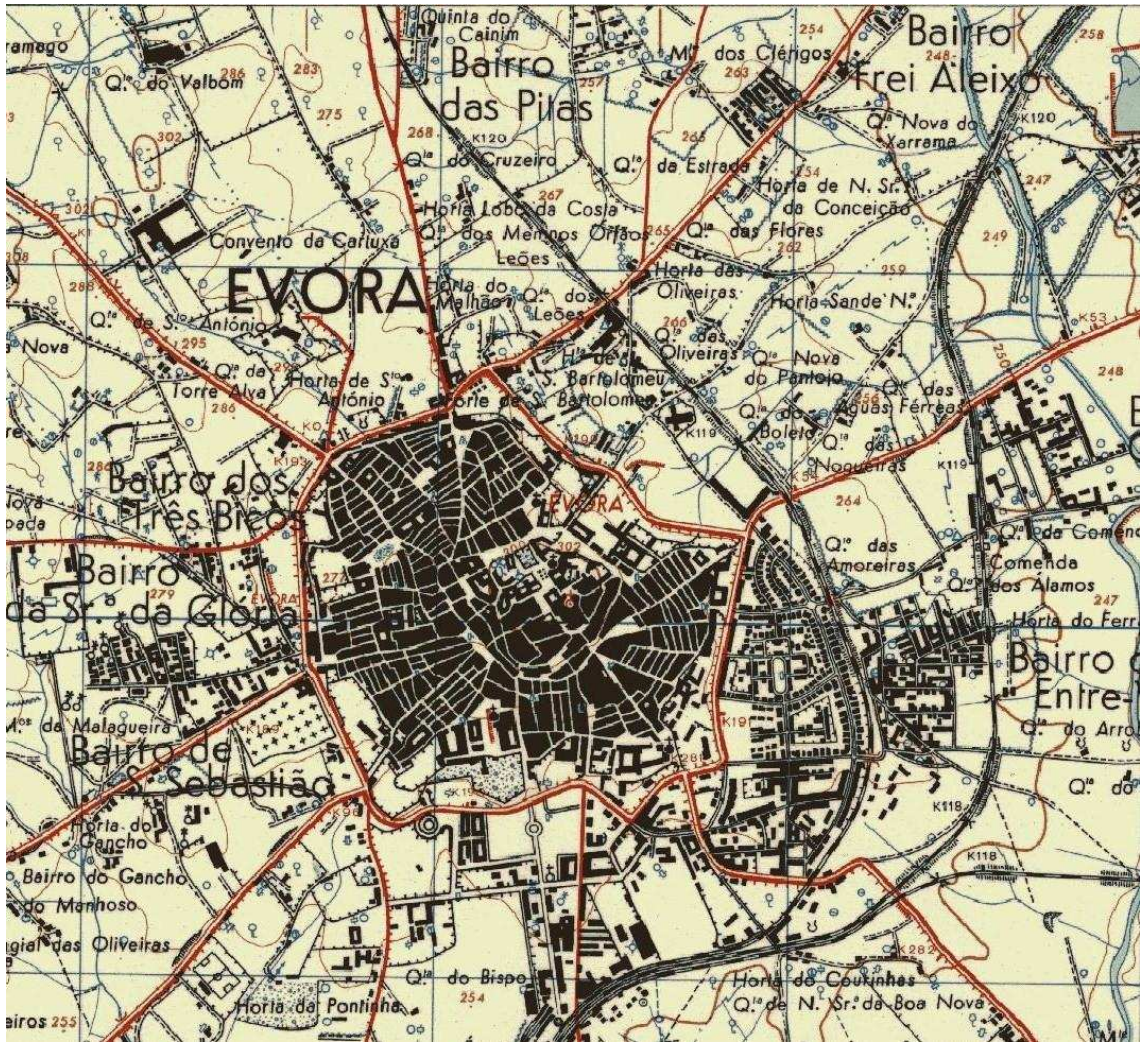


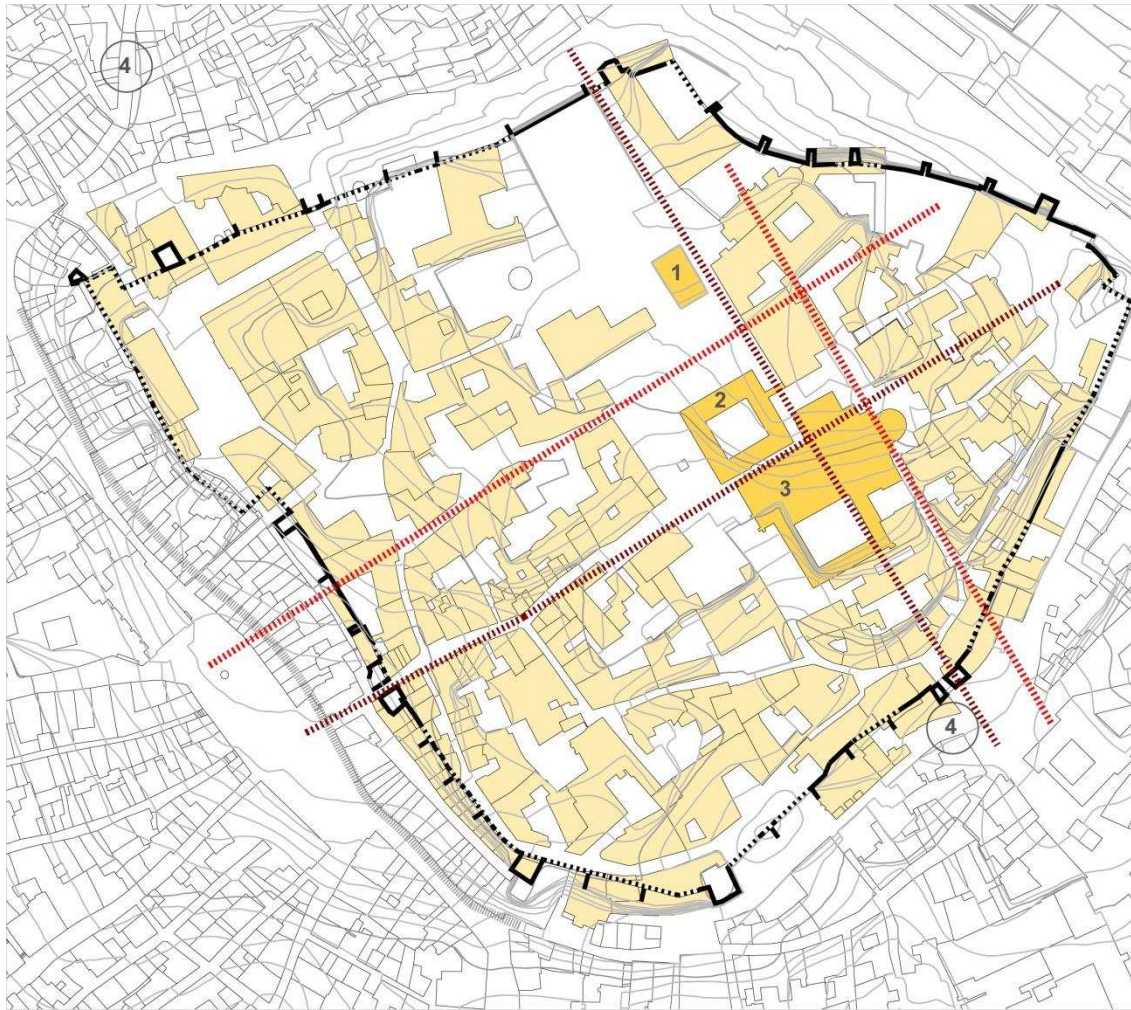
Fig. nº. 5 - A cidade de Évora na Carta Militar de Portugal (folha nº. 460), à escala 1:25 000.



Fig. nº. 6 – A cidade de Évora na Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50 000, notícia explicativa da folha 40 A.



Fig. nº. 7 – Representação no mapa dos reinos de Taifa, com atenção para o reino de Badajoz onde integra a cidade de Évora.



- - Muralha Existente
- · — · — · - Reconstituição da Muralha
- ||||| - Reconstituição hipotética do fosso
- ||||| - Reconstituição hipotética do traçado Romano
- ||||| - Cardium e Decumanus Maximus segundo Vasco Gil Mantas

- 1 - Templo Romano
- 2 - Museu Municipal de Évora
- 3 - Sé-Catedral de Évora
- 4 - Necrópoles

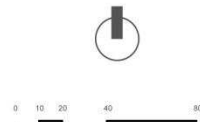
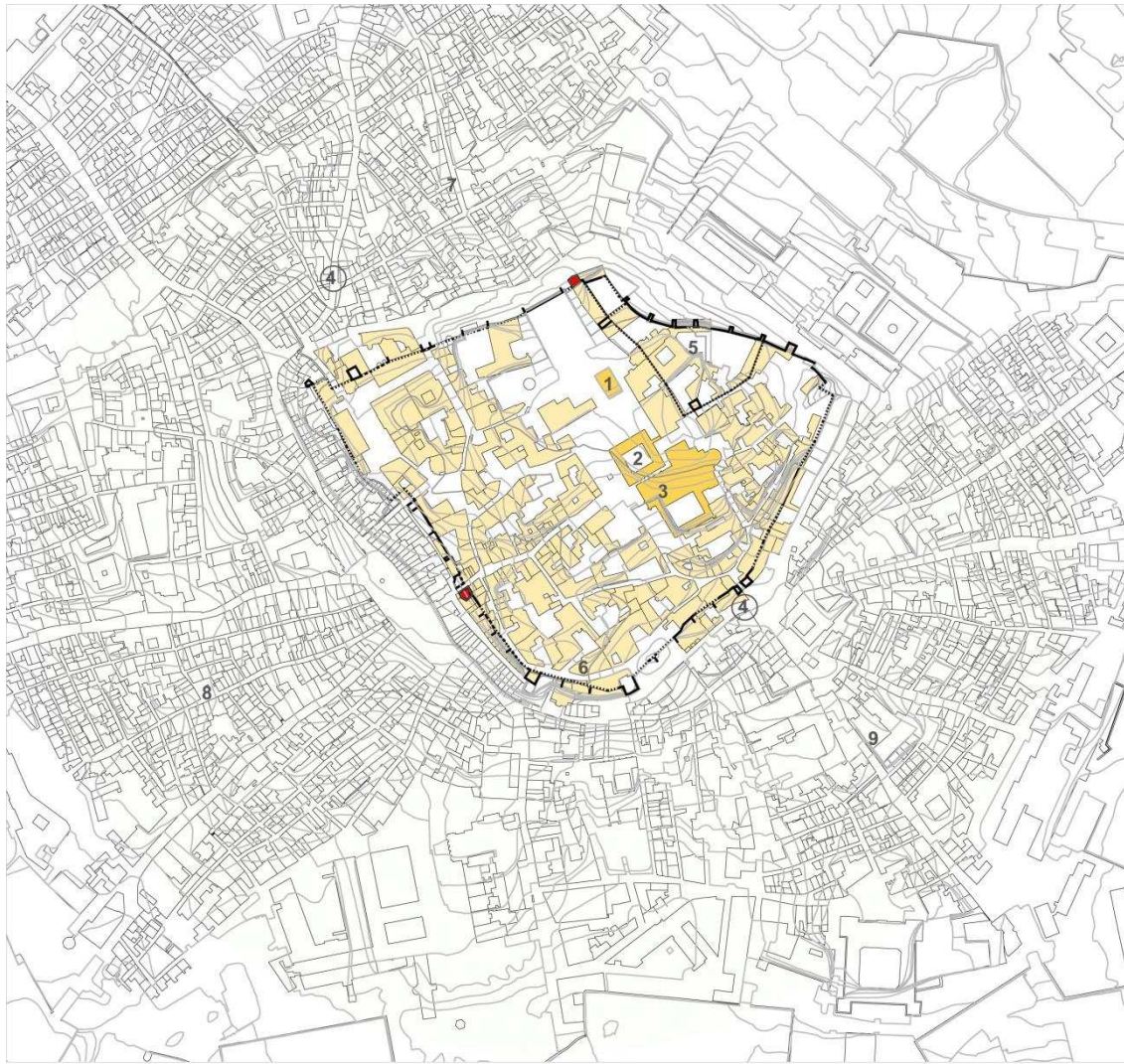


Fig. nº. 8 - Reconstituição hipotética de *madīna Yābura* – 711 a 913.



- | | | | |
|---|--------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|
| — | - Muralha Existente | 1 - Templo Romano | 6 - Souk |
| ⋯ | - Reconstituição da Muralha | 2 - Museu Municipal de Évora | 7 - Arrabalde de São Mamede |
| ▨ | - Reconstituição hipotética do fosso | 3 - Sé-Catedral de Évora | 8 - Arrabalde de Alconchel |
| ⬠ | - Torres pentagonais | 4 - Necrópoles | 9 - Arrabalde das Portas de Moura |
| ■ | - Arrabaldes | 5 - Alcáçova | |

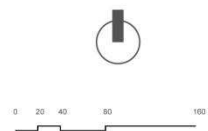


Fig. nº. 9 - Reconstituição hipotética da cidade de Évora entre 914 a 1165.

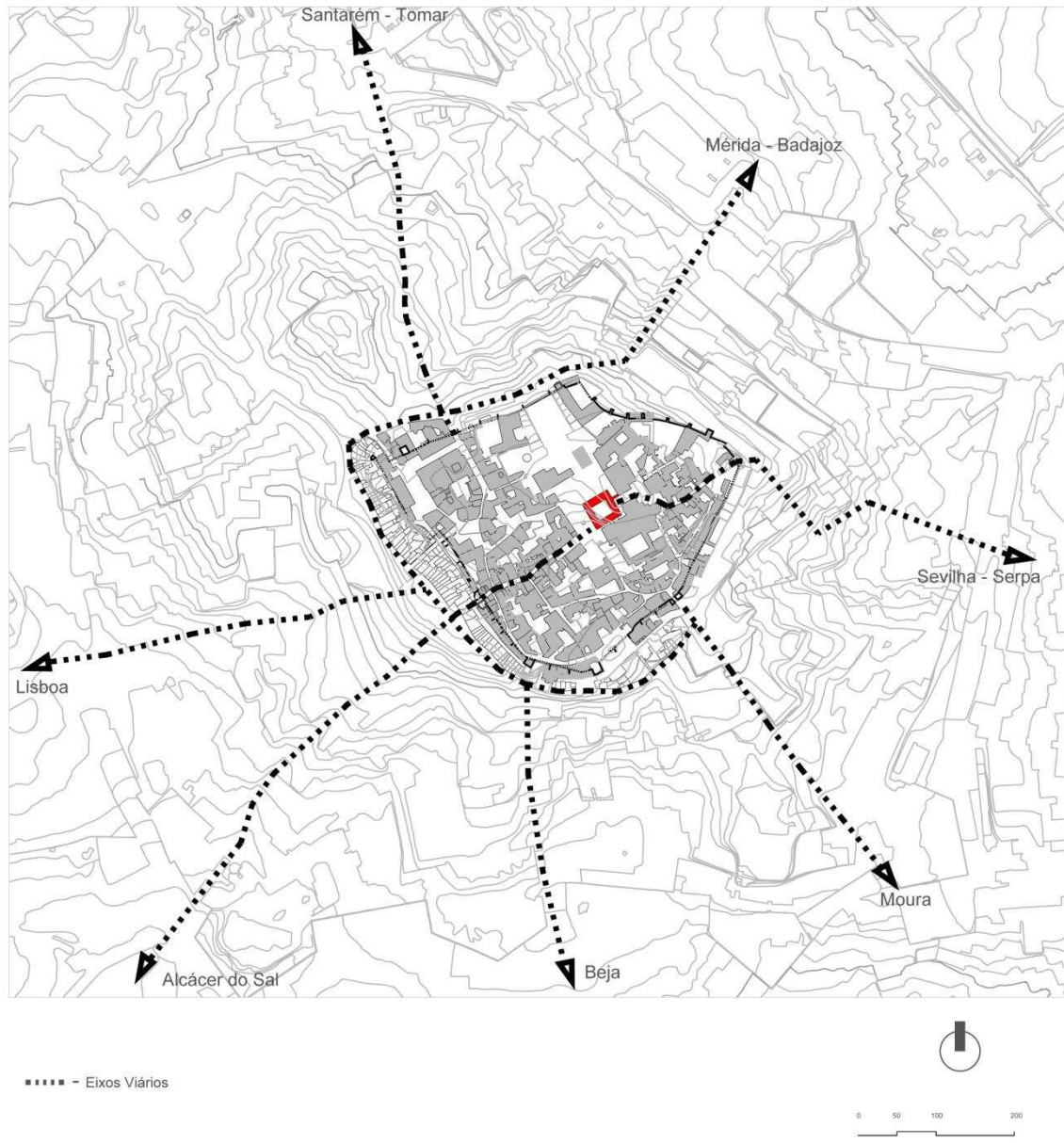


Fig. nº. 10 - Eixos viários.



Fig. nº. 11 – Templo romano de Évora: aspecto fortificado antes da anulação dos seus elementos arquitectónicos medievais e modernos.

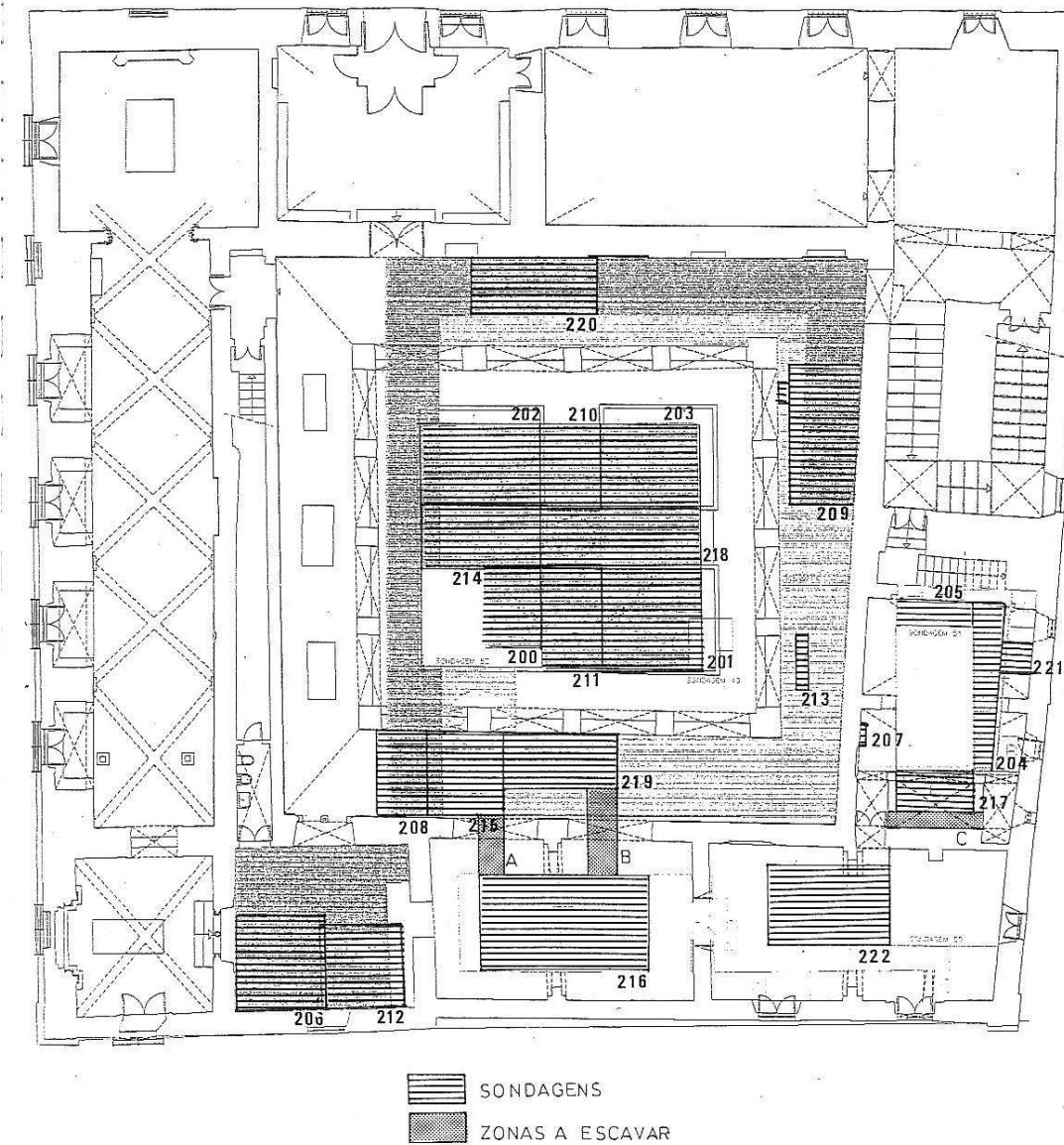


Fig. nº. 12 - Planta do Museu com visualização das sondagens arqueológicas.

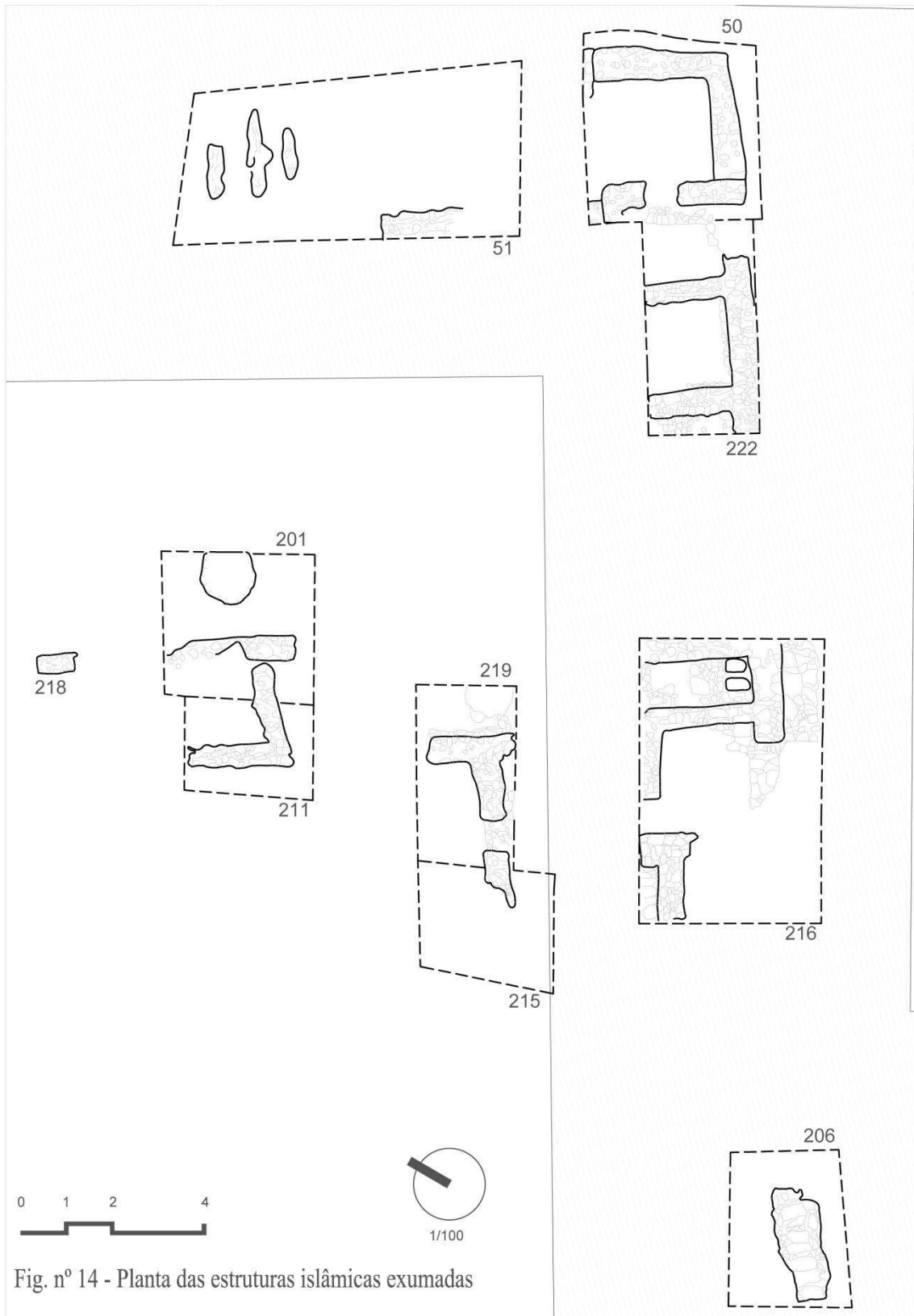


Fig. nº 14 - Planta das estruturas islâmicas exumadas



Fig. nº. 16 – Localização do MME na cidade de Évora.



Fig. nº. 17 – Vista norte da latrina exumada na sondagem 216



Fig. nº 18 – Vista das paredes islâmicas nas sondagens 215 e 219.

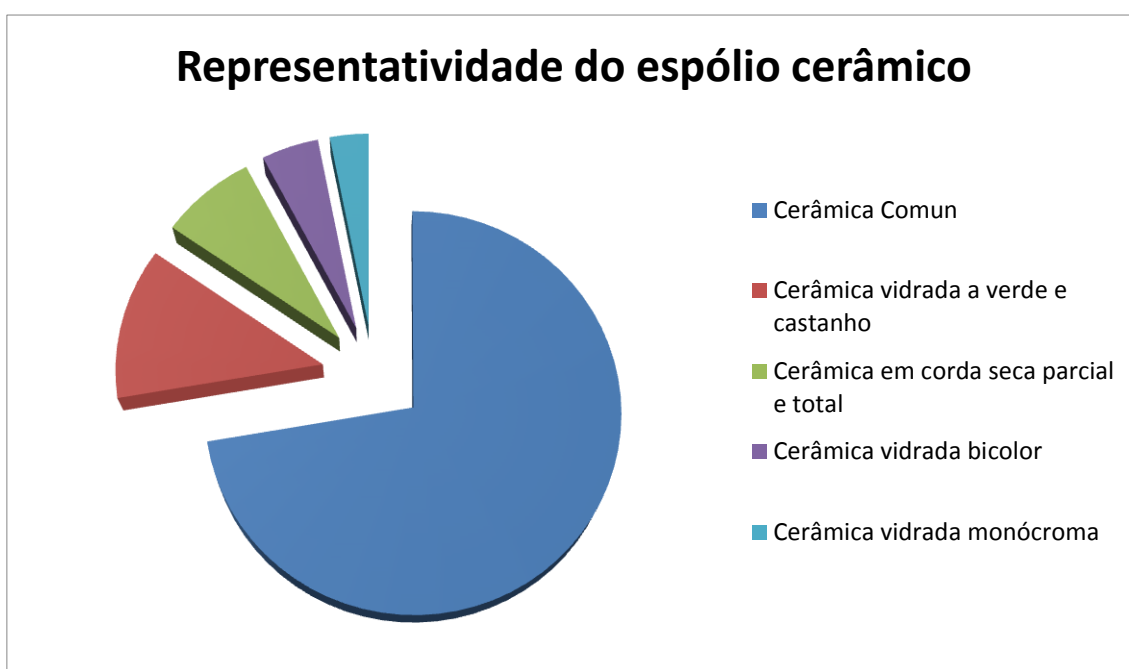


Fig. nº 19 - Gráfico

CATÁLOGO DE FOTOGRAFIAS



EVR.T/96/382²



EVR.M/97/759³



EVR.T/96/291



EVR.M/97/820



EVR.M/97/605



EVR.T/96/51



EVR.T/96/55



EVR.M/97/810



EVR.T/96/349



EVR.M/97/813



EVR.T/96/305



EVR.M/97/818



EVR.M/97/490



EVR.T/96/353³



EVR.M/97/800



EVR.M/97/759²



EVR.M/97/292



EVR.M/97/209

Introdução e Objectivos

“ Ora nenhuma cidade nossa, salvo esta, foi capaz de me dizer com pureza e beleza que eu sou latino, que eu sou árabe, que eu sou cristão, que eu sou peninsular, que eu sou português, (...)”*

* Miguel Torga in *Diários II*.

O Centro Histórico de Évora, Património Cultural da Humanidade pela Unesco, desde 1986, dá-nos a conhecer as ruínas de um passado majestoso, onde podemos visualizar o Templo Romano a coroar o ponto mais elevado da cidade, os arcos medievais a decorarem as fachadas das casas actuais e os palácios quinhentistas a revelarem uma expressão estética e material de origem portuguesa (a arte manuelina). Nesta enumeração de momentos culturais e civilizacionais que marcaram a urbe de Évora falta, notoriamente, a referência ao seu legado islâmico.

Este facto suscitou desde logo o nosso interesse pela procura de dados que pudessem colmatar este lapso histórico.

O desvelar de informações sobre o legado civilizacional islâmico, em Évora, perspectivou-se como um fenómeno de produção de conhecimentos realizado de forma desigual e parcial. Esta peculiaridade, algo desanimadora, apresentou-se por sua vez como um desafio fomentando a nossa abordagem científica sobre o passado islâmico eborense.

É no decifrar de uma memória cultural, que se pretende colectiva, que se integra a nossa dissertação de mestrado sob o título *Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yābura – Estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas do Museu Municipal de Évora*, elaborada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, com a orientação científica da Professora Doutora Rosa Varela Gomes.

A gama de conhecimentos obtidos a partir do estudo da cultura material, espólio e estruturas arqueológicas exumados nas intervenções arqueológicas realizadas pela empresa de arqueologia Arkhaios, nos anos de 1996 e 1997, no espaço do actual Museu Municipal de Évora pretende constituir-se como um ponto de partida para outros

trabalhos de síntese que coloquem em perspectiva a sociedade islâmica como parte orgânica e identitária da população eborense.

Os testemunhos materiais foram analisados segundo critérios metodológicos definidos no próximo ponto da dissertação, descrevendo as opções tomadas no decorrer do ensaio reflexivo como: a organização do catálogo, tendo em conta características inerentes à produção tecnológica, morfológica e decorativa; a procura de paralelos formais e ornamentais, o estudo das estruturas arqueológicas e a nomenclatura utilizada com o intuito de uniformizar e tornar acessível a sua leitura.

No primeiro capítulo apresentamos uma reflexão sobre o estado da investigação da Arqueologia Medieval Islâmica em Portugal, percorrendo as novas linhas de pesquisa e os resultados e premissas que vão emergindo no desenvolvimento das escavações arqueológicas realizadas em meio urbano. A opção de examinar o universo urbano sintetizando todas as informações disponíveis até ao momento, em detrimento dos estudos realizados para o mundo rural islâmico é esclarecida pelo facto de Évora, enquanto realidade urbana, se melhor enquadrar e compreender no conjunto global de análise configurado para as cidades muçulmanas.

Para uma melhor coerência interpretativa decidimos integrar as actuais cidades espanholas de Badajoz e Mérida ampliando a nossa visão territorial e leitura de perspectiva, acomodando o nosso objecto de investigação a uma entidade geográfica complexa, o *Gharb al-Andalus*, cujas fronteiras não se adequam à actualidade.

Em seguida, analisaremos a quantidade de informação arqueológica existente para a Época Islâmica na urbe eborense, equacionando e questionando os conhecimentos adquiridos na tentativa de perceber em que ponto se encontra a investigação para o Período Medieval Islâmico em Évora. Nesta base de entendimento, as lacunas detectadas, a nível arqueológico, tornaram necessário a leitura das fontes documentais de modo a preencher vazios de informação. A memória escrita e epigráfica será assim descrita e analisada, lançando problemáticas e levantando questões para um melhor entendimento sobre a História de *Yābura*.

Perspectivadas as fontes documentais, o Capítulo II oferece em primeira instância a contextualização geomorfológica e administrativa do aglomerado urbano eborense, com o objectivo de perceber através da leitura destas características

ambientais os factores que permitiram a contínua ocupação humana de Évora e condicionaram, ao mesmo tempo, o seu modelo de instalação e adaptação ao espaço.

O enquadramento histórico elaborado no subcapítulo 2.2. percorre a história da dominação muçulmana na cidade de Évora incorporando para tal a análise das fontes documentais anteriormente realizada. O texto é composto pela leitura do passado romano e visigodo de Évora, a conformação de duas etapas históricas para o período de ocupação muçulmana (séculos VIII a IX e em seguida séculos X a XII) e a percepção da conquista cristã de Évora (1165). A observação histórica ampliada e ininterrupta permite assim conhecer os fenómenos que marcaram a sociedade islâmica eborense revelando-nos dados valiosos para a nossa interpretação arqueológica.

A evolução urbana da cidade de *Yābura* será alvo de estudo no Capítulo III. Por conseguinte analisaremos o processo de continuidade e metamorfose do tecido urbano eborense balizado cronologicamente entre o século VIII e inícios do século X, num primeiro momento. A adopção deste alargado período temporal permite o levantar de questões relacionadas com as modificações urbanas subsequentes da chegada de uma nova civilização em paralelo com o fenómeno de permanência e ruptura das matrizes culturais e padrões urbanos anteriores.

Num segundo momento colocamos em perspectiva o desenvolvimento urbano eborense ocorrido entre os séculos X e XII abordando todas as dimensões do urbanismo islâmico perpetrado em Évora e apresentando propostas sobre a configuração e planimetria da malha urbana.

O reconhecimento do processo evolutivo urbano eborense tem como objectivo principal o enquadramento espacial do arqueossítio em reflexão ao longo do domínio islâmico em Évora.

A identificação do sistema viário em Época Islâmica facultou-nos um melhor acesso às redes de trocas comerciais e às relações económicas desenvolvidas entre Évora e as outras cidades do *Gharb al-Andalus*. Estendemos ainda a nossa análise ao povoamento rural tendo em conta a importância da envolvência territorial para os mais variados aspectos da vida urbana eborense.

A descrição das intervenções arqueológicas realizadas no Museu Municipal de Évora será apresentada no Capítulo IV. Partimos da história do edifício do Museu com

o intuito de conhecer a dinâmica diacrónica do espaço, iniciando de seguida a definição da metodologia arqueológica empregue na escavação arqueológica. Perante a determinação do método utilizado, expressamos desde já as nossas dificuldades interpretativas em relação à cultura material exumada, resultantes de uma insuficiência no registo dos dados arqueológicos, como iremos visualizar adiante.

Sumarizando todas as informações dadas a conhecer pelos arqueólogos responsáveis para o Período Romano, Visigodo, Medieval Cristão e Idade Moderna, e destacando com maior detalhe os dados arqueológicos referentes ao Período Medieval Islâmico, a sua leitura permitirá a compreensão de todos os momentos ocupacionais verificados no arqueossítio lançando ainda questões sobre a utilização do espaço pela sociedade islâmica eborense.

O capítulo V oferece uma análise pormenorizada sobre o espólio cerâmico, metálico e osteológico identificado para a Época Islâmica no contexto arqueológico em questão. O seu estudo tem como objectivos: a aferição dos ritmos cronológicos; compreender o grau de islamização da sociedade; determinar a transformação dos hábitos alimentares e outros costumes sociais; caracterizar culturalmente uma comunidade, perceber gostos estéticos e aceções simbólicas e religiosas; delimitar a capacidade económica e os contactos comerciais empreendidos por uma sociedade e tentar perceber a sua composição social e as actividades quotidianas desempenhadas.

Articulando estas aceções com a análise das técnicas utilizadas, a nível local ou regional e noutros centros de produção situados no *al-Andalus*, e das formas e usos das vasilhas encontradas procuramos conhecer a sua evolução apoiando-nos ainda na sua integração cultural e paralelismos formais.

O último capítulo reflecte sobre as estruturas arqueológicas exumadas, tendo em conta o seu posicionamento e possível funcionalidade. O seu estudo é complementado com a análise do espólio arqueológico com o propósito de levantar hipóteses sobre: o uso do espaço pela comunidade islâmica que aí habitava ao longo dos cinco séculos de ocupação islâmica em Évora; as modificações construtivas efectuadas no arqueossítio; as dinâmicas cronológicas desse determinado local e sobre a sua importância espacial no âmbito do urbanismo muçulmano eborense.

Por último, tentaremos dar resposta à totalidade das hipóteses levantadas ao longo do ensaio reflexivo, colocando outras questões em discussão.

Critérios metodológicos

Sob o domínio do Islão, e em função do espólio arqueológico em análise é fundamental definir os critérios metodológicos utilizados na caracterização e, em particular, na leitura do conjunto material.

Numa aproximação inicial aos elementos arqueológicos exumados nas intervenções arqueológicas realizadas nos anos de 1996 e 1997, pela empresa Arkhaios, compreendemos imediatamente que a globalidade dos artefactos recolhidos não se encontrava depositado na sua totalidade nas reservas do Museu Municipal de Évora. Aspecto este que implementou uma procura incessante pelo resto do espólio arqueológico, mas sem quaisquer resultados positivos dada a inacessibilidade às reservas da empresa em questão. Outra agravante delineou-se nas deslocações que as reservas do museu sofreram no processo de requalificação do espaço (Alegria *et al*, 2010, p. 9), perdendo-se parte delas em caixotes mal inventariados.

Apesar das inúmeras dificuldades, debruçámo-nos sobre a colecção depositada no fundo de reservas do Museu Municipal de Évora, a que tivemos total acesso. A representatividade do acervo seguiu critérios de selecção fundamentados no conhecimento dos arqueólogos responsáveis, no esteticismo do espólio que o torna identificável com o período histórico em reflexão e na escolha significativa das peças em melhor estado de conservação, com o intuito final de providenciar uma boa leitura sobre os materiais exumados.

Factores últimos que enunciam por conseguinte o baixo índice de reconstituição das peças. Procedemos, contudo, à colagem de alguns fragmentos fornecendo assim perfis mais completos e desenháveis.

A organização do catálogo foi elaborada segundo a distribuição espacial das peças por sondagem arqueológica, por ordem crescente numérica, com o objectivo de facilitar a sua consulta.

De seguida, a marcação dos fragmentos realizada pelos arqueólogos responsáveis tendo em vista a sua descrição apresenta as seguintes siglas de inventário. Consoante o ano de escavação, dispomos de duas formas diferenciadas de inventariação do espólio exumado, nomeadamente para o ano de 1996 e no seguimento das

metodologias arqueológicas empregues na escavação do Templo romano de Évora pelo Instituto Arqueológico Alemão (Teichner, 1998), surge a sigla EVR.T, ou seja Évora Templo. A sigla EVR.M, denominando Évora Museu, surge no ano de 1997, procedendo à caracterização das peças exumadas em relação ao sítio arqueológico onde foram descobertas.

Explicadas as siglas utilizadas, sucede o ano de escavação arqueológica seguido da indicação do complexo estratigráfico de onde as peças foram retiradas, constituindo a fórmula de inventário EVR.T/96/370 ou EVR.M/97/800, a título de exemplo.

No entanto, para uma melhor aceção e enquadramento dos materiais arqueológicos, optámos por diferenciar numericamente os exemplares que procediam de um mesmo complexo estratigráfico, por exemplo EVR.T/96/342¹ e EVR.T/96/342². No corpo de texto indicámos a proveniência exacta das peças, com o fim de agilizar a consulta do catálogo, configurando a sigla EVR.M/97/745:216.

Após a identificação dos materiais arqueológicos, procedemos à representação gráfica de todas as peças que apresentassem perfil desenhável. A apreensão gráfica do volume, textura e decoração dos fragmentos foi realizada através da técnica do pontilhado, pretendendo dar um efeito visual ao objecto o mais próximo da realidade, facilitando necessariamente a sua compreensão. Os perfis das peças figuradas foram elaborados no programa de desenho AutoCad 2009. Acreditamos ainda necessário a elaboração de um catálogo de fotografias onde expomos as fotos das peças decoradas a verde e castanho e corda seca parcial e total proporcionando um melhor entendimento e percepção das mesmas.

Único exemplo de difícil execução na projecção do fragmento, devido ao seu estado de deterioração, o algaridar EVR.M/97/884:222 apresenta somente o desenho técnico do perfil da peça.

A descrição do espólio arqueológico tem por base as seguintes linhas orientadoras: identificação funcional e formal, aspectos tecnológicos, técnicas e motivos decorativos e a dimensão dos objectos. Importa mencionar que os recipientes cerâmicos representam quantitativamente a maioria do conjunto material em estudo, seguida das peças em metal e osso, aplicando-se a mesma metodologia de análise para todos os objectos.

As designações tipológicas de base funcional não primam pela uniformidade, justificando a adopção da terminologia própria proposta por Rosa Varela Gomes (Gomes, 2002, p. 34-44), por se aproximar dos termos utilizados actualmente promovendo a percepção imediata da funcionalidade.

A nomenclatura das formas incluída em cinco grupos funcionais¹: loiça de mesa, loiça de cozinha, loiça de armazenamento, contentores de fogo e cerâmica industrial, corresponde aos conjuntos funcionais identificados no contexto arqueológico.

Neste âmbito e de acordo com as formas presentes no arqueossítio a loiça de mesa integra as taças, os púcaros, a jarra, o bule e uma garrafa. A loiça de cozinha inclui as panelas, os alguidares e as frigideiras. Os fragmentos de cântaros, pote, talhas e tampas de talha constituem a loiça de armazenamento. Os contentores de fogo correspondem a candis e grelha de fogareiro. Por último, a identificação de um alcatruz integra o grupo da cerâmica industrial.

A descrição aprofundada sobre os usos funcionais e características morfológicas demonstradas pelos materiais arqueológicos será efectuada no capítulo quinto e não aqui, opção tomada para uma melhor contextualização e leitura da cultura material em reflexão.

Chamámos agora a atenção para utilização do termo candil e não lucerna, como proposto por Rosa Varela Gomes, já que o conceito de lucerna adquire maior consenso para a Época Romana e a designação de candil para o período islâmico, sendo o seu nome em árabe *qandīl* (Gomes, 2002, p. 41).

A integração tipológica e funcional de alguns fragmentos de peças resultou difícil devido às duplas funções exercidas, por vezes, por um objecto cerâmico. Neste caso integra-se a frigideira EVR.T/96/382:50 formalmente semelhante a uma taça, mas com marcas de exposição ao fogo que a integram, na nossa perspectiva, no conjunto de loiça de cozinha. O exemplar poderia ser assim utilizado principalmente no uso culinário e depois servido directamente à mesa (no caso da comunidade muçulmana num género de esteira estendida no chão [Macías e Torres, 1998, p. 33]). Outra dificuldade de adscrição resulta quando a elevada fragmentação do recipiente impede a

¹ A investigadora Rosa Varela Gomes propõe sete grupos funcionais, mas tendo em conta que não dispomos de exemplares relativos a actividades lúdicas e outros objectos como tinteiros, entre outros, resolvemos não integrá-los.

sua identificação assertiva. No entanto, a observação de vários materiais arqueológicos publicados possibilitou a sua distinção através de paralelismos formais, como ocorre com o fragmento de jarra EVR.T/96/370³:50 e com o fragmento de garrafa EVR.M/97/776:216.

Em termos morfológicos realizámos a descrição das peças segundo a forma do bordo e do lábio, do gargalo ou colo, do corpo e do pé ou fundo, sempre que existente nas vasilhas em análise.

A concepção das formas obedece à escolha das matérias-primas, as argilas, que por se revelarem heterogéneas sugerem a sua identificação segundo o grau de homogeneidade e compacticidade.

A análise macroscópica das pastas, através de uma lupa de 5x, revelou a consistência fornecida pelo oleiro às argilas através da inclusão ou depuração de elementos não plásticos (De Man, 2004, p. 462).

Os elementos não plásticos foram descritos segundo a sua identificação mineralógica (micas [moscovite e biotite], fedspatos, quartzos, calcários) e de acordo com a sua quantidade e tamanho. Aduzido a este último factor, optámos pela definição elaborada por Rosa Varela Gomes (Gomes, 2002, p. 44): elementos não plásticos com dimensões inferiores a 0,5 mm, de grão finíssimo a fino formulam pastas muito homogéneas e compactas; de grão médio apresentam-se os elementos não plásticos medindo entre os 0,5 mm e os 1,0 mm, constituindo pastas homogéneas e compactas; e de grão grosseiro, os elementos não plásticos com tamanhos superiores aos anteriores, atingindo os 10,0 mm (detectado num exemplar), demonstrando pastas pouco homogéneas e compactas.

Depois da selecção das argilas a peça é montada a torno lento ou a torno rápido (nos recipientes em questão) identificados segundo a irregularidade das marcas do torno nas paredes, pois a modelação do artefacto cerâmico a torno lento assim o evidencia (estrias muito irregulares).

Pela acção do fogo as peças ganham consistência e carácter utilitário. Distintos processos de cozedura foram observados no espólio arqueológico, especificamente: cozedura em ambiente redutor, a baixa temperatura e com pouco oxigénio, oferece uma tonalidade escura ao núcleo das paredes e à superfície das peças; a cozedura em

ambiente oxidante, mostra tons avermelhados na coloração da pasta e a cozedura em atmosfera redutora com arrefecimento em ambiente oxidante apresenta tons escuros para o núcleo das peças e cores avermelhadas para as superfícies das peças (Gomes, 2002, p. 45).

As referências cromáticas identificadas para a coloração das pastas correspondem ao Munsell Soil Color Chart (edição 1994).

Os tratamentos de superfície efectuados antes da cozedura, além de modificarem por vezes a tonalidade de uma ou de ambas as superfícies das vasilhas, contribuem para a sua impermeabilização ou simplesmente, por razões de ordem estética, as tornam mais suaves ao tacto (Gomes, 2002, p. 45).

No que diz respeito aos acabamentos evidenciados nos recipientes em estudo observámos a aplicação de: aguada, revestimento com corante muito diluído em tom diferente da superfície da peça; engobe, diferencia-se do anterior por ser mais espesso apresentando por vezes coloração com um óxido e por não revestir a totalidade do objecto cerâmico em alguns casos; vidrado, concebido como tratamento de superfície quando a sua função é impermeabilizar internamente o recipiente através de uma cobertura com óxidos vítreos, podendo ainda oferecer outras tonalidades de vidrado; esmalte, revestimento efectuado sobre engobe correspondendo a cobertura vítrea opaca, de tom branco ou colorida através de óxido alcalino de estanho; e de brunimento, polindo e alisando a superfície das peças, após a sua cozedura, através de um seixo do rio, de uma espátula de madeira ou de osso. (Gomes, 2002, p. 45-47).

As diferentes tonalidades conferidas às superfícies das peças resultam da utilização de diferentes óxidos: óxido de cobre, de ferro, de manganês, de antimónio correspondendo a diferentes tonalidades; nomeadamente verde, amarelo, castanho, negro, roxo, vermelho e amarelo (Gomes, 2002, p. 45).

A beleza estilística dos recipientes islâmicos resulta da aplicação de certas técnicas decorativas formulando motivos únicos repletos de significado simbólico. As fórmulas decorativas utilizadas nas peças em estudo são:

Canelura – Técnica decorativa evidente em variadas peças, realizada na montagem da peça através dos dedos do oleiro ou de uma espátula sobre a superfície exterior formulando caneluras localizadas no corpo ou no gargalo (Gomes, 2002, p. 46);

Incisão – Processo decorativo efectuado com uma ponta aguçada sobre a superfície externa do objecto cerâmico, delineando finas linhas onduladas antes da peça ser alvo de cozedura (Gomes, 2002, p. 46);

Estampilhagem – Decoração da superfície externa da vasilha através de impressão de matriz em relevo, previamente gravada. Motivos vegetalistas ou geométricos podem se associar a aplicações plásticas (Gomes, 2002, p. 46);

Decoração plástica – aplicação de elementos modelados antes da peça ser enfiada (Gomes, 2002, p. 47);

Pintura – Técnica decorativa, executada a pincel ou digitada, utilizada na ornamentação das peças. Formulada através de óxidos dissolvidos em água oferece motivos estilísticos geométricos em tom branco, vermelho ou negro (Gomes, 2002, p. 47);

Vidrado – Quando aplicado na superfície externa torna-se num elemento decorativo (Gomes, 2002, p. 45);

Esmalte – Quando apresenta coloração é considerado como técnica decorativa (Gomes, 2002, p. 46);

Corda seca total – Processo decorativo correspondendo à esmaltagem da peça com tonalidades diferentes, cuja separação é assegurada por oxidante de manganês ou espaçada por matéria gordurosa. Apresenta duas cozeduras, a última para fixação dos esmaltes e do óxido de manganês (Gomes, 2002, p. 47);

Corda seca parcial – Diferencia-se da técnica decorativa anterior por oferecer extensas áreas da peça em reserva, sem decoração (Gomes, 2002, p. 47).

Relativamente às dimensões dos fragmentos em análise, fornecidas em metros, procedeu-se sempre que possível à medida auferida pelo bordo, corpo, fundo e altura e à espessura média das paredes.

Finda a análise metodológica aplicada no catálogo de peças, explicamos agora a procura de paralelos realizada.

As circunstâncias da descoberta invalidam a inserção cronológica dos objectos pelo seu posicionamento estratigráfico, por duas razões: arqueologia de salvaguarda e protecção aliada à metodologia arqueológica preconizada. Neste sentido, consideram-se

as comparações a nível formal e decorativo com peças recolhidas noutros arqueossítios como a única forma de atribuir cronologias aos materiais arqueológicos exumados.

Optámos, sempre que possível, pelos estudos científicos elaborados em áreas geográficas próximas a Évora (Beja, a título de exemplo) ou cujos contactos exercidos durante o período islâmico foram constantes (Lisboa, Alcácer do Sal, entre outros). A dispersão territorial de certas formas e estilos decorativos cerâmicos conduziu-nos à inclusão de alguns arqueossítios, de forma exemplificativa e não exaustiva, pois as linhas de comparação e classificação cronológica não observavam elevadas variações.

Em relação à análise dos testemunhos estruturais exumados, a leitura das plantas arqueológicas desenhadas pela Dr. Fátima Pereira e a visualização de fotografias (a preto e branco) foram os meios utilizados na compreensão do arqueossítio. Apenas o desenho da planta islâmica foi elaborado em AutoCad 2009, com o intuito de fornecer maior clareza e detalhe às estruturas islâmicas registadas.

No decorrer do ensaio escrito utilizamos o sistema de transliteração do árabe clássico para latim referido por Santiago Macías (Macías, 2006). Na nossa perspectiva, a correcta leitura dos nomes árabes é facultada por uma aproximação à sua fonética.

O término islâmico ou muçulmano referem-se ambos a uma cultura ou civilização em que a maioria da população, ou simplesmente o dirigente político, professa da fé do Islão (Netton, 2008, p. 54). Deste modo, são adoptadas os dois termos no decorrer da presente dissertação para expressar uma mesma realidade.

Esclarecidos os critérios metodológicos adoptados neste ensaio científico passemos de seguida para o capítulo I.

1. Estado da Arte

A tradição oral transmite-nos, desde crianças, lendas e provérbios referentes a mouros maus *versus* mouros bons e a mouras encantadas que se encontram escondidas em tais subterfúgios que a quem as encontrar será agraciado pela sua beleza e riqueza (Barros, 2007, p. 14).

A toponímia reflecte e veicula a imagética popular centrada na ideia do *mouro* e *moura*, com exemplos como Cova da Moura e Forno dos Mouros, entre outros, amplamente espalhados de norte a sul de Portugal. Outros topónimos com referências a Mesquitas e Alcarias, e demais palavras de origem árabe, indiciam terras por onde *mouros*, *sarracenos* e muçulmanos se fixaram e viveram o seu quotidiano (Gomes, 2002, p. 221-222).

O protagonismo cultural e mental do *mouro*, proveniente da Idade Média, enraizado num país predominantemente católico, justificou a sua secundarização para personagem de contos e relegou cinco séculos de ocupação islâmica em território nacional para um capítulo da História de Portugal utilizado para galardoar os feitos e a supremacia cristã (Gomes, 2002, p. 221-222; Fernandes, 2005, p. 149-150; Barros, 2007, p. 13). Mediante estes factores sobre os quais não pretendemos discursar, a investigação arqueológica medieval islâmica tarda em começar mediante o predominante interesse arqueológico pelos testemunhos clássicos.

No entanto, os primeiros passos da arqueologia medieval islâmica são dados no final do século XIX, nas intervenções arqueológicas realizadas por Abel Viana, Estácio da Veiga e Santos Rocha, numa área que concerne o Alentejo e Algarve (Rocha, 1895; Rocha, 1897; Rocha, 1909; Veiga, 1880; Veiga, 1883; Viana, 1946; Viana 1958; Viana, 1961-62).

Os conturbados eventos políticos que agitaram Portugal na centúria seguinte ditaram a falta de investimento nesta área científica. A emergência do Estado Novo (1926), com a sua orientação ideológica centrada nos valores católicos nacionais, reprimiu o estudo da sociedade islâmica preterida a favor dos actos heróicos medievais cristãos e modernos. Neste âmbito, a criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), na década de quarenta, irá implementar e

desenvolver um programa de restauro e preservação dos monumentos nacionais, exaltando a sua configuração estilística patente na memória portuguesa. O facto de tais obras públicas não terem sido acompanhadas por um arqueólogo, provocou a destruição irreversível de várias pré-existências arquitectónicas e arqueológicas (Gomes, 2002).

A Arqueologia Medieval Islâmica, alicerçada no estudo dos fundamentos materiais e civilizacionais sobrevém com novo fulgor na década de 70, com a realização de campanhas arqueológicas no Cerro da Vila, Vilamoura, coordenadas por José Luís de Matos (Matos, 1983; Matos, 1991a; Matos, 1991b; Matos, 1996; Matos, 2009). A nova linha de investigação sobre o passado muçulmano é pioneira no registo dos artefactos cerâmicos de Época islâmica em contexto arqueológico (Gomes, 2002, p. 222-223). Na senda deste interesse pelo conhecimento do Islão português, iniciam-se novos percursos que vão preencher as lacunas arqueológicas e históricas, com elementos completivos e fundamentais para a História de Portugal.

O estudo da vila ou cidade medieval islâmica, do espaço que se constrói e organiza em torno dela e do sistema cultural e civilizacional com os seus comportamentos políticos e económicos que aí se desenvolvem e vão emergindo, estimularam nos anos 80 projectos de investigação de grande importância científica no panorama português: Mértola e Silves (Gomes, 2002, p. 224-226; Fernandes, 2005, p. 161, Gómez Martínez, 2010, p. 497- 500).

Mértola, antigo porto do rio Guadiana, inicia o seu trajecto arqueológico pela mão de Estácio da Veiga em 1880 com a realização de sondagens arqueológicas na área da alcáçova.

A criação do Campo Arqueológico de Mértola (CAM), sob a coordenação científica de Cláudio Torres no ano de 1978, abriu caminho ao desenvolvimento não só da vila alentejana de Mértola como também de projectos científicos em Arqueologia e História que funcionaram como motor de arranque à pesquisa dos traços materiais da cultura islâmica em Portugal (Torres, 1987; Torres, 1992; Torres, 1995a; Torres, 1995b, Torres e Macias, 1998; Torres *et al*, 1991; Macias, 1991; Macias, 1996; Macias 2006).

As intervenções arqueológicas realizadas no seio da vila alentejana, nomeadamente as escavações centradas no Castelo de Mértola (cisterna e bairro

islâmico almoada) resultaram na tese de mestrado e posterior dissertação de doutoramento de Santiago Macias (Macias, 1996; Macias, 2006).

Estendendo-se a outras intervenções: Rossio do Carmo, Mesquita de Mértola, Cine-Teatro Marques Duque, Hospedaria Beira Rio, Biblioteca Municipal, entre outras, foram objecto de estudos exaustivos, relançando a pequena vila de Mértola para um lugar de destaque no quadro do *al-Andalus* e demonstrando uma região dinâmica cultural, política e economicamente nos circuitos comerciais mediterrânicos (Torres, 1992; Macias, 1996; Macias, 2006; Gómez Martínez, Lopes, Torres, Palma e Macias, 2009, Gómes Martinez, 2010). As investigações do CAM proporcionaram assim informações significativas para o conhecimento da topografia da cidade islâmica de Mértola.

As actividades científicas desenvolvidas pelo CAM visam a musealização dos núcleos do Museu de Mértola, com especial atenção para o núcleo dedicado à Arte Islâmica, para além de incidirem sobre outras áreas científicas como a Antropologia Física, a Museologia, a História local, a herança artística e cultural e o Património Histórico (Fernandes, 2005, Macias, 2006).

Mértola, espaço de confluência de homens, conhecimentos e comércio favoreceu a produção de peças em barro e transacção de artefactos cerâmicos que foram estudados por Susana Gómez Martinez, como expressão de um quotidiano, evidências de práticas e saberes culinários resultantes de trocas mercantis cimentadas pelo lugar estratégico que ocupa a vila alentejana no *Gharb al-Andalus* (Torres, 1987; Gómez Martinez, 1994a; Gómez Martinez, 1994b; Gómez Martinez, 2001; Gómez Martinez, 2002; Gómez Martinez, 2004; Gómez Martinez, 2008).

Silves, centro urbano com importante ocupação muçulmana, onde foi intervencionado arqueologicamente o poço-cisterna almoada por Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes (Gomes e Gomes, 1989), hoje integrado no Museu Municipal de Silves, foi o ponto de partida para o conhecimento da singularidade do território algarvio em Época islâmica.

A análise de todo um conjunto de elementos coniventes focalizados na observação histórica e arqueológica da cidade medieval de Silves por Rosa Varela Gomes em colaboração com Mário Varela Gomes, com particular atenção para as

escavações realizadas na Alcáçova e Medina, suscitou a elaboração de uma tese de Mestrado e de Doutoramento, além de inúmeras publicações (Gomes, 1986; Gomes e Gomes, 1989; Gomes, 1990; Gomes, 1991; Gomes e Cunha, 1991; Gomes, 1993; Gomes, 1995; Gomes e Gomes, 1995; Gomes, 1997; Gomes e Gomes, 1997; Gomes, 1998; Gomes, 1998^a; Gomes, 1999, Gomes, 2002; Gomes, 2002a; Gomes, 2003; Gomes, 2006; Gomes, 2009; Gomes, 2011).

O facto de as campanhas arqueológicas contarem com a ajuda da população local e de estudantes universitários contribuiu para a sensibilização e ensino da disciplina. Deste modo, a valorização do património histórico-arqueológico através de um contacto directo entre as pessoas e os fragmentos materiais deixados por outras civilizações incute individualmente o interesse e a prática de salvaguardar e preservar tais testemunhos arqueológicos.

As realidades históricas descobertas pela arqueóloga destringem claramente o que seria parte da antiga *Xelb*: a escavação arqueológica no interior do Castelo de Silves colocou a descoberto espaços habitacionais distintos pertencentes à fase final da ocupação islâmica, séculos XII-XIII. O primeiro espaço habitacional corresponde, tal como a autora enuncia ao “ modelo mais singelo” (Gomes, 2002, p. 224), identificado como pequenas vivendas de piso térreo construídas maioritariamente em taipa e o segundo modelo ao complexo palatino associado a um complexo de banhos, indicando tratar-se do palácio do Governador de Silves (Gomes, 1999; Gomes 2002; Gomes 2003). A descoberta de um palácio fortificado de Época omíada constitui o mais antigo testemunho muçulmano encontrado em Portugal (Gomes, 2009; Gomes, 2010), revelando deste modo novas informações sobre este período histórico, clarificando e incitando os investigadores na procura destes vestígios histórico-arqueológicos de forma a colmatar esta lacuna no estudo da ocupação islâmica no *Gharb al-Andalus*.

Como anteriormente referimos, o amplo estudo científico elaborado sobre a Silves Islâmica facultou uma leitura aprofundada sobre o território, reequacionando a percepção das vivências humanas e lançando uma nova classificação tipológica das cerâmicas muçulmanas. A produção cerâmica como elemento definidor de relações económicas e políticas, de trajectos culturais perdidos no tempo, revela-se em Silves num importante conjunto de peças exumadas que possibilitaram o recuo de cronologias (dados inéditos para a Época Emiral) apoiadas no reconhecimento de potências

estratigráficas e em cerca de 30 datações de radiocarbono, as primeiras a realizarem-se em Portugal para os níveis islâmicos e medievais (Gomes, 1989; Gomes, 1995; Gomes, 2002, Gomes, 2003, Gomes, 2009, Gomes, 2011).

O interesse pela arqueologia islâmica traduz-se no percurso científico de Rosa Varela Gomes que em parceria com Mário Varela Gomes tem projectos de escavação e investigação dos quais apenas iremos citar alguns: *Ribat* da Arrifana (Aljezur), Ponta do Castelo (Aljezur), Castelo do Belinho (Portimão), Sítio da Carrapateira (Aljezur).

Uma outra intervenção arqueológica iniciada em 2001 e desenvolvida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Silves² no novo espaço da Biblioteca Municipal colocou a descoberto dispositivos fortificados que encerrariam a zona de arrabalde, além de estruturas habitacionais e outras estruturas de carácter industrial (Gonçalves, 2009, Gonçalves, 2010). Os trabalhos arqueológicos permitiram aferir a evolução da cidade em termos urbanísticos e uma noção mais aprofundada sobre a dimensão da área intra-muros do núcleo urbano (Gonçalves, 2009, Gonçalves, 2010).

Mértola e Silves continuam a ser os principais arqueossítios de referência para qualquer investigador que queira empreender um estudo sobre as diversas manifestações de história e vida muçulmana. Tentam difundir, de forma científica, todo o conhecimento relativo à sociedade islâmica, vista de diferentes ópticas, assim como colocam em contacto investigadores e estudiosos desta temática.

Num conjunto de problemáticas subjacentes ao tema da arqueologia medieval islâmica, entendemos ser importante ampliar a nossa escala de análise de fenómenos urbanos em Época muçulmana abarcando também neste ensaio as cidades de Tavira, Loulé, Faro, Beja, Alcácer do Sal, Palmela, Lisboa, Santarém e Coimbra.

Ultrapassámos também as actuais fronteiras incluindo, nesta reflexão, os contributos histórico-arqueológicos oferecidos pelas cidades de Mérida e de Badajoz. Esta opção prende-se com a inexistência de tais barreiras físicas em Época Islâmica, expressando as relações de interdependência entre Évora e as respectivas cidades de Mérida e Badajoz, promovendo assim uma leitura global da área envolvente de Évora.

² Arqueólogas da Câmara Municipal de Silves: Maria José Gonçalves, Alexandra Pires e Carolina Mendonça.

Permanece assim como horizonte pertinente as realidades histórico-arqueológicas de matriz urbana que contribuíram para uma melhor compreensão da civilização islâmica mediterrânica, derrubando os tradicionais modelos interpretativos e divulgando novas perspectivas de investigação, que analisaremos para perceber as problemáticas inerentes à presença islâmica na cidade de Évora.

O Campo Arqueológico de Tavira, dirigido por Manuel Maia e a saudosa Maria Maia, desenvolveu desde a década de 90 intervenções arqueológicas no centro histórico da cidade de Tavira, sobretudo enquadradas no âmbito de arqueologia de emergência. Os achados arqueológicos identificados evidenciam uma significativa mostra de espólio muçulmano integrados no período temporal entre os séculos XI e XII (Maia, 2003; Maia, 2006; Maia e Maia, 2002; Maia e Maia, 2003). As escavações arqueológicas coordenadas por Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco³ na Cerca Conventual do Convento da Graça revelaram a existência de um bairro almoada comprovado pelo conjunto de artefactos datados do século XII-XIII (Covaneiro e Cavaco, 2003; Covaneiro e Cavaco, 2009; Covaneiro, Cavaco e Lopes, 2008; Covaneiro, Cavaco e Lopes, 2010).

A riqueza arqueológica da cidade fora enunciada pela análise histórico-arqueológica de Luís Campos Paulo, no âmbito da sua dissertação de mestrado, comprovando a existência da *Medina Tabira* desde o século X. Desta análise resultou também um olhar atento sobre o perímetro amuralhado de Tavira, discernindo sobre a organização social do território e transição de realidades económicas, político-administrativas e culturais subjacentes à cidade islâmica de Tavira. (Paulo, 2006).

Também no Sul de Portugal, a cidade de Loulé, instalada numa colina em pleno barrocal algarvio⁴, e a cidade de Faro, importante porto de rotas comerciais desde a antiguidade, começam paulatinamente a direccionar as suas intervenções arqueológicas para o período islâmico com o intuito de estabelecer as bases para um entendimento geral sobre as realidades vividas pela sociedade muçulmana nesses espaços urbanos de crescente evolução histórica (Catarino, 2002; Luzia, 1996; Luzia, 2003a; Luzia, 2003b; Luzia, 2009; Gonçalves e Silva, 2009).

³ Arqueólogas da Câmara Municipal de Tavira.

⁴ Sub-região natural do Algarve, situada entre a Serra e o Litoral.

O mesmo sucede com o centro urbano de Beja, que durante o período histórico em questão ocupa as páginas dos cronistas e geógrafos árabes mas onde as virtualidades da arqueologia não colmatam as lacunas históricas de que a cidade é alvo (Correia, 1991). Esperamos assim, que as investigações arqueológicas em curso (a necrópole islâmica de Beja⁵ por exemplo) favoreçam uma nova observação histórico-arqueológica sobre a urbe islâmica de Beja.

De encontro ao litoral atlântico, deparamo-nos com Alcácer do Sal, cidade pródiga em actividades comerciais, com o seu “(...) *grande rio sulcado por numerosas embarcações e navios de comércio (...)*” (Coelho, 2008, p. 53), e reconhecida como poderoso reduto almoada comprovando-se a sua riqueza nessa época através das escavações arqueológicas de salvaguarda realizadas por António Cavaleiro Paixão, António Rafael Carvalho e João Faria no interior do Castelo (Paixão *et al*, 1994; Paixão *et al*, 2001a; Paixão *et al*, 2001b; Paixão *et al*, 2002).

Seguindo um pouco para norte, a identificação de vestígios materiais islâmicos no interior do Castelo de Palmela motivou as intervenções arqueológicas realizadas desde 1992 sob a direcção de Isabel Cristina Fernandes (Fernandes, 2001; Fernandes, 2004; Fernandes, 2009). A escavação do Castelo de Palmela, a par de outras intervenções arqueológicas na vila (Rua de Nenhures, a título de exemplo⁶), possibilitou uma leitura de conjunto “*revolucionando a escassez de traços deste período*” (Fernandes, 2004, p. 393), e motivou novas perspectivas sobre a organização estrutural e social do espaço da vila associado aos mecanismos de defesa e sistemas geoeconómicos e políticos que se desenvolveram entre os séculos VIII e XII (Fernandes, 2001; Fernandes, 2004; Fernandes, 2005a; Fernandes, 2005b; Fernandes, 2009). O estudo do espólio cerâmico revelou também importantes dados para o conhecimento das peças de cronologia emiral exumadas neste contexto arqueológico.

Outro núcleo de referência na orgânica urbana islâmica é a cidade de Lisboa. As investigações arqueológicas realizadas, maioritariamente a partir da década de 90, motivadas na sua génese pelo seu cariz preventivo e de salvaguarda do património⁷,

⁵ A título de exemplo: a necrópole islâmica de Beja continua a ser escavada pela empresa de arqueologia Neoépica.

⁶ No interior do centro urbano e intervencionado pela mesma arqueóloga, Isabel Cristina Fernandes.

⁷ Os arqueólogos do Museu da Cidade desenvolveram diversas intervenções arqueológicas de potencial importância como por exemplo o projecto científico da Cerca Moura, do qual esperamos a publicação dos dados obtidos.

contribuíram para um conhecimento mais alargado do que seria a cidade de Lisboa durante o domínio islâmico. A contextualização do fenómeno político, social e económico que neste centro urbano se instalou e desenvolveu entre os séculos VIII e XII, tem como arqueossítios de observação: o Castelo de São Jorge, o Mandarim Chinês (Rua Augusta), o BCP (Núcleo Arqueológico Rua dos Correeiros, NARC), a Praça da Figueira, entre outros.

Os espaços habitacionais exumados no Castelo de São Jorge, sob a direcção de Alexandra Gaspar e Ana Gomes, seguem o padrão islâmico mediterrânico estruturando-se em vivendas unifamiliares com pátio aberto, cronologicamente identificados entre a segunda metade do século XI a século XII, comprovados pela sequência estratigráfica e artefactos associados (Gaspar e Gomes, 2001; Gaspar e Gomes, 2002; Gomes *et al.*, 2001; Gomes *et al.*, 2001; Gomes *et al.*, 2005, Gomes *et al.*, 2006). Outros vestígios de bairros islâmicos foram exumados na Praça da Figueira, lado noroeste (Silva, Gomes e Gomes; 2011), no Claustro da Sé (Amaro, 2001), no NARC (Amaro, 1995; Bugalhão *et al.*, 2003; Bugalhão *et al.*, 2007; Bugalhão *et al.*, 2008; Bugalhão *et al.*, 2009), nos Armazéns Sommer (Gomes *et al.*, 2006) e na Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva (Gomes e Sequeira, 2001).

A conjugação entre as abundantes aptidões naturais do Vale do Tejo influenciou a vocação oleira da cidade de Lisboa (apesar de possivelmente existirem outras actividades artesanais ainda não referenciadas), com destaque para a zona da baixa lisboeta, onde foram intervencionados fornos de cerâmica islâmicos, particularmente situados no Mandarim Chinês (Bugalhão *et al.*, 2004, Bugalhão *et al.*, 2007, Bugalhão *et al.*, 2008; Bugalhão *et al.*, 2009) e no NARC (Bugalhão *et al.*, 2003, Bugalhão *et al.*, 2007, Bugalhão *et al.*, 2008; Bugalhão *et al.*, 2009). O conjunto oleiro islâmico do arrabalde ocidental forneceu indicadores de um auge produtivo nos séculos XI e XII (Bugalhão *et al.*, 2007, Bugalhão *et al.*, 2008; Bugalhão *et al.*, 2009).

Os estudos referem Lisboa como centro produtor local de cerâmica comum, cerâmica pintada a branco, cerâmica pintada a vermelho, cerâmica vidrada e de corda seca parcial e total (Bugalhão *et al.*, 2009, p. 387).

De um modo geral, os trabalhos de investigação associam-se ao conhecimento dos arrabaldes, ocidental e oriental, e da alcáçova de Lisboa, sendo de menor visibilidade as investigações relacionadas com os equipamentos públicos e religiosos,

muitas vezes alvos de uma arqueologia de emergência, em que os resultados nunca chegam a ser conhecidos.

Para terminar o percurso pelas abordagens arqueológicas desta Época histórica em Portugal, destacamos dois centros urbanos localizados entre o rio Tejo e o rio Mondego: Santarém e Coimbra.

As primeiras fontes escritas sobre a cidade de Santarém subordinam-se ao seu enquadramento ambiental, engrandecendo-a como uma cidade cujos terrenos são de uma fertilidade singular. Com base nas referências documentais, os arqueólogos começaram a desvendar o passado islâmico de *Shantarin*, realizando intervenções arqueológicas, no âmbito de salvaguarda e protecção, nomeadamente no Convento de São Francisco de Santarém (Ramalho *et al*, 2001; Lopes e Ramalho, 2001) e na alcáçova da cidade (Viegas e Arruda, 1999).

A análise pluridisciplinar realizada nos silos escavados no Convento de São Francisco desvendou a dieta alimentar praticada pelas populações islâmicas que residiam no centro urbano como também deram a conhecer espólio cerâmico de produção local confirmado por análises arqueométricas (Ramalho e Lopes, 2001). Na alcáçova de Santarém, os trabalhos desenvolvidos na década de 80, século XX, por Catarina Viegas e Ana Arruda destacaram um conjunto de 26 fossas de onde exumaram objectos cerâmicos, balizados temporalmente na primeira metade do século XII (Viegas e Arruda, 1999) e cuja análise atenta poderá recuar cronologicamente parte do espólio estudado (Gomes, 2002, p. 233). Na Praça Sá da Bandeira, no ano de 2003, foram exumados arqueologicamente restos de habitações islâmicas, uma cisterna e um conjunto de silos e fossas, contribuindo para uma ampliação espacial do que se conhecia sobre a ocupação islâmica da cidade (Batata *et al*, 2010).

A sistematização das informações documentais recolhidas sobre a cidade de Coimbra, por parte da arqueóloga Helena Catarino, indicia a sua importância como capital de uma região de fronteira, a Marca Inferior (Catarino, 2005). Sucessivamente, as investigações arqueológicas dirigidas pela mesma arqueóloga no Pátio da Universidade, desde 2000, vieram a revelar testemunhos da ocupação islâmica em Coimbra, maioritariamente representada pelos artefactos cerâmicos que se enquadram no Período Emiral, Califal e início dos Reinos de Taifa (Catarino, 2005; Catarino, 2009).

Helena Catarino também tem outros projectos de investigação bastante importantes para o estudo do povoamento rural fortificado, citando alguns: Castelo de Paderne (Albufeira), Castelo Velho de Alcoutim (Alcoutim) e Castelo de Salir.

Por último, analisamos as presentes cidades espanholas de Mérida e Badajoz e a sua contribuição científica no panorama dos conhecimentos actuais sobre o *Gharb al-Andalus*.

A cidade de Mérida, com longa tradição na salvaguarda do património e investigação histórico-arqueológica, consagra-se como um núcleo de referência no quadro das pesquisas científicas direccionadas para o Período Romano, Visigodo e Islâmico (Alba e Feijoo, 2009, p. 193). Em relação a Mérida islâmica, a evolução diacrónica da cidade encontra-se bem documentada dando-nos uma noção geral da sequência ocupacional do espaço urbano, testemunhando processos de ruptura e assimilação e caracterizando a realidade urbana em diversas fases evolutivas (Alba, 2004; Alba e Feijoo, 2006; Alba *et al*, 2009).

A complementar a análise da malha urbana surgem os estudos dos materiais cerâmicos, reflexo das relações económicas, comerciais, culturais e sociais com destaque para o desenvolvimento dos trabalhos sobre as denominadas cerâmicas de transição visigoda a emiral, a uma escala local e ampliada ao *Gharb al-Andalus*, numa tentativa de sistematizar conhecimentos, esclarecer ambiguidades e chegar a um entendimento sobre a islamização do território, fornecendo também algumas ferramentas para o reconhecimento destes contextos arqueológicos (Alba, 2003; Alba, 2007; Alba e Feijoo, 2001; Alba e Feijoo, 2008, Alba *et al*, 2009; Alba e Gutiérrez, 2007).

Em Portugal, como aludimos anteriormente, os dados arqueológicos relativos ao Período Emiral foram reconhecidos em Silves, essencialmente na camada 8 (Gomes, 2003), e posteriormente em outros arqueossítios como Castelo Velho de Alcoutim, Mértola e Palmela, revelando assim dificuldades interpretativas e a necessidade de revisão de alguns trabalhos arqueológicos para um melhor conhecimento desta etapa histórica.

Badajoz, capital da taifa *aftácida* (século XI), na qual se incluía a cidade de Évora, revela em comparação com Mérida poucos trabalhos científicos no âmbito da

Arqueologia Medieval Islâmica. Esta questão poderá estar associada a um incremento da prática de uma arqueologia de emergência, sem publicações efectivas sobre as descobertas.

No entanto, as escavações arqueológicas dirigidas por Fernando Valdés Fernández na zona da alcáçova, no arrabalde oriental, no forno da Puerta del Pilar e, mais recentemente, no antigo Hospital Militar formulam resultados para uma permanência muçulmana, substancialmente centrada entre os séculos XI e inícios do XII (Valdés, 1985; Valdés, 1988; Valdés, 1995; Valdés *et al*, 2001). Oferecendo assim conhecimentos sobre a configuração da alcáçova e do bairro habitacional periurbano, revelando também produção de peças em corda seca parcial e com decoração a verde e castanho na olaria da Puerta del Pilar fabricadas, nomeadamente, entre os últimos anos do século X até aos primeiros anos do século XII (Valdés, 1985; Valdés, 1988; Valdés, 1995; Valdés *et al*, 2001).

A intervenção arqueológica, de emergência, na Praça de Espanha de Badajoz, no ano de 2004, forneceu dados sobre o complexo habitacional islâmico situado numa zona periurbana notando-se uma ocupação em contínuo do espaço, desde o século XI até à Época Cristã, ressaltando para o informe a presença de sepulturas cristãs perto do desactivado bairro islâmico (Matesanz e Saucedo, 2004).

Numa reflexão geral sobre a investigação arqueológica centrada no Período Medieval Islâmico, podemos constatar lacunas no conhecimento sobre as diferentes fases da permanência islâmica, essencialmente sobre o Período Emiral, retirando deste quadro as cidades de Palmela, Mértola e Silves e de Mérida, no que respeita ao desenvolvimento desta temática.

O potencial informativo centra-se maioritariamente nos séculos XI e XII, expressivo de uma fácil aceção dos denominados “fósseis directores”. Também a quase ausência de estudos de âmbito local ou regional impossibilita uma percepção geral da vivência islâmica nesses núcleos urbanos, destacando para o caso a urbe de Lisboa, cidade capital, cujos estudos fragmentados não complementam a importância desta cidade no território do *al-Andalus*. Uma das razões para este registo parcial poderá relacionar-se com as intervenções de emergência em espaço urbano resultando normalmente na não publicação dos conhecimentos histórico-arqueológicos apreendidos, salvo algumas excepções.

Contudo, o interesse por esta temática, como podemos constatar, intensificou-se nos últimos tempos, motivando a preservação de uma memória colectiva e perspectivando a evolução diacrónica desta comunidade, divulgadas em exposições museológicas, em encontros e simpósios e revistas da especialidade que serviram estes propósitos.

A partilha de ideias e resultados de pesquisa complementaram-se em diversos encontros e simpósios, citando apenas alguns, tais como o *IV Encontro sobre Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, organizado pelo CAM em 1987; o Simpósio Internacional sobre Castelos – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb, 500-1500*, organizado pela C.M. de Palmela, no ano de 2000; o Seminário sobre *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e Douro (sécs. VIII a XIII)* em 2003 coordenados por Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes; o encontro *Al-Andalus, Espaço de Mudança*, organizado pelo CAM em 2005; o encontro *A Cidade no Ocidente Islâmico Medieval. A Medina em Formação*, coordenado por Rosa Varela Gomes e J. Navarro Palazón, em 2005, as *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, realizadas em Tondela desde 1992, chegando até à sua quarta realização, publicada somente em 2010, o 6º Encontro de Arqueologia do Algarve - *O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, realizadas em 2008 e publicadas na revista *Xelb 9* e o congresso *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e desencontros*, realizado em 2009 e publicado em 2011.

Diante desta diversidade de colóquios ressaltam noções e conceitos que cruzam transversalmente a heterogeneidade dos arqueossítios investigados, lançando novas leituras de conjunto e oferecendo aos arqueólogos mecanismos para a compreensão do espaço e da sociedade islâmica em todas as suas actividades e práticas quotidianas.

Com os dados adquiridos nestes encontros elaboraram-se exposições e os respectivos catálogos, enunciados sucintamente em seguida.

Como ponto de referência museológico, o Museu Nacional de Arqueologia, albergou as seguintes exposições: a mostra sobre *Tavira, Território e Poder*, em 1993; a exposição *Portugal Islâmico, últimos sinais do Mediterrâneo*, realizada em 1998; a exposição sobre o *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves*, em 2001; e a mostra *De Scalabbis a Santarém*, no ano de 2002, publicadas como catálogos (Maia *et al*, 2003; Torres e Macias, 1998; Gomes e Gomes, 2001; Arruda *et al*, 2002; Gomes, 2002; *apud*

Fernandes, 2005). A valorização do património arqueológico islâmico no âmbito de divulgação cultural a nível nacional no MNA, dos quais se destacam os núcleos de Mértola, Silves, Santarém e Tavira, promoveu a consciencialização e interesse sobre a sociedade muçulmana enquanto protagonista de uma medievalidade portuguesa, sendo de valorizar os objectivos alcançados por tais exposições.

Marca uma etapa fundamental neste processo de afirmação da Arqueologia Medieval Islâmica a interligação com diferentes áreas científicas, como a Arquitectura, a Antropologia, a História de Arte, a Paleontologia, entre outras; e a publicação de revistas e artigos que reflectem e dão conta dos novos avanços nesta especialidade arqueológica, como é o caso da revista de *Arqueologia Medieval*; a já mencionada revista *Xelb*; a revista *al-Madan* e a revista *al-Ulya*, entre outras.

De destacar ainda o papel das Universidades na formação de futuros arqueólogos, fornecendo cursos extracurriculares, implementando a disciplina de Arqueologia Medieval Islâmica e estimulando a elaboração de teses de mestrado e de doutoramento sobre este período histórico.

1.1. O caso de Évora

1.1.1. O estado da investigação

Paradoxalmente ao investimento preconizado pelos arqueólogos nas diversas frentes de investigação em outros núcleos urbanos assistimos à realização de intervenções arqueológicas, na área urbana de Évora, que incidem sobre níveis estratigráficos islâmicos e cujos resultados científicos são negligenciados e raramente publicados. Este aspecto causa assim dificuldades para o desenvolvimento da investigação actual. Ilustrativo deste panorama destaca-se o facto de apenas dez intervenções arqueológicas, essencialmente localizadas no interior do núcleo urbano, referirem a descoberta de vestígios islâmicos (fig. nº.1).

A procura efectuada na base de dados do IGESPAR para a investigação de arqueossítios, “Endovélico”, em uniformidade com a pesquisa e análise de relatórios de escavações revelou, como é norma, achados dispersos e fragmentados, reflexo da prática de arqueologia preventiva e de salvaguarda, na maioria dos casos.

Neste âmbito, os trabalhos de minimização de impacto arqueológico efectuados pela empresa de arqueologia, ERA Arqueologia S.A., no ano de 2001, no Centro de Conferências Vasco Vilalva, na Rua Vasco da Gama, permitiram a identificação de um conjunto de estruturas hidráulicas, designadamente três poços, associados a fragmentos de cerâmica de cronologia medieval islâmica (Braga, 2001).

Segundo os responsáveis pela escavação do espaço arqueológico os três poços encontravam-se bastante próximos uns dos outros aproveitando deste modo o mesmo lençol de água subterrâneo. As hipóteses levantadas pelos arqueólogos apontam para a existência de uma área industrial que objectivaria a necessidade de um sistema hidráulico com estas características espaciais (Braga, 2001, p. 168-169).

A desactivação no século XIII de tais estruturas hidráulicas indicia uma provável contaminação do lençol de água pelas infiltrações no subsolo de águas sujas e dejectos provenientes de fossas assépticas ou numa outra perspectiva a sua funcionalidade já não cumpriria os pressupostos económicos e urbanos cristãos (Braga, 2001, p. 168-169).

A existência de uma oficina industrial no interior da área amuralhada da cidade (Balesteros *et al*, 1996-97) supõe que o espaço urbano ainda não se encontrava saturado em Época Islâmica, já que devido ao seu carácter poluente, as actividades industriais localizavam-se na zona periurbana da cidade, tal como acontece na cidade de Lisboa (Bugalhão, 2009; Bugalhão *et al*, 2005). Ou noutra perspectiva, no momento em que desconhecemos o que era produzido nesta oficina industrial, não sabemos se seria realmente necessária a sua deslocação para o exterior da cidade ou se o espaço urbano ainda não se encontrava saturado em Época Islâmica (Navarro Palazón e Jiménez Castillo, 2007).

Em relação aos materiais cerâmicos exumados, a inexistência de desenhos de peças e de fotografias retrai uma interpretação mais assertiva do contexto arqueológico, nomeadamente ligada à sua funcionalidade e cronologia.

As notícias e informações sobre as escavações do Período Islâmico em Évora apresentam um carácter meramente informativo de contextos e vestígios materiais exumados, pouco explicativas desde o ponto de vista histórico e levemente interpretadas num sentido científico arqueológico. Todavia, apesar de diminutas, estas informações revelam fragmentos de uma realidade civilizacional, permitindo-nos elaborar uma

abordagem interpretativa sobre a cidade islâmica de Évora, respectivamente no terceiro capítulo desta dissertação.

A investigação arqueológica desenvolvida entre 1988 e 1994 pela Delegação de Lisboa do Instituto Arqueológico Alemão, nas áreas circundantes ao Templo Romano de Évora, documentou um complexo conjunto de evidências arqueológicas atribuídas a diversas fases históricas manifestando interessantes problemáticas arqueológicas (Teichner, 1998). A publicação da informação recolhida nesta investigação arqueológica (Teichner, 1998) possibilitou, pela primeira vez, a identificação de testemunhos arqueológicos referentes ao Período Islâmico na cidade de Évora.

A escavação de três silos, nomeadamente o 92 A, 93 A e 93 B, entulhados com cerâmicas de cronologia Medieval Islâmica, veio a revelar uma datação atribuída à Época dos Reinos de Taifas e Almorávidas (Teichner, 1998, p.21-22).

A exumação de tais vestígios arqueológicos forma um óptimo contraponto para o estudo da cultura material muçulmana presente nesta dissertação.

No seguimento desta abordagem arqueológica iniciou-se em 1996 a escavação arqueológica do Museu Municipal de Évora (Gonçalves, 1996), cuja descrição irá ser elaborada no quarto capítulo dado ser o nosso objecto de estudo. Contudo, importa dizer que as perspectivas iniciais sobre os resultados obtidos nesta investigação arqueológica foram publicadas nas Actas do III Encontro de Arqueologia Urbana em Almada (Gonçalves *et al*, 1997).

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na Rua de Burgos na década de 90, século XX, e posteriormente no ano de 2000 a 2002, colocaram em evidência um lanço de muralha e torre quadrangular, contribuindo para a compreensão do perímetro amuralhado de origem tardo-romana e sucessiva retracção do espaço intramuros nesta Época Histórica e também informa sobre as reconstruções efectuadas em período muçulmano (Carmen e Gonçalves, 2007, p. 158, De Man, 2008, p. 295).

Na rua João de Deus, nº 70 a 74, foi exumado um troço de muralha que revelou dois sistemas construtivos distintos (Lima, 2004, p. 22), testemunho de reparações efectuadas sobre a muralha original, que abordaremos com maior detalhe no capítulo III. Outro contexto relacionado com a defesa da cidade de Évora é assinalado pela descoberta do fosso militar nas escavações arqueológicas situadas no início da Rua da

República, nos anos 90 (Viegas, 1991), e no ano de 2000 (Balesteros e Gonçalves, 2007, p. 159).

A intervenção arqueológica dirigida pelo arqueólogo Luís Campos Paulo na Travessa das Casas Pintadas configura a prática de uma arqueologia de prevenção. No entanto, a publicação das informações recolhidas sobre o período histórico em questão facilita o entendimento sobre a presença islâmica em Évora (Paulo, 2000).

A intervenção arqueológica realizada entre Fevereiro e Março de 2000 permitiu a identificação de cerâmicas muçulmanas cronologicamente situadas entre o século IX e XIII (Paulo, 2000). Não foram exumadas nenhuma estruturas em conexão com os vestígios materiais dado tratar-se de um contexto de entulho (Paulo, 2000, p. 234-236), no entanto a informação é preciosa para futuras atribuições culturais e paralelos formais.

A intervenção arqueológica realizada sob a direcção de Jorge de Oliveira e Carmen Balesteros, no ano de 2001, no Largo 1º de Maio – Mercado de Fruta e Legumes, deu a conhecer um silo que continha material cerâmico islâmico, atribuídos cronologicamente a finais do século XI e século XII (Balesteros e Gonçalves, 2007, 159-160).

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na Rua de Valdevinos em 2002, no conhecido Salão Central Eborense, tiveram como responsáveis científicos Carmen Balesteros e Jorge de Oliveira. A equipa de arqueologia procedeu à abertura de duas sondagens arqueológicas, nas quais foram descobertos sete silos completamente entulhados de artefactos cerâmicos cronologicamente atribuíveis ao Período Romano, Medieval Islâmico e Cristão (Balesteros e Gonçalves, 2007, p. 160).

A escavação de tais estruturas subterrâneas destinadas ao armazenamento de cereais revelou espólio cerâmico islâmico, designadamente cerâmica com decoração em corda seca total e parcial, cerâmica estampilhada e cerâmica comum, cuja cronologia aferida pelos responsáveis científicos centra-se nos séculos XI-XII (Balesteros e Gonçalves, 2007, p. 160). Mediante esta informação e a visualização de alguns desenhos e fotografia de peças, a sua cronologia parece-nos acertada, encontrando-se paralelos formais e artísticos em publicações de Silves (Gomes, 1988; Gomes, 2002a; Gomes, 2003; Gomes, 2011), Mértola (Gómez Martínéz, 1998; Gómez Martínéz, 2004) e Badajoz (Valdés Fernández, 1985). A conjugação de todas as informações histórico-

arqueológicas evidencia tratar-se do *souk* islâmico (Balesteros e Gonçalves, 2007, p. 160).

A noroeste da cidade de Évora, precisamente na Rua de Avis nº. 91, a escavação arqueológica que aí decorreu em 2004, num sentido de protecção e salvaguarda do património arqueológico, colocou à vista uma suposta necrópole medieval islâmica. A identificação de quatro inumações em decúbitos lateral motivou a hipótese de se tratar de uma das necrópoles muçulmanas da cidade de Évora. Tendo em consideração a última ideia referida e atendendo à sua localização periurbana, a hipótese de se tratar de uma necrópole islâmica parece-nos plausível pois a civilização muçulmana enterrava, normalmente, os seus mortos em necrópoles afastadas do centro social urbano (Mazzoli-Guintard, 1996, p.p. 125; Navarro e Jiménez, 2007, p.p. 66).

Outro caso curioso relacionado com esta temática refere-se à descoberta arqueológica, entre 2000 a 2002, de enterramentos, junto às Portas de Moura, segundo os rituais cristãos, datados para o século X através de análise de rádio carbono (Balesteros e Gonçalves, 2007, p. 162). Teríamos, portanto, enterramentos moçárabes situados num espaço fora da Cerca Velha, informando-nos sobre a presença de comunidades cristãs eborenses em período muçulmano.

Entre os anos de 1984 a 2008 foram realizadas diversas escavações no Centro Histórico de Évora, próximas da nossa área de reflexão, designadamente no Largo Doutor Evaristo Cutileiro nº. 2-4, no edifício Paço Lobos da Câmara, no Palácio das Cinco Quinas, na Travessa do Passarinho, na rua Romão Ramalho, na rua dos Peneireiros, na rua do Machede e na rua de Serpa Pinto que, infelizmente, a ausência de relatórios ou por outro lado a escassez de informação, de desenhos de campo, de desenhos de artefactos e de fotografias resulta numa falha grave para a investigação arqueológica do aglomerado urbano eborense qual seja o período histórico em observação.

No ano de 2008, numa visita ao Museu de Mértola, foi possível visualizar numa exposição temporária sobre *O Legado islâmico em Portugal* os remanescentes vestígios islâmicos de Évora, ou seja os restos da muralha islâmica e os dois capitéis com decoração em “favos de mel” do século X instalados na varanda do Palácio dos Duques do Cadaval (Torres e Macias, 1998b, p. 167). Também aqui foi possível perceber pela ausência quase total de dados arqueológicos o atraso da arqueologia islâmica em Évora.

Como podemos observar, até à data existem poucos estudos sobre a cultura material islâmica na cidade de *Yābura*. Enfrentamos assim uma série de problemáticas inerentes à prática de uma arqueologia em meio urbano, que penaliza o evoluir do conhecimento pecando pela falta de estudos e publicações. Não será demais referir que os registos diacrónicos e evolutivos produzidos pela contínua ocupação humana do espaço dificultam as leituras arqueológicas mas não impedem a sua interpretação.

A aceção desta realidade arqueológica na urbe eborense, particularmente complicada, permite contudo determinar a extensão da área ocupacional intramuros (em muito devido aos estudos de Miguel Lima e Adriaan De Man) e identificar os sistemas construtivos e defensivos implementados no Período Islâmico.

Verificamos contudo o desigual conhecimento sobre os diferentes momentos no período islâmico, sem a identificação das fases de ocupação emiral e apenas dos momentos ocupacionais relativos ao século XI e XIII. O espólio cerâmico é igualmente alvo destas premissas interpretativas.

Numa perspectiva linear sobre a malha urbana eborense, os resultados oferecidos pelas escavações arqueológicas sugerem localizações espaciais para o *souk* e para as necrópoles islâmicas e necrópoles moçárabes. Este último aspecto é bastante interessante para a formulação de hipóteses: segregação em bairros distintos ou convivência mútua no século X?

Em relação à análise da expansão urbana, o tema torna-se bastante complexo mediante as poucas informações que detemos. Não existindo efectivamente dados arqueológicos disponíveis sobre: a adaptação ou anulação de infra-estruturas da Antiguidade Tardia, a alcáçova, os equipamentos religiosos e públicos, áreas artesanais, bairros habitacionais, o crescimento dos arrabaldes, entre outras incertezas. Além destas lacunas, também não se conhecem estudos sobre o povoamento rural na envolvência de Évora.

Em resposta ao problema exposto, a escassez de dados arqueológicos que nos permitem formular hipóteses e leituras mais abrangentes, socorremo-nos das fontes documentais, complemento essencial da investigação arqueológica.

1.1.2. As Fontes Documentais

A memória escrita de Évora apresenta alguma sobriedade informativa relativamente ao período histórico em questão.

Deste modo, a primeira aproximação ao seu legado árabe surge referenciada pelo erudito eborense André de Resende. Em pleno século XVI, Época áurea dos Descobrimentos Portugueses, André de Resende escreve a obra *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, cujos capítulos XI e XII são dedicados aos “mouros” que se estabeleceram em Évora (Vasconcelos, 1919-1920; Selvagem e Cidade, 1971, p. 42). O autor lê a crónica do *Mouro Rases* com sentido crítico retirando-lhe qualquer autenticidade face à sua vertente monárquica cristã, chegando mesmo a afirmar que “*assaz infelice foi o estado desta cidade em poder dos Mouros e, como ante dixе, de per nós ser conhecido*” (Vasconcelos, 1922, p. 12). O conservadorismo deste erudito eborense, reflexo de uma ideologia cristã predominante na Europa da Idade Moderna, marginaliza a civilização islâmica como figurante da história eborense e nacional, retratando de forma restrita a presença árabe em Évora, utilizada apenas como justificação do discurso hegemónico português e cristão. Complementando este esforço histórico surge a obra, algo fantasiosa, *Historia das Antiguidade de Évora* da autoria do Jesuíta Martim Cardoso de Azevedo, de seu pseudónimo Amador Patrício, escrita em 1614 e publicada em 1739, seguindo o exemplo de André de Resende.

Testemunho da ideologia romântica foi, três séculos depois, Gabriel Pereira (1847-1911), intelectual eborense cujo exímio domínio da paleografia permitiu leituras históricas inéditas para a região de Évora (Branco, 2007, p. 121). Da vasta bibliografia que publicou, percorrendo temáticas históricas, arqueológicas, artísticas e etnográficas, temos de sublinhar o seu trabalho sobre *Estudos Eborenses. Os Mouros*, editado em 1893.

Pensamos que a sua amizade com José Leite de Vasconcelos (Branco, 2007) e o contacto com as obras escritas de Reinhart Dozy e de Hartvvig Derenbourg (Dozy, 1846; Derenbourg, 1884) lhe terá proporcionado um novo olhar sobre a comunidade muçulmana eborense, resultado desta primeira abordagem individualizada sobre os “mouros”. De facto, ao fundamentar a sua leitura da realidade medieval muçulmana em

solo eborense nos relatos de viagem do geógrafo árabe *al- Idrisi* revela dados históricos inéditos indo contra os pressupostos teóricos cristãos vigentes na época (finais de século XIX), chegando a elogiar e exaltar a “(...) *nobre altivez arabe*” do poeta eborense *Ibn ‘Abdun* (Pereira, 1893, p.3).

A etnicidade cristã incorpora também os primeiros trabalhos de Túlio Espanca (1913-1993). O editor do boletim de cultura *A Cidade de Évora* até ao ano da sua morte, publicou a grandiosa obra *Inventário Artístico de Portugal* (oito volumes), além dos trinta e seis *Cadernos de História e Arte Eborense*, nos quais podemos encontrar referências ao passado islâmico de Évora (Branco, 2007, p. 122).

Possivelmente consultando os seus eruditos predecessores, André de Resende e Gabriel Pereira, e apoiando-se em fontes documentais cristãs, Túlio Espanca afirma nos seus *Cadernos de História e Arte Eborense* II e XVI que no ano de 761, o núcleo urbano de Évora foi alvo de uma incursão efémera pelo rei cristão das Astúrias, D. Fruela (Espanca, 1945; Espanca, 1959). No domínio dos factos históricos que abordaremos, esta informação não nos resulta credível⁸, na medida em que a análise das fontes escritas manuseadas para a elaboração desta dissertação não nos descreve tal episódio.

A compilação de textos árabes⁹ elaborada, pela primeira vez, por António Borges Coelho, entre 1972 e 1975, é considerada como um precioso acervo documental para o período medieval islâmico, disponibilizando informações únicas sobre os mais variados aspectos da sociedade islâmica. Obra de referência para historiadores, arqueólogos, entre outros, que se dedicam ao estudo do nosso passado islâmico, foi sobejamente utilizado e inscrito nesta dissertação académica, motivando novas perspectivas e desvendando imagens de potencial importância sobre Évora Islâmica.

A obra de António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, instigou outros investigadores, como por exemplo Adel Sidarus e António Rei, a procurar e pesquisar as fontes textuais árabes de forma a elaborar um sistemático conhecimento histórico sobre o *al-Andalus*.

⁸ Túlio Espanca não menciona a referência documental da qual retira a informação exposta, não sustentando deste modo a sua afirmação.

⁹ Coelho, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 3ª Edição revista Lisboa, Editorial Caminho, 2008.

O investigador egípcio, Adel Sidarus, Professor na Universidade de Évora onde leccionou a disciplina de Estudos Árabes e Islâmicos. Adel Sidarus define-se “*como um orientalista interessado na criação de laços de proximidade entre as duas margens do Mediterrâneo*”¹⁰. De encontro a esta descrição, a sua investigação direcciona-se para a análise de fontes escritas sobre o *al-Andalus*, cujo domínio da língua permite uma aceção dos manuscritos e um incremento das fontes árabes disponíveis. Em relação à cidade de Évora, o autor em muito contribuiu para o conhecimento histórico da urbe em Época muçulmana, nomeadamente através da leitura e interpretação de *Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos Muladi e Berbere no Ocidente Andaluz* (Sidarus, 1988-1993), segundo a crónica de *Ibn Hayyan* (Córdova, 987/88 - 1076), o *al-Muqtabis V*. O documento histórico, como veremos adiante, torna plausível uma perspectiva mais abrangente sobre o aglomerado urbano no século X.

Outro investigador cujas abordagens históricas se centralizaram sobre as heranças árabo-islâmicas foi o historiador eborense António Rei. O seu percurso académico ditou o contacto com as fontes geográficas árabes, realizando um levantamento e interpretação de algumas, a título de exemplo as descrições fornecidas sobre o *Gharb al-Andalus* pelos geógrafos árabes *Yâqût al-Hamâwî* e *Ibn Sa’îd al-Maghribî* (Rei, 2003; Rei, 2005), que contribuíram para a reconstituição histórica de algumas lacunas sobre o passado islâmico de Évora, como analisaremos posteriormente.

Enunciados os autores, procedemos à análise das fontes documentais.

A apreensão pela escrita do processo de conquista da cidade de Évora entre 714 a 716 pauta-se pelo silêncio total. As primeiras fontes árabes subordinam-se aos acontecimentos bélicos e políticos que ocorreram na conquista das várias cidades do *Gharb al-Andalus*, referenciando concepções e posições determinadas quer pela evolução diacrónica da ocupação islâmica, quer pela importância em Período Romano e Visigodo das urbes submetidas (Macias, 2006, p. 154). Esta tendência cronística fez com que a cidade de Évora ficasse para segundo plano em relação à sede de *Kūra*, Beja.

Numa tentativa de redimensionar o conhecimento sobre as vicissitudes históricas que ocorreram no espaço urbano de Évora, nos primeiros dois séculos de ocupação

¹⁰ Site: <http://acincotons.blogspot.com/2010/12/entrevista-com-o-professor-adel-sidarus.html>

muçulmana, enfocamos a cidade de Beja e seus acontecimentos descritos pelos cronistas árabes de modo a contrapormos e perspectivarmos sobre o que se passaria, provavelmente, em Évora.

A primeira referência textual a Évora foi elaborada no século X pelo célebre historiador e geógrafo *Ahmad al-Rāzī*, comumente conhecido como o *Mouro Rasis* (Rei, 2005). A sua obra testemunha a dimensão espacial do *al-Andalus* no século X, discernindo sobre as suas principais cidades, focando-se essencialmente nas sedes de *Kūra*. Neste contexto a urbe de Évora aparece incorporada na descrição da circunscrição militar e administrativa de Beja, mencionando que “*E, em seu termo, jaz uma vila a que os antigos chamavam Ebris e ora é chamada de Évora com seus termos*” (Coelho, 2008, p. 23).

A sua integração espacial na *Kūra* de Beja evidencia a supremacia político-económica e judicial que o aglomerado urbano bejense ainda conservaria desde a Antiguidade Clássica sobre as cidades e fortalezas suas dependentes (Fernandes, 1991, p. 34; Picard, 2000, p. 132). No relato cronístico, Évora aparece designada como uma vila cuja antiguidade e prévio topónimo importa mencionar, revelando elementos de continuidade urbana com o passado clássico e uma sobreposição dos estabelecimentos humanos no espaço eborense. Do ponto de vista administrativo destaca o território que se encontrava sob a dependência de Évora, demonstrando a sua autoridade e importância política, administrativa e judicial sobre o espaço circundante. Como sabemos não existem cidades sem território e vice-versa (Mattoso, 1992, p. 15).

Um outro contexto documental do *Mouro Rasis* guarda memória de uma continuidade geopolítica estabelecida desde a antiga Lusitânia: a descrição da formação do emirado omíada no *al-Andalus* e consequente ocupação das principais cidades islâmicas pelo emir *‘Abd al-Rahmān I*, e “*veio filhar Beja e Évora e Santarém e Coimbra e todo o Algarve*” (Coelho, 2008, p. 149), resulta na designação das cinco zonas geo-históricas herdadas do passado romano (Torres, 1992, p. 346). A herança territorial integra a cidade de Évora no espaço compreendido do Alto Alentejo, travando relações de proximidade e estratégia política, económica e social com Badajoz e Alcácer do Sal englobados na mesma zona geo-histórica (Torres, 1992, p. 420).

A construção da imagem de um soberano forte e competente, *‘Abd al-Rahmān I* (756), que conquista todo o *Gharb al-Andalus*, denunciado pela especificação das cinco

áreas geopolíticas que abrangem a totalidade do território, relativiza a situação de nominal subordinação de Évora à sede de *kūra* de Beja durante os dois primeiros séculos de dominação árabe, facto plausível atendendo ao distanciamento temporal entre os acontecimentos e a crónica árabe.

Em conformidade com as fontes árabes acima analisadas, a cidade de Évora reflecte-se pela falta de informação, apenas consignada pela sua antiguidade, proximidade geográfica e dependência político-administrativa em relação a Beja, não deixando de lançar problemáticas difíceis de esclarecer, nomeadamente premissas de ordem social, cultural, económica, política, administrativa, jurisdicional e urbana. Contudo, à luz de um contexto militar no ano de 913, as problemáticas irão alcançar algumas respostas sobre o estado imerso em que se encontrava a urbe eborense e as suas repercussões a nível local e posteriormente num sentido mais abrangente no quadro do *al-Andalus*.

Com efeito, o ataque de Ordonho II no ano de 913 à cidade de Évora, descrito por *Ibn Hayyān*, no *Muqtabis V* (Sidarus, 1988-1993), e por um autor anónimo na *Crónica Anónima de Abd al-Rahmān III al-Nasir* (Lévi-Provençal, 1948; Lévi-Provençal, 1990a), constitui um ponto de análise privilegiado para a formulação da sua realidade política, administrativa, social, demográfica e urbanística, tanto que ultrapassou as fronteiras iniciais de uma crónica regional coeva, tendo lugar na importante compilação de *Ibn Hayyān*, redigida no século XI (Fernandes e Vilar, 2007, p. 6). A partir deste relato podemos esboçar uma cidade com construções de Época Romana que perduraram no tempo, mas cujo custo das reabilitações e o clima de possível estabilidade ditaram o mau estado da sua linha de defesa amuralhada (Sidarus, 1988-1993), facilitando desse modo o ataque das hostes cristãs. Passado algum tempo, o então senhor de Badajoz, *Ibn Marwān al – Jillīqī*, (Sidarus, 1988-1993, p. 10-12) assume o esforço de reconstrução da cidade que num aspecto de lógica económica irá reutilizar os materiais pétreos romanos para a sua edificação (ainda visível nos panos de muralha) e seguir o percurso da muralha pré-existente (Fernandes e Vilar, 2007, p. 6-7), permitindo assim uma continuidade do povoamento eborense.

O relato descritivo do acontecimento expressa pela ausência de dados a inexistência de arrabaldes e de um Alcácer. Caso existissem arrabaldes na área extramuros do aglomerado urbano, estes seriam os primeiros a ser atacados pelo rei

cristão Ordonho II e caso existisse um Alcácer, a defesa intramuros da urbe eborense seria momentaneamente assegurada por este dispositivo defensivo (Fernandes e Vilar, 2007, p. 10).

O conjunto de informações apresentadas pela crónica documental elucidam-nos sobre o tecido urbano da cidade de Évora, enunciando-nos uma continuidade da malha urbanística romana aproveitada pelos muçulmanos eborenses, ao mesmo tempo que se constitui como uma fonte imprescindível para a compreensão de outros aspectos político-administrativos, sociais e culturais como a presença de um *'āmil* na cidade, o medo da intrusão berbere, a fuga de aristocratas para Beja, a quantificação demográfica da população que habitava o núcleo urbano (Sidarus, 1988-1993, p. 9), entre outros, dados que serão objecto de uma integração e contextualização histórica no próximo capítulo.

Todavia, equacionando o discurso narrativo da crónica como retrato do acontecimento militar, muitas são as discussões que persistem sobre a divisão espacial da cidade intramuros, a realidade político-administrativa e sua capacidade interventiva, as actividades económicas desempenhadas pelos seus habitantes, as minorias étnico-religiosas instaladas na urbe e sobre outras questões para as quais a fonte documental não nos oferece resposta dado o género da sua diegese.

No século XII, o geógrafo *al-Idrīsī*, elaborou um compêndio geográfico para o cristão italiano Rogério II da Sicília (Valdés Fernández, 2001, 161), destacando num contexto descritivo de caminhos os marcos fundamentais do território: as cidades. Naturalmente, as cidades, como rótulas de articulação do território, ocupam um lugar central na prossecução do itinerário e sua redacção. Neste âmbito, enquadra-se a descrição da cidade de Évora, caracterizada por *al-Idrīsī* como: *“Esta última cidade é grande e bem povoada. Cercada de Muros, possui um castelo e uma mesquita-catedral. O território que a cerca é de uma fertilidade singular. Produz trigo, gado e toda a espécie de frutos e legumes. É uma excelente região onde o comércio é próspero, quer em objectos de exportação quer em objectos de importação. De Évora a Badajoz, para oriente, 2 jornadas.”* (Coelho, 2008, p. 156)

Neste contexto, o geógrafo árabe dá a conhecer ao seu mecenas (imbuído pelo fascínio de conhecer o desconhecido território do *al-Andalus*) o mundo muçulmano peninsular visto pelo olhar do viajante, que no caso concreto de Évora revelam as

características mais evidentes, nomeadamente a sua escala, marcos simbólicos e monumentais, produção agrícola e actividades comerciais.

O modelo de cidade apresentado ajusta-se a uma estrutura urbana de alguma visibilidade em termos de área ocupada intramuros, com cerca de 10 ha de extensão, não concorrendo certamente com cidades como Lisboa, na ordem dos 15,6 ha (Torres, 1992, p. 420; Lima, 2004, p. 5). Não obstante, a dimensão provável da cidade teria a capacidade de acolher uma população supostamente numerosa, uma comunidade activa capaz de sustentar uma próspera economia.

Neste processo de descrição urbana o geógrafo árabe ressalva três elementos que marcam esta cidade de um ponto de vista territorial – a muralha, o castelo e a mesquita. Ao definir o espaço simbólico e político para quem é exterior à cidade, esclarece o modelo organizacional da mesma, congregando a muralha como limite físico da urbe e o castelo e a mesquita como divisão de espaços de poder e da religião. Outra noção perspectivada por *al-Idrīsī* é a da relação entre a cidade e seu espaço envolvente, apresentada por uma ordenação de valor económico baseada numa agricultura diversificada e na criação de gado. Deste modo as cidades não podiam ser entendidas unicamente no interior dos seus limites.

Por fim, a cidade de Évora é assumida como um espaço protegido onde era possível realizar o intercâmbio de bens e serviços, motivado quer pela sua situação estratégica de encruzilhada de caminhos terrestres, que faziam a ligação desde os portos litorais até ao interior, como também pela densidade populacional que implementava uma rede de compra e venda, praticando assim um comércio dinâmico.

Ibn Sa'īd al-Maghribī, poeta e geógrafo granadino que viveu durante o século XIII (Rei, 2005, p. 23), faculta-nos um tratado de geografia com importantes informações sobre o ocidente peninsular, descrevendo-nos as cidades onde importantes literatos deram o seu contributo artístico. Segundo o historiador António Rei, o autor em questão cita por diversas vezes o *Mouro Rasis* como origem das suas notícias geográficas, por conseguinte apoiando-se em fontes históricas mais antigas reproduz uma leitura mais concludente acerca das cidades sob o domínio muçulmano (Rei, 2005, p. 24). Pelos esforços que empreendeu ao reunir e interpretar tamanha informação consegue expressar no caso concreto de Évora os desígnios políticos e administrativos estabelecidos na urbe, nomeando por ordem cronológica as personagens políticas que governaram o aglomerado urbano eborense e que se encontravam por isso capacitadas

para assegurar localmente uma articulação entre o poder aftácida e a comunidade regional.

“A cidade de Évora é uma das cidades famosas no Reino de Badajoz, e muito recordada por Ibn ‘Abdūn na sua poesia. Tendo-a fortificado al-Muzhaffar ibn al-Aftas, colocou nela o seu filho al-Mansūr. Da mesma forma foi seu governador al-Mutawwaqil, e o filho de al-Mutawwaqil. Ela agora pertence aos cristãos.” (Rei, 2005, p. 34) Face à descrição elaborada por *Ibn Sa‘īd al-Maghribī*, podemos também compreender a importância do centro urbano de Évora no século XI pela referência ao letrado *Ibn ‘Abdūn* e pela escolha da palavra “famosa” como descritor da urbe. De facto, a cidade de Évora como iremos analisar posteriormente será no século XI, uma cidade cujo florescimento cultural acompanha uma Época de consolidação económica coetânea com os movimentos unificadores à escala regional, os reinos de Taifas.

O vazio documental, presente na crónica, relativo a uma época de dominação almorávida e almoada na urbe eborense anterior à conquista cristã de Évora em 1165 poderá revelar a adição posterior de informações à crónica ou, tendo em conta o propósito da obra (descrição de cidades enquanto centro de saber, arte e ciência), entendemos que provavelmente a produção cultural eborense foi menor durante o domínio das dinastias magrebínas.

Com o decorrer do tempo a quantidade de informações aumentou providenciando uma leitura abrangente sobre os meios, as situações e as formas de acção do poder político, religioso e económico como agentes reguladores da sociedade muçulmana eborense durante o período almorávida e almoada.

Em relação às fontes epigráficas é de facto reconhecível a importância do suporte pétreo epigrafado de ambos os lados (Borges, 1998, p. 230) (fig. nº. 2) exumado nas caves do Museu Municipal de Évora no século XIX (Alegria, 2011, p. 5).

O Museu Municipal de Évora possui ainda um exemplar em suporte pétreo do almocávar da cidade, nomeadamente um epitáfio de 1130 encontrado numa das paredes da antiga Igreja de São Pedro (Rua Diogo Cão) (Fig. nº 3). Possivelmente, a lápide epigráfica foi trasladada do seu local de origem e utilizada como material construtivo na edificação da igreja (Borges, 1998, p. 256).

1.1.3. Problemáticas das Fontes Documentais

Procurando sintetizar e problematizar os conhecimentos actuais sobre a *Yābura* islâmica, as fontes documentais revelaram-se veículos privilegiados para abordar a evolução histórica do aglomerado urbano, cronologicamente balizado entre os séculos VIII a XII.

Os testemunhos escritos dos autores árabes que dissertaram sobre a cidade de Évora levantam certos problemas resultando no facto de existir uma desarticulação dos graus de informação entre os vários documentos devido ao anacronismo temporal que os separa. É preciso ter em conta que a produção literária árabe se baseava no uso total da informação que se poderia recolher nos autores precedentes, inspirando-se e copiando os dados, sem que lhes fosse necessário atribuir a autoria da informação que se reproduzia¹¹ (Tahiri, 2006, p. 41). Como tal, a indução em erro consagrada pelo desconhecimento biográfico dos autores, poderá ser ultrapassada por uma leitura atenta e geral das fontes documentais que se debruçam na descrição do aglomerado urbano de Évora.

Um dos aspectos particulares presente nos textos dos autores árabes relaciona-se com a noção de território, maioritariamente alicerçada na sua configuração física. Preocupando-se com a descrição das realidades urbanas sob a forma de périplo (Tahiri, 2006, p. 42), estes dados imprimem-se de uma considerável importância pois possibilitariam o acesso ao espaço eborense através da denominação de distâncias entre cidades e também, pelo reconhecimento das cidades facilitado pela designação de marcos exteriores perceptíveis aos olhos de um viandante.

A componente geográfica das fontes escritas dava noções muito precisas para uma sociedade em permanente movimento e deslocação como é a sociedade islâmica, além de fornecer referências sobre diversificados conteúdos necessários ao poder vigente para garantir uma melhor defesa e governo das cidades, enquanto palcos de um espaço aglutinador mais amplo, o *al-Andalus* (Torres, 1992, p. 417).

¹¹ Como é o caso de *al-Idrīsī* e de *Ibn Sa'īd al-Maghribī* que se apoiam nos textos produzidos pelo *Mouro Rasis* (Rei, 2005).

Beneficiando de uma identidade urbana, Évora é retratada por poucos autores (Mazzoli-Guintard, 1996, p. 227) em fontes cronísticas a partir do século X, imprescindíveis para a contextualização da realidade citadina, nomeadamente a sua evolução urbana, a paisagem, o povoamento, os elementos da população mais importantes, as riquezas naturais, o comércio, os caminhos e vias que a ligavam a outros espaços, ligações político-administrativas e por fim a história da cidade.

Não obstante, como já acima clarificamos, não integrámos todas as fontes escritas sobre a cidade em questão neste ensaio discursivo, sobretudo pela qualidade e quantidade da informação redigida ser menor e repetida, não nos revelando uma percepção histórica mais consentânea com a realidade.

De salientar ainda que a preservação de um reduzido acervo de fontes escritas árabes dificulta-nos a análise e interpretação histórica sobre a realidade eborense, nomeadamente para os séculos VIII e IX. Este facto inviabiliza uma aproximação mais rigorosa ao estudo da urbe eborense, pelo que optamos por socorrer-nos de elementos históricos e territoriais referentes a uma realidade próxima de Évora, Beja (Macias. 2006). Sobre as ilações históricas que podemos retirar das fontes escritas para Beja, tentamos transportar alguns dos aspectos para o conhecimento sociopolítico de Évora, deparando-nos com uma série de interrogações difíceis de esclarecer, como a configuração da cidade emiral de Évora; o processo de islamização da sociedade; entre outras.

No que concerne às fontes cronísticas balizadas entre o século X a XII, que abordam o recinto urbano de Évora, os seus conteúdos são de uma forma geral relativamente claros e a natureza da sua informação necessita apenas de uma leitura consciente, determinada pelos contextos históricos vigentes e pela noção precisa do tempo da escrita, de modo a realizar uma análise/confronto das perspectivas alusivas a uma realidade local.

Admite-se como fonte privilegiada, a crónica sobre o ataque de Ordonho II à cidade de Évora (Sidarus, 1988-1993; Coelho, 2008), pois identifica e marca um momento antes: fornecendo importantes dados sobre o estado do recinto defensivo, os espaços vazios e sobre a configuração da cidade, e um momento depois da razia cristã informando-nos sobre a nova conjuntura política e, em termos urbanísticos, sobre as

obras efectuadas na urbe eborense. É de facto nesta crónica coeva que temos acesso a informações gerais sobre a cidade islâmica.

Contudo, as informações transmitidas, desde o século X ao XII, não permitem o esclarecer de interrogações históricas relacionadas com: a localização da mesquita principal, da alcáçova, dos mercados, dos banhos, das áreas habitacionais e artesanais e dos arrabaldes.

Após a recolha e análise crítica e interpretativa das fontes documentais e arqueológicas disponíveis, era nossa intenção revelar as incoerências e compatibilidades informativas com que nos deparamos e as problemáticas com que nos debatemos. Tentando assim, no decorrer da nossa investigação colocar hipóteses de resposta às questões levantadas.

De seguida procedemos à incorporação das fontes documentais, ao longo do próximo capítulo, efectuando uma contextualização histórica com o intuito de perscrutar as narrativas diacrónicas da realidade eborense desde o Período Romano até ao Período Medieval Cristão, necessárias a um entendimento geral sobre a civilização muçulmana eborense.

2. Contextualização Ambiental e Histórica

2.1. Enquadramento Administrativo e Geomorfológico

A consciência do espaço geográfico para a civilização árabe, sociedade em permanente movimento, reflecte-se na produção de obras geográficas e mapas-mundo que compreendiam a totalidade do território do *dār al-Islam*.

O *al-Andalus*, nome pelo qual se denomina a Península Ibérica durante o período medieval muçulmano, apresenta duas divisões territoriais: o *Gharb al-Andalus* e o *Sharq al-Andalus*. O espaço territorial que concerne o *Gharb al-Andalus* integra na sua esfera a cidade de Évora.

O presente capítulo pretende ser o ponto de partida para o conhecimento da cidade de Évora e sua envolvência, objecto de análise na presente investigação, tentando compreender o enquadramento espacial do território delimitado pelo Homem, através da leitura de dados físicos como o relevo, a rede hidrográfica, os solos, o clima e a vegetação. Deste modo, a gestão dos recursos do meio ambiente na cidade e envolvente de Évora viabilizou a sua estrutura urbana, materializada em fenómenos sociais, culturais, económicos, político-administrativos que iremos analisar no decorrer da dissertação.

2.1.1. Enquadramento administrativo

Na actualidade a cidade de Évora, capital do Distrito de Évora, localiza-se na região do Alentejo e sub-região do Alentejo Central. O Concelho de Évora distribui-se por dezanove freguesias, sendo limitado a norte pelo município de Arraiolos, a nordeste pelo município de Estremoz, a leste pelo Redondo, a sudeste por Reguengos de Monsaraz, Portel aparece como limite sul, Viana do Alentejo encontra-se a sudoeste e Montemor-o-Novo estende-se a Oeste (fig. nº. 4). O território de Évora abrange uma larga área, desde as margens do rio Tejo até a Serra do Algarve, ocupando assim um lugar central entre o litoral alentejano e a Estremadura Espanhola.

O Concelho de Évora situa-se na Carta Militar de Portugal (folha nº. 460), editada pelo Serviço Cartográfico do Exército em 1970, à escala 1:25 000, (fig. nº. 5) e encontra-se à Latitude de 38° 34'05.61 Norte e à Longitude 7° 54'32.03" a Oeste.

2.1.2. Condições geomorfológicas

A paisagem e o espaço modificam-se continuamente para acompanhar as transformações da sociedade (Almeida, 2006 p. 31). A civilização islâmica produz uma organização espacial que lhe é própria, incorporando as pré-existências de uma cidade e dando-lhe um sentido específico na decoração e na sua monumentalidade. Centro de uma intensa sociabilidade dominada pela cultura e pela religião, a fundação de uma cidade islâmica obedece a factores económicos, político e defensivos (Khiara, 1994, p. 33-34). No caso de Évora, cidade de origem romana, a escolha do sítio para a implantação da urbe prendeu-se com a sua situação topográfica, além de outros elementos fundamentais, os quais iremos analisar de seguida.

Topograficamente, a cidade de Évora ocupa uma colina de declive acentuado a norte e suave a sul com máxima expressão nos trezentos e onze metros de altitude (Ribeiro, 1986, p. 54). A escolha do sítio alcandorado para a instalação da urbe eborense prende-se sobretudo por ser um local estratégico com domínio visual sobre a vasta planície que o circunda, propício à defesa e protecção de bens e pessoas (Ribeiro, 1986, p. 54). A sua adaptação ao relevo reflecte-se na morfologia urbana organizada em ruas concêntricas dispostas em torno de um ponto culminante (Alcoforado e Taborda, 1996-97, p. 13). No topo da colina encontram-se implantados os monumentos religiosos, políticos e sociais que formam o património histórico e arquitectónico da cidade-museu de Évora, e esses edifícios são: o Templo Romano, a Sé-Catedral, o Convento dos Lóios, o Museu Municipal de Évora (antigo Paço Episcopal) entre outros.

No que respeita à sua constituição geológica, o centro urbano de Évora localiza-se na unidade morfoestrutural da Península Ibérica denominada Maciço Hespérico, sendo que os terrenos mais antigos datam do Proterozóico Superior e são constituídos por migmatitos e gnaisses granitóides. As unidades litoestratigráficas presentes são do Câmbrio inferior (micaxistos e leptinitos anfibólicos), Ordovícico-Silúrico (metavulcanitos, anfibolitos e micaxistos), Devónico médio ao Carbónico Inferior (xistos, grauvaques, vulcanitos e calcários) (Rosca e Oliveira, 2005, p. 34).

Atendendo à Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50 000, notícia explicativa da folha 40 A (Carvalhos e Carvalho, 1969) (fig. nº. 6), Évora assenta no contacto entre

terrenos de xisto metamórfico e granito, que além de originar uma vasta planície de ondulação suave, a denominada pleneplanície alentejana, não cria grandes barreiras físicas à vida do Homem e permite a absorção de humidade (Ribeiro, 1994, p. 57) na Primavera e início do Verão, importante para as culturas agrícolas. Este elemento natural é visível na descrição do geógrafo al-Idrisi relatando que “ (...) *O território que a cerca é de uma fertilidade singular. (...)*”(Coelho, 2008, p. 53). Apesar de os terrenos em Évora não serem comparáveis à formação geológica designada por “barros de Beja”, que permitem uma maior produção de cereais e menor tempo de pousio, e que resultou por diversas vezes na supremacia de Beja sobre Évora, a cidade eborense “ (...) *Produz trigo, gado e toda a espécie de frutos e legumes. (...)*” (Coelho, 2008, p. 53).

2.1.3. Cobertura vegetal

A compleição da paisagem de Évora no Período Medieval Islâmico torna-se difícil de aferir pois a intervenção humana modificou as condições vegetais consoante as suas necessidades e padrões culturais, económicos e alimentares. Um ponto de partida possível para o seu estudo advém das informações documentais de época medieval muçulmana e cristã que chegaram até aos nossos dias, tal como o reconhecimento de espécies vegetais que caracterizam a paisagem alentejana.

O acesso ao combustível, isto é à lenha, e a materiais de construção (madeira), implicava uma intensa exploração florestal, todavia a região de Évora era parca nestes recursos, como sugere a protecção a que estes se encontravam consagrados (Beirante, 1995, p. 12). Por isso, a designação de matos para fornecer combustível para os fornos de pão e olarias, são outorgados pelas posturas e tombos, nomeadamente os matos de Montemuro Enguerenal e Cegonha, situados a oeste da cidade (Beirante, 1995, p. 12).

Os matos acima enunciados seriam cobertos por espécies mediterrânicas xerófilas (própria de lugares secos), com o domínio da azinheira e do sobreiro, cujo desenvolvimento espontâneo é favorecido pelas condições climatéricas da região (Plano Sectorial da Rede Natura, 2000, p. 1).

Sabemos que as hortas e ferragiais cercavam a cidade a este e a norte (Beirante, 1995, p. 12), e que o cultivo de árvores de sequeiro, como a alfarrobeira, figueira e

amendoeiras eram prática recorrente na Idade Média, reconhecidos como bens alimentares necessários (Saramago, 2007, p. 30).

A preponderância de trigo, essencialmente da espécie *Triticum Turgidum*, e de olival, pomares e vinhas, cultivados desde a época romana a par da criação de gado, particularmente bovino e caprídeo, supõe a existência de bons pastos para o gado na envolvente da cidade e a proximidade de terrenos cultiváveis e férteis. A contiguidade de estes campos à cidade pressupõe a fixação de coimas, disposições e regulamentos de actividades ligadas à produção agrícola eborense (*Costumes de Évora, Regimentos, Posturas Antigas*) fornecendo informações sobre as frutas (figos, maçãs e peras), os legumes (favas, lentilhas, feijões e ervanços), e plantas como o linho (imprescindível no fabrico do vestuário medieval) cultivados nas cercanias da urbe (Beirante, 1995, p. 13-14).

A existência de montados (sistemas extensivos de ocupação florestal) na envolvente da cidade de Évora (com vestígios na micro toponímia), com particular atenção para os montados de sobre, carvalho, azinheira, amieiro e freixo; pressupõe a existência de lugares com aptidões favoráveis à alimentação do gado, pastagem de cavalos e apicultura, como também à formação de zonas preferenciais de caça e aos sistemas agrícolas com pousio (Plano Sectorial da Rede Natura, 2000, p. 1-2).

2.1.4. Condições climáticas

O clima, tipicamente mediterrânico, apresenta uma dispersão da pluviosidade bastante desigual durante as diferentes estações do ano. A área espacial em análise integra-se no andar Meso-Mediterrânico Inferior, registando-se valores médios de precipitação em torno dos 900 mm/ano e com índice de continentalidade euroceânico (Brilha *et al*, 2010, p. 45-46).

As amplitudes térmicas são significativas resultando em condições climatéricas singulares. Durante os meses de Verão, Évora é assolada por altas temperaturas, sendo frequente o tom seco e amarelo espalhado pela planície, reflexo de um período de *secura estival*. Em relação aos meses de Inverno, o clima rígido faz-se sentir pelas suas

temperaturas negativas, que muitas vezes resultam na destruição dos campos agricultados.

2.1.5. Recursos hídricos

No domínio dos recursos hídricos, a escassez de água, tão fortemente conectada com a região alentejana, não se aplica ao espaço eborense. Évora situa-se num ponto de confluência de três bacias hidrográficas portuguesas: as bacias do Tejo, do Sado e do Guadiana. Facto verificado pela existência de afluentes do rio Sado, como o rio Xarrama e o Valverde; do Guadiana, pelo rio Degebe; e por último o rio Divor, com a sua barragem, afluente do rio Sorraia, que por sua vez é afluente do rio Tejo (Ribeiro, Lausentach e Daveau, 1987, p. 21).

A abundância de lençóis de água em toda área citadina, a um nível freático baixo, permitia a facilidade na recolha de água e sucessivamente a existência de várias actividades profissionais na cidade. De um modo geral, dada a constituição dos solos na região de Évora os recursos hídricos subterrâneos são fruto dessas condicionantes geológicas (sistema aquífero de Évora) (Ribeiro, 1986, p. 34).

Na área extramuros da “cerca velha” eborense existiria, segundo as referências documentais, uma antiga lagoa, denominada de “Brita Fios”, próxima da actual Porta da Lagoa (Almeida, *et al*, 2008, p. 201-202). Este elemento hidrológico seria de extrema importância pois permitia o rápido acesso das populações urbanas a um manancial de água e o desenvolvimento de actividades profissionais que dependeriam da água para a produção das suas manufacturas, como por exemplo a actividade oleira.

2.2. *Yābura*: Contextualização Histórica

2.2.1. Antecedentes históricos

A pré-existente cidade de *Ebora* fora conquistada pelos romanos, ganhando primazia no século I a.C., quando Júlio César, governador da Hispânia Ulterior desde o ano de 61, lhe concede o estatuto jurídico-político de *municipium* com direito antigo do Lácio, passando a denominar-se de *Liberalitas Iulia Ebora* (Faria, 2001, p. 355).

A cidade-fortaleza (*oppidum*), segundo Plínio, o Velho, governada por dúunviros, foi seguramente utilizada como centro regional pela administração da província da Lusitânia, encontrando-se sob a autoridade do convento jurídico pacense (Faria, 1995, p. 95; Faria, 1997, p. 181-182; Faria, 2001, p. 355). Admitia assim funções urbanas em contínua dependência da cidade romana de *Pax Julia* (Beja) (Alarcão, 1974, p. 54).

A sociedade romana, uma civilização de matriz urbana, dotou as suas cidades de importantes estruturas físicas que motivaram a relação entre espaços públicos e privados. No caso de Évora, ainda podemos admirar o que resta do antigo Templo Romano, dedicado ao culto do Imperador, que integrava parte do Fórum romano. A par do centro da cidade, o fórum, a municipalização da cidade eborense proporcionou a edificação de outros grandes monumentos públicos, como a Termas (Sarantopoulos, 2000), o Aqueduto (Quintela *et al*, 2005), as pontes e os eixos viários de que ainda se guardam memória (Bilou, 2005).

O nó de comunicações que caracteriza a cidade de Évora em período romano, ligando o interior ao litoral hispânico, tornando-se num ponto de atracção de mercadorias e mercadores, motiva a sua prosperidade económica e social no decorrer da romanidade (Alarcão, 1995, p. 134; Bilou, 2005).

A decadência do Império Romano no Ocidente irá trazer novas populações para o território nacional como os povos suevo-visigodos. A escassez de testemunhos documentais e materiais relativos ao período suevo-visigodo impossibilita a leitura histórica do aglomerado urbano eborense nesta época. Contudo, segundo Cristophe Picard (Picard, 2000, p. 46), no reinado de Leovigildo, a cidade de Évora era próspera,

tornando-se centro de emissão monetária e estando sob a dependência do poder de Mérida.

A civilização islâmica no *al-Andalus* bebe as influências de uma herança antiga, justificando a sua atracção pelas cidades cujo vínculo romano encontra-se fisicamente marcado. A simbiose cultural da qual a cidade de Évora é alvo irá contribuir largamente para o resultado complexo que será a cidade muçulmana de *Yābura*, como analisaremos adiante.

2.2.2. Évora na *Kūra* de Beja

“*Tu Rey, que descobriste as maravilhas desta cova serás desapossado por estranhas naçoens, e tuas gentes severamente castigadas: eu faço meu officio, chamando Arabes*” (Patricio, 1739, p. 324). À luz das crónicas cristãs, o advento de populações árabes para a Península Ibérica foi assumido como um castigo divino, formulação adequada para explicar a facilidade e rapidez operada nos trâmites da conquista muçulmana no ano de 711 a 716¹². A desagregação política e social do mundo visigodo pautada por acções de repressão religiosa e retrocesso económico tornou permeável a aceção de uma nova ordem – o Islão (Torres, 1992, p. 417).

O conhecimento do território peninsular, resultado das actividades comerciais e culturais desenvolvidas entre a Hispânia e o Magrebe e especialmente a sua proximidade geográfica, beneficiaram as narrativas diacrónicas da ocupação militar do *al-Andalus* iniciada por *Mūsā ibn Nusayr* (representante do sexto califa de Damasco nos territórios do Norte de África) e *Tāriq ibn Ziyad* (delegado do governador de Ifríquia no Magrebe) (Chalmeta, 1994, p. 13). Certos acontecimentos políticos motivaram a suspensão das investidas militares dirigidas por *Mūsā ibn Nusayr*¹³, colocando ' *Abd al*

¹² À luz do relato de *Ibn Muzayn*, cronista que viveu durante o século XI, compreendemos que a conquista muçulmana foi relativamente pacífica permitindo assim o rápido controlo do *al-Andalus*. In Chalmeta, Pedro. (1994) – *Invasión e Islamización – La sumisión de Hispania y la formación de al-Andalus*. Madrid: Editorial Mapfre, p.p. 110.

¹³ Segundo *Ibn 'Idhāri*, *Mūsā ibn Nusayr*, interrompeu as operações militares por ordem do califa al-Wālid in Picard, C. (1998) – *A Islamização do Gharb al-Andalus*, in *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, coord. Cláudio Torres e Santiago Macías. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.p.25.

- 'Azīz, filho de *Mūsā ibn Nusayr*, no comando das operações (Torres, 1992, p. 417-418; Chalmeta, 1994, p. 14).

A expansão muçulmana por terras do *Gharb al-Andalus*, perpetrada pelo chefe árabe 'Abd al - 'Azīz, entre os anos de 714 e 716, vai incorporar na órbita da influência islâmica as cidades de Beja, Évora, Lisboa e Santarém, entre outras (Chalmeta, 1994, p. 57). A política conciliadora de 'Abd al - 'Azīz, definida pelo estabelecimento de acordos e contractos com a população autóctone, contribuiu para o preenchimento do vazio económico, cultural e político-social deixado pelo reino visigodo de Toledo (Lévi-Provençal, 1990a, p. 254). Esta concepção explica de certa maneira, o sucesso da conquista muçulmana.

Consideremos outra circunstância verdadeiramente significativa no decurso da ocupação do espaço geográfico que delinea o *Gharb al-Andalus*: a continuidade territorial através da manutenção e revitalização das antigas divisões administrativas adaptadas à estruturação interna do mundo islâmico (Picard, 2000, p. 86). De encontro a esta perspectiva, centremo-nos na *Kūra* de Beja, circunscrição militar e administrativa, na qual se enquadra política e economicamente a cidade de Évora (Coelho, 2008, p. 9).

Centro polarizador do *Gharb al-Andalus* e local cujo controlo permitia dominar um vasto e diversificado território, explícito nas crónicas de *Ibn 'Idārī* (Fernandes, 1991, p. 42), “*Moveu-se contra Beja e tomo-a apoderando-se, a partir dela, de todo o Gharb*”, Beja surge nos primeiros séculos de islamização como núcleo de influência e centro de origem de importantes jogos políticos. Uma urbe como Beja não perde assim a sua antiga importância e até expressa sinais de vitalidade, acrescido pela sua localização prestigiada na intrínseca rede de contactos com o mundo mediterrânico e proximidade da antiga capital da Lusitânia, Mérida (Fernandes, 1991, p. 45-46).

O protagonismo do antigo *Conventus Pacensis* nos alvares da islamização, começa a ganhar destaque com a instalação do *jund* sírio em 741, e posteriormente com a fixação de tropas egípcias no Alcácer bejense em 742, após a expulsão da guarnição militar árabe (Sidarus, 1996, p. 34-35; Picard, 2000, p. 98). A ocupação do espaço urbano de Beja por contingentes militares exógenos, supõe num primeiro momento a irradiação dos elementos revoltosos que previviam nesse espaço citadino e num segundo momento a consolidação territorial do *Gharb al-Andalus* sob o jugo fiscal e político do califa de Damasco (Macias, 2006, p. 44-45).

A formação do estado omíada no *al-Andalus*, no ano de 756, levado a cabo pela mão de *‘Abd al-Rahmān I*, em consequência da ascensão do poder abássida em Damasco e sua fuga para um território periférico em relação ao Oriente islâmico, foi tarefa árdua, pois os focos de revolta multiplicavam-se pelas cidades e vilas do *al-Andalus* (Picard, 2000, p. 99). Determinado a restabelecer a ordem, o primeiro emir omíada “veio filhar Beja e Évora e Santarém e Coimbra e todo o Algarve.”¹⁴ e, após a submissão dos povos que viviam sob a protecção do Islão, organiza e ordena o espaço ibérico a nível económico, político, cultural, urbano e social. Contudo, a eclosão de uma revolta no ano de 763 na cidade de Beja, vai colocar em causa o poder emiral (Macias, 2006, p. 39). A ostentação da bandeira negra dos abássidas, pela tribo *Yahsubi*, expressa movimentos de luta contra o poder central e sobretudo contra a beneficiação económica e política dos clãs árabes face às comunidades autóctones (Macias, 2006, p. 39-43). A rede de clientela dos *Yahsubis* era maioritariamente indígena, por isso a quebra do seu poder económico incidia directamente nos cofres da tribo árabe. A revolta foi controlada tempos depois, e os interesses das elites locais aqui representados foram abafados (Picard, 2000, p. 101).

Os ímpetos autonomistas animaram, uma vez mais, a sede de *Kūra* em meados do século IX, no seguimento do levantamento muladí perpetrado contra o poder central cordovês, pelo famoso líder *Ibn al-Yilliqī* (85? -888). Um dos seus seguidores ou rival (Franco Moreno, 2008, p. 52-53), como admitem certos documentos, foi *Ibn al-Jawwād* que tomou a *mādina* de Beja e o *qsar* de Mértola, como bastiões da luta muladí frente aos excessos de poder praticados pelas elites emirais árabes (Macias, 2006, p. 46-47).

As sublevações independentistas muladíes, reveladoras da política de conversão dos senhores visigodos à religião do profeta Maomé, implementada pelo emir *‘Abd al-Rahmān II* (822-852), terão início no reinado de *Muhammad I* e progredirão pelo emirado de *‘Abd Alah*, dando origem a um período de *fitna* e paradoxalmente a um ressurgimento do modelo muçulmano num contexto de desenvolvimento económico e aculturação andalusa (segundo *Ibn Hayyān* [Lévi-Provençal, 1990b, p. 352]).

O conturbado ambiente político vivido no *al-Andalus* vai ser suprimido pelo poder unificador do califa *‘Abd al-Rahmān III*, no ano de 929, e Beja deixará de ser o

¹⁴ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. Luís F. Lindley Cintra, Lisboa: Imp. Nac. Casa da Moeda, 1983.

epicentro de acções e revoltas remetendo-se a um silêncio documental (Macias, 2006, p. 41).

Porque é que a cidade de Évora não merece a atenção dos cronistas do século VIII e IX?

Como sabemos, a cidade de Beja mantém a sua preponderância política, económica e social desde a Antiguidade Tardia, sendo disso reflexo a sua nomeação como sede de *Kūra*, centro de decisão regional em época muçulmana (Macias, 2006, p. 35). Relações de hierarquia e domínio sobre cidades secundárias suas dependentes (na qual se inclui Évora) motivaram a sua primazia enquanto pólo dinamizador das redes sociais e comerciais.

A continuidade da importância das elites locais no território bejense motivou todo um ciclo de revoltas contra o poder central que justifica a atenção dos cronistas, negligenciando nas suas crónicas as demais cidades. O foco de instabilidade promovido pelo antagonismo social, que se fazia sentir em Beja, entre uma poderosa aristocracia local e os poderes clânicos árabes, atira para a ribalta a cidade de Beja durante cerca de dois séculos. A constante série de episódios políticos e sociais em Beja determinaram a subalternização de Évora neste período histórico, pois Évora não usufruía das mesmas condições políticas, administrativas, económica e sociais que possibilitariam a ocorrência de tais acontecimentos.

Todavia, seguindo como denominador comum os acontecimentos em Beja, podemos colocar hipóteses sobre a realidade eborense. As fontes documentais ao primarem pela sobriedade informativa em relação a Évora, poderão evidenciar um território cujas convulsões político-sociais foram visualizadas de longe sem se repercutirem no espaço eborense, podendo admitir também a existência de uma população heterogénea relativamente autónoma e proprietária dos seus meios de produção que não terá deixado ao abandono a estrutura urbana que serviria para sua própria protecção e dos seus bens.

2.2.3. Prosperidade de Évora no contexto *al-Andalus*

Um acontecimento trágico, tendo como cenário a cidade de *Yābura*, marcou profundamente a identidade da comunidade religiosa e política do *Gharb al-Andalus*.

Atravessando parte do actual território português, com um contingente militar avaliado em cerca três mil soldados, o rei asturo-leonês Ordonho II marcha em direcção ao sudoeste peninsular, lançando o seu ataque surpresa sobre a indefesa cidade de Évora, no dia 18 de Agosto de 913 (Coelho, 2008, p. 51). O lixo amontoado, sobrepondo-se em algumas áreas à altura das muralhas e o abandono militar a que foi desprovida a estrutura fortificada, favoreceu uma ofensiva rápida e letal. “*Nesta batalha encontrou o martírio (...)*” (Sidarus, 1988-1993, p. 21) o governador de Évora, *Marwān ibn’Abdalmālik ibn Āhmad*, assassinado pelas hostes cristãs no interior da sua própria mesquita e, os sobreviventes eborenses, cerca de quatro mil, foram escravizados e levados para a Galiza, englobando os abundantes despojos de guerra angariados no saque (Sidarus, 1988-1993, p. 19). Somente dez famílias da aristocracia local conseguiram sobreviver à investida, refugiando-se “*(...) num daqueles edifícios antigos (...)*” (Sidarus, 1988-1993, p. 22-23), e fugindo na calada da noite para a cidade fortificada de Beja.

A vulnerabilidade a que se encontrava exposto o centro urbano, chamou a atenção do senhor de Badajoz *Ibn Marwān al – Jillīqī* para a possibilidade de uma intrusão e ocupação berbere na deserta cidade (Picard, 2000, p. 102). Assim, mandou arrasar torres e muralhas de maneira a tornar-se impeditiva qualquer forma de vivência e estabilidade populacional na área (Fernandes e Vilar, 2007, p. 9). Todavia, passado um ano, *Ibn Marwān al – Jillīqī* reconsidera e efectua a reconstrução do meio urbano alentejano, entregando o seu destino a seu fiel aliado *Mas’ūd ibn Sa’dun Surunbāqi* (Franco Moreno, 2008, p. 54-56).

A observação histórica das informações e elementos revelados neste episódio caracteriza as realidades políticas e sociais da civilização islâmica peninsular no século X e numa acepção particular, aborda a decadência do espaço eborense. De acordo com o último ponto, compreendemos a fragilidade do sistema defensivo muçulmano através da

ausência de uma linha de defesa estruturada que impedisse a progressão cristã e de um programa político de reabilitação das torres e muralhas e construção da alcáçova¹⁵ da cidade de Évora (Fernandes e Vilar, 2007, p. 9). A referência documental indicia uma islamização do espaço, citando a mesquita, provavelmente localizada no interior do seu palácio, construção religiosa onde o governador encontrou a morte (Sidarus, 1988-1993, p. 16).

O mundo árabe apresenta-se na personagem do *'āmil Marwān ibn 'Abdalmālik ibn Āhmad*, reflexo da autoridade administrativa e jurisdicional presente nas cidades islâmicas demonstrando a influência dos clãs árabes nesta região alentejana subsidiária das vicissitudes étnicas absorvidas pela *Kūra* de Beja, nos séculos passados. A presença de pelo menos dez famílias nobres a residir na cidade, possivelmente terratenentes de origem autóctone conversos ao Islão, associada à taxa demográfica, cerca de 4.000 habitantes, espelha uma continuidade habitacional da área intramuros e arredores apoiada numa sociedade integrada na cultura muçulmana. Compreendemos ainda que o aglomerado urbano possuía um perímetro amuralhado capaz de albergar tal quantidade de pessoas aquando da algará cristã.

A conjuntura geopolítica beneficiou a cidade de Évora, colocando-a sob a alçada de Badajoz (Franco Moreno, 2008, p. 55). Estrategicamente localizado na rede viária e topograficamente dominante face ao território envolvente, o centro eborense era um importante ponto de apoio militar para a cidade de Badajoz, noção que *Ibn Marwān* possivelmente levou em conta, pois providenciou a reconstrução de seu perímetro amuralhado¹⁶ e juntou-o à causa muladí nomeando para o governo seu aventureiro amigo *al-Surunbāqi* (Picard, 2000, p. 103). O poder de *al-Surunbāqi* perante o emirado omíada, enquanto descendente das antigas elites locais, é visível na vasta clientela de militares e população, de origem possivelmente rural, que consegue movimentar da região de Beja para repovoar a área de Évora. O clientelismo é um sistema tradicional da sociedade árabe (Guichard, 2001, p. 15-16), que se reflecte no comportamento

¹⁵ A inexistência de uma alcáçova parece-nos verídica, na medida em que a fonte escrita apenas menciona o estado de degradação das muralhas e não aborda outro obstáculo defensivo.

¹⁶ O medo de ocupação berbere que antes se havia demonstrado na ocupação da cidade de Mérida, bastante próxima a Badajoz, fez com que num primeiro momento, *Ibn Marwān* destruísse as defesas de Évora e num segundo momento compreende a importância da cidade na conjuntura defensiva da cidade de Badajoz. (Picard, 2000, p.p. 99)

político de *al-Surunbāqi* explícito de uma verdadeira aculturação dos mecanismos de solidariedade árabes (Picard, 2000, p. 36).

De forma a legitimar a sua acção ideológica, *Ibn Marwān* materializa textualmente numa epígrafe o seu papel de “fundador” da cidade do Alto Alentejo. Assim, no designado lado “A”, surge sobre suporte pétreo, a formulação do novo poder estabelecido em Évora (Borges, 1998, p. 230).

“*Toda a gente do Ocidente e de outros (sítios) ficou profundamente abalado com o que aconteceu aos eborenses e ficou a recear fortemente o inimigo (cristão).*” (Sidarus, 1988-1993, p. 30), e prontamente iniciaram um plano de reestruturação e projecção de linhas de defesa e cintas amuralhadas eficazes.

Um quadro de desorganização militar e política evidente no estado de inércia em que se encontrava o *Gharb*, manifesta as divisões internas incitadas por líderes muladíes contra o poder cordovês, centradas em importantes cidades como Beja e Badajoz, e as lutas civis com os berberes que ocuparam Alcácer do Sal e Mérida, factores que provocaram a fragmentação do território do *dār al-Islam* tornando-o vulnerável às ameaças externas (Picard, 2000, p. 124).

Outro factor a considerar neste universo político, é a incorporação de Évora no pólo de influência espacial de Badajoz a par do sucessivo afastamento da autoridade regional, Beja. Porém, é perceptível na fonte textual, o papel da cidade de Beja como ponto de acolhimento para os aristocratas eborenses que fogem da cidade em ruínas. Transparece assim, uma continuidade nas ligações sócio-culturais, político-jurídicas e afinidades geoeconómicas entre ambas as cidades neste período histórico.

Segundo *Ibn Hayyān*, em *Dahūra* (Khawli, 2001b, p. 35), “*a cidade de Beja (qasaba) deteriora-se durante a fitna dos berberes (...). A causa da sua desgraça consiste simultaneamente no antigo antagonismo que dividiu a população e na permanência eterna do lamentável sectarismo entre os seus habitantes, árabes, e por um lado os muwalladūn, por outro*”. Como podemos ver, conflitos de ordem social minaram internamente a vida da capital, resultando na maioria dos casos em sublevações de desafio ao poder central omíada. A sua incapacidade mobilizadora, derivada das condicionantes internas, aliada a uma quebra de confiança nos altos cargos

do governo cordovês conduzem a uma progressiva perda de poder estatal e a um contínuo desgaste físico e simbólico na cidade pacense (Khawli, 2001, p. 37-38).

Mérida sofrerá idêntico processo de decadência (Alba, 2009, p. 215). Também aqui, as lutas pelo poder regional arrastaram consigo o declínio da grande metrópole da Antiguidade, permitindo a emergência de uma nova cidade, Badajoz (Picard, 2000, p. 135). Surgindo uma deslocação de interesses comerciais para o eixo este-oeste, via de ligação de Badajoz aos portos litorais, foi impugnada a Via da Prata, que por conseguinte levou à decadência de Mérida e dos seus centros militares meridionais, onde se insere Beja (Fernandes, 1991, p. 45).

A destruição operada por Ordonho II traduziu-se posteriormente em sinais de renovação económica e revitalização urbana no espaço eborense.

O estatuto particular que caracteriza nesta época o *Gharb al-Andalus*, subsequente dos movimentos autónomos, foi interrompido por *'Abd al-Rahmān III*. O califa omíada submete todos os territórios dissidentes, unificando-os e controlando novos ímpetus regionalistas através da nomeação de governadores da sua confiança para a administração das cidades (Torres, 1992, p. 420). A pacificação do território *al-Andalus* permitiu a implementação de medidas de fomento económico, como por exemplo: o domínio das rotas marítimas, a construção de infra-estruturas portuárias, a estabilidade da rede viária terrestre, assegurando o dinamismo comercial dos núcleos urbanos, no qual se destacam Évora, Lisboa, Alcácer do Sal, entre outros (Torres, 1992, p. 420).

Após ter promovido o desenvolvimento de vários centros urbanos, apenas Évora se colocava de fora deste empreendimento califal, pois havia sido reconstruída recentemente pelo poder político que o presidia antes. Julgamos que *'Abd al-Rahmān III* assume estrategicamente a autoria da reconstrução de Évora em 914 (Mazzoli-Guintard, 1996, p. 176), apropriando-se deste momento fundacional, para ocultar a obra dos seus inimigos, demonstrando a sua hegemonia e ligando-o ideologicamente à acção califal.

A desagregação da unidade califal, a partir de 1012, terá como consequência a passagem de todo o espaço islâmico peninsular a uma nova malha de estruturas político-administrativas (reinos), caracterizadas pelo nome de Taifas. Os dois grandes emirados,

sediados em Badajoz e Sevilha, protagonizam as lutas pelo domínio do ocidente peninsular, aglutinando sob o seu poder os restantes pequenos reinos (Picard, 2000, p. 165).

A taifa de Badajoz torna-se independente em 1013 pela mão de *Sābūr al-Saklabī*, mas será a dinastia berbere, originária da tribo *Miknāsa*, os *Banū al-Aftas*, que ligará o seu nome a uma das taifas mais poderosas do século XI (Franco Moreno, 2008, p. 69). O principado dos Aftácidas compreendia o distrito militar noroeste, estendendo-se a sua autoridade pelas cidades de Coimbra, Santarém, Lisboa, Sintra, Évora, Alcácer do Sal e Beja (fig. nº. 7). Por sua vez, o reino Abádida de Sevilha, caracterizado pelas suas actividades expansionistas, controlava o circuito comercial mediterrânico, dominando a faixa territorial a sul do *al-Andalus* (Picard, 2000, p. 201).

Évora, cujas afinidades e ligações sociopolíticas mantinha com a urbe de Badajoz desde o século X, tornou-se a segunda cidade mais importante do reino taifa de Badajoz (Rei, 2005, p. 23). O florescer económico de Évora prende-se com a sua localização geográfica, preeminente para os objectivos comerciais, militares e políticos de Badajoz. Nesta base de entendimento, o território de Évora, posiciona-se como o ponto central da via comercial mais importante para o reino aftácida em direcção às suas duas cidades portuárias: Lisboa e Alcácer do Sal. O interesse comercial pelos portos litorais, excedentários em riquezas alimentares e importantes para o domínio marítimo e económico das grandes rotas mercantis, provoca a atracção pelo percurso económico este-oeste, revelando-se este quadro essencial para o desenrolar da história de Évora neste período (Picard, 1997, p. 23).

A alteração do estatuto político e jurídico da cidade e região eborense no século XI para segunda cidade da *Taifa* de Badajoz, apoiada possivelmente numa elite culta e inovadora, permitiu a experiência governativa sobre um espaço económico, no qual a cidade de Alcácer do Sal era sua dependente. Não esqueçamos, que *Muhammad b. 'Abd Allāh, al – Muzaffar* “ (...) colocou nela o seu filho *al-Mansūr*.” (Rei, 2005, p. 24), escolhendo o seu filho primogénito para a administração da urbe eborense de entre todas as cidades que existiam no seu reino. A morte do monarca de Badajoz leva ao trono o então senhor de Évora, causando a revolta de seu irmão *Umar b. Muhammad al – Mutawakkil*, também ele com pretensões ao trono da dinastia aftácida. *Muhammad al*

– *Mutawakkil* assume o cargo de governador de Évora, mas sempre com a intenção de se tornar rei de todos os territórios de Badajoz (Picard, 2000, p. 230).

As lutas entre os dois irmãos pelo reino de Badajoz conduziu a uma nova etapa na história de Évora. Pensamos que a cidade tende a individualizar-se como espaço político autónomo, durante cerca de três ou quatro anos, duração do reinado de *al-Mansūr* em Badajoz, pois existe cunhagem de moedas em nome de *al-Mutawakkil* (Gonçalves, 1996, p. 78-90) e um esplendor cultural confirmado por uma corte onde poetas, músicos e artistas deliciavam o seu senhor. O poeta mais prestigiado e querido por *al-Mutawakkil* foi *Ibn'Abdun*, reconhecido pela sua invulgar capacidade de memória e domínio de lexicografia (Mohedano Barceló, 1982, p. 4-5). Ocupou o cargo de secretário (*kātib*) e de ministro (*vizir*) durante o reinado do último monarca aftácida, *al-Mutawakkil* (Mohedano Barceló, 1982, p. 4-6).

A soberania dos *mūluk* (reis) era glorificada pela via de mecenato praticada na sua corte e palácio faustoso¹⁷, e pela posse de oficinas monetárias e secretarias administrativas (Picard, 2000, p. 217). Estas estruturas do poder real encontravam-se em Évora com o objectivo de afrontar o seu irmão e demonstrar a sua suserania enquanto legítimo herdeiro do reino de Badajoz.

A morte prematura de *al-Mansūr* vai de encontro aos reais propósitos de *al-Mutawakkil*. O seu poder é legitimado enquanto rei da taifa aftácida e o território é unificado sob a sua autoridade, concluindo Évora o seu promissor papel de capital de um reino autónomo (Picard, 2000, p. 343).

Em jeito de analepse, voltamos a mencionar o reino taifa dos Abádidas, de forma a compreendermos uma vez mais a importância de Évora no presente contexto de taifas.

A defesa das fronteiras era elemento fundamental de legitimação religiosa do domínio político de uma dinastia que queria exercer a hegemonia em todo o território do *al-Andalus*. Por esses motivos, as actividades expansionistas dos *Banū 'Abbād* ameaçam por diversas vezes a estabilidade do reino aftácida, a partir de 1050 (Picard, 2000, p. 220). As estratégias hegemónicas dos abádidas começam por afrontar o poder aftácida, respectivamente com a tomada de Beja. A antiga *Pax Iulia*, torna-se uma

¹⁷ Possivelmente, a cidade de Évora assistiu neste período à construção ou reabilitação de um palácio essencial à estadia de um rei e sua corte. Infelizmente, as informações arqueológicas que dispomos não nos forneceram nenhum dado nesse sentido.

cidade secundarizada na fronteira instável entre os dois reinos autónomos, assistindo à emergência de novos centros urbanos, que lhe roubam o protagonismo de outrora (Macias, 2006, p. 45).

A conquista da cidade de Beja serviu possivelmente como plataforma para incursões militares a Évora. O saque operado pelos abádidas, em 1050/1051, à segunda cidade do reino de Badajoz, intimida o poderio aftácida, revelando uma certa fragilidade na defesa da urbe alentejana e uma relativa ausência do poder central, que posteriormente é reforçada com a nomeação dos filhos do emir de Badajoz, para a governação da região eborense (Picard, 2000, p. 223).

A noção de uma conexão entre a rapidez dos meios de comunicação e a centralização do poder, é patente nas dinâmicas expansionistas perpetuadas pelos reinos de Taifas, tanto que a conquista de Évora por parte do reino de Sevilha, ditaria provavelmente a decadência da dinastia aftácida e unificação do espaço peninsular sob a capital sevilhana, pois o domínio da região eborense faria cair em jugo abádida as cidades dependentes economicamente do burgo alentejano e cortaria o caminho económico privilegiado pelos aftácidas.

O enfraquecimento político e a debilidade militar vivenciada pelos reinos de Taifa, favoreceram a progressão cristã e foram o *leitmotiv*¹⁸ para a entrada, em 1086, de uma nova ordem política no *Gharb*: os Almorávidas (Torres, 1992, p. 396).

Os Almorávidas, conhecidos por *Sanhajas*¹⁹ do deserto, rompem com a tradição autóctone no *al-Andalus* (tomada de Sevilha em 1091 e três anos depois conquistam Badajoz) e mudam a capital para o Magreb. Naturalmente, o equilíbrio social, cultural e político fora alterado. A dinastia magrebina promovia uma sociedade altamente militarizada, onde a carreira militar ocupava um papel importante na hierarquia social e administrativa (Picard, 2000, p. 279). A renovação dos quadros administrativos no *al-Andalus* pelos almorávidas impôs sobre a civilização andalusa uma série de elevados impostos, que em muito prejudicou a imagem desta dinastia perante a população (Picard, 2000, p. 280). Assumindo-se como protectora da comunidade islâmica no espaço peninsular, fomenta o radicalismo religioso patrocinado por uma política

¹⁸ Movimento condutor.

¹⁹ Nome da tribo pelo qual os Almorávidas eram conhecidos.

segregacionista das comunidades moçárabes, muladís e judias²⁰ (Lévi-Provençal, 1990b, p. 365).

Sinais de descontentamento geral eram sintomáticos do conturbado ambiente político que se fazia sentir em todo o *al-Andalus*. Tudo somado a uma crescente ruptura do sistema almorávida, contribuirá, uma vez mais, para o aparecimento de novas regiões autónomas – as chamadas Segundas Taifas ou Taifas Pós-Almorávidas (Picard, 2000, p. 300).

Neste fenómeno de desagregação territorial emerge a personagem de *Ibn Qasī*, místico sufi, que funda em 1144 o primeiro reino independente anti almorávida em Mértola (Macías, 2006, p. 46). A adesão de *Sidrāy Ibn Wazīr*, chefe militar em Évora e de *Ibn al-Mundir*, sediado em Silves, ao movimento muridine imprime força à doutrina mística e às ambições político-religiosas de *Ibn Qasī* (Gomes, 1998, p. 5).

As circunstâncias políticas e militares promovidas por *Ibn Qasī*, negligenciando nesses propósitos *Ibn Wazīr* a favor de *Ibn al-Mundir*, resultarão na sublevação do primeiro aliando-se ao cádi de Córdova, *Ibn Hamdīn* (Borges, 1992, p. 17). De acordo com a situação de insurreição e total desobediência, *Ibn Qasī* convoca o seu antigo aliado, recebendo uma terminante negação ao seu pedido. Tal falta de respeito motivará o ataque ao potentado local de *Ibn Wazīr* por seu inimigo *Ibn al-Mundir*, que será derrotado e feito prisioneiro pelo senhor de Évora. Neste âmbito, a emergência de um novo pretendente ao poder, *Ibn Wazīr* ameaça e conclui a soberania do movimento muridine propagada pelo místico sufi, *Ibn Qasī* (Franco Moreno, 2008, p. 61).

A acção política de *Ibn Wazīr*²¹ começa antes da sua aliança com *Ibn Qasī*. Na realidade, *Ibn Wazīr* já era um importante chefe militar, que controlava em nome dos almorávidas o território de Évora (Picard, 2000, p. 287-288). O seu percurso na hierarquia militar almorávida confere-lhe a patente e o domínio sobre um território estrategicamente importante. A sua ânsia pelo poder coloca-o frente a frente com o seu antigo líder espiritual, confluindo na criação de um estado independente, com capital em Évora. A absorção de vários centros urbanos (Beja, Silves, Mértola) que outrora se

²⁰ O movimento de radicalismo religioso sempre foi sentido desde o início da ocupação islâmica, no entanto, neste período dominado pelos Almorávidas a prática de políticas segregacionistas foi mais notória.

²¹ O seu título de *Wazīr* é de carácter honorífico, denotando o seu papel de chefe militar (Borges, 1998, p. 228).

enquadravam nos domínios de *Ibn Qasī* formaram um reino de dimensões consideráveis (Picard, 2000, p. 289).

O potentado regional governado por *Ibn Wazīr* domina uma área menor que a Taifa de Badajoz, um século antes. Tendo em conta esta última reflexão, pensamos que a cidade de Badajoz foi preterida em relação a Évora, para capital do reino taifa de *Ibn Wazīr* devido à sua localização periférica em relação aos espaços de luta e poder que se direccionam mais para oeste. Évora, pelo contrário, converte-se no centro de poder a uma escala regional, polarizando sob seu domínio uma série de urbes importantes. O seu estabelecimento como capital de um reino pós-almorávida também se poderá prender com uma continuidade governativa de *Ibn Wazīr*, que com a sua família, rede de clientela e seguidores consegue manter Évora como um reduto militar que vigia as transacções económicas efectuadas nesse corredor comercial.

A materialização textual do seu poder aparece numa epígrafe realmente surpreendente, pois resulta na reutilização do lado inverso da anteriormente descrita, epígrafe fundacional da cidade de Évora em 914 (Borges, 1998, p. 230) (fig. nº. 2). Este caso único em território português, exprime a vontade de *Ibn Wazīr* se apropriar daquele território, assumindo títulos honoríficos, idênticos aos soberanos almorávidas (Khawli, 2001, p. 47). As metáforas do poder são utilizadas como insígnias da autoridade, transpostas para suportes pétreos e numismas. Se o rei de Évora executou obras de urbanismo na cidade, a investigação científica desconhece tal facto até à actualidade.

A urbe de Évora enquanto capital de um reino desfrutou de uma duração efémera, porque *Ibn Qasī*, sentindo-se injustiçado com o que lhe havia acontecido, dirige-se a Marraquexe, para pedir o auxílio dos Almoadas na conquista do *al-Andalus* (Gomes, 1998, p. 6). Os Almoadas submetem os reinos locais, no qual se incluí o potentado de Évora, indicando assim, a ineficácia militar de seu governador em segurar a sua autonomia regional. Porém, *Ibn Wazīr* não saiu dos quadros administrativos andaluses. Assumindo-se como representante da soberania almoada nessa área, apenas lhe são limitados os poderes e confinados à região de Évora e Beja. Posteriormente é nomeado governador de Silves e desprovido de quaisquer poderes sobre a região de Évora, sendo esta entregue ao almóada *Mu'nis Ibn Yahyā al-'Arabī* (Khawli, 1997) no ano de 1151. Tal facto ocorre quando os chefes militares do *al-Andalus* cedem os seus

reinos ao novo poder vigente, aceitando e legitimando o poder almoada na Península Ibérica (Franco Moreno, 2008, p. 60).

A nova dinastia magrebina no poder depara-se com a instabilidade política sentida no *Gharb* e com o avanço da conquista cristã. As circunstâncias vigentes traduzem-se numa reorganização da linha de defesa ocidental (a Marca Superior), utilizando o antigo dispositivo defensivo aftácida: Alcácer do Sal, Évora, Badajoz, Mérida, Alcântara e Cória (Picard, 2000, p. 319). Sem embargo, a conquista cristã da cidade de Évora em 1165, reflecte a inexistência de um investimento militar almoada nessa região, uma relativa despreocupação pelos territórios mais afastados da capital almoada, Marraquexe.

2.2.4. Évora e o domínio cristão

O século XII, marcado por uma situação de guerra em várias frentes, assiste à consolidação de duas dinâmicas diferentes de apropriação do espaço. Contudo, a crescente pressão do reino português para sul, institui-se como uma realidade política viável face à desagregação e absorção do espaço almoada no *Gharb al-Andalus*.

Em 1165, Geraldo Sem Pavor conquista a cidade de Évora, inserindo-se a urbe alentejana num plano tático de ocupação sucessiva dos pontos de apoio militar que rodeavam Badajoz (Torres, 1992, p. 387). Ulteriormente entrega a cidade a D. Afonso Henriques em 1166, concedendo o rei foral à cidade a 28 de Abril desse mesmo ano (Marques, 1993, p. 453). O rei português menciona as causas que o levaram a conceder o foral tão rapidamente: “*restaurar e povoar Évora que tinha sido conquistada aos sarracenos*”, com o intuito de dotar a cidade de uma organização local suficiente forte para se impor ao jugo almoada (Beirante, 1995, p. 17).

Apesar do seu isolamento, Évora não voltou a cair no jugo muçulmano. Facto curioso pois todas as praças a sul do Tejo voltaram a capitular nas mãos dos Almóadas. Uma das causas para o controlo efectivo da cidade pela coroa portuguesa pronuncia-se na entrega do núcleo e seus termos à Ordem de Calatrava (Barata *et al*, 2001). Dotada de espírito de cruzada, com fortes laços militares, a milícia de Évora, associada directamente à ordem militar, serve como barreira às investidas almoadas de 1180/81,

quando o centro urbano foi cercada pelas tropas norte-africanas, comandadas pelo sevillano *Muhammad Ibn Yusūf Ibn Wāmūdīn*, (segundo a crónica de *Ibn Khāldūn*) (Beirante, 1995, p. 13; Barata *et al*, 2001, p. 34). No ano de 1191, a cidade alentejana volta a ser assolada pelo exército berbere, sem sucesso algum (Picard, 2000, p. 399).

Como sabemos, a conquista cristã da cidade de Évora não levou a um súbito abandono da cidade e sua região por parte da população islâmica. Logo, as ordens militares incorporam nos seus domínios as minorias muçulmanas, pela necessidade de assegurar os circuitos económicos, a contribuição fiscal e a continuidade das populações nas terras conquistadas como forma de defesa nessa localidade.

Neste contexto, a população muçulmana era vital para o seguimento de uma cidade povoada e rentável. Por outro lado, os factores anteriormente mencionados associados aos proventos da mão-de-obra qualificada no erário da coroa, influenciaram a protecção régia dada a esta comunidade religiosa (Barros, 2007, p. 45). Por todas estas razões, Évora ganha prestígio político e religioso com a edificação da Sé Catedral, consagrando a cidade como sede de diocese (Espanca, 1980, p. 8). Nas chancelarias régias, Évora é normalmente denominada pelo epíteto de: “*a nobre e leal cidade de Évora*”²². Ganhando este protagonismo na esfera de poder da coroa portuguesa, após a sua conquista definitiva, assume desta forma um lugar de destaque nas movimentações militares operadas pelo exército cristão (Mattoso, 1992, p. 460).

Évora surge como ponto estratégico cristão no centro do domínio almoada, passando assim a exercer um predomínio económico a nível regional, pois as actividades económicas que ali se desenvolveram, não só beneficiavam as populações cristãs, que usufruíam de todas as inovações do mundo islâmico, mas também favoreciam os muçulmanos que se convertiam às transacções de fronteira. Évora tornou-se desta maneira o principal centro onde afluíam as mercadorias do *al-Andalus*, que os portugueses compravam com o ouro obtido nos despojos de guerra dos anos anteriores (Barros, 2007, p. 76)

Por último, o recinto urbano eborense sempre praticou um comércio dinâmico, motivado pela situação estratégica de encruzilhada de caminhos terrestres, que faziam a

²² *Cortes Portuguesas, reinado de D. Manuel (Cortes de 1498)*, ed. de João Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002; *Cortes de 1502*, Lisboa, 2001.

ligação desde os portos litorais ao interior (Bilou, 2005, p. 46), como também pela densidade populacional que implementava uma rede de compra e venda necessária a sua vivência no espaço alentejano.

3. A cidade islâmica de Évora

O estudo da identidade e organização do tecido urbano eborense, expressão de uma civilização, viabiliza a análise cuidadosa de uma realidade mais ampla necessária ao enquadramento espacial do nosso objecto de estudo.

A fim de tornar mais inteligível a leitura histórico-arqueológica do compósito espacial que define Évora, como cidade islâmica, apresentamos um modelo interpretativo sobre o processo evolutivo do urbanismo eborense (fig. nº. 8). Neste sentido estabeleceram-se duas fases em apreciação: a primeira compreende o período formativo de uma realidade urbana islâmica marcada por fenómenos de assimilação e simbiose (711-913) (fig. nº. 8) e a segunda contextualiza as progressivas transformações urbanas iniciadas a partir de um acontecimento marcante, o ataque de Ordonho II, até à conquista cristã da cidade (914-1165) (fig. nº. 9).

A abordagem deste tema complexo não irá englobar os espaços habitacionais, posteriormente analisados e enquadrados urbanisticamente no decorrer da dissertação.

3.1. A *madīna Yābura* – 711 a 913

3.1.1. Sistema defensivo

A primeira alusão literária aos elementos estruturais compósitos do núcleo urbano eborense, a crónica narrativa do ataque de Ordonho II (Sidarus, 1988-1993; Coelho, 2008), compreendida em analogia com as fontes arqueológicas, serve como instrumento profícuo no estudo da fisionomia urbana de Évora islâmica, revelando genericamente informações sobre o circuito amuralhado, os edifícios existentes e os espaços vazios.

Começamos então por reflectir sobre o circuito defensivo de Évora.

Quando as hostes cristãs chegam a Évora retratam a muralha como sendo “(...) *baixa, sem antemuro nem ameias, e que, num lugar, pela parte de fora, havia uns montões de lixo da cidade, atirados de dentro da praça para junto da Porta, e que nalguns sítios eram quase tão altos como o muro.*” (Coelho, 2008, p. 207). O fenómeno de deterioração do estado funcional das muralhas observado no ano de 913 obriga a uma

reflexão sobre o seu sistema construtivo e sobre as diversas circunstâncias que motivaram este prolongado descuido com as defesas eborenses.

A clara precedência tardo-antiga das muralhas de Évora, confirmada na escavação da Rua de Burgos (Pavón Maldonado, 1993, p. 28) como originária do século III por se apresentar construída sobre uma casa romana do século I (Lima, 2004, p. 21) favorece a teoria de uma retracção do perímetro urbano em Época Baixo-imperial (De Man, 2008, p. 295), conformando assim as bases da muralha em utilização nos inícios do século X. O seu aparelho construtivo de silharia em *opus quadratum* (Garcia y Bellido, 1971, p. 91) garantiu a solidez do sistema defensivo em parceria com as torres quadrangulares de 4,50 metros de largura, dispostas sequencialmente de 20 metros em 20 metros que, segundo Miguel Lima, traduzem as dimensões romanas adoptadas consecutivamente.

Uma vez estabelecida a muralha converte-se num elemento urbano estável, uma barreira física sem alteração do seu traçado original, apenas alvo de reconstruções pontuais concretizadas sobre a muralha original (Lima, 2004, p. 3). A este respeito Adriaan de Man (De Man, 2008, p. 295), no seguimento de Túlio Espanca (Espanca, 1945, p. 43) admite como provável o restauro em Época visigoda de alguns tramos amuralhados, precisamente no muro que serve de suporte ao Jardim de Diana, em troços constitutivos do Palácio dos Condes de Basto e do Palácio dos Duques de Cadaval, na Porta de D. Isabel, no quintal da casa dos Condes de Soure e na Rua da Alcárcova. Esta hipótese baseada na divergência entre as técnicas construtivas utilizadas nos paramentos originais e nas secções imediatamente superiores onde a inclusão de colunas em perpiano sugere, em comparação com as muralhas de Mérida e de Idanha-a-Velha (De Man, 2008, p.128), um reforço das bases fortificadas da cerca amuralhada (Mora-Figueroa, 1996, p. 40) em Período Visigodo.

Admitindo a reparação do circuito amuralhado naquele período histórico, a ideia de uma desactivação funcional das muralhas nos séculos posteriores à desagregação do Império romano não nos parece totalmente credível. Nesta óptica é importante o facto de, no século VI, Évora ser considerada uma sede episcopal (Foussier, 1988, p. 95) com referências à sua representação com o bispo de Évora nos Concílios visigóticos de 597 a 633 (Mattoso, 1992, p. 339). Factores de ordem eclesiástica que poderão ilustrar de modo genérico um financiamento (Olmo Enciso, 2007, p. 161-180) e preocupação em

manter as muralhas operacionais em tempos sociopolíticos tão atribulados, tal como se encontra documentado em Mérida (Alba, Feijoo e Franco, 2009, 198 – 201).

Baseado no pressuposto do traçado fortificado eborense não ter sucumbido durante três séculos a um sucessivo abandono estrutural mas sim ter usufruído dos benefícios conectados com a posição de sede episcopal para a sua conservação, pensamos na possibilidade de as muralhas eborenses ainda se manterem funcionais aquando da chegada dos primeiros conquistadores islâmicos.

A leitura de paramentos dos tramos da cerca velha eborense efectuada por Juan Zozaya Stabel-Hansen oferece uma nova perspectiva relacionada com o final do reinado de *'Abd al-Rahmān I*, designadamente a reparação de troços da muralha seguindo técnicas construtivas orientais similares às encontradas na Jordânia e na Mesquita de Córdoba, inserindo-as no que denomina por tipo 3²³, entre os anos de 756 a 786 (Zozaya Stabel-Hansen, 2009, p. 115-118). Naturalmente esta proposta reconstrutiva conjugada em paralelo com as manifestações de poder e ordem desenvolvida pelo primeiro emir omíada no *al-Andalus* sugere na nossa opinião um controlo e domínio sobre a arquitectura militar eborense face às revoltas perpetradas pela sociedade bejense nesta época (Macias, 2006, p. 39-43), de forma às revoltas não se alastrarem para o território de Évora, uma tentativa de dissuasão dos impulsos revoltosos, Portanto. Contudo, todas as hipóteses levantadas necessitam de comprovação arqueológica inequívoca.

A partir deste momento é preciso referir a ausência de dados relativos à muralha eborense e no geral informações sobre Évora até ao acontecimento militar no ano 913, podendo as incógnitas documentais e arqueológicas indiciarem a perda de importância da cidade no quadro geral do *al-Andalus* e sucessivamente a decadência das infra-estruturas defensivas desde o ano de 786 a meados de 913.

Recordemos, uma vez mais, a descrição das muralhas por Ordonho II, ultrapassando os aspectos que nos dão conta da ineficácia do recinto fortificado (altura e ausência de detalhes defensivos) e analisando o facto de o lixo se encontrar amontoado fora das muralhas. A este respeito, a leitura de fontes jurídicas (*fatwa/s*) menciona uma contínua luta contra este depósitos (Valdés Fernández, 1985, p. 334), admitindo desta maneira ser uma prática corrente entre a sociedade islâmica. Por outro lado, as

²³ Juan Zozaya classifica por ordem cronológica os quatro tipos de aparelhos construtivos relativos ao Período Emiral (Zozaya, 2008, p. 115-118).

intervenções arqueológicas realizadas em Tolmo de Minateda revelaram um depósito de lixo com vários metros de altura encostado à muralha que evitou o aluimento de um sector da fortificação (Abad Casal e Gutiérrez Lloret, 1997, p. 593). No caso de Évora, o acto de estabilizar a muralha através de depósitos residuais não nos parece lógico, pois o facto de se deitar o lixo para o exterior das muralhas foi hábito corrente desde tempos ancestrais, sem quaisquer motivações de ordem militar.

Outro género de reparação das muralhas colocado em evidência pela referência documental (Sidasus, 1988-1993) deriva da abertura de uma fresta na muralha resultado de uma obra recente, por onde os sitiados cristãos irão tomar de assalto a cidade (Sidasus, 1988-1993). Além de revelar a falta da qualidade do material empregue na dita reparação representa também na nossa opinião a menor capacidade técnica dos seus habitantes, elucidativa de uma possível pobreza da população eborense.

Numa outra perspectiva, o acto de reparar o circuito fortificado parece ser uma constante, como já vimos desde a sua fundação até ao século X, no entanto, somos da opinião que a escassez de meios económicos necessários a uma obra de tal envergadura, que se quer total e não fragmentária, motivou a danificação em contínuo do equipamento defensivo.

Após a compreensão do fenómeno construtivo e singular da cerca defensiva consideramos essencial para o ensaio reflexivo a delimitação do traçado amuralhado com o objectivo de detectar aproximadamente a extensão e composição do tecido urbano que congrega.

O recinto fortificado, intimamente conectado com a topografia do terreno, desenvolvia-se pelo lado setentrional a partir da Torre das Cinco Quinas, passando pelo lanço amuralhado que suporta o actual Jardim de Diana, em direcção à Porta de D. Isabel. Neste segmento existiriam duas torres do flanco, seguindo a lógica construtiva anteriormente definida (Lima, 2004, p. 16).

A Porta de D. Isabel oferece um arco principal de volta perfeita de Período Romano com ranhuras que admitem a existência de uma porta pesada (Garcia y Bellido, 1971, p. 92; Lima, 2004, p.19). Principal sistema de saída para dois grandes eixos viários: Évora-Santarém/ Tomar e via Évora-Mérida/ Badajoz (a fundação de Badajoz no século IX irá integrá-la neste percurso) (Bilou, 2005, p. 74), a Porta de D. Isabel

encontrava-se protegida por duas torres do flanco (Lima, 2004, p.19), ainda plasmadas no passeio pedestre.

A identificação do troço amuralhado que ligava a Porta de D. Isabel até à Torre do Salvador ocorreu com a construção das caves da Estação dos Correios no ano de 1942, colocando-se a descoberto os alicerces da muralha tardo-romana, assim como o pórtico da barbacã (Espanca, 1945, p.45 e 46; Lima, 2004, p.19).

Invertendo o sentido para sul, a frente poente da cintura de muralhas apresenta-se dispersa entre o edificado actual.

A descoberta de um novo tramo de muralha, na intervenção arqueológica localizada no tardo da Rua João de Deus nº. 70 a 74, revelou novos dados no reconhecimento do perímetro original de Évora. Oferecendo também informações sobre dois sistemas construtivos distintos denotando deste modo duas fases de construção, a primeira em Época tardo-romana e a segunda iremos analisá-la adiante no texto (Lima, 2004, p. 22-23). No mesmo sentido, o reconhecimento de outra secção do traçado ocidental da muralha resultou da escavação na Rua de Burgos (Pavón Maldonado, 1993, p. 28), determinante para a aceção do trajecto delineado pela face externa de três torres, constituindo-se a última, a denominada torre de Sisebuto²⁴, como esquina entre a Rua Nova e a Rua da Alcárcova de Cima (Balesteros e Marques, 1996-97, p. 69-71).

A Porta da Selaria ou de Alconchel era flanqueada por duas torres, pela torre pentagonal da Selaria e pela Torre do Caroucho. Este último elemento defensivo foi destruído no reinado de D. João III, precisamente em 1530, quando o seu estado de degradação começou a constituir um perigo para a segurança pública (Beirante, 1995, p.44). Investigações recentes na rua da Alcárcova de Baixo confirmam a datação tardo-romana da muralha de Évora, tal como da torre descrita, além de fornecer mais dados para a prossecução do traçado amuralhado neste quadrante ocidental (Erasun Cortés e Faure, 2000, p. 2-4).

A propósito do acesso oeste da cidade, a Porta de Alconchel, seguiria a importante via que ligava Évora às cidades portuárias de Alcácer do Sal e Lisboa.

²⁴ A torre de Sisebuto é, segundo Justino Maciel, uma intervenção bizantina na defesa eborense (Maciel, 2000, 189-190). Contudo, a presença bizantina na cidade de Évora é uma hipótese que ainda não obteve uma clarificação positiva.

Na continuação deste espaço de entrada e saída do núcleo urbano surgem restos de muralha incorporados no exterior de unidades habitacionais pela rua da Alcárcova de Baixo, desenvolvendo-se o dispositivo defensivo pelas traseiras da rua de Valdevinos, segundo nos informa Vasco Mantas (Mantas, 1986, p. 20).

Importa mencionar a existência de um fosso militar a proteger o sector ocidental do circuito amuralhado, do qual se guarda memória através do topónimo árabe alcárcova ainda presente no traçado viário. A sua travessia era efectuada por uma ponte descoberta em 1950, a qual se conectava com a muralha segundo Túlio Espanca (Espanca, 1953, p. 458).

Utilizado como sistema complementar na defesa da urbe, o fosso identificado numa escavação arqueológica situada no início da Rua da República, proporcionou informações sobre a sua profundidade (apesar de só sabermos que era muito fundo) e dúvidas sobre a sua origem romana, dado o espólio romano não aparentar qualquer conexão com o referido sistema (Viegas, 1991), ilustrando deste modo uma ideia de construção em Época Visigoda (Elerpek, 1978-79, p. 241). Teoria última admissível caso se comprovasse documental e arqueologicamente a introdução deste reforço defensivo devido à sensibilidade deste sector amuralhada (área mais frágil em termos defensivos porque é a mais plana).

Face às incertezas cronológicas, apenas supomos que o fosso estaria em utilização no século VIII e IX, servindo como depósito de lixo, tal como temos informações textuais para o seu uso como lixeira no século XIII (De Man, 2008, p. 301).

Na prossecução do traçado amuralhado eborense a vertente setentrional peca pela escassez de vestígios estruturais visíveis, por ora encobertos pelos edifícios ou provavelmente arrasados no decorrer de um plano político de alteração urbanística nos séculos posteriores (Beirante, 1995, p. 24-27; Lima, 2004, p. 32).

Considerando difícil de precisar o seu percurso, adoptou-se as Portas de Moura como elo estruturante deste sector amuralhado de modo a conjecturar o possível traçado da muralha. Assim entendido, a muralha acompanharia o tardo da Igreja de São Vicente, passando pelo Largo da Misericórdia, onde se encontraria uma torre de ângulo segundo Miguel Lima (Lima, 2004, p.32), desenvolvendo-se pela fachada da Igreja da

Misericórdia até chegar à torre do flanco ocidental das Portas de Moura. Na direcção nascente prosseguiria, a partir da torre do flanco oriental, o lanço de muralhas pelas traseiras das casas localizadas na rua Conde Serra de Tourega, como admite o troço de muralha actualmente visível na Pensão Policarpo (Lima, 2004, p. 34-37).

Do acesso meridional do recinto fortificado, as Portas de Moura, seguiria a via em direcção a Moura e Serpa, e daqui também se alcançaria o percurso viário para *Pax Iulia* (Bilou, 2005, p. 21-30).

O limite este do recinto defensivo incluía uma sucessão linear de torres, nomeadamente a desaparecida torre da Mouchinha (Beirante, 1995, p. 26), a torre quadrangular dos Capitães da Cidade, as duas torres do Palácio dos Condes de Basto e as três torres do Convento dos Lóios (Lima, 2004, p. 43-44). A mencionada fachada oriental é exemplificativa do sector amuralhado melhor conservado até à data.

Efectivamente, a apreensão gráfica do períplo amuralhado (fig. nº. 8) fossilizado na paisagem urbana eborense até ao século XIV (Beirante, 1995, p. 43), reproduz com maior claridade o espaço contido entre os limites defensivos, concretamente cerca de 12 hectares circundados por um perímetro fortificado de 1200 metros (Lima, 2004, p. 3).

Para além dos aspectos reveladores da condição do recinto amuralhado em 913, a fonte textual em análise alude a uns “*edificios antigos*” (Coelho, 2008, p. 208), particularizando o edifício mais elevado do conjunto, “*(...) no mais alto deles, (...)*” (Coelho, 2008, p. 208) por ser o único a oferecer protecção e resistência à ofensiva cristã.

O templo romano, descaracterizado dos seus elementos medievais em 1870²⁵ (Espanca, 1953, p. 53), afigura-se como a melhor hipótese no que concerne ao singular edifício indicado na crónica. Para isso, basta-nos ter em conta uma passagem da crónica de Fernão Lopes relativa à destruição do castelo medieval eborense operada a partir do cimo do templo romano pelas tropas de D. João I (Beirante, 1995, p. 56). Informação interessante que examinada em conjunto com as representações iconográficas do

²⁵ A opção preconizada por Augusto Filipe Simões e José Cinatti de retirar todos os elementos arquitectónicos medievais e modernos que se afastassem da pureza original do templo romano dificultaram o estudo das modificações, arquitectónicas e funcionais, operadas no edifício na época que nos interessa. Problemáticas históricas e arqueológicas difíceis de responder, como aquela que nos debatemos.

templo, desde o século XVI até inícios do século XIX (fig. nº. 11), o identifica como uma estrutura fortificada, destacando os seus merlões piramidais para o informe.

As circunstâncias que propiciaram a fortificação da estrutura romana original conduzem-nos até meados do século IV, quando alguns dos templos romanos urbanos começam a ser fechados e a perder as suas funções públicas com o advento da cristianização da sociedade hispânica (Lópes Quiroga e Martínez Tejera, 2006, p. 133). Em continuidade do exposto, a inclusão de detalhes defensivos no templo, como é o caso das ameias e dos merlões, poderá ter ocorrido ulteriormente em Época Visigoda ou até islâmica, como o denuncia em paralelo o templo de Idanha-a-Velha convertido em fortificação durante a Idade Média (Almeida, 1956, p. 92).

Portanto, o templo romano continua como um ponto de referência urbano, adaptado a uma nova função simbólica e mental do espaço, face às novas matrizes culturais impostas pela sociedade islâmica, nomeadamente uma anulação da sua sacralização provendo-lhe de uma nova utilidade pública: primeiro como torre militar de vigia²⁶ e depois como açougue, como veremos adiante.

Ao abordarmos o templo romano torna-se incontornável falarmos sobre o complexo cívico no qual se integrava, o *forum*. A crónica coeva de *Ibn Hayyān* relata, como já referimos, os “*edificios antigos*” que em analogia com o templo podiam corresponder às outras áreas do fórum, como por exemplo a *curia*, o *comitium*, o *aerarium* e as *tabernae*. Todavia, sem provas arqueológicas e sem dados inequívocos textuais a regressão poderá ser abusiva, encarando outras fundamentações subjectivas baseadas em contextos histórico-arqueológicos como Mérida e Idanha-a-Velha.

Em conformidade com o caso emeritense (Alba *et al*, 2009) o fórum de Évora terá sido desmontado e os elementos arquitectónicos reutilizados na construção de novos edifícios ou até na reconstrução das muralhas no século X. As investigações levadas a efeito por Felix Teichner junto ao templo romano determinaram um abandono em Época Visigoda da praça romana que se desenvolvia em frente àquele, como o apontam “*os restos insignificantes de simples muros de alvenaria de pedra seca e prováveis lareiras.*” (Teichner, 1998, p. 22).

²⁶ Topograficamente implantado no sítio mais elevado da cidade, com visibilidade sobre o território envolvente, o templo poderá ter funcionado como torre de vigia antes de assumir uma nova função pública.

Considerando agora o complexo romano e templo de Idanha-a-Velha fortificados na Idade Média (Almeida, 1956, p. 92) em comparação com o fórum de Évora, Felix Teichner sugere a ideia de uma “*alcáçova interior natural*” (Teichner, 1998, p. 23) conformada pelos muros que cercavam o recinto do centro cívico eborense. A teoria apresentada não nos parece admissível pois a população assediada pelos atacantes cristãos em 913 teria procurado refúgio neste espaço amplo²⁷ e não num lugar apertado a oriente junto à muralha, onde viria a ser construída a alcáçova.

3.1.2. – Núcleo Urbano

Ao compreendermos que o templo romano se integra na organização do tecido urbano eborense neste período é subjacente a identificação dos princípios ordenadores do espaço: os eixos viários.

A matriz greco-romana das vias principais de comunicação que estruturaram o núcleo histórico da cidade, respectivamente o *Cardum Maximus* e o *Decumanus Maximus*, reconhecidos por Vasco Gil Mantas, corresponderiam possivelmente em período medieval muçulmano aos sistemas de referência e orientação utilizados pela população no interior do espaço urbano²⁸.

Neste reconhecimento do traçado viário, o *Cardum Maximus* desenharia a artéria principal com sentido noroeste-sudeste, num ângulo de 31° com o norte geográfico. Esta via assentou numa linha de fecho, num percurso que parte das Portas de Moura, acompanhando o eixo paralelo ao Templo em direcção à Porta de Avis (Dias, 2008, p. 201 *apud* Gustavo Vale-Flores). Interceptando perpendicularmente esta última via, desenvolvia-se a outra artéria principal o *Decumanus Maximus*. Via de comunicação consumada no eixo este-oeste, permanece envolta em problemáticas de definição, deslocando-se o seu traçado viário ora no seguimento da Rua de Olivença até à Praça do

²⁷ Apesar de não existirem informações concretas sobre a dimensão e extensão do *forum* de Évora, a comparação com outras cidades como *Conímbriga* favorece a aceção de um espaço amplo (Dias, 2008, p. 203)

²⁸ Os dados arqueológicos disponibilizados pela escavação arqueológica do Museu Municipal de Évora confirmam a persistência da malha reticulada, uma pervivência romana, quando se exumou uma parte da rua utilizada em Período Islâmico. Esta informação será convenientemente analisada no decorrer da dissertação.

Sertório (Mantas, 2010, p. 177), ora no percurso da Rua 5 de Outubro pela Rua da Freiria de Cima (Gomes, 2011, p. 322).

Sobre as ruas secundárias, a sua ortogonalidade de traça romana possivelmente previveu em determinadas zonas de Évora enquanto noutras ocorreu uma transformação da rua determinada pelas conjunturas históricas.

Na prossecução do ataque cristão o *'āmil Marwān ibn 'Abdalmālik ibn Āhmad* é morto no interior do seu oratório privado (Sidarus, 1988-1993, p. 23). Do ponto de vista histórico-urbanístico, esta passagem indicia a existência de um edifício áulico, um palácio concordante com o estatuto político-administrativo do governador, onde se incluiria a sua mesquita privada. Sem factos arqueológicos para comprovar a existência de palácios em Évora anteriores à conquista da cidade, apenas podemos supor a sua eventual localização. Por razões de simbologia espacial herdadas da Antiguidade Clássica, o edifício áulico provavelmente situava-se no centro da cidade associado a uma pervivência da “topografia do poder”.

Para além das informações que a crónica nos fornece sobre a configuração urbanística (parcial) do núcleo urbano, também nos indica o número de habitantes que estariam, no momento do ataque cristão, no interior da cidade: *“O número de mulheres e de crianças que caíram prisioneiras dentro da praça aproximou-se de 4000 e os mortos do recinto da cidade foram à roda de 700 homens”* (Coelho, 2008, p. 209). Na nossa opinião, há um extrapolar dos dados demográficos²⁹ no documento num âmbito de prestígio da actuação cristã e dramatismo do martírio islâmico, mas nada nos autoriza a pensar que tal número não corresponderia à verdade face às lacunas arqueológicas, nomeadamente em relação à mesquita, aos espaços habitacionais e necrópoles, elementos necessários à formulação de uma proposta demográfica mais consentânea com a realidade.

A identificação e sucessiva escavação da mesquita *Aljama* produziria respostas a questões difíceis de esclarecer actualmente como: a localização da mesquita principal de Évora; a sua evolução arquitectónica; sua dimensão e capacidade para acolher um determinado número de fiéis.

²⁹ Tendo em conta as inúmeras teorizações desenvolvidas sobre os cálculos de densidade populacional, resolvemos não abordar tema tão complexo.

A sua localização aparentemente óbvia subjaz no sítio ocupado pela Sé-Catedral de Évora (Torres e Macías, 1998, p. 123). Este argumento segue uma lógica de permanência dos espaços religiosos no mesmo campo sagrado de Évora.

Enquanto pólo agregador da sociedade muçulmana, a mesquita principal de Évora, numa eventual reprodução das práticas desempenhadas pelos conquistadores islâmicos em cidades pré-existentes (Navarro Palázon e Jiménez Castillo, 2007, p. 261), terá ocupado o anterior edifício de culto e no decorrer do tempo desactivou-o e até o destrói para a construção de um novo espaço religioso puramente islâmico, tal como aconteceu com a Mesquita de Córdoba (Mazzoli-Guintard, 2003, p. 156-158). Expressando assim uma legitimação e materialização do poder da nova ordem civilizacional no terreno.

Num apelo à lógica interna urbana presente nas cidades islâmicas o *souk* e o *hammān* situar-se-iam nas proximidades da mesquita *aljama* (Chueca Goitia, 2008, 73-74). Face à ausência de indícios documentais e arqueológicos, podemos supor que, nos inícios da ocupação islâmica até ao florescimento da economia no século X, o mercado, capaz de satisfazer pelo menos as necessidades básicas, desenvolvia-se nas vias adjacentes à mesquita, numa clara adopção dos sítios comerciais romanos (Navarro Palázon e Jiménez Castillo, 2007, p. 262) situados no promontório de Évora (Dias, 2008, p. 202). Em relação às termas muçulmanas eborenses nada sabemos, apenas conhecemos os banhos públicos romanos (Sarantopoulos, 2000) situados no edifício da Câmara Municipal de Évora, que sugerem uma obliteração funcional em época pré-medieval (Sarantopoulos, 2000, p. 281).

Em relação às necrópoles islâmicas constatou-se, em 2004, na Rua de Avis nº 91 a presença de quatro inumações em decúbitos lateral que integrariam parte do cemitério muçulmano situado a norte da cidade numa estreita ligação com a Porta de D. Isabel. O facto de a prática religiosa de inumação islâmica desprover os indivíduos de espólio cultural contribui para uma difícil aferição cronológica no que concerne à data de enterramento dos indivíduos (nenhuma datação rádio carbono foi realizada) e conseqüente formação desta necrópole extramuros. Deste modo, não temos informação suficiente para a sua datação, integrando-a num hiato temporal alargado: desde o século VIII ao século XII.

Abstraindo-nos da imagem geral de cemitérios exclusivamente periurbanos alegada por Torres Balbás (Torres Balbás, 1957, p. 41), com a exceção dos *rawdás*, pequenos cemitérios intramuros onde o governador e a sua família era enterrada, normalmente na proximidade do seu alcácer (Torres Balbás, 1957, p. 235-236), cremos na existência de uma necrópole islâmica no interior do aglomerado urbano. Para esta linha de pensamento contribuíram as intervenções arqueológicas desenvolvidas por Félix Teichner no Museu Municipal de Évora (Gonçalves *et al*, 1997) e junto ao templo romano (Teichner, 1998), onde foi possível verificar no primeiro sítio três inumações islâmicas³⁰ na sondagem 51 (Teichner, 1997, p. 125) e no segundo arqueossítio as inumações islâmicas, com orientação para sul, encontravam-se depositadas sobre o pavimento romano (Teichner, 1998, p. 27).

O fenómeno de instalação deste cemitério intramuros numa área central da cidade poderá aludir à proximidade da mesquita pois as disposições legais árabes não impediam a constituição de necrópoles na sua periferia (Navarro Palázon e Jiménez Castillo, 2007, p. 92). Outro ponto de vista defendido por Torres Balbás (anteriormente mencionado) conferiria à necrópole um estatuto próprio conectado com o poder político.

A hipótese de um cerco militar montado pelos inimigos cristãos em 1165 poderá também corroborar a perspectiva da elaboração de um cemitério intramuros pela impossibilidade de enterrar os seus mortos no espaço sepulcral situado fora das muralhas defensivas (Gonçalves, 2010, p. 136).

Todavia remetendo para a sua instalação no espaço que conformava a alcáçova (a este da cidade) (segundo Torres Balbás, 1957, p. 235-236), a teoria apresenta-se menos coincidente com a realidade eborense que a retratada por Júlio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo ou por Maria José Gonçalves.

Assaz curioso foi a identificação de uma necrópole, datada do século X, junto às Portas de Moura (Balesteros e Gonçalves, 2007, p. 162), cujos enterramentos seguiam a lógica de inumação cristã. Este facto poderá corresponder a uma comunidade autóctone moçárabe a viver em solo islâmico, que continuava com os seus ritos religiosos numa lógica de liberdade religiosa reconhecida pela civilização muçulmana.

³⁰ Sendo o cerne da nossa dissertação os resultados da escavação do Museu Municipal de Évora, os enterramentos islâmicos aqui identificados irão ser alvos de um maior desenvolvimento na continuação deste ensaio.

Por fim, a incógnita documental referente à inexistência de arrabaldes³¹ denuncia uma configuração urbanística interna presenteada por espaços agrícolas e actividades artesanais (Fernandes e Vilar, 2007, p. 9; Navarro Palázon e Jiménez Castillo, 2007, p. 71).

3.2. – A evolução da cidade islâmica de Évora

3.2.1. – Dispositivo defensivo

Pela análise da fonte escrita (Sidarus, 1988-1993), depreende-se uma total dissolução dos elementos urbanos eborenses operada no imediato pelo senhor de Badajoz *Ibn Marwān al – Jillīqī*. Trata-se porém, de uma repressão simbólica à investida berbere nesta região impedindo a criação de uma base de operações berbere nas proximidades da cidade de Badajoz. A este propósito, a conservação do périplo amuralhado tardo-romano e a leitura do programa de recuperação estrutural em 914 desenvolvido por *Mas'ūd ibn Sa'dun Surunbāqi*, supõe a destruição parcial e controlada de alguns lanços de muralha de forma a inutilizar a fortificação.

O exemplo aduzido de Mérida poderá servir de paralelo³² (Alba *et al*, 2009, p. 204), confirmando como ilógico a destruição efectiva das muralhas urbanas de Évora pois, citando Lagardère, “(...) *as muralhas são intocáveis, e não é possível antever necessidades futuras*” (Lagardère, 1995, p. 184).

A integridade defensiva da cerca amuralhada eborense é consolidada como sabemos por *al-Surunbāqi* em 914, implementando o seguinte esforço construtivo: “(...) *tapou-se a brecha, consolidaram-se os contrafortes e colocaram-se Portas pesadas.*” (Sidarus, 1988-1993, p. 30).

Adscrito a esta passagem, a apreensão gráfica do sistema construtivo militar em consonância com os dados arqueológicos confirmam o reforço de tramos de muralha no século X e também, invalidam a existência de contrafortes no perímetro amuralhado em questão.

³¹ Caso existissem arrabaldes em 913, seriam os primeiros sítios a serem atacados pelas hostes cristãs.

³² Acção de represália desencadeada pelo poder político central resultou na destruição parcial das muralhas de Mérida no século IX, e não num desmantelamento integral como o admite a documentação coeva (Alba *et al*, 2009, p. 204)

A observação física das muralhas informa sobre a divergência dos aparelhos construtivos e complementando-se com as escavações arqueológicas, permite assim uma associação estratigráfica e conseqüentemente cronológica. Neste sentido, a intervenção arqueológica realizada na Rua João de Deus nº 70, 72 e 74, como já referimos, apresenta dois tipos distintos de paramentos. Passando directamente para o segundo sistema construtivo identificado, este paramento define-se “(...) *por um aparelho de pedra irregular de granito emparelhado numa só face, construído em fiadas horizontais regularmente niveladas*” (Lima, 2004, p. 22). A opção técnica admite, segundo Miguel Lima, Cláudio Torres e Santiago Macías, uma possível origem islâmica, datada do século X (Lima, 2004, p. 22-23; Torres e Macías, 1995, p. 164-166).

Outra das soluções construtivas adoptadas pela sociedade islâmica manifestou-se na reutilização da alvenaria romana, visível num troço amuralhado situado no exterior de uma habitação privada na Rua da Alcárcova de Cima (Lima, 2004, p. 25-27). Um outro exemplo de reparação das muralhas apresenta-se na extensão nascente do circuito defensivo, nomeadamente na sobreposição ao paramento romano-visigodo de um aparelho a soga e tição associável também a momentos construtivos do século X (De Man, 2008, p. 222).

A implementação dos referidos sistemas construtivos no mesmo alinhamento defensivo tardo-antigo (focados na viabilidade económica da obra militar) provocou equívocos cronológicos documentando-se a muralha eborense como testemunho militar romano e visigodo, relegando o seu legado islâmico até finais do século XX (Torres e Macías, 1998a, p. 65). No entanto, a leitura de documentação regional coeva e epigráfica, além de um claro desenvolvimento da disciplina de arquitectura militar muçulmana, reformulou a percepção cronológica sobre a reconstrução muçulmana das muralhas eborenses (início do século X) tal como reajustou a datação de outros recintos defensivos, como o de Idanha-a-Velha (segunda metade do século IX) (Torres e Macías, 1998b, p. 65).

Em relação aos contrafortes descritos na narrativa regional, estes elementos estruturais assumidos como “*pilares de alvenaria que reforçam um muro*”³³, não se observam no perímetro amuralhado eborense. O equívoco de conceito é ultrapassado

³³ Dicionário Universal de Sinónimos e Antónimos da Língua Portuguesa, 2003, Lisboa: Texto Editora, p. 277.

quando tomamos as torres como contrafortes arquitectónicos (Zozaya Stabel-Hansen, 2009, p. 88), isto é, a sua função torna-se equiparável no momento em que as torres actuam como reforço da tensão dos lanços de muralha. Trata-se, portanto, de uma consolidação das torres e não de contrafortes.

Neste âmbito, a análise arquitectónica das torres, especificamente da diacronia dos seus paramentos construtivos, admite um reaproveitamento das disposições estratégicas pré-islâmicas (Lima, 2004, p. 22), bastante notório na extensão de muralha diante do Largo dos Colegiais.

Também neste sector amuralhado a denominada torre 1, torre quadrangular oca e destacada do pano de muralhas, sem evidências de aparelhos construtivos tardo-romanos e visigodos (De Man, 2008, p. 303), conduz à ideia de uma edificação original omíada. A bateria de torres que lhe sucede, quatro torres adossadas mas não muito destacadas dos lanços de muralha, contribuí para a teoria de introdução e difusão de elementos arquitectónicos de tradição síria conformando o modelo defensivo vigente em período Omíada (Torres e Macías, 1998a, p. 65; Gomes, 2003, p. 326)

Parece-nos consensual interpretarmos estas obras militares no âmbito do programa construtivo desempenhado por *al-Surunbāqi* nos inícios do século X, não só pela implementação de novos métodos defensivos (redução do espaçamento entre torres e construção de torres ocas), pela adequação estrutural ao traçado fortificado pré-existente reaproveitando a multiplicidade de materiais romanos para a sua reconstrução formando distintas tipologias construtivas, como também a inscrição fundacional de Évora por *Ibn Marwān* (Borges, 1998) sublinha e legitima a intervenção urbana perpetuada pelo poder regional em 914.

O refortalecimento da construção militar materializou assim as condições necessárias ao estabelecimento de uma autoridade regional em *Yābura* e, apesar da documentação escrita (Sidasus, 1988-1993; Coelho, 2008), não abordar as disposições urbanísticas efectuadas por *al-Surunbāqi* no tecido urbano eborense, supomos que *al-Surunbāqi* foi capaz de assegurar os meios de subsistência necessários ao repovoamento de Évora, do qual é testemunho a futura prosperidade económica e importância política do núcleo urbano no século seguinte.

A desagregação das autonomias regionais coloca Évora sob a alçada do califa omíada *'Abd al-Rahmān III*. De acordo com o seu empreendedorismo político, ideológico e construtivo, o impacto simbólico de uma muralha urbana estreitamente ligada às figuras políticas que a reconstruíram seria considerado uma debilidade na sua acção política. Por isso, a apropriação ideológica desse acontecimento fundacional (Mazzoli-Guintard, 1996, p. 157) e, como julgamos nós, a construção de uma alcáçova e edificação da mesquita *aljama* de acordo com a política califal de controlo urbano e emergência de edifícios monumentais expressão da hegemonia califal.

A discussão em torno da extensão da alcáçova de Évora persiste face à inexistência de vestígios visíveis (actualmente) que aludissem a um castelo medieval ou alcáçova muçulmana. O apagar da memória deste importante espaço urbano, vítima de um ritmo célere e inesperado de destruição associado à volubilidade da crise hegemónica de 1383-85 (Beirante, 1995, p. 6), resulta problemático na localização e delimitação dos seus limites e essencialmente na datação da sua construção.

A teoria comumente aceite pela comunidade científica refere a presença da alcáçova islâmica na zona nascente da colina (Balesteros *et al*, 1996-97, p. 80; Fernandes e Vilar, 2007, p. 15). De acordo com esta localização e seguindo os parâmetros islâmicos para a edificação de uma alcáçova (Gomes, 2003, p. 9; Navarro Palazón e Jiménez Castillo, 2007, p. 219), a alcáçova de Évora, construída na vertente nascente do cerro, ponto estratégico favorável a um melhor isolamento e defesa, adaptava-se às curvas de nível do terreno (Balesteros *et al*, 1996-97, p. 80). A sua disposição geoestratégica permitia assim o controlo sobre a vasta planície envolvente além de um domínio visual sobre as diversas áreas da medina subsequente da sua situação periférica em relação a esta. Outro factor topográfico condicionante – o acentuado declive a oriente – proporcionou condições naturais de defesa beneficiadas pelo sistema fortificado implementado (modelo defensivo omíada).

No estado actual dos conhecimentos o reduto militar apresentaria uma planta sub-rectangular e ocuparia cerca de 1,25 hectares (Balesteros *et al*, 1996-97, p. 80). Delimitado o reduto defensivo a nascente pelos cinco torreões desenvolvia-se até à torre de ângulo dos Capitães da Cidade onde o pano de muralha inflectia posteriormente para ocidente (Lima, 2004, p. 49).

Quanto ao sector meridional surgem grandes dúvidas referentes ao seu alinhamento. Dando alguma luz à questão, a intervenção arqueológica realizada em 1994 no interior da Pousada dos Lóios, na zona da actual piscina, exumou um tramo de muralha com dois metros e dez de espessura, engrossando para quatro metros e quarenta na proximidade do cubelo (possivelmente poligonal) a que se adossa (De Man, 2008, p. 303). O seu aparelho construtivo apresenta um reaproveitamento de blocos romanos na face interna, enquanto na parte externa a utilização de alvenaria se generaliza. O espólio exumado nas camadas estratigráficas mais profundas indicia uma cronologia islâmica (Lima, 2004, p. 49), comprovando-se assim em associação com o sistema construtivo a edificação deste troço de muralha e cubelo em período muçulmano.

O pano de muralha que fechava o recinto militar a sul teria portanto uma torre poligonal, a meio do sector amuralhado, desenvolvendo-se o lanço de muralha para poente até à torre de ângulo do Sertório (Balesteros *et al*, 1996-97, p. 81).

Da torre do Sertório seguia a face poente do reduto fortificado. A muralha absorvida pela actual Pousada dos Lóios e pelo Palácio dos Duques do Cadaval, residência do alcaide e guarda-mor da cidade Martim Afonso de Melo no reinado de D. João I (Beirante, 1995, p. 56), apenas apresenta duas torres de feição quadrangulares: a torre sineira da igreja dos Lóios e a Torre do Palácio dos Duques do Cadaval, além da torre pentagonal das Cinco Quinas que trava a face poente da muralha.

O lado norte do recinto é assaz curioso tanto pela sua pequena dimensão como também pelo facto de formar um ângulo, tendo como única estrutura defensiva a torre pentagonal. Aspectos possivelmente correlacionados com uma adaptação topográfica e qualidade defensiva da torre pentagonal (analisada posteriormente no ensaio).

A alcáçova de *Yābura* teria duas Portas (Balesteros, 1996-97, p. 69). A Porta de acesso à cidade poderia ter funcionado na face poente do reduto defensivo, facilitando o acesso ao centro do núcleo urbano e sucessivamente à mesquita principal. A denominada Porta da traição, englobada na face nascente da Pousada dos Lóios, proporcionava o acesso ao exterior da medina (Lima, 2004, p. 50), solucionando uma fuga que se quer rápida quando os inimigos atacam ou a população se revolta contra o poder político.

À luz do exposto, abordaremos os factores que confirmam, na nossa perspectiva, a configuração da alcáçova proposta e sua localização espacial.

A observação de fotografias aéreas realizadas por Vasco Mantas (Mantas, 1986) revela a marca nítida dos limites do reduto fortificado, precisamente do sector norte, este e oeste, no actual parcelário urbano. Também, através da leitura do tecido urbano, supomos que a delimitação da face poente da alcáçova poderá se relacionar com o eixo viário noroeste-sudeste, impondo um limite ao seu estabelecimento ocidental.

Numa clara sobreposição à área norte da alcáçova islâmica o Palácio dos Duques do Cadaval expressa a pervivência simbólica e física de um espaço áulico ligado ao poder político. A continuidade do espaço como residência oficial política confirma, em parte, a localização da alcáçova no presente sítio.

Outro motivo que valida a aceção do reduto fortificado nesse preciso local relaciona-se com a proximidade da mesquita principal (provavelmente subjacente à Sé-Catedral de Évora). A estreita relação de vizinhança entre poder político e religioso aconteceria em *Yābura*, indicando o esquema urbanístico inaugurado na fundação da cidade de Kufa (século VII) repetido em diversas cidades do mundo árabe (Navarro Palazón e Jiménez Castillo, 2007, p. 219).

Sucintamente, a organização urbanística, a rede viária e os esquemas mentais e simbólicos são compatíveis com a determinação proposta sobre a alcáçova.

As divergências interpretativas centram-se agora no que se refere à datação do recinto fortificado. Equaciona-se a construção da alcáçova de Évora durante um hiato temporal bastante amplo: de 914 a 1165 (Fernandes e Vilar, 2007, p. 6), consequência principal da falta de estudos arqueológicos.

A primeira referência escrita a identificar o alcácer integra o compêndio geográfico da autoria de *al-Idrīsī*, elaborado no século XII (Coelho, 2008, p. 53). Anterior a esta data, a documentação escrita medieval não oferece nenhuma descrição sobre o reduto muçulmano. Efectivamente, este dado aponta-nos a existência de um alcácer no século XII, um elemento urbano destacado e plenamente afirmado na paisagem urbana, supondo construção cronologicamente anterior.

A hipótese levantada sobre a alcáçova eborense ter sido edificada no século X sob a autoridade califal corresponde em primeiro lugar à inexistência, no projecto de

reabilitação militar desenvolvido por *al-Surunbāqi* (Sidarus, 1988-1993, p. 19-20), de registos sobre a construção ou recuperação de uma alcáçova. Comparativamente a Badajoz (da qual Évora então dependia) onde segundo *al-Bakrī, Ibn Marwān*: “*Se reservó una maqsûra en el interior de la mesquita y mandó construir otro oratorio particular en el interior de la ciudadela. También mandó edificar los baños (...)*” (Navarro Palazón e Jiménez Castillo, 2007, p. 56), o seu programa construtivo foi formalmente descrito. Transpondo o caso para Évora, provavelmente se *al-Surunbāqi* tivesse construído uma alcáçova, expressão de poder político, a sua descrição estaria na crónica coeva regional.

Assim sendo, associamos a sua construção a *‘Abd al-Rahmān III*, conjugando factores de ordem política³⁴ e ideológica à existência de dois capitéis em “favo-de-abelha” ornamentados por esquemáticas folhas de acanto formulando um complexo reticulado, expressando o gosto decorativo veiculado pelas produções escultóricas islâmicas de finais do século X (Torres e Macías, 1998 a, p. 166; Cressier, 2005, p. 179). Estes elementos arquitectónicos, de origem califal, integrados no Palácio dos Duques de Cadaval desde o século XIV (Fernandes e Vilar, 2007, p. 10), demonstram não só o reaproveitamento futuro de tais suportes artísticos, como também uma permanência física no espaço da anterior alcáçova.

Quando Évora é considerada como segunda cidade do reino aftácida de Badajoz no século XI, subordina-se ao facto de, em termos urbanísticos, a cidade materializar o modelo urbano necessário à afirmação de um poder regional. Neste âmbito, supomos a plena existência de uma alcáçova já conformada em Évora. Alegamos também como provável a construção de um alcácer naquela época, apresentando como argumentos o surto económico e construtivo que se estendeu pelo *al-Andalus* durante os reinos de *Taifas* (a título de exemplo a construção dos alcáceres de Sevilha) e a necessidade de um edifício palaciano que simbolizasse a emergência de uma nova autonomia política no território: *al-Mutawakkil*, rei de Évora durante 3-4 anos.

Outra das dúvidas interpretativas relaciona-se com a presumível existência de dois alcáceres em Évora descritos nas crónicas cristãs como alcácer “novo” e “velho”. A dicotomia encontra-se expressa no ano de 1176 quando D. Afonso Henriques doa umas

³⁴ Rosa Varela Gomes também aponta para a origem Califal da alcáçova de Silves argumentando que “*Aquelas construções representavam uma nova ordem, independente do Oriente, tanto em termos políticos como administrativos e, talvez, espirituais*” (Gomes, 2002, p. 329)

casas “*cum suo alcazar ueteri*” aos freires e Mestre da Ordem de Évora (Beirante, 1995, p. 15). Na realidade, o facto não é incomum, a existência de dois palácios já se encontra documentada em Silves, precisamente no interior da alcáçova (Gomes, 2011, p. 15); em Sevilha e em outras cidades do *al-Andalus*. Em comparação com estas cidades, Évora corresponderia assim a uma cidade importante no cenário político e económico do *al-Andalus*. A edificação de um segundo palácio, materialização directa de um poder político importante na cidade, foi possivelmente realizado durante as *taifas* pós-almorávidas quando Évora se destaca como centro de poder a uma escala regional sob o governo de *Ibn Wazīr*. A personagem política em questão quando reutiliza o lado contrário (datado de 1148 a 1151) da epígrafe fundacional do núcleo urbano em 914 (fig. nº. 2) (Borges, 1998) expressa além de fundamentos políticos e administrativos necessários à sua supremacia como soberano de uma região, a provável “fundação” de um edifício prestigiante, um alcácer talvez, evidenciando a primazia de Évora sobre os outros núcleos urbanos (Fernandes e Vilar, 2007, p. 11). Para não nos dispersarmos nesta temática, fruto de várias suposições, formulamos hipóteses que no futuro poderão ser retomadas e possivelmente confirmadas com eventuais escavações arqueológicas no lado nascente do centro histórico.

3.2.2. – Desenvolvimento Urbano

“La proclamación del califato omeya de Occidente bajo ‘Abd al-Rahmān III obligó a establecer una semántica del poder que se legitimase desde el punto de vista visual ante sus súbditos, generando un repertorio de imágenes, aunque balbuciente, que lo identificarán ante ellos” (Zozaya Stabel-Hansen *apud* Mazzoli-Guintard, 2006, p. 66). A arquitectura pública califal revestiu-se de razões de ordem ideológica, aqui identificadas por Juan Zozaya Stabel-Hansen, levando-nos a propor a construção da mesquita principal de Évora sob o domínio de *‘Abd al-Rahmān III*.

A materialização física e visual do seu poder em Évora implicou portanto a construção de dois elementos básicos na organização espacial muçulmana: a alcáçova (anteriormente analisada), sede da autoridade política e a mesquita principal, edifício de culto onde gravitava toda a vida religiosa, intelectual e até política da cidade.

Os sóbrios vestígios herdados do reino *aftácida* de Badajoz, século XI, pela segunda cidade do reino, Évora, apenas se verificam na implementação de novos dispositivos defensivos na muralha eborense. Evidência disso são a torre das Cinco Quinas e a torre da Selaria. Ambas reproduzem uma estrutura pentagonal que em termos defensivos permite a supressão de ângulos mortos em frente das torres de flanqueio quadrangulares (Mora-Figueroa, 1996, p. 134). A origem das torres pentagonais incorporadas em sistemas defensivos é todavia incerta, mas o testemunho mais antigo aponta para o século XI (Mora-Figueroa, 1996, p. 134). Nesse sentido, também as torres pentagonais integradas nas muralhas citadinas de Évora poderiam ter sido um acrescento defensivo integrado no século XI, altura em que os movimentos expansionistas do reino de Sevilha disputavam a cidade de Évora ao reino de Badajoz.

Naturalmente, a hegemonia de um reino sobre o outro baseava-se no controlo e na obtenção das matérias-primas, por isso a importância estratégica de Évora para Badajoz, funcionando como entreposto comercial centralizando as rotas mercantis.

Localizada estrategicamente num ponto elevado sobre a planície, a urbe eborense dominava visualmente as povoações suas dependentes, observando as actividades que se desenvolviam na sua envolvência e constituindo-se como uma base estratégica de controlo das vias terrestres.

Segundo o geógrafo *al-Idrīsī* “*O território que a cerca é de uma fertilidade singular. Produz trigo, gado e toda a espécie de frutos e legumes*” (Coelho, 2008, p. 53). Dada a descrição detalhada sabemos que os campos férteis em redor de Évora eram bastantes conhecidos no *al-Andalus* tal como os de Silves, Faro, Mértola e Sintra (Gomes, 2004, p.114). Os recursos naturais existentes na região de Évora representavam importantes valores de troca nos circuitos comerciais conferindo prosperidade económica aos seus habitantes, pelo menos a partir do século XI.

O retrato gradativo de revitalização económica atraiu mercadores e comerciantes que se cruzavam inevitavelmente no aglomerado urbano por força do eixo comercial este-oeste encontrando oportunidades de negócio nos mercados eborenses. Os “*souks*” de Évora, obedecendo a uma lógica urbana islâmica de acordo com as dinâmicas económicas e sociais, situar-se-iam junto à Mesquita principal, perto das entradas naturais de comércio, as Portas, e com o desenvolvimento dos arrabaldes (que analisaremos adiante) as instalações comerciais tal como locais de acolhimento a

viajantes localizar-se-iam nesses espaços extramuros (Navarro Palázon e Jiménez Castillo, 2007, p. 62).

A localização do Salão Central Eborense, na Rua de Valdevinos, indicia a probabilidade de ser um dos mercados do núcleo urbano por se situar perto de uma das portas da cidade, especificamente a Porta de Alconchel.

O antigo Templo Romano desprovido da sua função militar aquando da construção da alcáçova, poderia ter funcionado como açougue, em Época Islâmica, tendo em conta a sua localização preferencial junto às artérias principais da cidade e perto da mesquita *aljama*. A documentação cristã interpretada pela autora Ângela Beirante formula para o século XIV a conversão do templo em açougue (Beirante, 1995, p. 135), sublinhando a investigadora a localização do açougue islâmico na Rua Diogo Cão. A primeira teoria precisa de comprovação arqueológica inequívoca, enquanto a segunda é reforçada pelas escavações arqueológicas desenvolvidas no Salão Central Eborense (Balesteros e Gonçalves, 2007, p. 160)

Com o declínio de Beja, os vínculos com Badajoz e o despertar de uma figura de maior proeminência no cenário eborense, *al-Mutawakkil*, introduziu Évora nos circuitos governativos, culturais³⁵ e económicos de relevo desenvolvendo necessariamente o aglomerado urbano em resposta a este estímulo. Neste processo de consagração política e económica resultou, na nossa perspectiva, na edificação de um alcácer e respectivas estruturas associadas que albergariam o rei e a sua corte, além de outras construções públicas ou privadas que embelezariam a urbe eborense neste período histórico.

Factor de atracção populacional foi o clima de crescimento económico eborense desfrutado possivelmente no século XI conduzindo na nossa perspectiva a uma “saturação” do espaço intramuros desenvolvendo-se efectivamente em contrapartida os arrabaldes. De um modo geral, a densidade urbana estendeu-se a novos espaços habitacionais periurbanos, confirmado pela escavação da Praça do Giraldo, identificando-se prováveis complexos habitacionais associados a espólio cerâmico do século XI-XII (Balesteros e Gonçalves, 2007, p. 156). Nesses espaços extramuros poderíamos também encontrar cemitérios, áreas artesanais e de armazenamento e

³⁵ Evidência disso é a presença de alguns intelectuais no centro urbano, como por exemplo o mais famoso de todos: *Ibn Abdun*.

actividades agrícolas segundo o esquema de evolução urbana islâmica (Palazón Navarro e Jiménez Castillo, 2004).

Os arrabaldes seriam diferenciados segundo a religião professada pelos seus habitantes como o valida o arrabalde moçárabe de S. Mamede localizado a norte da urbe, o arrabalde judeu nas proximidades da Porta de Alconchel e o arrabalde muçulmano junto às Portas de Moura (Beirante, 1995, p. 14). O crescimento destes espaços periurbanos não se desenvolveu pelo lado nascente do recinto urbano pois seria um entrave à saída pela Porta da Traição.

No atropelo dos acontecimentos políticos que medeiam a entrada dos Almorávidas até à ocupação cristã da cidade em 1165, generaliza-se o silêncio de registos sobre as transformações urbanas realizadas em Évora. No entanto a reflexão em torno da concentração de funções centrais a uma escala regional sob o governo de *Ibn Wazīr* engloba a hipótese de edificação urbana (um alcácer supostamente) de acordo com os instrumentos de propaganda política e hegemónica praticados pelos senhores de *taifa*. Uma vez mais, serão as informações recolhidas nas escavações arqueológicas a clarificar-nos esta questão no futuro.

A passagem dos Almoadas pelo espaço urbano eborense foi definitivamente curta (1151-1165) traduzindo-se no facto de não serem visíveis quaisquer inovações militares almoadas na defesa de Évora (a título de exemplo: construção de torres albarrãs e utilização de taipa militar), como ocorreu em cidades como Silves, Tavira e outras.

3.3. – Os Eixos Viários

O panorama económico favorável configuraria Évora como um espaço bastante permeável ao exterior, dadas as suas ligações comerciais alargadas. Neste contexto clarificamos os contactos comerciais através do sistema viário entre Évora e os diferentes núcleos urbanos com que se conectava (fig. nº. 10).

Como sabemos, a incorporação do território eborense no reino *aftácida* de Badajoz, inícios do século XI, colocou em evidência o eixo viário este-oeste, face à importante ligação económica de Badajoz às suas cidades portuárias: Lisboa e Alcácer

do Sal, passando necessariamente por Évora. No que diz respeito à ligação entre Badajoz e Lisboa, *al-Idrīsī* descreve o itinerário escrevendo: “*De Badajoz à cidade de Elvas vão doze milhas, à alcária de Ukasa uma etapa, à cidade de Évora uma etapa, da cidade de Évora a Alcácer do Sal que está na margem do rio de Setúbal são quarenta milhas, de Alcácer do Sal à cidade de Lisboa vão quarenta milhas, e Lisboa está junto ao Tejo*” (Coelho, 2008, p. 53-54). Graças ao seu posicionamento geoestratégico nesta via comercial, Évora transaccionava os produtos excedentes de Badajoz, que chegavam à cidade pelo antigo trajecto romano ainda funcional (Bilou, 2005, p. 83) passando por Elvas e Redondo até chegar ao núcleo urbano eborense. De Évora partiriam dois caminhos em direcção a Alcácer do Sal, um passando por Valverde outro por Alcáçovas, chegando a Alcácer do Sal seguia a via para Lisboa (Bilou, 2005, 37-50). Lisboa era certamente a cidade portuária por excelência do reino *aftácida*, pólo centralizador das vias terrestres, fluviais e marítimas, era uma cidade conhecida pelo seu âmbar, pela sua actividade piscatória, pelos campos férteis que a envolviam, entre outros produtos que produzia e transaccionava (Torres, 2001, p. 74-75). A cidade de Alcácer do Sal com acentuada vocação marítima e relacionada desde tempos antigos com a sua indústria salineira, era referenciada por *al-Idrīsī* como “*região muito fértil, produz em abundância lacticínios, manteiga, mel e carne*” (Coelho, 2008, p. 53) além da sua madeira ser conceituada para a construção de barcos (Torres, 2001, p. 74-75).

O protagonismo económico e geopolítico que Évora ganhou com a fragmentação do *al-Andalus*, em pequenos reinos autónomos, condicionou porém, o seu acesso ao porto de Mértola pelo facto de a vila sobre o Guadiana formar parte do reino *abádida* de Sevilha. Anteriormente a via que ligava Évora – *Pax Iulia*, projectada pelos romanos (Bilou, 2005, p. 21-30), desempenhava uma importante ligação político-económica com a sua sede de *Kura*, Beja, e consecutivamente o comércio e intercâmbio de produtos era favorecido pelo acesso ao porto de Mértola, vila portuária que desenvolveria intensas trocas mercantis e culturais com o Magrebe (Macías, 1996, p. 16). Também o trajecto viário em direcção a Mérida, passando por Évoramonte ou pelo Redondo (Bilou, 2005, p. 53-61), com a transferência de centro de poder no século IX para Badajoz, representou o declínio aferido pela importante via da Antiguidade Clássica.

Outro dos principais eixos de comunicação herdados do período romano é a via Évora – Serpa que depois seguia para Sevilha, passando por Aroche, Gibraleón e Niebla

(Gómez-Martínez, 2004, p. 70). Em direcção a norte, dois trajectos viários se desenvolviam a partir do aglomerado eborense, nomeadamente a via Évora – Santarém e a via Évora – Tomar (Bilou, 2005, p. 63-67).

A partir do sistema viário estabelecido pelos romanos, os grandes eixos viários anteriormente definidos, surgiram trajectos secundários desenvolvidos pela comunidade muçulmana para dar resposta ao incremento económico, militar e político proporcionado pela taifa de Badajoz. As referências documentais e arqueológicas relativas ao período islâmico não nos oferecem nenhuma informação sobre o tema. Assim, a análise da documentação municipal do século XIII é importante para a assunção dos caminhos utilizados pela população islâmica eborense (Beirante, 1995, p. 76), dado que “*Não é crível que as vias e carreiras aí mencionadas sejam produto de qualquer investimento cristão, (...)*” (Bilou, 2005, p. 86) face ao clima de instabilidade vivido nesta época.

Característicos do período muçulmano seriam os seguintes eixos viários definidos por Francisco Bilou: a via em direcção a Moura, a Portel, a Monsaraz, a Juromenha, a Avis e o denominado caminho “*velho*” de Montemor (Bilou, 2005, p. 88 - 93).

Apresentados os principais trajectos viários enumeremos os factores essenciais que proporcionaram o protagonismo económico de Évora.

Em primeiro lugar, o posicionamento geoestratégico do núcleo urbano eborense no jogo de interesses comerciais operado no território do *Gharb al-Andalus* desempenhando um lugar central na articulação entre os portos marítimos e o interior.

O aproveitamento do sistema viário legado pela civilização romana, que no passado havia consolidado as seculares relações económicas e políticas com Mérida e o oceano Atlântico, adquiriu uma renovada importância com a afirmação de Badajoz no contexto andalus, século IX e XI. Acompanhando o ritmo das conjunturas políticas, Évora ganhou o estatuto de ponto nevrálgico³⁶ para o poder político e socioeconómico de Badajoz, resultante da sua centralidade face ao eixo estratégico de ligação entre a capital do reino *aftácida* e as suas cidades portuárias, Lisboa e Alcácer do Sal, urbes que asseguravam o domínio das rotas comerciais marítimas (Fernandes, 2005b, p. 57-58).

³⁶ Como o admite o plano de conquista de Badajoz desenvolvido por Geraldo Sem Pavor nos finais do século XII.

Indissociável da sua localização, o aglomerado urbano eborense consagrou-se como um importante entreposto mercantil, um centro de escoamento dos minérios que vinham de Aljustrel, do âmbar de Lisboa, do mel de Santarém, e outros intercâmbios comerciais e culturais, atestados pela proliferação de objectos do século X a XII exumados na escavações arqueológicas em Évora³⁷. Também os produtos cerealíferos e hortícolas cultivados nos campos férteis de Évora e a produção agro-pecuária foram importantes para a dinamização económica da cidade eborense tal como o realiza *al-Idrīsī*: “É uma região excelente onde o comércio é próspero, quer em objectos de exportação quer em objectos de importação.” (Coelho, 2008, p. 53).

Associado ao crescimento económico eborense surge uma rede de caminhos secundários, importantes elementos ordenadores do território que colocam em contacto Évora com as suas povoações dependentes e alcarias, consagradas a funções agrícolas e de criação necessárias ao abastecimento da cidade.

3.4. O Povoamento Rural

No seguimento do supradito, o conhecimento sobre o povoamento rural islâmico no território eborense é dificultado pela omissão nas fontes escritas de passagens alusivas às comunidades rurais e pela ausência de informações arqueológicas relativas ao assunto. Deste modo, numa aproximação à rede de povoamento eborense recorreremos ao estudo da toponímia desenvolvido por Ângela Beirante e Helena Catarino. Neste âmbito, a presença islâmica no território eborense é revelada pelo elevado número de topónimos³⁸ árabes ou arabizados como o caso das ribeiras de *Uidalvicivez*, *Azevel*, *Alcaraviça*, *Cafaregela*, *Alarucha*, *Almançor*, *Alcavela*, *Benafilé*, *Odivelas*; dos rios *Degebe*, *Xarrama*, *Divor*, *Serras de Stromoce* e *Fazquia* (Portel); das herdades e aldeias de *Foxem* (Viana), *Mujadarem* (Alvito) e *Benamorique* (Beirante, 1995, p. 12; Catarino, 1997-98, p. 15). Em relação aos povoados fortificados, a investigadora Ângela Beirante regista como de provável origem muçulmana os seguintes sítios: a noroeste de Évora, o

³⁷ Ver Capítulo I, nomeadamente o texto abrangido pelo título “O caso de Évora”.

³⁸ A colocação a itálico de determinados nomes corresponde à denominação original do sítio no século XIII, enquanto as outras denominações referem-se a uma pervivência toponímica na actualidade.

Deão e Honerico Joanes de Almansor; a nordeste, *Mendo Marques, Castelo Ventoso e Toura*; a sudoeste, *Geraldo e Doairos* e a nascente, o sítio de *Valongo*.

Complementando esta informação, foram registados cerca de oitenta e oito habitats de Época Medieval para a região de Évora na base de dados do *Endovélico*, cujas imprecisões cronológicas não nos permitem supor a sua utilização em período islâmico ou cristão. Todavia, acreditamos na reutilização das antigas *villae* romanas em períodos posteriores e sua sucessiva manutenção, como o admite na nossa opinião o sítio da *villa* da Mesquita (Santos *et al*, 2008, p. 55). Esta hipótese interpretativa relaciona-se com a maior incidência de sítios romanos em Évora que muçulmanos e com o pragmatismo da civilização muçulmana que compreende as facilidades económicas favorecidas pela adaptação a sítios pré-existentes, tal como transparece em paralelo no concelho de Alcoutim (Catarino, 2005, p. 117). Esperamos no futuro estudos desenvolvidos sobre a área rural eborense em período muçulmano de forma a entendermos melhor o binómio cidade-campo.

Em síntese, o modelo proposto de evolução da cidade islâmica de Évora transmite-nos desde logo a hábil capacidade em adaptar um conjunto de heranças materiais e culturais aos novos desígnios civilizacionais muçulmanos. Neste âmbito, a anterior cenografia imperial, tardo-romana e visigoda é absorvida no processo de urbanismo islâmico e, numa coexistência consentânea, assistimos a uma clara manutenção da extensão do recinto fortificado, dos eixos viários que cruzavam a cidade e do templo romano adequado a uma nova funcionalidade.

A cidade islâmica “descobre-se” no século X subsequente da razia operada por Ordonho II. Após um período de declínio estrutural do núcleo urbano, em que o ataque cristão apenas o confirma, assiste-se a uma progressiva edificação e reestruturação da malha urbana no século X, apoiada e fomentada pelas instâncias políticas e administrativas em vigor. Nomeadamente, as obras efectuadas por *al-Surunbāqi* na muralha defensiva como o exemplifica a construção de torres. Com *‘Abd al-Rahmān II* assistimos à construção da alcáçova e da mesquita principal, desenvolvendo-se posteriormente no período de *taifas* as infra-estruturas gerais que afirmaram Évora como uma cidade importante e próspera.

O dinamismo político e socioeconómico desenvolvido a uma escala regional pela cidade até à sua conquista cristã irá dotá-la assim de todos os elementos configurativos de um núcleo urbano plenamente islamizado, genericamente: a alcáçova, a mesquita principal e todos os equipamentos públicos e privados intrínsecos ao quotidiano muçulmano.

O expressivo crescimento económico beneficiado por uma área cruzada por eixos viários que, apesar de não se enquadrar no sentido estrito do urbanismo, justifica a sua inclusão no ensaio reflexivo.

Em seguida daremos a conhecer todas as informações retiradas das intervenções arqueológicas realizadas no Museu Municipal de Évora.

4.- A intervenção arqueológica no Museu Municipal de Évora

Privilegiado pela sua localização, o espaço onde se integra o Museu Municipal de Évora narra a história das várias civilizações que se instalaram em Évora.

As intervenções arqueológicas realizadas no espaço museológico evidenciaram vestígios estruturais e materiais, expressão de uma evolução urbana desde a época romano republicana até à contemporaneidade. A abordagem arqueológica elaborada pelos arqueólogos responsáveis será descrita sumariamente neste capítulo, destacando-se claramente os resultados obtidos para o período histórico em reflexão nesta dissertação.

O registo gráfico, em planta, elaborado pela desenhadora Fátima Dias Pereira representa os vestígios arquitectónicos exumados atribuídos à Época Romana (fig. nº. 13), ao Período Medieval Islâmico (fig. nº. 14) e à Época Cristã e Moderna (fig. nº. 15), contribuindo para uma melhor percepção visual e conhecimento sobre a cultura material identificada no decorrer das intervenções.

4.1. – Museu: um espaço de memória

O Museu Municipal de Évora, criado em 1914 e instalado no antigo Paço Arquiepiscopal (Alegria e Caetano, 2007, p. 1), localiza-se no Largo Conde de Vila Flor entre a Sé-Catedral de Évora (a norte), o Templo Romano (a sul) e a Biblioteca Municipal de Évora (a nascente) (fig. nº. 16).

A história do edifício eclesiástico remonta aos tempos da construção da Sé-Catedral de Évora pelo Bispo D. Paio, entre os anos de 1186 e 1204. À magnificência da Sé-Catedral o Bispo D. Paio associa a edificação dos seus aposentos, posteriormente destruídos em 1590 por se encontrarem em elevado estado de degradação (Espanca, 1951). Esta afirmação encontra fundamento nas fontes históricas do século XVI, precisamente no documento “*Relação do Estado da Igreja Eborense*”, redigido em 1595, onde se relata a destruição de casas próximas da Sé e sua consequente reformulação com materiais construtivos mais nobres (Rivara, 1945).

Indissociável da sua implantação privilegiada, o edifício é reconstruído no século XVI pelo Arcebispo D. Teotónio de Bragança, conformando o espaço de actual museu. O palácio apresenta uma planta quadrangular organizada por quatro alas rectangulares em torno de um claustro, de clara tradição maneirista (Alegria *et al*, 2011, p. 11).

Numa sequência de embelezamento e melhoramento do Paço Arquiepiscopal efectuaram-se constantes obras no edifício religioso desde o século XVI até ao século XX (Alegria *et al*, 2011, p. 11).

Num processo de adaptação contínua do espaço aos novos programas museológicos, o sítio converte-se numa área arqueológica de especial interesse. As primeiras escavações arqueológicas de que temos conhecimento (apenas informações parciais) foram realizadas entre 1983 e 1986³⁹, colocando em evidência as primitivas estruturas do Paço Arquiepiscopal (Alegria *et al*, 2011, p. 11).

O projecto de remodelação do edifício e ampliação das caves elaborado pelo Arquitecto Hestnes Ferreira complementou a intervenção arqueológica realizada no espaço museológico desde 15 de Março a 24 de Junho de 1996, sob a coordenação científica da empresa de arqueologia Arkhaios – Profissionais de Arqueologia e Paisagem em colaboração com Theodor Hauschild e Félix Teichner (Gonçalves *et al*, 1997, p. 123).

A segunda campanha arqueológica decorreu entre Março e Setembro do ano de 1997, sob a direcção científica dos mesmos intervenientes, objectivando e afirmando uma vez mais a importância da salvaguarda do património histórico-arqueológico (Gonçalves *et al*, 1997, p. 2).

Os resultados obtidos por ambas as campanhas arqueológicas demonstraram um potencial informativo altíssimo, clarificando-nos sobre as diferentes fases de ocupação do espaço pelas civilizações Romana, Islâmica, Cristã e Moderna, apresentadas em seguida.

Por último, efectuou-se o acompanhamento arqueológico de acordo com os trabalhos previstos no projecto de obra da FDO, Construções, S.A., entre Abril de 2007

³⁹ As intervenções arqueológicas acima mencionadas não serão descritas pelo facto de não revelarem dados arqueológicos referentes ao período islâmico, e de pouco sabermos sobre elas.

a Novembro de 2008, sob a orientação arqueológica da empresa ERA-Arqueologia, S.A. Realidade consentânea, permitiu o desvelar de outros elementos histórico-arqueológicos importantes no desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos pelas anteriores intervenções arqueológicas.

No ano de 2009, findas as obras de requalificação do edifício, o museu de Évora abriu as suas portas ao público no dia 29 de Junho (Alegria *et al*, 2011, p. 11).

4.2. – As intervenções arqueológicas

A escavação arqueológica realizada no Museu Municipal de Évora no ano de 1996 e de 1997 e desenvolvida por uma equipa multidisciplinar constituída por arqueólogos, antropólogos e técnicos de restauro, incluiu-se no programa de intervenção arqueológica junto ao Templo romano dirigida por Theodor Hauschild e posteriormente pelo Instituto Arqueológico Alemão (IAA) (Gonçalves *et al*, 1997, p. 123).

A integração do arqueossítio neste projecto global determinou o processo de quadrícula a partir de retícula orientado em função do alinhamento central do Templo, desenvolvendo em continuação o sistema numérico adoptado (sondagem nº. 50, 51 e 52) (Gonçalves *et al*, 1996, p. 4). Uma das vantagens deste sistema é a percepção rápida da localização geográfica das sondagens arqueológicas. Outra vantagem é a ampliação da área em observação, sem interferências físicas posteriores, motivando a correlação entre os dois arqueossítios.

Na segunda campanha arqueológica (1997) a designação das unidades de escavação é modificada tendo em conta a sua utilização pela equipa de arqueologia da Câmara Municipal de Évora (Gonçalves *et al*, 1997, p. 3). De maneira a não existirem conflitos de ordem metodológica, a questão resolveu-se com a denominação das quadrículas a partir do número 200 (sondagem 200 a 222) (Gonçalves *et al*, 1997, p. 3).

O processo de escavação arqueológica seguiu o método de planos pré-definidos, realizando a desmontagem de terras através de estratigrafia artificial. A utilização de níveis artificiais não nos informa com precisão sobre a estratigrafia do sítio, havendo a necessidade de a equipa de arqueologia localizar tridimensionalmente (X/Y/Z) os complexos de achados. O impacto antropogénico na estratificação do arqueossítio

também foi registado graficamente a partir de desenho à escala 1:40 e fotografia a preto e branco e diapositivo (Gonçalves *et al*, p. 4). Infelizmente a fotografia a preto e branco não nos permite uma visualização precisa dos níveis arqueológicos, tornando difícil a leitura arqueológica (a título de exemplo fig. nº. 17 e 18).

O planeamento dos trabalhos arqueológicos foi condicionado pela estabilidade do edifício, requerendo medidas de segurança e sucessivamente impossibilitando a escavação total da área. Os 40% de área intervencionada revelaram, no entanto, cinco grandes horizontes ocupacionais do espaço, nomeadamente de Época Romana, Visigoda, Medieval Islâmica, Medieval Cristã (conquista cristã) e Moderna (Gonçalves *et al*, 1997, p. 4).

Depois deste pequeno preâmbulo à questão da metodologia arqueológica aplicada, começemos por descrever os contextos arqueológicos identificados na primeira campanha arqueológica realizada no ano de 1996.

Os testemunhos da Idade Moderna exumados representam o período de utilização e construção do Paço Arquiepiscopal no século XVI. A identificação de um nível de pavimento do século XVI contribuiu para a preservação dos estratos arqueológicos anteriores. Um contexto selado, portanto, de singular importância que não sofreu as transformações urbanísticas dos séculos vindouros (Gonçalves *et al*, 1997, p. 124).

Após a desmontagem do pavimento de época moderna registou-se, na sondagem 50 e 51, um conjunto de sepulturas atribuídas cronologicamente à conquista cristã da cidade de Évora (século XII) (Santos e Umbelino, 2007, p. 3). Na necrópole cristã foram assim descobertas onze sepulturas individuais, com orientação oeste-este, apresentando formas variáveis e o reaproveitamento de alguns materiais romanos. Dez delas correspondiam a indivíduos do sexo masculino em idade adulta enquanto a outra era partilhada por duas crianças entre os 2,5 e 4,5 anos (Santos e Umbelino, 2007, p. 11-16).

Numa breve análise, a presença de esporas do século XII-XIII, de botões iconográficos e de dinheiros de D. Sancho I (1185-1211) e D. Sancho II (1223-1248) (Gonçalves *et al*, 1997, p. 124-125) associada aos indicadores antropológicos que denunciam a actividade profissional e causa de morte (Santos e Umbelino, 2007, p. 11-

16), factores que possibilitaram a teoria que os indivíduos aí enterrados seriam militares e/ou cavaleiros da Ordem de Calatrava ou até da Ordem ou Milícia de Évora (Gonçalves *et al*, 1997, p. 124-125).

Na óptica dos investigadores, a individualização dos sepulcros conjugada com os dados arqueológicos e antropológicos, em contraponto com outras necrópoles medievais cujas sepulturas abarcavam diversos indivíduos (Ermida de São Saturnino a título de exemplo, [Cunha *et al*, 1996]), caracteriza a necrópole como espaço sepulcral directamente ligada a uma elite militar (Santos e Umbelino, 2007, p. 11). O pressuposto baseado numa clivagem social adquire consenso quando contextualizado historicamente, ou seja, numa época de conquista e cristianização do território islâmico os militares dominavam uma posição de prestígio no quadro geral da sociedade cristã sendo reconhecida a sua importância social pela localização da necrópole no centro da cidade junto a um espaço sagrado, conotado assim desde a Época Romana.

Considerando em analogia a similitude dos enterramentos exumados na escavação arqueológica da envolvente do Templo romano, alguns também depositados sobre o pavimento da praça romana, compreendemos melhor a amplitude da necrópole cristã face à existência de um edifício religioso relacionado com a ordem religiosa em questão, construindo ou anulando as anteriores funções civilizacionais da mesquita-catedral de Évora (Gonçalves *et al*, 1997, p. 125; Teichner, 1998, p. 27). Facto que só poderá ser comprovado arqueologicamente.

Curiosamente apenas os enterramentos infantis fogem à lógica de uma necrópole para a elite militar, podendo hipoteticamente corresponder aos descendentes desses militares.

Continuando a leitura diacrónica dos estratos arqueológicos intervencionados, na sondagem 51, imediatamente sob o nível das sepulturas cristãs, foram descobertas duas sepulturas individuais de Época Islâmica. Ambos os sepulcros mostram planta oval romperam o pavimento de *opus* da praça romana (o pavimento encontra-se à cota de 99,95 metros), sendo posteriormente cobertos por lajes de pedra e tijolos (Gonçalves *et al*, 1997, p. 125).

Reflexo da prática religiosa muçulmana, a disposição das sepulturas no sentido nordeste-sudoeste e colocação dos indivíduos em posição decúbito lateral direito, pernas

levemente flectidas e face voltada para sul (Meca) indica os preceitos canónicos islâmicos (Santos e Umbelino, 2007, p. 11).

A inumação, denominada de O 386, corresponde a uma criança entre os 2,5 e 4,5 anos (Santos e Umbelino, 2007, p. 11-12). O segundo enterramento islâmico, designado de N 387, apresenta um jovem adulto do sexo masculino (Gonçalves *et al*, 1997, p. 125).

Na sondagem arqueológica nº. 50, sob as sepulturas cristãs, foi identificado um contexto estrutural composto por dois muros com orientação norte-sul, a uma distância entre si de cerca de 2,70 metros, e um terceiro muro a fechar o espaço no alinhamento oeste-este. O conjunto de fundações apresentava cerca de 2 metros de altura. Na perspectiva dos investigadores as infra-estruturas são exemplo de um mesmo momento construtivo, contemporâneas entre si (Gonçalves *et al*, 1997, p. 125). Apontam ainda como possível a utilização deste espaço durante o século XI, no qual Évora se encontrava sobre o domínio de Badajoz, de acordo com o espólio cerâmico exumado (Gonçalves *et al*, 1997, p. 125).

Após a escavação dos estratos arqueológicos cortados pela vala de fundação dos muros, os autores propõem para o contexto arqueológico em análise duas fases de ocupação. A última relativa ao século XI e a primeira fase situam-na “*numa época islâmica mais antiga, de transição de época romana/visigótica*” (Gonçalves *et al*, 1997, p. 125).

No que respeita aos vestígios arqueológicos de Época Visigótica, uma cancela do mesmo período reutilizada como tampa sepulcral foi identificada na sondagem 51. A importância desta descoberta, não só pela sua raridade em território eborense, possibilita também a interpretação lógica da presença de um templo paleocristão nas imediações do actual espaço do Museu (Gonçalves *et al*, 1997, p. 125-126).

Na mesma sondagem arqueológica os investigadores identificaram o pavimento da praça romana, construído em *opus*, definindo o nível de utilização deste contexto à cota relativa de 100 metros (Gonçalves *et al*, 1997, p. 126). A constatação deste dado arqueológico permite-nos vislumbrar topograficamente a organização da área urbana em Época Romana.

A sondagem arqueológica n.º 52 Apenas documentou vestígios estruturais relacionados com a construção do primitivo Paço Arquiepiscopal.

Os resultados obtidos na primeira campanha arqueológica realizada no ano de 1996 asseguraram a existência de uma ampla ocupação do espaço do actual Museu. Os testemunhos arqueológicos apresentaram informes sobre a dimensão e construção da praça romana, vestígios inéditos sobre a presença visigótica, um complexo estrutural relacionado com o período islâmico e uma necrópole cristã associada a elites militares. A evolução do espaço, fruto de transformações urbanas e de ordem funcional conectada naturalmente com momentos históricos, permaneceu selada graças à reedificação do Paço Arquiepiscopal no século XVI.

Acrescido às informações aduzidas, surgiram problemáticas interpretativas que motivaram e tornaram necessário a prossecução dos trabalhos arqueológicos de forma a colmatar lacunas no conhecimento sobre o desenvolvimento urbano no centro histórico de Évora.

A segunda campanha arqueológica, realizada em 1997, incidiu sobre três áreas distintas: no centro do claustro, na ala a sul do claustro e nas salas localizadas no canto sudeste do edifício (Gonçalves *et al*, 1997, p. 6).

No interior do Claustro situavam-se as sondagens arqueológicas n.º 52, 200, 201, 202, 203, 209, 210, 211, 213, 214, 218 e 220 (Gonçalves *et al*, 1997, p. 6).

Durante a realização dos trabalhos arqueológicos nesta zona, identificou-se um estrato de calçada do século XVI construída em pedras de granito e mármore, à cota média de 100,40 metros. A pavimentação desta área no século descrito favoreceu a preservação dos vestígios arqueológicos de épocas históricas anteriores. Assim, para a Idade Moderna exumou-se um conjunto de paredes atribuídas à fase inicial de construção do Paço, nomeadamente presentes nas sondagens 52, 200, 201, 202, 209, 211 e 214. Um sistema de evacuação de águas pluviais, identificado nas sondagens 52, 202, 214 e 215, continuava ainda em funcionamento em 1997. Outro equipamento básico relativo ao abastecimento de água (poço ou cisterna), descoberto na quadrícula n.º 200, apresenta cronologia indeterminada, contudo os arqueólogos determinaram o seu abandono entre o século XV e o XVI (Gonçalves *et al*, 1997, p. 6-7).

É interessante verificar a existência de lençóis de água subterrâneos situados a pouca profundidade, confirmando o facto de a cidade de Évora não oferecer dificuldades no abastecimento de água às populações.

No que concerne ao Período Medieval Cristão, identificou-se na sondagem 220 um silo cujos níveis de enchimento e abandono forneceram materiais arqueológicos balizados cronologicamente entre finais do século XII e inícios do século XIII, proporcionando a formulação de uma sequência tipológica evolutiva de bordos de loiça de cozinha para este determinado período temporal (Gonçalves *et al*, 2004).

Os níveis islâmicos, exumados nas sondagens 200, 201, 211 e 218, correspondiam a diversos muros datados de Época Califal e/ou das primeiras taifas e a uma estrutura negativa (silo) escavada directamente na rocha, alcançando a profundidade de 1,15 metros e uma largura de 1,30 metros (Gonçalves *et al*, 1997, p. 8).

No decorrer das escavações nesta área detectou-se nas sondagens 202, 209, 210, 214 e 220, a existência de uma plataforma de origem romana construída 0,20 metros acima do pavimento da praça romana, interpretada possivelmente como uma zona destinada à colocação de estátuas ou constituindo acesso a um dos edifícios limítrofes do *forum* romano de Évora (Gonçalves *et al*, 1997, p. 6-7). Directamente sobre o pavimento da praça romana, construída na segunda metade do século I (Nero-Flávia) (Teichner, 1998, p. 20), foi observada a existência de um nível de ocupação antigo face à descoberta de espólio arqueológico correspondente ao Período Romano Republicano (século I a.C.) (Gonçalves *et al*, 1997, p. 6-7). Reconhecendo-se aqui as evidências mais antigas de ocupação do centro histórico de Évora.

Na área a sul do claustro localizavam-se as sondagens arqueológicas n.º. 206, 208, 212, 215, 216 e 219 (Gonçalves *et al*, 1997, p. 10).

Nas sondagens 206 e 208, após desmonte parcial de paredes laterais, identificaram-se duas salas completamente entulhadas de material arqueológico atribuído ao século XIX, podendo ambos os espaços terem funcionado como lixeiras durante esse século. Em todas as sondagens intervencionadas neste sector documentou-se o nível de calçada relativo ao século XVI, verificado na zona central do claustro (Gonçalves *et al*, 1997, p. 14-15).

A escavação da sondagem 216 evidenciou uma sequência estratigráfica que traduz o abandono das estruturas subsequentes (islâmicas) em Período Cristão, imediatamente após a conquista cristã. Também foi possível observar nesta quadrícula uma estrutura redonda de cronologia e funcionalidade indeterminada. Contudo, os investigadores denunciam como possível a sua utilização para a evacuação de águas (Gonçalves *et al*, 1997, p. 13).

A intervenção arqueológica realizada na ala sul do claustro distinguiu-se pela quantidade de testemunhos arquitectónicos reconhecíveis de época islâmica, verificados particularmente na sondagem 216. Por conseguinte, na sondagem arqueológica 216 identificaram-se dois níveis de ocupação do espaço em Época Islâmica (Gonçalves *et al*, 1997, p. 13).

O primeiro momento construtivo corresponde à edificação em pedra do conjunto de paredes exumado, constatando-se a reutilização de silhares romanos. De acordo com os arqueólogos, esta fase inicial de utilização do espaço compreende o Período de transição Romano-Visigodo para a Período Emiral, baseando as suas elações no espólio arqueológico composto por fragmentos de *terra sigillata* africana clara-A, cerâmicas tardo-romanas, cerâmica comum com decoração em engobe e numismas romanos (Gonçalves *et al*, 1997, p. 13).

Na segunda fase de ocupação islâmica, atribuída a Época Califal e das Primeiras Taifas, existe uma permanência no alinhamento das paredes antigas, construindo-se sob elas muros em pedra e tijolo. De realçar, no entanto, a identificação de uma latrina, no interior de um compartimento, com respectiva fossa asséptica (Gonçalves *et al*, 1997, p. 13).

Atendendo às sondagens arqueológicas n.º. 208, 215 e 219 colocou-se a descoberto outros conjuntos de paredes de Época Islâmica e identificou-se um nível de pavimento construído em tijoleira, reconhecível também nas sondagens n.º. 216 e 50 (Gonçalves *et al*, 1997, p. 13).

Na escavação da quadrícula n.º. 206 verificou-se a existência de um canal de escoamento de águas em direcção a sul, elaborado em pedra solta e tapado por lajes, evidenciando a reutilização de uma base de coluna romana na sua cobertura (Gonçalves *et al*, 1997, p. 13).

Chegando por fim aos estratos arqueológicos relativos à Época Romana constatou-se nas sondagens n.º. 216, 215 e 219 uma parede de construção romana que possivelmente estabelecia o limite sul do Criptopórtico Romano. Devido a razões de segurança os arqueólogos não tiveram a oportunidade de esclarecer esta dúvida (Gonçalves *et al*, 1997, p. 12). Todavia, o entendimento geral sobre a praça do *forum* romano foi ampliado percebendo-se pela inexistência de vestígios neste sector da escavação que o pavimento romano não ultrapassaria a parede interior do claustro (Gonçalves *et al*, 1997, p. 11-12).

O último sector intervencionado arqueologicamente corresponde às salas do canto sudeste do Museu, respectivamente às sondagens arqueológicas n.º. 50, 51, 204, 205, 207, 217, 221 e 222 (Gonçalves *et al*, 1997, p. 15).

Os dados arqueológicos inerentes a este sector revelaram para a Idade Moderna a identificação do pavimento de século XVI a selar os estratos arqueológicos subsequentes (Gonçalves *et al*, 1997, p. 19). Em relação ao Período Medieval Cristão, a conclusão da escavação da necrópole associada aos militares da conquista cristã da cidade confirmou os dados arqueológicos anteriormente detectados nas sondagens 50 e 51 (Gonçalves *et al*, 1997, p. 17-18).

Sob o nível das sepulturas cristãs exumou-se outra sepultura islâmica, a V-924, apresentando características idênticas às inumações O-386 e N-387, precisamente a disposição e orientação do esqueleto depositado num sepulcro de planta oval aberto no pavimento da praça do *forum* romano (Gonçalves *et al*, 1997, p. 18). O estudo antropológico desenvolvido pelas antropólogas Cláudia Umbelino e Ana Luísa Santos revelou para a sepultura V-924 tratar-se de um indivíduo do sexo feminino, apesar do mau estado de conservação em que se encontrava (apenas as pernas e os pés conservavam-se no perfil) (Gonçalves *et al*, 1997, p. 18).

Na sondagem 222 exumou-se outro conjunto de muros de época islâmica oferecendo aspectos construtivos semelhantes às estruturas islâmicas identificadas nos outros dois sectores da escavação arqueológica (Gonçalves *et al*, 1997, p. 16). Segundo os investigadores verificou-se, uma vez mais, dois níveis de utilização do espaço: o primeiro atribuído à transição do Período Romano-Visigodo para o Período Emiral e o segundo nível relativo aos séculos X-XII (Gonçalves *et al*, 1997, p. 17).

Na área arqueológica em análise reafirmou-se para a Época Romana o nível exacto de utilização do pavimento da praça romana, à cota de 99,95 metros (Gonçalves *et al*, 1997, p. 15).

As informações obtidas na segunda campanha arqueológica efectuada numa área com cerca de 290 m² contribuíram para uma percepção geral das infra-estruturas que compunham o primitivo Paço Arquiepiscopal (anterior ao século XVI). Obtiveram também repercussão no desenvolvimento do conhecimento sobre a evolução tipológica de loiças de cozinha atribuídas ao reinado de D. Sancho I e D. Sancho II, além de ampliarem o estudo sobre a necrópole militar cristã (Gonçalves *et al*, 1997, p. 16-17).

Os níveis islâmicos identificados desenvolveram, segundo os investigadores, a teorização de duas fases distintas de ocupação do espaço e formularam a hipótese do complexo estrutural exumado corresponder a uma casa de grandes dimensões ou a um bairro islâmico.

As evidências arqueológicas atribuídas à Época Romana revelaram dados inéditos sobre a ocupação mais antiga do centro histórico de Évora, conformando o Período Romano Republicano (século I a.C.) como o primeiro momento ocupacional do sítio. Além de revelarem dados sobre o limite sul da praça do *forum* romano de Évora e o seu nível de utilização à cota de 99,95 metros (Gonçalves *et al*, 1997, p. 15).

O acompanhamento arqueológico efectuada no ano de 2008 pela empresa ERA-Arqueologia, S.A. e realizado essencialmente no pavimento 0 e nas caves do Museu Municipal de Évora, registou possíveis estruturas relacionadas com o Criptopórtico romano e uma área comercial atribuída cronologicamente à Época Romana, provavelmente a *tabernae* respectiva ao *forum* romano. Identificou-se também um testemunho arquitectónico associado à Época Visigótica, nomeadamente uma cancela (ERA, 2008, p. 10). Para a Idade Moderna, as informações arqueológicas obtidas consolidaram apenas os conhecimentos alcançados pelas intervenções arqueológicas realizadas em 1996 e 1997.

Vestígios estruturais e materiais associados ao Período de ocupação Islâmica foram identificados numa vala, com cerca de 1 metro de largura, que atravessava transversalmente o claustro a sul, denunciou a presença de um muro islâmico no alinhamento nordeste-sudoeste, de um outro muro com orientação noroeste-sudeste

formando canto com o anterior e de um silo (ERA, 2008, p. 11). Os elementos arqueológicos descritos encontravam-se na proximidade da sondagem arqueológica nº. 222 realizada pela Arkhaios em 1997.

A leitura dos dados disponíveis revela-nos uma série de problemáticas interpretativas nomeadamente relativas: aos vestígios ocupacionais do Período de transição romano-visigoda para Período Emiral; à compartimentação dos espaços e suas respectivas funcionalidades, tratando-se consequentemente de uma casa grande ou de um bairro islâmico; à inumação de indivíduos muçulmanos no interior da cidade islâmica sob as sepulturas dos militares da conquista Cristã e por conseguinte a sua interligação ou não com o complexo habitacional.

Pese às dificuldades de interpretação, resultado dos problemas de obra que condicionaram a escavação total da área, a realização de abordagem arqueológica alicerçada numa leitura de conjunto, conjugando a análise do espólio arqueológico a interpretações funcionais do espaço, permitirá na nossa opinião aclarar as dúvidas acima descritas e tirar conclusões sobre desenvolvimento urbano desta área em Época Islâmica.

5. O espólio arqueológico

Testemunhos ilustrativos do quotidiano, as peças em cerâmica, em osso e metal constituem o espólio arqueológico em análise.

As peças de barro cumpriam as necessidades básicas da população que serviam. A cerâmica era frequentemente utilizada no serviço, na preparação e confecção de refeições, no armazenamento de bens alimentares ou líquidos, na construção e actividades industriais, e até na produção de brinquedos e expressões artísticas de devoção a *Allah*.

Em termos de representatividade na colecção a cerâmica de uso comum, com 72,3%, apresenta-se bastante significativa quantitativamente, seguida da cerâmica vidrada a verde e castanho, 12, 3%, da corda seca parcial e total, com 7,7%, depois pela cerâmica vidrada bicolor, 4,6%, e por fim a cerâmica vidrada monocromática com 3,1 % (fig. nº. 19).

Os objectos realizados em osso enquadram as actividades artesanais e domésticas realizadas pela comunidade que os possuía, tal como os utensílios em metal, podendo estes ainda auferir sobre o pouco mobiliário utilizado pela sociedade islâmica.

Apresentamos de seguida o estudo efectuado de forma sistemática sobre as cerâmicas vidradas, as cerâmicas de uso comum, o espólio em metal e sobre os materiais em osso, procedendo no final a uma leitura e interpretação global das informações fornecidas pela cultura material analisada.

5.1. A cerâmica vidrada

5.1.1. A cerâmica vidrada monocroma

As cerâmicas vidradas monocromas exumadas na intervenção arqueológica realizada no Museu Municipal de Évora representam 3,1% do espólio cerâmico em reflexão, correspondendo essencialmente a fragmento de garrafa ou galheta EVR.M/97/638:216, de panela EVR.T/96/353²:50, de talha EVR.M/97/840:219 e de candil EVR.M/97/597:216.

A aplicação de vidro de cor amarela (óxido de antimónio) no recipiente EVR.M/97/638:216, destinado possivelmente ao serviço de líquidos ou, especificamente, na aromatização da comida com azeite, funciona como impermeabilizante. Esta funcionalidade também se encontra presente no vidro de cor laranja (óxido de ferro) aplicado no interior da panela EVR.T/96/3532:50, e no fragmento de talha oferecendo vidro de cor branca semitransparente (óxido de estanho). Esta hipótese define-se tendo em conta o vidro como revestimento da superfície interna, impermeabilizando assim os exemplares. Normalmente é aplicado em peças que se destinam a conter líquidos, como a garrafa ou galheta e a talha, e em recipientes que são utilizados ao lume (panela), conferindo-lhes neste caso uma maior resistência às altas temperaturas facilitando posteriormente a sua limpeza.

Contudo, a aplicação de vidro indicia ainda uma função estética. Claramente, o cliente era motivado na compra pela beleza da forma, efeito visual e simbologia do objecto. Simbolicamente, as cores no mundo islâmico assumem importantes significados. Por exemplo, o melado exprime a cor dourada ligada directamente ao ouro, enquanto a tonalidade laranja associa-se ao âmbar, dois signos relativos à riqueza e ao paraíso (Zozaya Stabel-Hansen, 1999, p. 453-454). Por sua vez, a aplicação de vidro em cor branca reflecte ideais de pureza e elegância (Chevalier e Gheerbrant, 1999, p.198), em tudo correspondente ao modelo de talha analisado (EVR.M/97/840:219).

Importa ainda mencionar, o programa decorativo elaborado na superfície externa do fragmento de talha. A associação de diferentes técnicas decorativas com estampilhas formulando matrizes de forma concêntrica, contendo no seu interior aplicação plástica mamilada, e disposição vertical de cordão digitado simbolizam no seu conjunto iconográfico a abóboda celeste, numa aproximação ao Deus único, *Allah* (Chevalier e Gheerbrant, 1999, p.203).

Utilizado na iluminação da casa, o fragmento de candil EVR.M/97/597:216 proporciona vidro de cor verde na sua superfície externa. O estado rugoso do vidro, apresentando diversas bolhas, alude a uma cozedura da peça em temperaturas demasiado elevadas. Deixando de lado o carácter defeituoso do vidro, compreendemos que a sua aplicação exerce funções decorativas, representando a sua

tonalidade verde conexões com a cor do Islão e tom ligado com a noção de Paraíso e consequentemente com vegetação (Zozaya Stabel-Hansen, 1999, 455).

A produção de tais exemplares, consagrados a distintas funções, apresenta pastas de tom claro no caso das peças EVR.M/97/638:216 e EVR.M/97/840:219 e pastas de tom vermelho alaranjado nos exemplares de panela e candil.

O fragmento de garrafa/galheta oferece paralelos formais e estilísticos com peças datadas entre o século XI-XII recolhidas em Mértola (Gómez Martínez, 2004, p. 411, CR/ML/0008), Múrcia (Navarro Palazón, 1986, p.143, nº66) e Dénia (Gisbert, 2000, p. 36).

De características idênticas a um exemplar de panela exumado nas escavações da alcáçova de Badajoz (Valdés Fernández, 1985, p. 321, fig.136, nº.12 [1.245]), a panela EVR.T/96/3532:50 sugere corresponder a produções do século XI.

A talha EVR.M/97/840:219 providencia paralelos decorativos com peças funcionalmente similares datadas do século XII, nomeadamente em Santarém (Trindade e Diogo, 2003, p. 150, fig.6, nº36) e Algeciras (Torremocha y Oliva, 2002, p. 102).

O candil EVR.M/97/597:216 mostra semelhanças formais e decorativas com um exemplar recolhido no NARC (Lisboa) atribuído ao século XI-XII (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2007, p. 338, fig. nº. 3275).

5.1.2. Cerâmica vidrada bícroma

Utilizando técnicas decorativas como o vidrado bicolor, os oleiros muçulmanos produziram sofisticadas peças onde o factor ornamental estilizado se encontra bem patente.

Os materiais cerâmicos reconhecidos com decoração em vidrado bicolor correspondem a 6 fragmentos de taças (4,6%). Os recipientes utilizados à mesa apresentam na sua superfície interna a seguinte paleta cromática: verde e castanho (EVR.M/97/489:216, EVR.M/97/735:216, EVR.M/97/900:222), melado e castanho (EVR.M/97/748:216, EVR.M/97/913:222) e verde e laranja (EVR.M/97/246:201).

Em termos morfológicos os exemplares demonstram diferenças ao nível do pé: pé anelar baixo (EVR.M/97/735:216, EVR.M/97/246:201) e pé anelar alto e algo oblíquo (EVR.M/97/489:216, EVR.M/97/900:222). As taças que conservam parte de bordo oferecem bordo extrovertido e vertical, com lábio algo biselado (EVR.M/97/748:216) e bordo extrovertido e algo espessado, com lábio de secção sub-triangular (EVR.M/97/246:201).

As taças caracterizam-se tecnologicamente por apresentarem uma tonalidade quase branca para o núcleo das paredes (EVR.M/97/489:216, EVR.M/97/735:216, EVR.M/97/748:216, EVR.M/97/900:222, EVR.M/97/913:222), denotando-se em somente um exemplar pasta de cor rosada (EVR.M/97/246:201).

Assistimos à reprodução decorativa de motivos fitomórficos estilizados elaborados por arcos secantes ou tangentes em óxido de manganês nas peças EVR.M/97/489:216, EVR.M/97/735:216, EVR.M/97/900:222. Nos recipientes que apresentam fundo de tom melado e desenhos a castanho, os motivos decorativos oscilam entre manchas informes (EVR.M/97/748:216) e elementos geométricos circulares contidos em cartela compondo um tema algo abstracto (EVR.M/97/913:222).

Relativamente aos paralelos formais e decorativos encontrados para as peças em estudo, apresentamos para os exemplares EVR.M/97/489:216, EVR.M/97/735:216, EVR.M/97/900:222 semelhanças com peças recolhidas na camada 2 da alcáçova de Silves (Gomes, 2003, p. 334, fig. 203, Q20/C2/U1-8), na zona da Arrochela em Silves (Gomes, 2011, p. 195, fig. 1.87 Q4/E14/C1-4), em Salir (Catarino, 1997-98, p.497-498), em Moura (Macias, 1993, p. 187) e em outros arqueossítios na Península Ibérica explicitando uma ampla dispersão geográfica e uma produção reconhecida desde o século X ao XII.

A taça EVR.M/97/748:216 encontra idêntico paralelo formal e decorativo no *Ribat* da Arrifana, classificado para o século XII (Gomes e Gomes, 2005, II, p. 493, fig. 11, AR.S1/Q76/C2-6) e em Silves, precisamente na zona da Arrochela, com a mesma atribuição cronológica (Gomes, 2011, p. 217, fig. 1.95).

Para o exemplar EVR.M/97/246:201 as semelhanças a nível morfológico com uma taça exumada em Mértola são visíveis (Gómez Martínez, 1998, p. 62, fig. nº.4), sendo a peça datada para o século X-XI.

As peças em vidro bicolor eram possivelmente caras e algo luxuosas como o aponta o remendo através de “gato” (grampo de metal) na taça EVR.M/97/735:216.

5.1.3. Cerâmica com decoração a verde e castanho

Expressão artística e iconográfica da cultura material islâmica, a cerâmica a verde e castanho traduz as influências recebidas do Próximo Oriente, desde o século VII, consecutivamente desenvolvidas pelos centros oleiros do Médio Oriente elaborando um elemento artístico singular que se espalhará por todos os cantos do território do *dār al-Islam* (Gomes, 1998, p. 53; Gómez Martínez, 2004, p. 588).

O espólio cerâmico exumado nas intervenções realizadas no Museu Municipal de Évora apresenta 16 fragmentos de cerâmica decorada a verde e castanho (12,3%). Entre os exemplares reconhecidos distinguem-se formalmente taças (EVR.T/96/153:50, EVR.T/96/291:50, EVR.T/96/349:50, EVR.T/96/353³:50, EVR.M/97/209:206, EVR.M/97/292:206, EVR.M/97/820:211, EVR.M/97/605:216, EVR.M/97/800:216, EVR.M/97/810:216, EVR.M/97/813:216, EVR.M/97/759²:219, EVR.M/97/759³:219) e jarra (EVR.T/96/382²:50), correspondendo na sua essência a loiça de mesa.

Morfologicamente, os recipientes de forma aberta oferecem bordo extrovertido e ligeiramente espessado com lábio biselado (EVR.T/96/153:50), com lábio de secção sub-triangular (EVR.T/96/349:50) e com lábio de secção semicircular (EVR.T/97/605:216, EVR.T/97/800:216, EVR.T/97/810:216, EVR.M/97/759²:219). Ao nível do corpo, as taças mostram na sua maioria forma hemisférica (EVR.T/96/153:50, EVR.T/96/349:50, EVR.T/97/605:216, EVR.T/97/800:216, EVR.M/97/759²:219), com uma única exceção apresentando corpo com carena (EVR.T/97/810:216).

Os restantes fragmentos atribuídos a taças correspondem a porções de parede (EVR.T/96/353³:50, EVR.M/97/209:206, EVR.M/97/292:206, EVR.M/97/820:211, EVR.M/97/813:216, EVR.M/97/759³:219).

O único exemplar que consideramos tipologicamente como jarra corresponde a fragmento de bojo (EVR.T/96/382²:50).

A qualidade da produção é tecnicamente expressa neste conjunto cerâmico por pastas bem depuradas, muito homogêneas e compactas, apresentando na sua maioria uma tonalidade bege clara para o núcleo das paredes (EVR.T/96/291:50, EVR.T/96/353³:50, EVR.T/96/382²:50, EVR.M/97/209:206, EVR.M/97/820:211, EVR.M/97/605:216, EVR.M/97/810:216, EVR.M/97/813:216, EVR.M/97/759²:219, EVR.M/97/759³:219). Somente um exemplar demonstra pasta de cor laranja clara (EVR.T/96/349:50), e outras duas peças oferecem uma tonalidade rosada, bastante clara, para o núcleo das paredes (EVR.M/97/292:206, EVR.M/97/800:216).

A cerâmica vidrada decorada a verde e castanho caracteriza-se pela aplicação de vidrado, no fundo da peça, de cor branca (óxido chumbo) ou melada (óxido de antimónio) e sobre este desenham-se os motivos ornamentais elaborados a verde (óxido de cobre) e a castanho ou negro (óxido de manganês). No que concerne ao lote cerâmico em análise observa-se na sua maioria decoração sobre fundo branco (EVR.T/96/349:50, EVR.T/96/353³:50, EVR.T/96/382²:50, EVR.M/97/605:216, EVR.M/97/800:216, EVR.M/97/813:216), notando-se nas restantes peças a presença de fundo de cor melada (EVR.T/96/291:50, EVR.M/97/209:206, EVR.M/97/292:206, EVR.M/97/820:211, EVR.M/97/810:216, EVR.M/97/759²:219, EVR.M/97/759³:219). O reverso das peças oferece sempre a mesma tonalidade de vidrado que a cor de fundo das superfícies ornamentadas.

Relativamente às manifestações artísticas presentes nos exemplares em estudo, elas estruturam-se normalmente na superfície interna das taças. Determinante do efeito visual pretendido, aliando estética a função (recipiente aberto para servir à mesa), apenas observámos uma excepção, nomeadamente na peça EVR.M/97/810:216. Esta taça carenada caracteriza-se pela elaboração dos seus elementos estilísticos na superfície externa do vasilhame. Iconograficamente, a representação leteriforme, em cúfico, de carácter religioso ou político⁴⁰, exprime uma reacção emocional ao simbolismo inerente. Este facto poderá explicar a não utilização da taça no serviço de mesa, estabelecendo a sua função para exposição e decoração da casa (possivelmente estaria a figurar num armário, onde seria possível visualizar a mensagem vinculada à peça).

No que respeita às restantes taças decoradas, o tema ornamental constituído pela flor de lótus é o motivo decorativo mais representado no conjunto em questão. A

⁴⁰ Dada a fractura do fragmento é impossível proceder à sua correcta leitura.

reprodução do modelo floral surge nas taças EVR.T/96/353³:50, EVR.M/97/209:206, **EVR.M/97/292:206** e EVR.M/97/759²:219.

A importância da composição iconográfica visível, por exemplo, no recipiente EVR.M/97/759²:219, genericamente constituída por três representações de bolbo de lótus, de corpos segmentados, com os vértices voltados para o bordo da peça, exprime um antigo signo religioso (Gomes, 1989, p. 171). Símbolo da eternidade, o bolbo de lótus revela o nascimento, o início do ciclo da vida (Chevalier e Gheerbrant, 1999, p. 416). Possivelmente seriam oito as representações fitomórficas desenhadas na taça de acordo com a harmonia cósmica (Gómez Martínez, 1994a, p. 121), iconograficamente presente em vários exemplares recolhidos em intervenções arqueológicas realizadas em Portugal e Espanha, a título de exemplo no templo de Évora (Teichner, 1998, p. 25) em Mértola (Gómez Martínez, 1994a, p. 123, fig. 39), em Badajoz (Valdés Fernández, 1985, p. 133).

A gramática decorativa floral associa-se ao elemento geométrico, símbolo do “selo de Salomão”, um signo cristão absorvido pelo Islão durante a expansão territorial (Grabar, 2000, p. 216). A composição estilística alcança significado quando o simbolismo do lótus se une à protecção do “selo de Salomão” reflectindo poder e graças divinas (Souto, 1982; *apud* Gómez Martínez, 1994a, p. 121).

A representação de palmetas delinea-se nos recipientes EVR.T/96/153:50, EVR.T/96/349:50 e EVR.M/97/813:216. O repertório iconográfico muçulmano inclui aquele motivo decorativo de origem bizantina utilizando profusamente aqueles elementos vegetalistas na arte califal do século X (Torremocha e Oliva, 2002, p. 62).

Dado o estado de fragmentação dos demais exemplares, a leitura artística e simbólica resulta difícil. No entanto, podemos constatar decoração geométrica intercalando-se possivelmente com motivos fitomórficos nas peças: EVR.T/96/291:50, EVR.T/96/382²:50, EVR.M/97/820:211, EVR.M/97/605:216, EVR.M/97/800:216, EVR.M/97/759³:219.

O conjunto de taças decorado com palmetas (EVR.T/96/153:50, EVR.T/96/349:50 e EVR.M/97/813:216) oferece características idênticas às peças exumadas no núcleo urbano de Silves (Gomes, 2006, p. 92, fig. 1.63, nº 1) datadas do século X-XI, às peças recolhidas no NARC (Lisboa) atribuídas ao século XI (Bugalhão

e Gómez Martínez, 2005, p. 246, fig. 24. 4053) e exemplares do século XI descobertos no antigo Hospital Militar em Badajoz (Valdés Fernández, 2001, pg. 193, lam. 8).

O recipiente EVR.T/96/153:50 assinala morfologicamente semelhanças com uma taça exumada na zona da Arrochela, em Silves, datado do século X-XI (Gomes, 2003, p. 244, fig. 1.110, Q5/E16/C1-11).

A taça EVR.T/96/291:50 encontra paralelos formais em peças do século XI, nomeadamente na zona da Arrochela em Silves (Gomes, 2011, p. 217, fig. 1.95, Q5/E15/C2-33). A composição pictórica é semelhante a exemplares recolhidos no Castro da Cola (Ourique) (Gómez Martínez, 1998, p. 64, fig.11), datado da segunda metade do século X a XI e em Silves (Gomes, 2003, p. 484, fig. 268, Q3-C8-46), classificado para o século X.

O fragmento de taça EVR.M/97/820:211 oferece similitudes estilísticas com a taça exumado no Castro da Cola, Ourique (Gómez Martínez, 1998, p. 63, fig. nº. 8).

Em termos formais o exemplar EVR.M/97/605:216 encontra paralelo semelhante a peça exumada na zona da Arrochela, Silves, apontando cronologias para o século X-XI (Gomes, 1998, p. 49, fig. 3, Q5/E15/C2-33), também na alcáçova de Badajoz surge similar taça acusando idêntica datação (Valdés Fernández, 1985, 253, fig. 124)

Conhecem-se peças morfologicamente semelhantes à taça decorada EVR.M/97/759²:219, recolhidas na alcáçova de Badajoz (Valdés Fernández, 1985, p. 254) e na alcáçova de Mértola (Gómez Martínez, 1994a, p.119, fig. 25) com cronologias para o século X-XI.

O exemplar EVR.M/97/800:216 encontra paralelo a nível estilístico na alcáçova de Silves, datado no século XII (Gomes, 2003, p. 275, Q13/C2-1). Morfologicamente apresenta semelhanças com peça, atribuída aos séculos X-XI, descoberta na zona da Arrochela em Silves (Gomes, 1998, p. 48, fig. 2, Q5/E15/C2-27).

A taça EVR.M/97/810:216 encontra paralelo em Múrcia, precisamente no cemitério de San Nicolás. O exemplar murciano, datado do século X-XI, apresenta similar morfologia e decoração com a peça do MME mostrando epigrafia em cúfico a verde e castanho (Navarro Palázon, 1986, p. 151, nº. 323).

5.1.4. Cerâmica com decoração a corda seca parcial e total

Elemento distintivo da cerâmica muçulmana no *al-Andalus*, a decoração a corda seca parcial foi reconhecida em 9 fragmentos provenientes da escavação do MME e a presença de cerâmica com decoração a corda seca total observou-se somente num exemplar.

A utilização da técnica decorativa em corda seca parcial revela-se maioritariamente em fragmentos de candil (EVR.T/96/51:51, EVR.T/96/55:51, EVR.M/97/135:206, EVR.M/97/597:216, EVR.M/97/639:216, EVR.M/97/802:219, EVR.M/97/930:222), e somente em um exemplar correspondendo a taça (EVR.M/97/490:216) e outro pertencendo a jarra (EVR.M/97/818:211).

Presença preponderante na iluminação nocturna da habitação, os candis em análise caracterizam-se por conservarem parte do bico, reservatório, fundo, gargalo e asa. Morfologicamente similares apresentam reservatório de forma hemisférica achatada assente em fundo plano e gargalo alto, troncocónico. Uma asa sobreelevada e de perfil subcircular, com secção oval, liga o gargalo ao reservatório.

Os fragmentos detectados atribuídos tipologicamente a taça e jarra correspondem essencialmente a porções de parede.

A nível tecnológico os recipientes cerâmicos oferecem pastas bem depuradas, muito homogêneas e compactas, auferindo a cozedura em ambiente oxidante tonalidades quase brancas ao núcleo das paredes (EVR.T/96/51:51, EVR.T/96/55:51, EVR.M/97/135:206, EVR.M/97/818:211, EVR.M/97/597:216, EVR.M/97/639:216, EVR.M/97/802:219, EVR.M/97/930:222), manifestando-se somente num exemplar de um tom rosado para a pasta (EVR.M/97/490:216).

A técnica decorativa em corda seca parcial distingue-se da corda seca total pela existência de áreas na peça deixadas em reserva, sem vidrado (Gómez Martínez, 2002, p. 14). A solução estética perfilada combina motivos decorativos em vidrado verde ou melado contornados por óxido de manganês, elaborando elementos geométricos evidentes nos fragmentos de candil (EVR.T/96/51:51, EVR.T/96/55:51, EVR.M/97/597:216, EVR.M/97/639:216, EVR.M/97/802:219, EVR.M/97/930:222).

Actuando com decoração secundária no exemplar de taça (EVR.M/97/490:216) e de jarra (EVR.M/97/818:211), os motivos geométricos abstractos intercalam-se com representações fitomórficas de difícil aceção dado o seu estado de fragmentação.

Os objectos de iluminação exumados no MME encontram paralelos em diversos arqueossítios, a título de exemplo Silves (Gomes, 2006, p. 100, fig. 1.67, nº. 22; Gomes, 2011, p. 291, fig. 1.130 Q4/E7/C5-2), Mértola (Gómez Martínez, 2004, p. 320), Moura (Macias, 1993, p. 133, fig. 10 e 11; p. 136, fig. 17), Évora (Teichner, 1998, p. 25, fig.9, nº. 6) e Badajoz (Valdés Fernández, 2001, p. 193, lam.11), atribuídos aos séculos X-XI.

A única peça decorada em corda seca total corresponde a fragmento correspondendo a fundo de taça (EVR.T/96/305:52). Funcionalmente, dado o seu requinte estético, o recipiente não deveria ser utilizado no serviço de comida à mesa, mas sim como objecto de exposição decorando as paredes, tal como o sugere o pequeno orifício realizado no pé anelar do recipiente elaborado possivelmente para a suspensão do mesmo.

Esteticamente belo, o exemplar fabricado com pasta de tom rosado oferece na superfície interna, sobre esmalte de cor branca, composição ornamental ostentando medalhão central com representação de três cabos, em azul-turquesa, formando “cordão da eternidade”. O motivo central é rodeado por quatro cartelas delineadas por bandas em vidrado de cor melada, contendo no seu interior pequenas manchas de forma circular.

Simbolicamente, o cordão da eternidade relaciona-se logicamente com a continuidade da vida, a corrente da vida para chegar à eternidade (Chevalier e Gheerbrant, 1999, p. 228).

Estilisticamente, a decoração representada num bacio (denominação utilizada pela autora) exumado na encosta do Castelo em Mértola (Gómez Martínez, 2002, p. 74, fig.26) possuiu características idênticas com a peça EVR.T/96/305:52. O recipiente de Mértola aponta cronologias para os séculos XII-XIII. Em termos formais, a peça apresenta paralelos com um fragmento de pé anelar de taça, exumado na camada 4 da alcáçova de Silves, classificada cronologicamente para o século XI (Gomes, 2003, p. 424, fig.244, Q34/C4-3).

5.2. A cerâmica comum

5.2.1. Identificação formal e funcional

A produção cerâmica de uso comum apresenta-se quantitativamente em maior número no conjunto material em análise, com cerca de 94 fragmentos, possibilitando uma diferenciação tipológica e uma aproximação aos seus usos e funções.

As vasilhas de cerâmica utilizadas para servir à mesa correspondem a taças, púcaros, jarra, bule e garrafa.

O consumo colectivo de alimentos frescos ou refeições confeccionadas era apreciado pela comunidade muçulmana utilizando as taças nesse sentido. Algumas taças seriam cobertas por tampa com o intuito de conservarem o calor dos alimentos e os protegerem contra insectos (Gomes, 2002, p. 35; Gómez Martinez, 2004, p. 476).

Entre os materiais constitutivos do espólio arqueológico em estudo, foram exumados 10 fragmentos pertencentes a taças. Os exemplares destacados apresentam as seguintes variações formais a nível do bordo: extrovertido, aplanado internamente, com lábio arredondado mostrando canelura a demarcar o bordo externamente (EVR.T/96/292:50), extrovertido com lábio biselado de secção sub-triangular (EVR.T/96/342³:50), extrovertido, espessado com lábio de secção semicircular (EVR.T/96/350¹:50) e introvertido, algo espessado, com lábio arredondado de secção semicircular (EVR.M/97/745:216). Morfologicamente, dois exemplos de taça dispunham de corpo hemisférico (EVR.T/96/342³:50; EVR.M/97/745:216), enquanto a peça EVR.T/96/292:50 e EVR.T/96/350¹:50 exibem corpo troncocónico, apresentando a última carena acusada. Somente uma taça conserva parte de fundo, respectivamente o exemplar EVR.M/97/745:216 cujo corpo assenta em base plana.

Como anteriormente referimos, a utilização de tampas no acto de proteger e conservar a comida contida nas taças é demonstrada pela configuração do bordo no exemplar EVR.T/96/292:50.

As taças de maiores dimensões, denominadas de saladeiras em alguns trabalhos académicos (a título de exemplo Macias e Torres, 1998, p. 74; Viegas e Arruda, 1999, II.), estão representadas no conjunto cerâmico pela peça EVR.M/97/745:216, medindo

esta 0,262 m de diâmetro no bordo. As restantes taças variam entre os 0,160 m e os 0,190 m de diâmetro no bordo.

Outro género de prática colectiva e familiar presente no mundo doméstico islâmico era a ingestão de bebidas através dos púcaros (Macias e Torres, 1998, p. 74-75; Gomes, 2002, p. 36; Gómez Martínez, 2004, p. 478).

Estes pequenos recipientes figuram no espólio cerâmico através de 13 fragmentos correspondendo a bordo, colo e corpo de púcaro. Formalmente, o bordo destas peças mostra-se diverso: extrovertido, com lábio arredondado e canelura a demarcar o bordo (EVRT/96/362²:50); vertical, levemente extrovertido com lábio biselado algo aplanado (EVRT/96/370¹:50); vertical, levemente extrovertido, espessado internamente, com lábio algo aplanado (EVR.M/97/833²:219); sub-vertical, espessado internamente, com lábio aplanado superiormente (EVR.M/97/892:222) e alto, vertical, algo espessado com lábio ligeiramente biselado (EVR.T/96/210²:51, EVR.M/97/963:222).

O colo dos púcaros revela-se maioritariamente de forma sub-vertical (EVR.T/96/210²:51, EVR.M/97/280¹:206, EVR.M/97/796:216) oferecendo apenas um exemplar o colo sub-vertical inclinado para o interior (EVR.T/96/370²:50). Em termos morfológicos, os exemplares possuiriam corpo de forma globular, subcilíndrica ou troncocónica.

Apenas um dos exemplares exumados (EVR.M/97/963:222) evidencia asa de perfil semicircular e secção ovalada, com a extremidade superior fixada 0,005 m abaixo do bordo.

Proporcionalmente, os púcaros correspondem a pequenas vasilhas utilizadas no consumo de líquidos à mesa, medindo entre os 0,080 m e os 0,120 m de diâmetro no bordo. Cumprindo, na nossa opinião, uma função individual (Macias e Torres, 1998, p. 74-75; Gomes, 2002, p.36; Gómez Martínez, 2004, p. 478), os púcaros de pequena dimensão (EVR.T/96/353¹:50, EVR.T/96/210¹:51, EVR.T/96/210²:51, EVR.T/96/362²:50; EVR.M/97/833²:219) são disso exemplo.

Usufruindo de similares funções, as jarras eram frequentemente utilizadas no serviço de líquidos à mesa, quer individualmente servindo água e outros em copos ou

púcaros, quer consumindo-se colectivamente o seu conteúdo (Bordoy, 1991, 146; Macias e Torres, 1998, p. 74; Gomes, 2002, p. 36).

Em cerâmica comum analisámos um único fragmento de jarra (EVR.T/96/370³:50) correspondendo ao bordo do recipiente. Este apresenta-se alto e vertical, aplanado internamente com lábio biselado, medindo 0,140 m de diâmetro no bordo.

Um exemplar de bule, aliando função e estética no acto de servir chá ou outros líquidos à mesa (Gomes, 2002, p. 37), foi recolhido nos níveis islâmicos da sondagem 219. Esta bela peça, como iremos demonstrar posteriormente, oferece corpo de forma globular achatada assente sobre fundo ligeiramente convexo e o bico mostra forma cilíndrica.

Atribuímos ainda uma porção de bojo decorado (EVR.M/97/776:216) a um recipiente destinado a servir e levar líquidos à mesa, possivelmente uma garrafa.

Primordialmente, o acto de cozinhar e preparar os alimentos ilustra uma das actividades mais importantes em ambiente doméstico e aquela que despendia mais cuidados e tempo. Por conseguinte, a loiça de cozinha: as panelas, os alguidares e as frigideiras, contabilizam o maior número de fragmentos no conjunto cerâmico em reflexão.

A vasilha de cozinha mais abundante no contexto arqueológico em questão é logicamente expressa pelos 45 fragmentos correspondentes a panelas.

Destinadas à confecção de guisados, caldo e ensopados ao lume (Gomes, 2002, p. 39, Gómez Martínez, 2004, p. 468), as panelas absorviam o gosto e cheiro da comida que nelas se cozinavam. Ditados populares como “*Sempre cheira a panela ao primeiro legume que se mete nela*” (Chaves, 1950, p. 150) reflectem sobre esta particularidade e explicam a abundância de tais recipientes em todas as estações arqueológicas, conjugando necessariamente esta informação com a colocação constante de tais recipientes ao lume tornando-os frágeis e quebradiços.

As panelas analisadas oferecem uma considerável variedade a nível formal. Relativamente ao bordo, os fragmentos apresentam na sua maioria o bordo extrovertido, com lábio de secção semicircular (EVR.T/96/342¹:50, EVR.T/96/350²:50, EVR.T/96/361:50, EVR.T/96/383:50, EVR.T/96/132:51, EVR.M/97/253:202) e com

lábio de secção sub-triangular (EVR.T/96/289:50, EVR.T/96/260:50, EVR.M/97/774:216). Um exemplar revela bordo introvertido com lábio de secção semicircular (EVR.M/97/263:201) enquanto outro demonstra bordo oblíquo e espessado exteriormente com lábio arredondado de secção semicircular (EVR.M/97/669:219). Identificámos ainda outra variação no bordo da panela EVR.T/96/371:50 mostrando forma em aba, aplanado superiormente, com lábio arredondado de secção semicircular.

A cobertura de panelas com tampas, usual na confecção de comida, reflecte-se nos bordos de alguns exemplares que demonstram ressalto interno (EVR.T/96/289:50, EVR.T/96/350²:50, EVR.T/96/361:50, EVR.M/97/669:219).

Ao nível dos colos das panelas estes surgem diferenciados notando-se colo sub-vertical (EVR.M/97/263:201) colo pouco desenvolvido em alguns casos (EVR.T/96/340:50), colo estrangulado (EVR.T/96/342¹:50, EVR.T/96/350²:50, EVR.T/96/361:50, EVR.T/96/371:50, EVR.M/97/253:202, EVR.M/97/774:216) e colo demarcado por carena acusada (EVR.T/96/289:50, EVR.T/96/260:50, EVR.T/96/383:50, EVR.T/96/132:51, EVR.M/97/669:219).

No que concerne à morfologia do corpo das panelas predomina a forma globular achatada (EVR.T/96/102:50, EVR.T/96/361:50, EVR.M/97/263:201, EVR.M/97/669:219) seguida das panelas apresentando corpo de forma sub-esférica (EVR.T/96/260:50, EVR.M/97/833¹:219, EVR.M/97/833³:219).

Os fundos das panelas distinguem-se por serem levemente convexos (EVR.T/96/102:50, EVR.M/97/263:201, EVR.M/97/833¹:219) ou planos (EVR.T/96/361:50, EVR.M/97/669:219, EVR.M/97/833³:219).

Apresenta duas asas, em fita e de secção ovalada, com as extremidades superiores fixadas no bordo e as inferiores a meio do corpo, um único exemplar de panela (EVR.M/97/263:201).

Os recipientes de cozinha em análise revelam dimensões de diâmetro no bordo entre os 0,090 m e os 0,207 m e de diâmetro do fundo entre os 0,073 m e os 0,185 m. O facto de existirem pequenas panelas (EVR.T/96/260:50, EVR.M/97/774:216, EVR.M/97/833¹:219, EVR.M/97/833³:219) sugere uma especificidade. Provavelmente eram utilizadas na confecção de determinadas receitas, a título de exemplo doces como espécie de almôndegas elaboradas com sêmola de trigo, cozidas com mel e açúcar e

cobertas com amêndoas partidas (García Sanchez, 1996, p. 229), ou então podiam tratar-se de brinquedos, algo didáctico para ensinar as raparigas a cozinhar (Gomes, 2003, p. 101).

Depois de confeccionados os alimentos nas panelas, estas vasilhas eram lavados em alguidares (Gomes, 2002, p. 36). Os alguidares também eram utilizados quotidianamente na preparação da comida (Gomes, 2002, p. 36; Gómez Martinez, 2004, p. 473). Neste âmbito apresentamos dois fragmentos de alguidar destinados possivelmente a esta função. Estes oferecem bordo algo espessado internamente com lábio arredondado, de secção semicircular, e corpo de forma troncocónica assente em fundo plano (EVR.T/96/342²:50, EVR.M/97/222:206).

Consideramos que o alguidar EVR.T/96/342²:50 foi provavelmente usado na aromatização e conservação de certos preparados culinários ou no processo de fermentação do pão, pressuposto baseado na demarcação do bordo por simples e pequeno ressalto induzindo à utilização de fino cordel para fixar e tapar com tecido o dito recipiente.

O alguidar EVR.M/97/884:222 apresenta bordo oblíquo, espessado, aplanado superiormente com lábio de secção sub-rectangular e arranque de asa vertical, de secção fitiforme, fixada no bordo. O exemplar podia oferecer múltiplas funções como para a venda de produtos (manifestada no Regimento de Évora de 1392, Moniz *apud* Gómez Martinez, 2004, p. 473), para amassar o pão (Gómez Martinez, 2004, p. 475) entre outras (Macias e Torres, 1998, p. 75).

Outro recipiente utilizado na cozinha, as frigideiras, destinavam-se à confecção de comida, essencialmente para frigar os alimentos (Gomes, 2002, p.38; Gómez Martínez, 2004, p. 470).

Os fragmentos de frigideiras estudados evidenciam formalmente bordos diferenciados, nomeadamente: bordo introvertido, espessado com lábio de secção semicircular (EVR.T/96/382¹:50); bordo extrovertido, espessado e bífido com lábio de secção semicircular (EVR.T/96/278:50), bordo espessado e extrovertido com lábio algo biselado de secção sub-triangular (EVR.M/97/282:201) e bordo oblíquo, espessado, aplanado superiormente, com lábio de secção sub-rectangular (EVR.M/97/576:216).

Morfológicamente, o corpo das frigideiras varia entre a forma bitroncocónica com carena acusada (EVR.M/97/282:201, EVR.M/97/576:216) e a forma hemisférica (EVR.T/96/382¹:50, EVR.T/96/278:50). O exemplar EVR.T/96/382¹:50 assenta sobre fundo plano.

Possivelmente destinadas à suspensão da peça seriam as duas asas verticais, separadas entre si por 0,041 m, de perfil semicircular e secção ovalada, com a extremidade superior fixada ao bordo e a inferior na carena presentes na frigideira EVR.M/97/576:216.

Ao nível da dimensão destes recipientes de cozinha, estes variam entre os 0,200 m a 0,260 m de diâmetro no bordo.

No armazenamento e transporte de bens alimentares e líquidos usaram-se os cântaros, a talha, as tampas de talha e pote.

Os recipientes cerâmicos utilizados para o abastecimento e transporte de água da fonte ou poço para casa eram usualmente os cântaros, vasilhas mais leves carregados pelas mulheres (Gomes, 2002, p. 40; Gómez Martínez, 2004, p. 464).

No espólio cerâmico analisado identificámos dois fragmentos correspondentes a cântaros. Formalmente ao nível do bordo apresentam similitudes, ambos mostram o bordo vertical, espessado e extrovertido com a superfície superior aplanada e lábio arredondado de secção semicircular (EVR.T/96/360²:50, EVR.T/96/362¹:50), diferindo apenas na demarcação interna do bordo efectuada por canelura no exemplar EVR.T/96/362¹:50.

As talhas, essencialmente utilizadas para o armazenamento de água, poderiam também conservar no seu interior alimentos sólidos como frutos secos ou cereais (Macias e Torres, 1998, p. 74; Gomes, 2002, p. 40; Gómez Martínez, 2004, p. 460). Representativo deste tipo de vasilhame identificámos apenas um fragmento correspondendo a possível fundo de talha (EVR.M/97/848:216).

De forma a preservar o conteúdo presente nas talhas, as tampas de talha adaptavam-se morfológica e dimensionalmente ao recipiente a que se destinavam. Integrando o espólio em estudo, dois fragmentos correspondentes a tampa de talha foram reconhecidos (EVR.T/96/290:50, EVR.T/96/319:50). Os dois exemplares apresentam bordo, ligeiramente extrovertido e arredondado, com lábio de secção sub-

rectangular e corpo de forma troncocónica assente em base plana. A sua diferenciação denota-se ao nível das dimensões, configurando a peça EVR.T/96/290:50 um maior comprimento e menor altura em comparação com o exemplar EVR.T/96/319:50.

Preferindo um recipiente de menor dimensões no armazenamento e conservação de produtos hortícolas ou cerealíferos optava-se por um pote (Macias e Torres, 1998, p. 73; Gomes, 2002, p. 40; Gómez Martínez, 2004, 464). Identificou-se um único fragmento correspondendo a pote (EVR.T/96/360¹:50), oferecendo este bordo alto, extrovertido e inclinado, demarcado levemente no exterior por canelura, com lábio arredondado de secção semicircular.

Em relação aos contentores de fogo, um fragmento correspondendo a grelha de fogareiro identifica este grupo funcional nos materiais constituintes do espólio em análise. A grelha, por sua vez, enquadrava-se entre a câmara superior e inferior de um fogareiro, peça última de uso culinário.

É interessante constatar a existência de um alcatruz (EVR.T/96/380:50) em ambiente doméstico (como iremos observar posteriormente) pela sua função e forma se destinar a fins agrícolas.

O alcatruz, agarrado à cadeia de uma nora, era utilizado na elevação da água (Gutiérrez Lloret, 1996, p. 12; Gomes, 1998, p. 37). A observação de um orifício na base da peça em análise, realizado após a cozedura, poderá aludir a outra funcionalidade desempenhada pelo alcatruz. No que concerne a esta especificidade Juan Zozaya Stabel-Hansen argumenta a utilização da peça como relógio de água, cronometrando assim o tempo de rega (Zozaya Stabel-Hansen, 1981, p. 43). Para Susana Gómez Martínez tal orifício impediria a formação de uma câmara-de-ar no seu interior facilitando deste modo a saída de água quando a cadeia da nora iniciava o sentido descendente (Gómez Martínez, 2004, p.490).

5.2.2. Aspectos técnicos

O acto de produzir uma forma consistente a partir das matérias-primas que o oleiro tem ao seu dispor manifesta-se na sua capacidade em controlar a plasticidade da argila. Adscrito a este aspecto a inclusão de elementos não plásticos na pasta, os

denominados desengordurantes, funcionam como elementos refractários conferindo uma maior resistência às amplitudes térmicas que a peça sofre no processo de cozedura (Gomes, 2002, p. 40).

No espólio cerâmico em análise foram reconhecidos os seguintes desengordurantes pétreos: mica (biotite e moscovite), calcário, quartzo, feldspato e pequenos nódulos de cerâmica cozida.

No que concerne às dimensões dos elementos constituintes da pasta, observámos em determinados recipientes como panelas (EVR.T/96/260:50, EVR.T/96/340:50, EVR.T/96/350²:50, EVR.T/96/361:50, EVR.T/96/371:50, EVR.T/96/382¹:50, EVR.M/97/669:219), alguidares (EVR.T/96/342²:50, EVR.M/97/884:222), talha (EVR.M/97/848:216), tampas de talha (EVR.T/96/290, EVR.T/96/319) e pote (EVR.T/96/360¹) a presença de elementos não plásticos de grão grosseiro, particularmente quartzos e calcários. Este aspecto não é revelador de uma produção arcaizante, mas sim de um *know how* dos oleiros conferindo resistência às peças de maior dimensão e aos recipientes com intensa utilização ao fogo, como aqueles que referimos (Alba e Feijoo, 2001, p. 336).

Após a preparação da pasta, o oleiro habilmente modela a peça em cerâmica fabricando-a a torno lento ou rápido, no caso dos recipientes cerâmicos em análise. O conjunto de fragmentos em apreciação que apresentam marcas de modelação a torno lento correspondem na sua maioria a panelas (EVR.T/96/260:50, EVR.T/96/340:50, EVR.T/96/350²:50, EVR.T/96/371:50, EVR.T/96/383:50), em menor número a púcaros (EVR.T/96/353¹:50, EVR.T/96/210¹:51, EVR.T/96/210²:51) e por fim a taça (EVR.T/96/292). A produção cerâmica a torno rápido representa deste modo a quase totalidade do espólio em evidência.

Distintos processos de cozedura, nomeadamente três, foram identificados no espólio arqueológico em reflexão. Enquadramos no decorrer desta exposição e de acordo com a diferenciação das pastas elaborada, os tratamentos de superfície conferidos às peças.

Prevalece, como podemos observar, a cozedura em ambiente redutor (48,1%) proporcionando às pastas uma tonalidade escura entre o cinzento, cinzento acastanhado e castanho.

O presente conjunto de pastas oferece aguada em tom mais escuro sobre a superfície externa ou ambas, particularmente em fragmentos de púcaro (EVR.T/96/353¹:50, EVR.T/96/210¹:51, EVR.T/96/210²:51), panela (EVR.T/96/341¹:50, EVR.T/96/383:50, EVR.M/97/669:219), alguidar (EVR.T/96/342²:50, EVR.M/97/884:222), taça carenada (EVR.T/96/350¹:50) e talha (EVR.M/97/848:216). A aplicação de aguada em cor mais clara que o núcleo das paredes observa-se em fragmentos de taça (EVR.T/96/278:50), de tampa de talha (EVR.T/96/290:50) e de panela (EVR.T/96/340:50).

O revestimento das superfícies externas com engobe de cor vermelha (óxido de ferro) denota-se em fragmentos de panela (EVR.T/96/102:50, EVR.T/96/132:51). Somente uma peça, um púcaro (EVR.M/97/892:222), apresenta em ambas as superfícies a aplicação de engobe de tom bege (óxido de chumbo). Destacamos a aplicação de engobe de tom vermelho na superfície interna efectuando-se sobre este brunimento com o intuito de impermeabilizar o interior das peças, facilitando consecutivamente a sua limpeza. O tratamento descrito encontra-se respectivamente, e logicamente, em frigideiras (EVR.T/96/382¹:50, EVR.M/97/576:216) e alguidar (EVR.M/97/222:206).

As restantes peças encontram-se com as superfícies bem alisadas, concretamente taças (EVR.T/96/292:50, EVR.T/96/342³:50), panelas (EVR.T/96/350²:50, EVR.T/96/361:50), púcaro (EVR.T/96/353³:50) e cântaro (EVR.T/96/360²:50).

De seguida, a cozedura em atmosfera oxidante engloba as pastas de tons avermelhados e alaranjados (40,4%).

O conjunto de pastas delineado oferece aplicação de aguada em tom mais claro que o núcleo das paredes referenciado em fragmentos de taça (EVR.M/97/745:216) púcaro (EVR.T/96/370²:50, EVR.M/97/796:216), jarra (EVR.T/96/370³:50), garrafa (EVR.M/97/776:216) e de panela (EVR.M/97/263:201). Aguada aplicada num tom mais escuro que o núcleo das paredes distingue-se em fragmentos de púcaro (EVR.M/97/833²:219, EVR.M/97/963:222) e de pote (EVR.T/96/360¹:50).

O revestimento da superfície externa com engobe de tom vermelho ocorre em fragmentos de panela (EVR.T/96/260:50, EVR.T/96/289:50) e cântaro (EVR.T/96/362¹:50). A presença de engobe no mesmo tom, mas em ambas as superfícies, distingue-se em fragmento de grelha de fogareiro (EVR.T/96/271:52) e com

brunimento sobre este, como mencionado acima, em fragmento de frigideira carenada (EVR.M/97/282:201).

As peças com as superfícies bem alisadas correspondem a fragmentos de púcaro (EVR.T/96/370¹:50, EVR.M/97/280¹:206), de bule (EVR.M/97/759¹:219) e de panela (EVR.M/97/253:202, EVR.M/97/774:216, EVR.M/97/833¹:219).

A cozedura em ambiente redutor e arrefecimento em atmosfera oxidante oferece tons escuros para o núcleo das paredes e para as superfícies das peças uma tonalidade avermelhada ou alaranjada (11,5%). Este último grupo de pastas identificado apresenta apenas um fragmento de tampa de talha (EVR.T/96/319:50) com aplicação na superfície interna de aguada em tom mais claro que o núcleo das paredes. As restantes peças oferecem superfícies bem alisadas em fragmentos de púcaro (EVR.T/96/362²:50), de panela (EVR.T/96/371:50, EVR.M/97/833³:219) e de alcatruz (EVR.T/96/380:50).

5.2.3. Gramática decorativa e simbólica

A arte islâmica, reveladora de expressões artísticas diversas, não se restringe a objectos directamente vinculados a questões religiosas, ela transita entre o espaço do quotidiano e do sagrado (Anderson e Rosser-Owen, 2010, p. 22).

Integradas no uso quotidiano, as peças cerâmicas em reflexão revelam ornamentações impregnadas de simbolismo e signos, característicos da identidade muçulmana (Grabar, 2000, p. 218).

A produção de caneluras sobre o corpo da peça, ou dando-lhe resistência ou conferindo-lhe beleza decorativa, surge no contexto arqueológico maioritariamente em panelas, púcaros e frigideiras.

Esteticamente, a decoração efectuada por incisão em fragmento de alguidar (EVR.M/97/884:222) apresenta-se simples na elaboração de uma linha em zigue zague sobre o bojo.

A técnica de estampilhagem evidente num fragmento de talha (EVR.M/97/848:216) caracteriza-se por matriz impressa sobre aguada de tonalidade negra, mostrando motivo fitomórfico, possível palmeta, contornado por arco. A

composição decorativa numa provável alusão aos jardins do paraíso (Paixão *et al*, 2001, p. 221) produzida em Época almoada (Gomes, 2011, p. 385) é conhecida em talhas exumadas em Silves (Gomes, 2011, p. 285), Alcácer do Sal (Paixão *et al*, 2001, p. 227) Murcia (Navarro Palázon, 1986, p. 271, fig. 587) e Algeciras (Torremocha y Oliva, 2002, p. 249, nº160).

Numa elaboração mais simples, o oleiro aplica barro fresco no bordo de uma taça e com os seus dedos formula um cordão digitado no exemplar EVR.T/96/342³:50. Possivelmente, esta representação ornamental relaciona-se com o cordão da eternidade (Gómez Martínez, 2004, p. 552), aqui plasmado em relevo. Um elemento simbólico e artisticamente simples já amplamente conhecido no período medieval islâmico.

Artisticamente, o oleiro islâmico decora os recipientes de uso comum com temas geométricos utilizando recorrentemente a técnica decorativa elaborada com óxido de chumbo. Respectivamente, a ornamentação por pintura de cor branca apresenta-se na maioria dos artefactos em análise. Observámos composições estilísticas, pintadas a branco e executadas no exterior de fragmentos correspondendo a púcaros (EVR.T/96/362²:50, EVR.T/96/370¹:50, EVR.M/97/280¹:206, EVR.M/97/833²:219), painelas (EVR.M/97/253:202, EVR.M/97/774:216, EVR.M/97/833¹:219, EVR.M/97/833³:219), frigideira (EVR.T/96/382¹:50), cântaro (EVR.T/96/362¹:50) e garrafa (EVR.M/97/776:216).

O efeito visual e estético proporcionado pela decoração pintada a branco apenas se nota nas peças cujas pastas oferecem uma tonalidade entre o vermelho e laranja (2º grupo e 3º grupo). O conjunto que conforma as pastas de tons mais escuros (1º grupo) não oferece assim nenhum exemplar com este tipo de técnica ornamental.

Iconograficamente, dada a exiguidade dos fragmentos em reflexão a sua interpretação é por consequência condicionada. Todavia, os motivos pintados perceptíveis englobam conjuntos de dois, três e cinco traços, digitados ou a pincel, verticais ou oblíquos a decorarem o bojo de púcaros (EVR.T/96/362²:50, EVR.M/97/280¹:206, EVR.M/97/833²:219), painelas (EVR.M/97/833¹:219, EVR.M/97/833³:219) e frigideira (EVR.T/96/382¹:50).

Simbolicamente, a gramática decorativa organizada por três linhas pintadas expressa provavelmente a “*grafia do nome de Allah*” (Navarro Palazón, 1991 *apud* Gomes, 2008, p. 77).

Demonstrativo de simplicidade e elegância, o contorno do bordo por fina linha horizontal, executada a pincel, aparece em fragmento de panela (EVR.M/97/774:216). Num outro exemplar de panela (EVR.M/97/253:201) e em fragmento de púcaro (EVR.T/96/370¹:50) o mesmo motivo foi observado, mas nestes casos o traço digitado apresenta-se de forma grosseira.

A visualização de topo do fragmento de cântaro (EVR.T/96/362¹:50) oferece ornamentação pintada a branco constituída por traços dispostos radialmente sob o bordo aplanado, formulando motivo decorativo abstracto e dinâmico com o intuito de ser observado quando o objecto cumpre a sua função.

Em relação à decoração elaborada na superfície externa de um fragmento de garrafa (EVR.M/97/776:216), esta exemplifica ornamentação cuidada constituída por cordão formado por dois cabos, preenchidos internamente por ponteados. O cordão desenhado designa simbolicamente a corrente da vida, conhecida como o “cordão da eternidade”.

Motivos decorativos pintados de cor vermelha enfeitam as superfícies de cor castanha clara, vermelha e bege presenciadas em fragmentos de bule (EVR.M/97/759¹:219), de púcaro (EVR.M/97/892:222) e de frigideira (EVR.M/97/576:216).

A gramática decorativa desenhada no bule inclui linhas horizontais onduladas na zona superior do bordo e traços verticais, de diferentes espessuras, pintadas no bico. Associada à pintura a vermelho, a aplicação plástica formada por quatro mamilos dispostos sobre o bico aludem a uma figura zoomórfica.

O facto de não dispormos na íntegra do bico da peça dificulta a identificação do animal representado. No entanto, a imaginação visual da peça leva-nos a propor tratar-se da representação de um galo, animal venerado pela sociedade islâmica (Chevalier e Gheerbrant, 1999, p. 344). A composição do tema zoomórfico manifestado pelas linhas onduladas horizontais motiva a interpretação de uma forma alada e dinâmica.

Pictoricamente, também as linhas rectas e verticais pintadas sobre o bico associadas às aplicações mamiladas sugerem figurar o pescoço de tais animais.

A estética alia-se à forma globular e achatado do exemplar, lembrando-nos o corpo da ave em questão quando se encontra em descanso. Quando o galo assim se posiciona, destaca-se visualmente as penas do pescoço (linhas rectas) e as das asas (linhas onduladas) como o resume artisticamente os ornamentos representados.

A harmonia da decoração simboliza a dimensão cósmica do galo, dada pelo profeta Maomé. O galo assinala assim através do seu canto um apelo à oração (Chevalier e Gheerbrant, 1999, p. 344).

A simplicidade decorativa, numa simbolização simplista da realidade é observada no fragmento de púcaro (EVR.M/97/892:222), onde sobre o engobe de tom bege se desenhou com pincel traços horizontais de cor vermelha. Também no fragmento de frigideira exumado (EVR.M/97/576:216) são perceptíveis quatro linhas finas e verticais de tom vermelho dispostas sob o bordo aplanado, contemplando esteticamente quando utilizada.

O único fragmento que analisámos com decoração pintada a negro sobre superfície em tom cinzento (EVR.M/97/805:219) oferece motivo espiralado estimulando um sentido de crescimento permanente, um movimento que resulta da interacção do todo com as partes (Chevalier e Gheerbrant, 1999, p.303).

As influências estilísticas que o Islão absorveu do Próximo Oriente e do Médio Oriente (Gomes, 2002, p. 507-513) reflecte-se na panóplia decorativa aqui representada acrescentando o seu simbolismo e técnicas decorativas formulando peças com funções apotropaicas exprimem a multiplicidade criadora de *Allah* (Anderson e Rosser-Owen, 2010, p. 13

5.2.4. Paralelos e integração cultural

Com o intuito de estabelecer cronologias de produção para o conjunto de cerâmica comum em análise socorremo-nos da procura de formas semelhantes recolhidas em arqueossítios localizados no espaço geográfico do *al-Andalus*, face à

dificuldade de adscrição cronológica baseada na posição estratigráfica dos elementos cerâmicos.

Neste sentido, a taça EVRT/96/292:50 encontra um paralelo morfologicamente semelhante em Silves, precisamente no pátio anexo ao Poço-Cisterna, classificado nos séculos VI-VIII (Gomes e Gomes, 2003, p. 29, fig. 5, SILV.3-Q6/C4-2). Um exemplar mais tardio, atribuído aos séculos V-VI, exumado no povoado de Época Visigoda de Gósquez de Arriba (San Martín de la Vega, Madrid), (Vigil-Escalera Guirado, 2008, p. 25-26), demonstra a pervivência desta forma durante o período Alto-medieval.

O recipiente de forma aberta EVRT/96/342³:50 oferece similitudes a nível formal e estilístico com uma taça recolhida em Tudmir, Espanha (Gutiérrez Lloret, 1993, p. 46) datada do Período Emiral, séculos VIII-IX. O bordo da taça em questão evidencia paralelos com uma taça descoberta na alcáçova de Santarém, datada do século XII (Viegas e Arruda, 1999, p.135, nº3, fig.7), resultado de uma pervivência formal na elaboração deste tipo de bordo.

A única taça carenada que dispomos, EVR.T/96/350¹:50, apresenta paralelo formal num exemplar proveniente de Mérida, datada da segunda metade século VIII a começos do século IX, correspondente ao denominado horizonte II de Mérida (Alba e Gutiérrez Lloret, 2008, p. 594, fig.6).

Os hábitos alimentares islâmicos expressos pelas taças de maiores dimensões que permitiam o consumo colectivo das refeições, como o perfaz o exemplar EVR.M/97/745:216 aponta o uso de peças semelhantes morfologicamente em Lisboa, precisamente na Rua dos Correeiros (NARC), datada do século X à primeira metade do século XII (Bugalhão *et al*, 2003, p. 158, fig. 20, nº.3345) e no Castelo de São Jorge com a mesma cronologia (Gomes e Gaspar, 2001, p. 136-137, fig. 17). Em Badajoz, no sítio da alcáçova, exumou-se similar exemplar atribuído ao século XI (Valdés Fernández, 1985, p. 235, fig. 98, nº.4 [898]) e em Santarém, peça denominada de saladeira pelas autoras, atribuída ao século XII (Viegas e Arruda, 1999, p. 142, fig. 9, nº.5), também ilustra paralelo formal para a taça em estudo.

Os púcaros recolhidos na escavação do MME apresentam na sua maioria cronologias centradas em torno do século X e XI, retirando do conjunto os artefactos EVR.T/96/353¹:50, EVR.T/96/210¹:51, EVR.T/96/210²:51 por apresentarem

cronologias do período emiral (século IX), possibilitada pela identificação de paralelos formais exumados em Tolmo de Minateda (Alicante) e em Mérida (Alba e Gutiérrez, 2008, p. 592, fig.4; *idem*, p. 595, fig.7)

O exemplar EVR.T/96/362²:50 mostra similitudes formais e decorativas com uma peça exumada no NARC, classificada entre finais do século X e inícios do XII (Bugalhão *et al*, 2003, p. 160, fig. 21, n.º. 3365) e outra recolhida na alcáçova de Santarém, datada dos séculos IX e XI (Viegas e Arruda, 1999, p. 115, fig. 4, n.º. 18). Oferece antecedentes formais, século IX, em Mérida (Alba e Feijoo, 2008, p. 29, n.º. 1.9.) e precedentes do *Ribat* da Arrifana (Gomes e Gomes, 2005, II, p. 503, AR.S1/Q80/C2-24) expressando a amplitude temporal desta forma em uso.

O púcaro EVRT/96/370¹:50 apresenta paralelos formais e estilísticos em Badajoz, para o século XI (Valdés Fernández, 1985, p. 217, fig. 89 [740]); em Santarém, no silo do Convento de S. Francisco de Santarém, também atribuído ao século XI (Ramalho *et al*, 2001, p. 173, n.º. 90). Na zona da Arrochela em Silves descobriu-se semelhante exemplar datado de finais do século X e início do século XI (Gomes, 2011, p. 152, fig. I. 165, Q1/E4/C2-1).

Dentro do mesmo hiato temporal, século X e XI, foi produzido o púcaro EVRT/96/370²:50, apresentando morfologicamente similitudes com artefactos exumados na alcáçova de Badajoz (Valdés Fernández, 1985, p. 210, fig. 84 [718]), na zona da Arrochela em Silves (Gomes, 2011, p. 228, fig. 1.102, Q5/E15/C2-38) e em Mértola (Gómez Martínez, 2004, p. 378).

Morfologicamente os púcaros EVR.M/97/280¹:206 e EVR.M/97/796:216 demonstram semelhanças com peças recolhidas em Lisboa (NARC), classificadas do século X-XI (Bugalhão *et al*, 2003, p. 160, fig. 21); em Badajoz (Valdés Fernández, 1985, p. 210, fig. 84, 85, 86) em Múrcia, precisamente no cemitério de San Nicolás (Navarro Palázon, 1986, p. 155, fig. 133), datada do século X-XI, entre outros arqueossítios como Dénia (Gispert Santonja, 2003, p. 71, fig. 4, n.º. 4.).

O pequeno púcaro EVR.M/97/833²:219 conhece paralelos ao nível da configuração do bordo num exemplar exumado na zona da Arrochela em Silves, classificado no século X-XI (Gomes, 2011, p. 107, fig. 1.44, Q1/E3/C1-22), e

fragmento recolhido na alcáçova de Badajoz, atribuído ao século XI (Valdés Fernández, 1985, p. 215, fig. 87, 14 [752]).

O recipiente para líquidos EVR.M/97/892:222, também atribuído cronologicamente ao século X-XI identifica-se formalmente com peças exumadas em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1997, p. 35, fig. 3.8), em Santarém (Arruda, Viegas e Almeida, 2002, p. 132, fig. nº. 174; Ramalho *et al*, 2001, p. 168, fig. 9); em Silves (Gomes, 2011, p. 52, fig. 1.28, Q5/CO.13/C3-5 e Q5/CO.13/C3-6) e em Niebla (Pérez Macias e Bedia Garcia, 1993, p. 59, fig. 10).

Estilística e formalmente o púcaro EVR.M/97/963:222 assemelha-se a peça descoberta no Castelo de Palmela (Fernandes, 2004, p. 184, fig. 243), cronologicamente referente aos finais do século X e início do século XI. Ao nível da forma do bordo encontra paralelo na zona da Arrochela, em Silves, atribuído aos séculos X-XI (Gomes, 2011, p. 152, fig. I.65, Q1/E4/C2-15-16).

Peça fundamental no serviço de líquidos à mesa, o único exemplar de jarra que analisámos, EVR.T/96/370³:50, conhece recipientes formalmente análogos em Lisboa (NARC) (Bugalhão *et al*, 2003, p. 179, fig. 37, nº. 3513); na Cidade das Rosas em Serpa (Retuerce, 1986, fig. 4F); em Mértola (Gómez Martínez, 2004, p. 387) em Silves (Gomes, 2011, p. 152, fig. I. 165, Q1/E4/C2-1), e em Badajoz (Valdés Fernández, 1985, p. 147, fig. 7 [100]), datados do século X-XI.

Atribuído cronologicamente à segunda metade do século XII, o bule exumado EVR.M/97/759¹:219 encontra apenas paralelo ao nível da forma em Silves, na zona da Arrochela (Gomes, 2011, p.135, Q1/E3/C1-44).

Tendo em conta as reduzidas dimensões do fragmento de garrafa EVR.M/97/776:216, foi na mesma possível identificar um paralelo classificado para o período almoadá em Huelva (Beltrán Pizon e Gómez Toscano, 2005, p. 89, fig.5.4), e decoração pictórica similar no núcleo urbano de Silves (Gomes, 2006, p. 205, Q16/C3-4) atribuído aos séculos X-XI.

Os objectos mais utilizados na confecção de alimentos ao lume, as panelas, distribuem-se cronologicamente entre o século VI e o século XII, como analisaremos de forma sistemática e individual.

Neste âmbito, a panela EVR.T/96/102:50 retrata similitudes formais com peças exumadas em Mérida e em Tolmo de Minateda, datadas do século IX, correspondendo a contextos Emirais (Alba e Gutiérrez Lloret, 2008, p. 592, fig. 4).

De igual cronologia se apresenta o exemplar de panela EVRT/96/260:50 com paralelo semelhante ao nível da forma descoberto em Mérida (Alba e Feijoo, 2001, p. 342, fig. 4 A.3).

Destacam-se agora as panelas EVRT/96/289:50, EVR.T/96/353²:50 e EVR.T/97/132:50 com paralelos morfológicamente comuns a peças exumadas no Castelo de Palmela, correspondentes ao século X e XI (Fernandes, 2004, p. 148, fig. 195 F e G). Adoptando como semelhante o exemplar F exumado no Castelo de Palmela, a panela EVR.M/97/253:202 também encontra similitudes formais com panelas exumadas em Santarém (Lopes e Ramalho, 2001, p. 55, fig. 11, n.º. 147) e em Badajoz (Valdés Fernández, 1985, p. 120 e 125, fig. 7 [146], 12 [111]) ambas atribuídas aos séculos X-XI.

Recipiente idêntico à panela EVRT/96/340:50, classificado para o século VI-VIII, encontra-se em Silves, no pátio anexo ao Poço-Cisterna (Gomes e Gomes, 2003, p. 33, fig. 7, SILV.3-Q6/C4-8).

Em Conímbriga, Adriaan De Man oferece semelhante exemplar, tardio, ao objecto cerâmico EVRT/96/342¹:50 datando-o do século VI (De Man, 2004, p. 469, fig. 1, n.º. 9). Observando-se em Estoi, Faro, peça similar atribuída aos séculos VIII-X (Teichner, 1994, p. 96, fig. 10, n.º. 32).

A panela EVRT/96/350²:50 permite paralelos com as peças tardias, séculos VI-VIII reveladas em Silves, no pátio anexo ao Poço-Cisterna (Gomes e Gomes, 2003, p. 31, fig. 6, SILV.3-Q8/C4-1). Resultando numa pervivência da forma no século X e XI, como o confirma as semelhanças formais com exemplares exumados em Santarém (Lopes e Ramalho, 2001, p. 54, fig. 11, subtipo I [172]) e no Castelo Velho de Alcoutim (Catarino, 2008, p. 45, Est. III, L7-3-326).

Também em Santarém dispomos de recipiente cerâmico formalmente semelhante à panela EVRT/96/361:50, datado do século XI (Ramalho *et al*, 2001, p. 169, n.º.2). Este artefacto oferece ainda paralelos para os séculos X-XI, identificados em

Silves, na zona da Arrochela (Gomes, 2011, p. 156, fig. 1.67, Q1/E4/C2-18) e em Badajoz (Valdés Fernández, 1985, p. 139, fig. 10, 205).

Conhece-se ainda em Santarém, precisamente nas escavações do Convento de S. Francisco, afinidades formais entre as painelas correspondentes ao subtipo 4 e a painela EVRT/96/371:50, atribuídas aos séculos X-XI (Lopes e Ramalho, 2001, p. 55, fig. 11, nº.128).

O objecto cerâmico EVRT/96/383:50 apresenta finitudes morfológicas com as painelas identificadas para o século X-XI em Santarém (Ramalho *et al*, 2001, p. 170, nº.4), tal como em Lisboa (NARC) (Bugalhão *et al*, 2003, p. 146, fig. 13, nº 3401). Apenas em Mértola, no silo 5 da alcáçova se retrata paralelo com cronologia para os séculos XI-XII.

Quase completa, a painela EVR.M/97/263:201 denuncia parecenças a nível formal com exemplares exumados em Alcácer do Sal, atribuídos ao século XI-XII (Paixão *et al*, 2001, p. 205, fig. 2)

O recipiente de cozinha EVR.M/97/669:219 retrata semelhanças com painelas dos séculos X-XI descobertas no Convento de Aracoelli, Alcácer do Sal (Paixão *et al*, 2001, p. 205, fig. 3), em Lisboa, na Rua dos Correeiros (NARC) (Bugalhão *et al*, 2003, p. 148, fig. 14, nº. 3360) e na alcáçova de Badajoz (Valdés Fernández, 1985, p. 321, fig. 136, nº12 [1.245]).

A painela EVR.M/97/774:216 oferece similares paralelos formais em peças descobertas em Mértola, apontando cronologias para o século XI-XII (Gómez Martínez, 2004, p. 595)

Objectos culinários, as painelas EVR.M/97/833¹:219, EVR.M/97/833³:219 referem semelhanças com painelas exumadas em contextos almoadas de Mértola, especificamente no forno da Rua 25 de Abril (Gómez Martínez, 2004, p. 3538, inv. 0094).

Em termos decorativos, a elaboração de motivos ornamentais pintados a branco sobre engobe de tom cinzento encontra paralelo estilístico em Badajoz, no antigo Hospital Militar, com datação para o século XI, tal como as decorações formulando elemento espiralado (Valdés Fernández, 2001, p. 192, lam. 4).

Com uma ampla pervivência nas formas surgem os alguidares. O recipiente de uso plurifuncional EVRT/96/342²:50 alcança cronologias para a primeira metade do século XII em Silves (Gomes, 2011, p. 384, fig. 2.45) e em Aljezur (Gomes e Gomes, 2005, p. 525, fig. 26, AR.S1/Q123/C2-25) para o século XII. Em relação às produções relativas ao século XI e primeira metade do século XII, encontramos paralelo formal em artefacto exumado em Lisboa (Bugalhão *et al*, 2003, p. 164, fig. 25, nº. 4040). Antecedentes a nível morfológico são visíveis em exemplares atribuídos ao século IX, descobertos em Mérida (Alba e Feijoo, 2008, p. 30, fig. 7.1).

O alguidar EVR.M/97/222:206 admite paralelo formal com peça exumada no cemitério de San Nicolás em Murcia, datada do século X-XI (Gallego Gallardo, 1993, p. 13, lam. 9) apesar de morfológicamente também corresponder aos exemplares mencionados para o anterior alguidar.

Em relação ao alguidar EVR.M/97/884:222, retratam-se similitudes ao nível da forma em recipientes atribuídos ao período emiral em Mérida (Gutiérrez e Alba, 2008, p. 593, fig. 5). Para o século X, identificamos paralelo semelhante na zona da Arrochela em Silves (Gomes, 2011, p. 384, fig. 2.45). Na alcáçova de Silves foi ainda possível observar peça formalmente semelhante datada do período almoada (Gomes, 2002, p. 344, fig. III. 209, Q18/C2/U1-6)

As frigideiras demonstram a nível formal vasta diversidade correspondendo por conseguinte a produções situadas entre os séculos IX e XIII.

O recipiente culinário EVRT/96/278:50 é formalmente parecido com as peças descobertas para os séculos XII e XIII em Palmela (Fernandes, 2004, p. 171, fig. 228, n.º8), em Mértola (Gómez Martínez, 2004, p. 328) e em Silves (Gomes, 2006, p. 125, fig. 2.9, QR/S1-1)

A frigideira EVR.T/96/382¹ apresenta semelhanças formais com uma peça exumada no Convento de S. Francisco de Santarém, cronologicamente atribuído ao século XI (Ramalho *et al*, 2001, p. 171, nº.6). Datada do mesmo período cronológico o exemplar descoberto no Castelo de Palmela oferece similitudes a nível formal (Fernandes, 2004, p. 192, fig.9, L). Antecedentes desta forma foram reconhecidos na zona da Arrochela, Silves, apontados para o século IX (Gomes, 2011, p. 383, fig. 2.44). No *Ribat* da Arrifana, Aljezur, foi possível observar um fragmento, neste caso

correspondente a taça, mas que corresponde formalmente à frigideira analisada, classificado para o século XII (Gomes e Gomes, 2002, fig.5, AR.S1/Q15/C2-7).

Em relação à frigideira EVR.M/97/282:201 demonstra afinidades formais com outro exemplar exumado em Évora, na Travessa das Casas Pintadas, referido para o século XII (Paulo, 2000, p.33). Também na alcáçova de Silves foi possível averiguar similitudes formais com um exemplar datado do século XII-XIII (Gomes, 2002, p. 280, fig. 170, Q39/C2-1).

De atribuição cronológica para o século XII-XIII apresenta-se a frigideira EVR.M/97/576:216 com paralelos formais semelhantes encontrados em Múrcia (Navarro Palazón, 1986, p. 62, nº128).

Recipientes utilizados no transporte e armazenamento, os cântaros EVRT/96/360²:50 e EVRT/96/362¹:50, apresentam afinidades morfológicas com exemplares exumados em diversas estações arqueológicas no ocidente do *al-Andalus*, referindo a título de exemplo: Lisboa (Bugalhão *et al*, 2003, p. 183, fig. 3414), Mértola (Macias e Torres, 1986, p. 415, nº 29; Gómez Martínez, 2004, p. 306), Estoi, Faro (Teichner, 1993, p.96) e Cerro da Vila, Vilamoura (Matos, 1991, p. 448, nº. 0055) com cronologias para os séculos X e XI.

Passámos agora directamente para os paralelismos formais reconhecidos para os exemplares de tampas de talha, na medida em que a talha EVR.M/97/848:216 foi analisada e datada no subcapítulo anterior. Deste modo, a tampa de talha EVR.T/96/290:50 assemelha-se a peça datada do século XII-XIII encontrada na zona da Arrochela, Silves (Gomes, 2011, p. 59, fig. 1.32, Q5/CO.14/C3-8). O outro fragmento que possuímos de tampa de talha EVR.T/96/319 mostra afinidades formais com peça exumada na alcáçova de Mértola, classificada para o século XII-XIII (Gómez Martínez, 2004, p. 578).

No que concerne ao pote EVR.T/96/360¹:50 não foi possível identificar nenhum paralelo a nível morfológico, contudo sugerimos uma datação provável para o período emiral tendo em conta a composição e cozedura da pasta aparentar similitudes com os fragmentos de peças classificados para essa época.

O alcatruz EVRT/96/380:50 apresenta semelhanças formais com peças de uso industrial recolhidas em Pechina e atribuídas a finais do século IX e século X (Castillo Galdeano e Martínez Madrid, 1993, p. 113, lam. XXII, 1 a 5).

5.3. Materiais em metal

Os objectos em metal correspondem a dois pregos (EVR.M/97/893¹:222; EVR.M/97/893²:222) utilizados possivelmente no mobiliário (Gomes, 2002, p. 190).

5.4. Materiais em osso

Um fragmento de torre de roca decorado foi exumado na sondagem 216 (EVR.M/97/764). Utilizado na actividade artesanal da tecelagem, as torres de roca destinavam-se “*a produzir o movimento de torção das fibras*” (Covaneiro e Cavaco, 2009, p. 712).

A nível formal e decorativo apresenta ampla dispersão geográfica, encontrando paralelos para a Época almoada em Silves (Gomes, 2002, p.188, fig. 126, Q10/C2-2) e em Tavira a título de exemplo (Covaneiro e Cavaco, 2009, p. 712, fig.4).

O separador de fios EVR.M/97/811:216, tal como o nome indica era utilizado na tecelagem, especificamente na separação dos fios após o acto de cardar a lã. A pesquisa de paralelos formais e funcionais à escala da Península Ibérica mostrou-se infrutífera.

5.5. Interpretação do espólio arqueológico

As produções cerâmicas mais antigas correspondem à cerâmica de uso comum, projectando uma elaboração algo tosca pela presença de abundantes elementos não plásticos, pela sua cozedura em ambiente redutor e por terem sido montadas a torno lento.

Os vestígios materiais conservados revelam na sua maioria recipientes de forma fechada, particularmente objectos utilizados na confecção dos alimentos, como as panelas EVR.T/96/102:50, EVR.T/96/260:50, EVR.T/96/340:50, EVR.T/96/342¹:50 e EVR.T/96/350²:50, e peças destinadas ao serviço de líquidos à mesa, como os púcaros EVR.T/96/353¹:50, EVR.T/96/210¹:51 e EVR.T/96/210²:51.

A identificação deste repertório formal, cronologicamente representativo do período visigodo e emiral (séculos VI a IX) em analogia com peças cerâmicas descobertas essencialmente em Silves (Gomes, 1995; Gomes e Gomes, 2003) e Mérida (Alba e Feijoo, 2001; Alba e Feijoo, 2001^a; Alba e Gutiérrez, 2008) introduz algo de inédito para o conhecimento de Évora visigoda e islâmica.

Na realidade, podemos adjectivar de residual o conjunto de informações que dispomos para a Época Visigoda em Évora, pautado apenas por materiais pétreos guardados no Museu Municipal de Évora, e de nulo para o período histórico precedente.

A dificuldade na interpretação cronológica é assim justificada não só pela falta de estudos e publicações eborenses e ausência de dados estratigráficos seguros como também pela inexistência de fontes históricas para os dois primeiros séculos de ocupação islâmica em Évora. Basicamente será a análise destes objectos particulares em comparação com artefactos exumados em outros arqueossítios que proporcionará hipóteses de conhecimento sobre estas incógnitas histórico-espaciais.

Nesta perspectiva, a pervivência de formas tardo-romanas como transparece nas panelas em “S” com colo marcado (Alba e Gutiérrez, 2008, p. 586), caracterizada no arqueossítio em reflexão pelos exemplares EVR.T/96/102:50, EVR.T/96/260:50, EVR.T/96/342¹:50; nas panelas com colo alto e bordo ligeiramente extrovertido (Gomes e Gomes, 2003, p. 44), dispondo de exemplar EVR.T/96/340:50 e nas panelas oferecendo colo curto e bordo extrovertido (Gomes e Gomes, 2003, p. 44), visível na peça EVR.T/96/350²:50, traduzem uma continuidade das formas autóctones na primeira fase de instalação islâmica em Évora. Adscrito a este aspecto, os púcaros EVR.T/96/353¹:50, EVR.T/96/210¹:51 e EVR.T/96/210²:51 revelam-se morfológica e funcionalmente herdeiros de uma tradição oleira anterior, notando-se na sua diminuta dimensão o acto individual no consumo de líquidos praticado pela civilização visigoda (Alba e Gutiérrez, 2008, p. 589).

As taças exumadas, EVR.T/96/292:50 e EVR.T/96/350¹ também aportam informações sobre os hábitos alimentares perpetuados pela sociedade visigoda na medida em que a sua pequena dimensão nos fornece dados sobre a individualização da comida à mesa reflectindo atitudes culturais e sociais diferentes da civilização islâmica, como iremos ver adiante.

A ornamentação de tais peças funcionais pode-se denominar como simplista, apresentando apenas num exemplar de taça (EVR.T/96/342³), decoração digitada sobre o bordo, reflexo de uma sóbria gramática decorativa de origem visigoda (Alba e Gutiérrez, 2008, p. 589).

Múltiplas possibilidades de observação são nos dadas pelos testemunhos materiais em análise. Em primeiro lugar, as características tecnológicas referenciadas, peças com pastas pouco depuradas, fabricadas a torno lento e cozidas a baixas temperaturas, evidenciam uma produção a nível local ou regional.

A pervivência dos processos produtivos e de uma continuidade morfológica e funcional dos objectos cerâmicos de traça visigoda expressam uma economia baseada na auto-suficiência relacionada possivelmente com o período de instabilidade política, económica e sociocultural vivenciado nesses primeiros séculos de instalação islâmica no território (século VIII-IX) (ver capítulo II).

A presença material de um fundo cultural autóctone expressa assim a aceitação de certas formas representativas das necessidades funcionais e estéticas de uma sociedade local pelos conquistadores muçulmanos. Podemos afirmar que o impacto cultural do Islão não foi sentido em Évora como em outras cidades como Silves, onde a par do consumo de recipientes de tradição autóctone aparecem artefactos importados do Médio Oriente (Gomes, 2002, p. 511).

As influências artísticas muçulmanas tardaram, portanto, em chegar a Évora. Neste âmbito, a ambiência política, militar e social presenciada em Beja determinando a presença de contingentes militares árabes, veículos da cultura muçulmana, contribuiu para este “atraso” cultural e artístico, motivando a sociedade eborense a ser autónoma e proprietária dos seus meios de produção.

Como consequência as forças políticas e/ou militares⁴¹ fixadas em Évora possivelmente utilizaram e adoptaram a cultura material e conjunto local de arte, facultando a manutenção da ordem material e estética presente. Este fenómeno formula para Évora uma realidade de base autóctone, onde o consumo local de uma produção aparentemente homogénea sugere uma comercialização e difusão dos produtos cerâmicos em circuitos provavelmente regionais. Este argumento é fundamentado pela herança cultural tardo-antiga, auto-suficiente economicamente, como anteriormente aludimos.

O processo criativo que levou à implementação das características formais, funcionais e iconográficas islâmicas no repertório cerâmico inicia-se claramente em Évora no século X. O espólio em análise reflecte a nível morfológico uma evolução e/ou modificação na forma do objecto. Este fenómeno expressa o processo de islamização e aculturação da comunidade autóctone eborense, que exige ao oleiro uma adaptação da vasilha cerâmica de uso comum ao gosto islâmico.

A resposta às exigências de mercado, motivada segundo preceitos sócio-culturais, estimula a produção de formas cerâmicas mais gráceis, heterogéneas e de maiores dimensões de acordo com os novos hábitos alimentares.

Os objectos cerâmicos do período emiral demonstram-nos funções individuais no acto de comer mas, a loiça correspondente ao século X traduz uma alteração plenamente estabelecida: o costume de consumir directa e colectivamente os alimentos servidos à mesa (Macias e Torres, 1998, p. 57-58).

O modo de ornamentar a peça cerâmica e a diversidade de motivos decorativos elaborados acusa, uma vez mais, a introdução de novos padrões estéticos e culturais.

Os contributos técnicos e estilísticos caracteristicamente islâmicos já integram plenamente o repertório cerâmico no século XI, causando hiatos temporais alargados na identificação cronológica das peças quando a estratigrafia não consegue dar resposta a estes equívocos como é o nosso caso. Assim, na prossecução de uma interpretação mais coerente sobre o conjunto cerâmico optámos por desenvolver a nossa reflexão abordando dois períodos históricos em conjunto: o período califal e período de taifas.

⁴¹ Na nossa opinião seria bastante reduzido o número de pessoas muçulmanas a viverem em Évora de acordo com os dados proporcionados pelo espólio islâmico, como também pela ausência de fontes documentais atribuídas a estes primeiros séculos (VIII-IX).

Em função disso, a diversidade da cerâmica comum no século X e XI patente tipologicamente em formas de taça (EVR.M/97/745:216); púcaros (EVR.T/96/362²:50; EVR.T/96/370¹:50; EVR.T/96/370²:50; EVR.M/97/280¹:206; EVR.M/97/796:216; EVR.M/97/833²:219; EVR.M/97/892:222; EVR.M/97/963:222); jarra (EVR.T/96/370³:50); garrafa (EVR.M/97/776:216); panelas (EVR.T/96/289:50; EVR.T/96/353²:50; EVR.T/96/361:50; EVR.T/96/371:50; EVR.T/96/383:50; EVR.T/96/132:51; EVR.M/97/263:201; EVR.M/97/253:202; EVR.M/97/669:219); frigideira (EVR.T/96/382¹:50) e cântaros (EVR.T/96/360²:50; EVR.T/96/362¹:50) significa uma representatividade numérica mais elevada que nos outros contextos temporais.

As técnicas de fabrico da cerâmica atribuída aos séculos X-XI, desde a montagem a torno rápido aos variados tipos de enformamento e revestimentos aplicados nas peças indicam um desenvolvimento da actividade oleira islâmica. Neste sentido, observa-se a ausência de cerâmicas montadas a torno lento⁴² e a prática de três tipos de cozedura nas peças, prevalecendo agora a cozedura em ambiente oxidante (14 fragmentos), seguida da cozedura em ambiente redutor (6 fragmentos) e por último a cozedura em ambiente redutor e arrefecimento em atmosfera oxidante (3 fragmentos). Em relação aos acabamentos de superfície constatámos a aplicação de engobe de cor bege ou vermelha em alguns exemplares datados deste período, técnica de revestimento de superfícies não observada em peças cronologicamente anteriores.

Indubitavelmente, a estratégia produtiva sugere uma elaboração e cozedura das peças mais cuidada, mostrando claramente uma evolução no universo produtivo do século X e XI em comparação com as poucas técnicas reconhecidas dois séculos antes.

A originalidade estilística presente nos ornamentos que decoram as superfícies das vasilhas de uso corrente, através de pintura a branco, vermelho e negro, exprimem signos e símbolos de todo o mundo muçulmano sendo possível constatar a sua ampla difusão artística pelo universo cerâmico do *al-Andalus* (Grabar, 2000, p. 87). Convém mencionar que a decoração pintada a branco e a vermelho efectuada nos recipientes cerâmicos já era elaborada em Período Emiral (Gómez Martínez, 2004, p. 554 e 563), não sendo por tanto uma inovação decorativa califal nem de taifas.

⁴² Apenas de acordo com o espólio estudado, já que noutras partes do *al-Andalus* persiste a montagem a torno lento ainda no século XII, como podemos notar no *ribat* da Arrifana (Gomes e Gomes, 2004)

As formas de produção e expressão decorativa presentes nas cerâmicas de uso comum, atribuídas aos séculos X-XI, revelam-nos inovações no conhecimento oleiro e uma permeabilidade cultural na apreensão de um novo gosto artístico.

A questão que agora colocamos prende-se com a identificação destas modificações, difundidas um pouco por todo o território islâmico, reflexas nas suas proveniências. Na nossa opinião, continua a existir uma produção local ou regional das cerâmicas de uso comum atendendo à visualização das pastas ainda com abundantes elementos não plásticos (quartzo e mica), que nos manifesta uma continuidade no fabrico de recipientes em cerâmica comum. Apesar de não possuímos nenhum estudo arqueométrico que comprove a nossa relação, apresentamos esta hipótese como a mais provável de acordo também com outras estações arqueológicas (Lisboa, Mértola, Silves, Badajoz), onde existe produção local a par de um comércio pujante (Bugalhão *et al*, 2003; Gomes, 2002; Gomes 2011; Gómez Martínez, 2004; Valdés Fernández, 1985).

Contudo, nem todos os fabricos seriam de âmbito local, como nos exemplifica o fragmento de garrafa EVR.M/97/776:216 cujo tom ferruginoso oferecido pelo núcleo das paredes sugere produções do sul de Portugal (Gómez Martínez, 2004, 667) ou de Lisboa (Bugalhão *et al*, 2003; p. 112), denunciando trocas comerciais a média escala.

As mudanças que observámos nos hábitos da população eborense associam-se ao equilíbrio político proporcionado pelo califado omíada e por conseguinte dinamizador dos intercâmbios comerciais, e ao impacto político, económico e cultural do reino de taifa *aftácida* produzindo o desenvolvimento, a todos os níveis, de Évora, como analisamos anteriormente.

Neste âmbito, o dinamismo comercial permitiu uma afluência de homens, objectos e ideias procedentes do mundo conhecido, contribuindo para a chegada de peças exógenas ao território eborense como as cerâmicas vidradas monócromas, as cerâmicas vidradas bicolores, a cerâmicas em verde e castanho e as cerâmicas em corda seca parcial ou total. Também a presença da corte de *al-Mutawakkil* em Évora (século XI) impulsionou provavelmente o comércio de peças decorativamente elaboradas e luxuosas de acordo com o seu estatuto soberano.

Sumptuárias, as peças de importação analisadas segundo as pastas e as técnicas decorativas aludem a proveniências distintas, todavia de difícil adscrição dado o estado

dos conhecimentos actuais. No caso das pastas de tom vermelho, observadas no candil EVR.M/97/597:216, o exemplar foi possivelmente fabricado em Lisboa (Bugalhão *et al*, 2003; Bugalhão *et al*, 2007), ou no sul de Portugal, onde também são visíveis pastas nestes tons, como anteriormente referimos.

Os núcleos das paredes oferecendo uma tonalidade clara indicam proveniências andaluzas (Espanha), normalmente Málaga, Sevilha e Almeria (Bernus-Taylor, 2000, p. 63) apresentadas em exemplares de cerâmica vidrada bicolor.

A cerâmica a verde e castanho indica possivelmente procedências de Badajoz, especificamente na olaria de La Puerta del Pilar (Valdés Fernández, 1985), de Córdoba, *Madinat al-Zahra*, e de Valência (Gisbert, 2000).

Em relação às cerâmicas em corda seca total ou parcial as suas produções centram-se em Málaga, Almeria, Toledo, Múrcia e Valência (Bernus-Taylor, 2000, p. 63; Déléry, 2003, p. 193-194).

Graças à constatação destas peças no contexto arqueológico, acreditamos que provavelmente Évora seria um entreposto comercial que efectuaria a redistribuição destes materiais importados às localidades mais interiores e fora das principais rotas comerciais.

A qualidade na execução, a diversos níveis, na produção artística de recipientes decorados a verde e castanho e a corda seca parcial e corda seca total define um aspecto essencial da arte islâmica: a apropriação de saberes e técnicas antigas (Délery e Gómez Martínez, 2006, p. 152-153), desenvolvendo-as e islamizando-os, tornando as cerâmicas veículos de uma civilização, expressão simbólica de uma cultura e religião.

A originalidade e singularidade da arte islâmica irá perdurar no repertório cerâmico medieval eborense pelos séculos XII e XIII.

A cidade de Évora, após a conquista cristã em 1165, assumiu-se como ponto estratégico cristão no centro do domínio almóada, passando assim a exercer um predomínio económico a nível regional, pois as actividades económicas que ali se desenvolveram, não só beneficiavam as populações cristãs, que usufruíam de todas as inovações do mundo islâmico, mas também favoreciam os muçulmanos que se convertiam às transacções de fronteira (Torres, 1992, p. 435). Évora tornou-se desta maneira o principal centro onde afluíam as mercadorias andaluzas, dos quais dispomos

de um exemplar de garrafa EVR.M/97/638:216 e de talha EVR.M/97/840:219, que os portugueses compravam, provavelmente, com o ouro obtido nos despojos de guerra dos anos anteriores (Torres, 1992, p. 435).

Sabemos que além das trocas comerciais, existiam em Évora oleiros muçulmanos a laborar para uma clientela cristã que esteticamente apreciava a singularidade da arte e técnica islâmica, como podemos observar no conjunto cerâmico analisado atribuído ao século XII-XIII (EVRT/96/278:50, EVR.T/96/290:50, EVR.T/96/319:50; EVR.M/97/282:201, EVR.M/97/576:216).

As mais antigas olarias mouras documentadas em Évora situavam-se na Porta Nova: “ (...) a porta noua hu chamam as olarias (...)”⁴³, sendo as suas propriedades e impostos cobrados pela coroa portuguesa. A mesma documentação também aporta referências à instalação de artesãos mouros num telheiro à Porta da Lagoa e a um forno de telhas no Chão Domingueiros. No ano de 1392 a Albergaria do Corpo de Deus, tinha umas casas “ *na rua que vai de Santo antoninho para a olaria à Porta Nova*” (Carvalho, 1976, p. 7).

Estes dados são-no também demonstrativos de uma tradição oleira muçulmana em Évora que perdura até ao reinado de D. Manuel (Barros, 2007, p. 65).

⁴³ *Chancelarias portuguesas-Chancelaria de D. João I (1385-1392)*, Vol. II, Tomo 1, ed. de A. H. Oliveira Marques, Lisboa, INIC/Centro de Estudos Históricos da UNL, 1984., Doc. [505], p.p. 267

6. Aproximação ao conhecimento do espaço arqueológico

Conhecidas as condições específicas, no capítulo IV, em que decorreram as intervenções arqueológicas realizadas no Museu Municipal de Évora, a compreensão global do arqueossítio é portanto tarefa difícil, faltando os elementos de ligação aos níveis das estruturas exumadas. Contudo, tal adversidade não impede o estabelecimento de uma leitura parcial sobre o sítio em comparação com outras estações arqueológicas, com o objectivo de levantar problemáticas e hipóteses referentes ao uso do espaço em período medieval islâmico.

Numa leitura imediata efectuada sobre os níveis islâmicos exumados (fig. nº. 14) apresenta-se uma realidade arqueológica bastante complexa denunciando duas áreas ocupacionais distintas: um complexo habitacional e uma necrópole. Começamos a nossa reflexão sobre a área habitacional, passando depois para o estudo localização da necrópole, tentando no final colocar em perspectiva a interacção entre estes dois horizontes singulares, num âmbito urbano e social.

6.1. Área habitacional

O complexo habitacional, articulado com as condições e características do sítio onde se implantou, nomeadamente numa encosta virada a sul, define-se pela sua construção e distribuição espacial.

No âmbito construtivo, os restos de muros exumados ofereciam vala de fundação, escavada no substrato rochoso (Gonçalves *et al*, 1996, p. 12; *idem*, 1997, p. 12, 15) de forma a garantir sustentabilidade à estrutura.

Tecnicamente há um reaproveitamento das estruturas anteriores do Período Emiral construindo-se por cima destas muros compostos por fiadas de pedras horizontais possivelmente unidos por terra argamassada, como o denunciam as fotografias tiradas pelos arqueólogos (fig. nº. 18). As paredes-mestras têm cerca de 0,50 m de largura, enquanto as paredes divisórias possuíam cerca de 0,30 m de largura (influência construtiva romana). As medidas analisadas para as paredes-mestras

respeitam sensivelmente as normas construtivas descritas por *Ibn 'Abdun* (Macías, 1996, p. 74-75) e constatadas por André Bazzana (Bazzana, 1992, p. 99), precisamente cerca de 0,50 m de largura para as paredes-mestras, com paralelos no bairro da alcáçova em Mértola (Macías, 2006, p. 382) e no empreendimento do Castelo em Silves (Santos e Abranches, 2010, p. 90-91), a título de exemplo.

No processo construtivo dos muros a ausência de vestígios de taipa ou adobe pressupõe uma edificação consolidada com materiais pétreos, facto algo raro dada a tradição construtiva alentejana utilizar frequentemente o adobe ou a taipa (Macías, 2006, p. 381) (fig. nº. 17 e 18). Aduzido a este aspecto, acreditamos que, provavelmente, sobre os muros em alvenaria erguia-se o resto da estrutura em adobe ou taipa, aparelhos construtivos mais económicos e rápidos que a utilização de elementos pétreos na elevação total dos muros (Bazzana, 1992, p. 95). Especial atenção para o carácter doméstico do espaço em questão que não necessita de uma construção luxuosa (alvenaria em pedra) como os edifícios públicos islâmicos (Macías, 2006, p. 381).

A sobreposição e subsequente anulação de um espaço ocupacional anterior invalida a sua interpretação funcional, enunciando apenas possibilidades sobre a sua utilização entre o século VIII e os inícios do século X de acordo com o estudo de espólio arqueológico. Outro factor que poderia ajudar na aceção de duas realidades de apropriação do espaço em Época Islâmica seria a revelação dos dados altimétricos para os pavimentos reconhecidos, facultando-nos as informações necessárias para saber o que estava antes e depois, já que não dispomos de boa leitura estratigráfica.

Todavia, os diferentes tipos de pavimentos identificados proporcionam dados sobre o estatuto socioeconómico dos seus habitantes. No revestimento do chão dos compartimentos domésticos a colocação de tijoleira e lajes de pedra de formato variável e de terra batida são os três tipos de pavimento evidentes no espaço habitacional, salientando a ausência de chãos em mármore ou azulejo ilustrativos de melhores possibilidades financeiras (Macías, 2006, p. 383; Navarro Palázon, 2007, p.32).

As coberturas sugerem a predominância de terraços ou açoteias pela inexistência de derrubes de telhas no arqueossítio (Gonçalves *et al*, 1996; *idem*, 1997). Tradicionalmente nesta região alentejana, a presença de terraços nas casas é algo de natural resultando num espaço plurifuncional assumindo características de lazer para as mulheres, de trabalho na secagem dos frutos, entre outros (Bazzana, 1992, p. 107).

Analisaremos agora a distribuição espacial da área habitacional numa tentativa de perceber a organização interna e possíveis funcionalidades atribuídas aos compartimentos identificados.

A passagem entre o mundo familiar e privado e o espaço público era realizado através do saguão. Compreendido como o compartimento menos íntimo da casa islâmica, o saguão caracterizava-se pela sua entrada em cotovelo impedindo os olhares curiosos viandantes sobre o ambiente doméstico (Castillo Galdeano e Martínez Madrid, 1990, p. 113; Macias, 2006, p. 392).

No caso de Évora, encontramos a entrada da casa e vestíbulo associado na sondagem 216. A entrada da habitação, medindo possivelmente cerca de 0,80 m, não possuía o gonzo da porta *in situ* face à construção de uma infra-estrutura de Época Moderna sobreposta em parte a esta.

A antecâmara da entrada configurava um pequeno compartimento de forma quadrangular, observando-se os vãos descentrados. O pavimento registado em desenho era formado por lajes de pedra de tamanho variável (fig. nº. 14).

A importância da esfera do privado e do secreto para a comunidade muçulmana é bem retratada pela disposição formal desta divisão.

Deste espaço em diante para o interior da casa só passava a família ou pessoas com vínculos familiares (Macias, 2006, p. 393). Normalmente acedia-se directamente do saguão ao pátio interior da casa. Este, área central da casa, não foi totalmente escavado no arqueossítio em análise. A aproximação a este espaço é nos dada tendo em conta o esquema organizacional das casas islâmicas reconhecidas em Silves (Gomes, 2002, Gomes, 2011), Mértola (Macías, 2006), Tavira (Covaneiro *et al*, 2008), Lisboa (Amaro, 2001, Gomes *et al.*, 2005, Bugalhão *et al.*, 2009, Silva *et al*, 2010) Badajoz (Matesanz *et al*, 2004), entre outras estações arqueológicas.

Em todos os sítios arqueológicos mencionados, o pátio é o elemento que define o modelo habitacional islâmico (Navarro Palázon e Jiménez Castillo, 2007, p. 520). Os compartimentos são organizados em redor deste espaço plurifuncional, tal como podemos observar pelas divisões colocadas a descoberto nas sondagens 215, 216 e 219, usufruindo estes da iluminação natural e da ventilação fornecida pela área em aberto (Macías, 2006, p. 396).

Outro elemento que nos permite conjecturar sobre a localização do pátio é a presença de pavimento em tijoleira, identificado nas sondagens 216 e 219, precisamente no espaço em frente aos compartimentos escavados. A aplicação deste tipo de revestimento nos pátios, “*opção favorita*” (Macías, 2006, p. 383) quer pela sua beleza quer pela adaptabilidade a múltiplas fórmulas estéticas é também o mais resistente às modificações climáticas que sofre um espaço em aberto e ainda possibilita uma melhor limpeza (Macias, 2006, p. 383).

Num âmbito doméstico e familiar, o pátio motivava o convívio e lazer familiar além de promover as actividades domésticas que na sua prática necessitavam de iluminação (Erbati, 1990, p. 102). Adscrito a este último aspecto e a corroborar o facto identificámos na sondagem 216, uma torre de roca e um separador de fios, testemunhos materiais da produção de têxteis usualmente conectados com o universo feminino.

O reconhecimento de uma talha decorada (EVR-M/97/840) na sondagem 219, pressupõe a existência provável de tal recipiente no pátio contendo água para refrescar os habitantes que aí se encontravam ou servindo como reservatório de água.

Na planimetria de uma casa medieval muçulmana o acesso à latrina realizava-se através do pátio, arejando-se consecutivamente esta divisão da casa (Navarro Palázon, 1990a, p. 181).

A existência de uma latrina no complexo habitacional, identificada a leste na sondagem 216 (fig. nº. 14), transmite desde logo o cuidado e importância que a civilização islâmica dava à higiene pessoal, à privacidade e a intimidade.

Característica singular das casas islâmicas, a latrina localizava-se num compartimento independente de planta rectangular, com cerca de 1 m de largura, apresentando pavimento em lajes de pedra (fig. nº. 14). Adossada ao muro meridional a latrina encontrava-se elevada sobre uma plataforma construída em pedra (como podemos analisar na fig. nº. 17), consistindo numa superfície composta por duas lajes em pedra de forma rectangular com cerca de 0,200 m, delimitando a abertura central com cerca de 0,100 m. A latrina era vinculada directamente à fossa asséptica correspondente, situada no espaço exterior à casa, a rua. O conjunto latrina-fossa aqui plasmado encontra paralelo por exemplo no arrabalde de Silves (Santos e Abranches,

2010, p. 92) no bairro da alcáçova de Mértola (Macías, 2006, p. 407), e no bairro da alcáçova de Málaga (Vidal Castro, 2000, p. 234).

A fossa asséptica coberta por lajes de xisto poderia conectar-se com a latrina através de uma abertura no solo, recebendo os resíduos de usos domésticos e higiénicos.

A instalação da latrina segue dogmas jurídicos, sendo proibida a sua orientação para Meca (Macias, 2006, p. 407). No caso desta infra-estrutura, ela segue o alinhamento norte-sul, estando por isso de acordo com as normas religiosas perpetradas pelo Islão.

A construção da fossa asséptica surge da proibição de deitar águas sujas na via pública, instalando-se a fossa asséptica na rua, junto ao espaço habitacional ocupado pela latrina (Vidal Castro, 2000, 235-236). Deste modo também não se importunavam os habitantes da casa com o mau cheiro da fossa.

A escavação arqueológica das sondagens 215 e 219 colocou à vista um possível compartimento doméstico, de forma imperceptível. Comunicando directamente com o pátio através de uma entrada central, com cerca de 0,50 m, a presente divisão poderia corresponder a um salão, pavimentado em tijoleira, apesar das dificuldades de adscrição funcional face aos poucos elementos estruturais reconhecíveis.

Os salões eram os espaços onde o senhor da casa e a sua família podiam descansar nas suas alcovas, usufruir de uma refeição e guardar ou até expor peças de realce estético e económico (Izquierdo Benito, 1990, p. 151). Adequado a este último aspecto, os materiais cerâmicos recolhidos na sondagem 219 expressam na sua maioria bens sumptuários exógenos, com funções expositivas, salientando o poder económico do chefe de família.

Na sondagem 206 foi descoberta uma conduta de saneamento construída em pedra argamassada e coberto por lajes de pedra, notando-se a reutilização de elementos arquitectónicos de origem romana (Gonçalves *et al*, 1997, p. 15). O canal permitiria a evacuação de águas pluviais ou domésticas do pátio directamente para a via pública a sul, aproveitando a vertente do sítio. Em relação a outros arqueossítios no *al-Andalus*, a eliminação de resíduos domésticos através de canalizações construídas sobre os pavimentos conectava por vezes diversas casas, tal como acontece em Mértola (Macías,

1996, p. 65); Silves (Santos e Abranches, 2010, p. 93) e *Sīyasa* (Navarro Palazón, 1990a, p. 190-191), a título de exemplo.

De encontro a nordeste, realizaram-se as sondagens 222, 50 e 51. A primeira sondagem mencionada oferece planta provavelmente rectangular, com abertura central de acesso à sondagem 50. Morfológicamente apresentando forma rectangular, a divisão doméstica configurada na sondagem 50, parece marcar o final nordeste de uma casa, corroborando o facto de a sua parede nordeste se revelar uma parede-mestre e a disposição espacial do compartimento (virado para o interior) reflectir este pressuposto.

Os pavimentos destes compartimentos eram possivelmente elaborados em terra batida dada a ausência de outros vestígios de revestimento.

No que se refere à funcionalidade destes dois compartimentos podemos conjecturar sobre a sondagem 50 representar um espaço de armazenamento ou sítio de preparação das comidas de acordo com a sua constituição estrutural e que a sondagem 222 conjugaria-se com o compartimento da sondagem 50, abrangendo uma área dedicada à confecção de comida, a cozinha. Contudo, o pressuposto elaborado não encontra confirmação arqueológica na medida em que não foi descoberta nenhuma estrutura de combustão, propriamente dita, na sondagem 222, mas a leitura do relatório da escavação arqueológica informa sobre a presença de um complexo estratigráfico composto por sedimentos de tom escuro com abundantes carvões (Gonçalves *et al*, 1997, II, p. 332).

Na sondagem 51, e no alinhamento da infra-estrutura sudoeste presente na sondagem 50 surge um pequeno troço de muro sugerindo uma outra divisão doméstica.

Por último, nas sondagens 211 e 201 exumou-se um espaço conformado por três muros, denotando-se a inexistência de uma entrada (situando-se provavelmente a norte). Neste caso, a exiguidade dos fragmentos cerâmicos recolhidos em ambas as sondagens associado à difícil apreensão estrutural e funcional do espaço invalidam uma teorização sobre a sua importância e função no contexto arqueológico em análise.

6.2. Necrópole

A identificação de três enterramentos (N 387, V-924, O 386) depositados segundo os preceitos religiosos islâmicos a nordeste do complexo habitacional acima exposto contempla desta forma uma área de necrópole.

A fundação desta necrópole resulta difícil de precisar dada a pervivência do ritual e práticas de inumação islâmica, contudo podemos levantar uma hipótese devido à sua diferente implantação. Como anteriormente referimos, no capítulo III, as necrópoles localizavam-se preferencialmente junto às portas de acesso à medina, o que suscita alguma estranheza o espaço sepulcral em questão. Situado numa zona central da medina e numa área próxima à entrada da alcáçova e da mesquita principal, o enterramento de indivíduos aí poderá nos remeter para o facto de terem perecido durante o ataque de Geraldo *Sem Pavor* em 1165, e aí serem enterrados por falta de acesso às suas necrópoles, tal como aconteceu em Silves (Gonçalves, 2010, p. 136).

6.3. Integração urbana e sociocultural

A intervenção arqueológica realizada no Museu Municipal de Évora nos anos de 1996 e 1997 (Gonçalves *et al.*, 1996; *idem*, 1997) colocou a descoberto um complexo habitacional e uma área de necrópole atribuída ao Período Medieval Islâmico.

A extensão original dos horizontes arqueológicos exumados não é conhecida mas os dados disponíveis permitem-nos tecer alguns comentários e reflexões.

Os testemunhos arqueológicos revelam em primeiro lugar uma organização racional do espaço apresentando uma distribuição espacial de âmbito doméstico bem estruturada, reflectindo essencialmente um planeamento urbanístico prévio revelado pela construção de um sistema de saneamento (sondagem 206) efectuada necessariamente antes da edificação e pavimentação da casa (Bazzana, 1992, p. 189).

Em associação com o estudo dos bairros islâmicos identificados em Lisboa (Amaro, 2001, Gomes *et al.*, 2005, Bugalhão *et al.*, 2009, Silva *et al.*, 2010), Mértola

(Macías, 2006), Silves (Santos e Abranches, 2010, p. 93), Tavira (Covaneiro *et al*, 2008) e Badajoz (Matesanz *et al*, 2004) cujas áreas totais das casas enquadram-se entre os 50 m² e os 170 m², poderemos estar na presença de um bairro islâmico em Évora, reconhecendo-se arqueologicamente três casas.

De acordo com as informações arqueológicas, a primeira casa era composta pelas sondagens 216, 215 e 219 completando hipoteticamente uma área total de 120 m²; a segunda habitação com cerca de 128 m² era composta pelas sondagens 222, 50 e 51 e a terceira casa era composta pelas sondagens 211 e 201 adquirindo hipoteticamente uma área total de 120 m².

Somos ainda da opinião que o bairro islâmico desenvolvia-se para sudoeste, tendo em conta que a conduta de saneamento exumada na sondagem 206 poderia ser partilhada pela casa I e outra habitação localizada a oeste da primeira casa. Além disso, o bairro habitacional era delimitado a este pela alcáçova, a norte pelo templo e praça romana e a sul pela rua, confinando-se necessariamente o seu desenvolvimento urbanístico para sudoeste. Contudo nada impede a existência de algumas casas a nordeste do complexo habitacional em estudo, no espaço entre este e a alcáçova.

A presença de uma via pública, com direcção nordeste-sudoeste, é confirmada pelo sistema de esgoto, tipicamente islâmico, posicionado fora do compartimento correspondente à latrina (sondagem 216), aludindo às normas construtivas e higiénicas muçulmanas que alertam para a localização das fossas assépticas na rua (Macías, 2006, p. 378).

Realçamos agora a pervivência desta via de circulação no traçado urbano islâmico eborense desde o Período Romano. Aspecto este que corrobora o facto de não existir uma ocupação da rua, como observado em outras cidades do *al-Andalus* (Navarro Palázon e Jiménez Castillo, 2007, p. 289), mantendo-se inalterado o sistema viário de origem romana nesta zona da cidade de Évora.

As habitações domésticas também não foram construídas sobre o pavimento em mármore da praça romana (Gonçalves, *et al*, 1996; *idem*, 1997), sugerindo uma adaptação social a este elemento urbano, abandonado pela população visigoda (Teichner, 1998, p. 22) conformando todavia um espaço em aberto onde se realizariam possivelmente pequenas vendas de mercado. Apenas foi violado pela comunidade

islâmica eborense por razões de âmbito económico (construção de silos [Teichner, 1998, p. 22-23]) e religioso (inumação de três indivíduos em período de cerco militar).

A urbanização do bairro islâmico nessa área da medina usufrui da proximidade da mesquita-*aljama* e dos mercados, tal como acreditamos que estaria perto de uma fonte de abastecimento de água como o exemplifica o alcatruz exumado. Era, portanto, um bairro habitacional bastante central.

A reprodução no *al-Andalus* do modelo mediterrânico de habitação doméstica (Guichard e Van Staevel, 1995, p. 49) observado também em Évora deduz uma forte islamização da população e um intercâmbio de ideias e homens a uma escala geográfica alargada. Estas condicionantes, em conexão com o espólio cerâmico estudado, revelador de uma cultura material maioritariamente presente entre os séculos X a XII, com atenção para os numismas de *Muhammad al – Mutawakkil* (século XI), sugerem cronologicamente a edificação deste complexo habitacional centrado nesses séculos de desenvolvimento político, urbano, económico e sociocultural em Évora (da segunda metade do século X à primeira metade do século XII).

No que respeita à organização espacial das casas determinámos uma área de pátio, uma divisão com latrina, um ou mais salões, um possível espaço de armazenamento e uma entrada com vestíbulo associado, faltando apenas dados concretos para a identificação de um compartimento classificado como cozinha. Os elementos espaciais e funcionais reconhecíveis podem não constituir parte de todas as habitações domésticas, existindo variantes na determinação espacial de carácter doméstico enunciadas por motivos socioeconómicos (número de familiares *versus* riqueza do proprietário) (Bazzana, 1992, p. 191).

Neste âmbito socioeconómico compreendemos através das fórmulas arquitectónicas empregues pelos habitantes do bairro islâmico de Évora, particularmente a inexistência de elementos decorativos nas paredes como estuque ou azulejos, de mármore a revestir os solos das casas, de capitéis a decorarem as entradas dos salões, que as famílias que aí viviam não eram necessariamente abastadas, mas possuíam algum poder de compra sublinhando-se as peças importadas exumadas no contexto arqueológico.

Expressão de influências económicas, sócio-culturais e religiosas a casa muçulmana reflecte o *modus vivendi* de uma civilização. Uma das primeiras acepções traduz-se na importância dada à higiene pessoal, plasmada na presença de uma latrina e de sistemas de saneamento, conduzindo a uma mentalidade culturalmente elevada em relação à posterior sociedade medieval cristã (Navarro Palázon e Jiménez Castillo, 2007, p. 250).

O carácter intimista das casas islâmicas, onde o pátio central assegurava um espaço aberto e seguro na vida familiar adquire significação cultural na medida em que as actividades quotidianas de preparação de comida, tecelagem e outras, estavam longe dos olhares alheios, protegendo a honra da família, tão importante para a civilização islâmica (Guichard e Van Staevel, 1995, p. 49-50).

O universo feminino encontra-se assim presente no espaço doméstico pois a segregação sexual imposta pela religião islâmica leva à reclusão social das mulheres⁴⁴, movendo estas a sua vida em áreas fechadas assumindo no entanto total poder sobre a casa (Aguilar e Marín, 1995, p. 42-43).

Por último, a ocupação islâmica do sítio abrange dois períodos temporais, o primeiro configurado por uma planta ilegível de funcionalidade indeterminada, constando apenas para o informe cronológico os materiais cerâmicos atribuídos ao período emiral. O segundo momento de ocupação enquadra os séculos posteriores até à conquista cristã de Évora em 1165, onde os elementos estruturais interpretados em conjunto com o espólio material reflectem tais datações.

No que concerne ao abandono da área residencial, o bairro islâmico foi possivelmente desactivado após a conquista cristã da cidade (Gonçalves *et al*, 1997, p.), num processo de entulhamento da zona até ao reinado de D. Sancho II, como o confirmam os numismas exumados, os elementos de vestuário e a presença de esporas do século XII e XIII associados aos militares da conquista cristã de Évora.

⁴⁴ Convém chamar a atenção que as mulheres islâmicas não são prisioneiras dentro de casa, elas podem ir ao mercado, ir ao cemitério, ir aos banhos, etc. (Aguilar e Marín, 1995, p. 39-43).

CONCLUSÃO

A construção do conhecimento sobre as vivências e quotidianos revelados pela comunidade eborense durante a Época Medieval Islâmica (séculos VIII a XII) pretende, com a presente dissertação de mestrado, tornar-se um ponto de partida para os futuros investigadores que desejem conhecer e aprofundar os seus estudos sobre esta realidade histórico-arqueológica pouco desenvolvida até ao momento.

A análise do bairro residencial islâmico e necrópole, exumados na intervenção arqueológica realizada no sítio do actual Museu Municipal de Évora, nos anos de 1996 e 1997, proporcionou informações de grande interesse para o conhecimento de *Yābura*.

Nesse sentido, as evidências arqueológicas atribuídas ao Período Emiral (séculos VIII-IX) materializam-se, apenas, no conjunto cerâmico o qual foi possível integrar naquela cronologia, na medida em que a interpretação morfológica e funcional das estruturas arqueológicas que compunham o ambiente doméstico, nos dois primeiros séculos de ocupação islâmica, resultou inviável.

A este propósito, a metodologia arqueológica empregue pelos responsáveis científicos da escavação; a prática de uma arqueologia de emergência; a impossibilidade de escavar em toda a extensão do edifício; a anulação e sobreposição de muros efectuada por uma nova geração muçulmana e conseqüentemente as destruições operadas pelas comunidades predecessoras, dificultaram a sua apreensão gráfica e científica.

É interessante constatar a localização deste complexo habitacional no interior das muralhas de origem tardo-romana, usufruindo da defesa e protecção proporcionada pelo Templo Romano transformado possivelmente em torre de vigia, e perto da mesquita *aljama* e de uma área de mercado conformada pelos espaços em aberto situados em redor do antigo Templo Romano. A escolha do lugar traduz questões de proximidade a todos os bens necessários que se situariam muito provavelmente na envolvente.

A cultura material classificada para o Período Emiral é reveladora de uma sociedade autóctone, culturalmente no início da islamização. Esta perspectiva manifesta-se na produção algo tosca conferida às peças cerâmicas, numa simplicidade

formal e ornamental de tradição visigoda e nas dimensões dos recipientes cerâmicos condicionante de uma dieta alimentar específica. Adscrito a este último aspecto, os hábitos alimentares de consumo individual, atribuídos a uma tradição culinária de origem visigoda, previvem durante estes primeiros séculos de ocupação islâmica.

Os materiais cerâmicos constituintes daquela Época Histórica sugerem ainda uma produção oleira a nível local ou regional com o intuito de satisfazer as necessidades básicas de uma população que se encontra possivelmente isolada face aos jogos políticos e religiosos que decorrem em Beja e Mérida. É nossa opinião que os acontecimentos políticos ocorridos naquelas importantes cidades político-económicas (durante o Período Emiral), centros de difusão comercial de bens cerâmicos para as cidades suas dependentes (como é o caso de Évora em relação a Beja), dificultassem a realização de trocas comerciais motivando a autonomização local da produção e a auto-suficiência de cidades secundárias como Évora.

Consequência da supremacia política de Beja, sede de *Kūra*, sobre a urbe eborense, e de todos os factores que motivaram revoltas sociais contra o poderio islâmico nessa primeira cidade, acreditamos que a islamização da sociedade eborense tenha sofrido por isso um processo de aculturação muito lento e pouco visível no que respeita à cultura material.

Acontecimento marcante na História de Évora foi o ataque surpresa de Ordonho II no ano de 913 que, possivelmente levou ao abandono das estruturas habitacionais islâmicas descobertas no contexto arqueológico em análise. Neste âmbito, a morte e a escravidão perpetrada pelas hostes cristãs aos habitantes eborenses e a fuga de alguns notáveis para Beja corroboram a nossa aceção de uma cidade despovoada até à chegada de *Mas'ūd ibn Sa'dun Surunbāqi*, no ano de 914.

Enviado pelo senhor de Badajoz, *Ibn Marwān al – Jillīqī, al- Surunbāqi* efectua um programa construtivo de revitalização das defesas urbanas eborenses além de participar com a sua família e rede de clientela no povoamento do aglomerado urbano.

Contudo, supomos que a reconstrução e transformação do bairro islâmico em reflexão ocorreu com o florescimento político-económico, sociocultural e urbano desenvolvido pelo califa omíada *'Abd al-Rahmān III*.

Respondendo às múltiplas formas de propagação ideológica califal, a construção da alcáçova e da mesquita principal de Évora, às quais remetemos a sua fundação pelo califa omíada, motivou provavelmente o projecto de reconstrução do complexo residencial. Localizado sensivelmente a sudoeste da alcáçova e quizás a norte da mesquita *aljama*, a área residencial poderá assim ter usufruído deste empreendimento construtivo urbanístico realizado nas suas adjacências.

Determinante na percepção desta hipótese, o estudo do espólio islâmico oferece para os séculos X e XI a maior quantidade de peças reconhecíveis, subjacentes por conseguinte à ocupação humana do sítio.

Os recipientes cerâmicos analisados em associação com o modelo mediterrânico de casa observado demonstram uma comunidade eborense plenamente islamizada.

O fenómeno cultural consubstanciado no florescimento socioeconómico e político da urbe eborense no quadro do *al-Andalus*, foi propiciado não só pela decadência de Beja e Mérida no século X e sucessiva elevação político-administrativa de Badajoz enquadrando na sua esfera governativa a cidade de Évora, como também, pela existência de elites locais *muladí*s que exigiam um *modus vivendi* similar às elites árabes.

Um século depois, a desfragmentação do *al-Andalus* em pequenos reinos autónomos representa uma época áurea para Évora, configurada como a segunda cidade do reino *aftácida* de Badajoz, chegando a tornar-se capital de um reino governado por *Muhammad al – Mutawakkil* à revelia de Badajoz.

Os referentes culturais e arqueológicos exemplificativos deste dinamismo económico, político e social vivenciado em Évora no século X e XI traduzem-se, uma vez mais, no acervo arqueológico analisado.

Constituindo expressão de uma modificação sociocultural, as peças em cerâmica comum exprimem a transformação das dietas alimentares e de outros costumes. Os hábitos alimentares de uma família islâmica impõem o consumo colectivo da refeição através de recipientes que funcionam para o efeito, ao invés da individualização da comida, à mesa, propagada pela civilização visigoda. A introdução no século X de vasilhas de maiores dimensões insere-se nestas mudanças ao nível alimentar, e por consequência confirma uma assimilação dos hábitos culturais muçulmanos.

Outro vestígio de aculturação islâmica da sociedade eborense diz respeito a uma apropriação dos símbolos do Islão, plasmados na decoração do espólio cerâmico. Os signos manifestam uma grande carga simbólica religiosa e apotropaica, conteúdo simbólico que não transparece nas cerâmicas do Período Emiral.

As alterações de gosto estético são ainda notáveis na aquisição de peças exógenas. Nos séculos anteriores primava a auto-suficiência e autonomismo produtivo, nos presentes séculos a procura e compra de bens sumptuários, de diversas procedências, demonstram não só uma abertura mental, cultural e comercial da comunidade eborense ao mundo conhecido como também o seu poder económico e uma busca pelo belo e pela diferença na ornamentação das suas casas.

Conferindo possivelmente prestígio social aos seus proprietários, os recipientes importados reflectem igualmente a complexa trama comercial criada pela civilização islâmica no *al-Andalus*. Em relação a Évora, um importante nó viário na distribuição de mercadorias para o litoral como para territórios no interior, percebemos contactos económicos com o *Sharq al-Andalus*.

A colecção cerâmica explicita ainda a acepção de um tráfego comercial constante entre Badajoz e Évora e entre Évora e Lisboa.

Do ponto de vista económico, os habitantes do bairro islâmico da medina de *Yābura* detinham capacidades financeiras para a obtenção de tais peças sumptuárias, todavia, somos da opinião que não fariam parte de uma elite social colocando em contraponto as colecções de cerâmica com decoração em corda seca parcial e total e com decoração em verde e castanho exumadas em contextos que se apresentam mais ricos como na alcáçova de Silves (Gomes, 2002) ou na alcáçova de Mértola (Gómez Martínez, 2004). Aduzido a este aspecto económico, os materiais construtivos (inexistência de chãos em mármore, de estuque pintado, de capiteis decorados a título de exemplo) empregues nas casas analisadas contribuem do mesmo modo para esta assunção.

Em termos socioculturais, os vestígios estruturais exumados reflectem uma sociedade islamizada, marcadamente urbana, onde a importância dada à intimidade é condicionante na organização espacial das habitações. Reflexo da mentalidade da civilização muçulmana, as casas são estruturadas para o interior, para o pátio central

aberto, com clara separação do exterior através de esquemas de vãos descentrados, protegendo assim a vida familiar e quotidiana. A presença de uma instalação sanitária corresponde a práticas de higiene, além de determinar, em conjunto com o sistema de saneamento, um dos aspectos principais no urbanismo islâmico (Vidal Castro, 2000, p. 234).

A conquista cristã da cidade de Évora no ano de 1165 conduziu provavelmente ao abandono do complexo habitacional. Observa-se a uma deposição contínua de lixos e entulhos em toda a área intervencionada, chegando a consolidar-se uma necrópole cristã sobre os enterramentos islâmicos. Neste âmbito, a anulação funcional e até sagrada dos antigos espaços ocupados pela civilização anterior é portanto planeada. Acreditamos que a mesquita principal se localizaria nas proximidades e que sobre este edifício religioso ou perto dele se construiria uma igreja após a conquista do núcleo urbano, objectivada pela localização da necrópole cristã.

O abandono da área residencial, situada no centro do aglomerado urbano, traduz a efectiva ocupação cristã de Évora, segregando a população muçulmana para uma área específica extramuros, a Mouraria.

Apesar de segregados socialmente, os oleiros muçulmanos continuam a fabricar as suas peças em cerâmica assegurando por um lado os circuitos económicos, após a conquista da cidade, e agradando por outro estética e formalmente a uma clientela cristã. Este facto é visível no acervo cerâmico estudado, reflexo de uma permanência da produção oleira islâmica em Évora, de uma pervivência morfológica e ornamental das peças e de contínuas ligações comerciais com territórios ainda sob o domínio muçulmano.

Por último, a dissertação adquire sentido social e cultural quando a colecção arqueológica for colocada nas vitrinas do Museu Municipal de Évora (esperemos que para breve) à disposição do público, proporcionando a construção de uma memória islâmica para a cidade de Évora e possivelmente de um domínio identitário.

Esperamos ainda que olhares se detenham nestas peças e nas suas potencialidades científicas e culturais, estimulando outros investigadores a perscrutar sobre os quotidianos e vivências da sociedade islâmica eborense. E, que ao lerem o presente ensaio reflexivo contribuam para o progresso da investigação sobre o legado

civilizacional islâmico em Évora, não o deixando estagnar mas produzindo informação de modo a que a ciência possa ser um processo criativo e dialéctico.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

Chancelarias portuguesas - Chancelaria de D. Afonso IV, ed. de A. H. Oliveira Marques, Lisboa, INIC/ Centro de Estudos Históricos da UNL, vol. I- (1325-1336), Lisboa, 1990; vol. II- (1336-1340), Lisboa, 1992; vol. III- (1340-1344), Lisboa, 1992.

Chancelarias portuguesas - Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367), ed. de A. H. Oliveira Marques, Lisboa, INIC/Centro de Estudos Históricos da UNL, 1984.

Chancelarias portuguesas - Chancelaria de D. João I Vol I, Tomo II: (1385), Vol II, Tomo I: (1385 – 1392), Vol II, Tomo I: (1387 – 1402). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova.

Chancelarias portuguesas - D. Duarte, vol. 1, tomo I e II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos/Universidade Nova de Lisboa, 1998; tomo 2, 1999.

Crónica Geral de Espanha de 1344, ed. Luís F. Lindley Cintra, Lisboa: Imp. Nac. Casa da Moeda, 1983.

Documentos históricos da Cidade de Évora, ed. de Gabriel Pereira, Évora, I parte (1885), II parte (1887), III parte (1891). Reimpressão, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

História florestal, aquícola e cinegética, ed. de C. M. Baeta Neves, Lisboa, vol. I (1208-1438), Lisboa, 1980; vol. II (1439-1481), Lisboa, 1982; vol. III (1481-1493), Lisboa, 1982 e vol. IV (1495-1521), Lisboa, 1983.

Coelho, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 3ª Edição revista Lisboa, Editorial Caminho, 2008.

Moniz, Manuel de Carvalho, *O Foral Afonsino de Évora 1166*, Edições Brotéria, Lisboa, 1967.

Silveira, Luís da, *Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro*, Évora, 1941.

Rivara, Cunha. (1945) – *Manuscritos de Cunha Rivara*. Biblioteca Pública de Évora, Armário III e IV, nº. 30-2.

Catálogos e Revistas

A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental. Actas do IV Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Lisboa, 1987. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991.

Actas das 1ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós- Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo. Tondela, 1992, Câmara Municipal de Tondela, 1995.

Actas das 2ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós- Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo. Tondela, 1995, Câmara Municipal de Tondela, 1998.

Actas das 3ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós- Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo. Tondela, 1997, Câmara Municipal de Tondela, 2003.

Actas das 4ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós- Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo. Tondela, 1998, Câmara Municipal de Tondela, 2008.

Arqueologia Medieval, dir. Cláudio Torres, n.ºs 1 a 11, Porto, Ed. Afrontamento, Campo Arqueológico de Mértola, de 1992 a 2010.

Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros, coord. Rosa Varela Gomes, Mário Varela Gomes, Catarina Tente. Aljezur, 2009, Pórtico Librerías, 2011.

De Scallabis a Santarém, coord. Ana M. Arruda, Catarina Viegas e M. José Almeida, Catálogo da exposição realizada em 2002 no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002.

Encontro de Arqueologia Urbana, Bracara Augusta, Vol. XLV, n.º 97(110), Câmara Municipal de Braga, Braga, 1994.

Garb. Sítios islâmicos do sul peninsular, coord. M. Lacerda, M. Soromenho, M.M. Ramalho, C. Lopes, Lisboa, IPPAR/ Departamento de Estudos- Junta de Extremadura/ Consejería de Cultura, 2001.

Les Andalousies de Damas à Cordoue. Paris, Éditions Hazan; Institut du Monde Arabe. 2000.

Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500), Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, 3 a 8 de Abril de 2000, Palmela, Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 2002.

Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII), coord. Mário J. Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

Museu de Mértola. Cerâmica em Corda Seca de Mértola, coord. Susana Gómez Martínez, Campo Arqueológico de Mértola, 2002.

Museu de Mértola. Arte Islâmica, coord. Cláudio Torres e Santiago Macías, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001.

Palácio Almóada da Alcáçova de Silves, coord. Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, Catálogo da exposição realizada em 2001 no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2001.

Pera Guerrejar- Armamento Medieval no Espaço Português, coord. Mário Barroca, João Gouveia Monteiro e Isabel C. F. Fernandes, Catálogo da Exposição em Lisboa e Palmela, Abril a Julho de 2000, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000.

Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo, coord. Cláudio Torres e Santiago Macías, Catálogo da exposição realizada em 1998 no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1998.

Tavira. Território e Poder, coord. Maria Maia, Carla Fernandes, Marco Lopes, Sandra Cavaco, Catálogo da exposição realizada em 2003 no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1993.

IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, Lisboa 1992. Universidade de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, Barcelona, 1995.

Estudios

ABAD CASAL, Lorenzo e GUTIÉRREZ LLORET, Sonia. (1997) - Iyih (El Tolmo de Minateda, Hellín, Albacete). Una civitas en el limes visigodo-bizantino *In La Tradición en la Antigüedad Tardía, Antigüedad y Cristianismo XIV*. Murcia: Universidad de Murcia. p.p. 591-600.

AGUILAR Victoria; MARÍN, Manuela. (1995) – Las mujeres en espacio urbano de al-Andalus. In *Casas y Palacios de al-Andalus. Siglos XII-XIII*. Madrid: Lunwerg Editores S.A.

ALARCÃO, Jorge. (1974) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

ALARCÃO, Jorge. (1995) – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

ALBA, M. (2003) - Apuntes sobre la cerámica de época tardoantigua (visigoda) y altomedieval (emiral) en Extremadura a partir del registro arqueológico emeritense. In *Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura: Épocas tardoantigua y altomedieval*. *AEspA XXIX*, pp. 293-332.

ALBA, M. (2004) – Apuntes sobre el urbanismo y la vivienda de la ciudad islámica de Mérida *In Excavaciones arqueológicas en Mérida 2001, Memoria 7*. p.p. 417-438.

ALBA, M. (2007) - Materiales de época visigoda y altomedieval del “Foro Provincial, P. Mateos (ed.) In *El “Foro Provincial” de Augusta Emerita: un conjunto monumental de culto imperial*. *Anejos de AEspA XLII, CSIC-IAM*, pp. 171-206.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago. (2001) - Cerámica emiral de Mérida *In Garb. Sítios islâmicos do sul peninsular*, coord. M. Lacerda, M. Soromenho, M.M. Ramalho, C.

Lopes. Lisboa: IPPAR/ Departamento de Estudos- Junta de Extremadura/ Consejería de Cultura. pp. 328-375.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago. (2006) – Defensas Urbanas de la Mérida islámica. In *Al-Ándalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.p. 101-110.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago. (2008) – Muestra de Cerámica Emiral de Mérida (S. IX) In *Actas das 4.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p.p. 27-32.

ALBA, Miguel; GUTIÉRREZ LLORET, Sonia. (2008) – Las producciones de transición al Mundo Islámico: el problema de la cerámica paleoandalusí (siglos VIII y IX) In *Cerámicas hispanorromanas. Un Estado de la cuestión*. Bernal y Ribera (coord.) Cádiz: Universidad de Cádiz. p.p. 585-613.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago; FRANCO, Bruno. (2009) – Mérida islámica (s. VIII-IX): El proceso de transformación de la ciudad tardoantigua en una medina In *Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p. 191-228.

ALCOFORADO, M.J.; TABORDA, J.P. (1996-97) – O Clima de Évora, Contrastes térmicos locais In *A Cidade de Évora*, II Série, nº. 2. Évora: Câmara Municipal de Évora.

ALEGRIA, António; *et al.* (2011) – *Museu de Évora*. Vila do Conde: QN Edições e Conteúdos, S.A.

ALMEIDA, F. De. (1956) – *Egitânia. Arqueologia e História*. Lisboa.

ALMEIDA, A. C. de. (2006) - Paisagens: um património e um recurso. In: O interior raiano do centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios *In Iberografias*, 8. Guarda: C.E.I. p.p. 31-42.

ALMEIDA, Sandra; GONÇALVES, Ana; TEICHNER, Félix; SHIERL, Tomas. (2008) – A olaria quatrocentista da Porta da alagoa: resultados da intervenções arqueológicas no antigo Palácio dos Sepúlvedas (Évora) *In Arqueologia Medieval n.º10*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 201-214.

AMARO, Clementino (coord.) (1995) - *Núcleo Arqueológico rua dos correiros. Catálogo*. Lisboa: Ed. Fundação Banco Comercial Português.

AMARO, Clementino. (2001) - Presença muçulmana no Claustro da Sé Catedral -três contextos com cerâmica islâmica *In Garb Sítios islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa/Mérida: IPPAR/Junta de Extremadura. p.p. 65-197.

ANDERSON, Claire D.; ROSSER-OWEN, Mariam. (2010) - *Revisiting Al-Andalus: Perspectives on the Material Culture of Islamic Spain and Beyond*. LP Harvey - Journal of Islamic Studies. OCIS

ARRUDA, Ana; VIEGAS, Catarina; ALMEIDA, M.J. (2002) - *De Scallabis a Santarém*, Catálogo da exposição. Lisboa: Instituto Português de Museus.

BALESTEROS, Carmen, MIRA, Élia. (1993) - As muralhas de Évora. In *A Cidade, Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 219-247.

BALESTEROS, Carmen; OLIVEIRA, Jorge; MARQUES, Élia (1996-97) – As Muralhas de Évora: Aspectos Problemáticos do Sistema Defensivo *In A Cidade de Évora*, II Série, nº. 2. Évora: Câmara Municipal de Évora. p.p. 67-83.

BALESTEROS, Carmen; GONÇALVES, Gerardo. (2007) – As intervenções arqueológicas no centro histórico de Évora, 2000-2002 *In Monumentos 26*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. p.p. 156-163.

BARATA, Filipe Themudo; BARROS, Maria Filomena Lopes de; CORREIA, Fernando Branco; FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia Vasconcelos. (2001) - Elites sociais e apropriação do espaço no Além-Tejo na Idade Média. *In Ler História 40*. Évora: Terras do Sul Etnografia e História Social.

BARROS, Maria Filomena Lopes de. (2007) – *Tempos e Espaços de Mouros, A minoria muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

BARROS e CARVALHOSA, A. *et al.* (1969) - Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 40-A. Évora, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

BATATA, C; BARRADAS, E.; SOUSA, V. (2010) – Tipologia de Silos e Estruturas Industriais na Praça Sá da Bandeira, em Santarém *In As Idades Medieval e Moderna na Península Ibérica. Actas do IV congresso de arqueologia peninsular*. Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 13. p.p. 197-204.

BAZZANA, André. (1992) – *Maisons d'Al-Andalus: habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne orientale*. Madrid: Casa de Velásquez.

BELTRÁN PIZÓN, J.M.; GÓMEZ TOSCANO, F. (2005) – Urbanismo y arquitectura domestica almohades en el sector murallas del desembocadero de niebla (Huelva, España) *In Arqueologia Medieval* n.º 9. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 83-98.

BEIRANTE, Maria Ângela. (1995) - *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: J.N.I.C.T.

BERNUS-TAYLOR, Marthe (dir). (2000) - *Les Andalousies de Damas à Cordoue*. Paris, Éditions Hazan; Institut du Monde Arabe.

BILOU, Francisco. (2005) – *Sistema viário antigo na região de Évora*. Lisboa: Edições Colibri.

BRAGA, Pedro. (2001) – Centro de Conferências Vasco Vilalva. Diagnóstico do estado de conservação de um elemento de pintura mural *In Era Arqueologia* 3. Lisboa: Era Arqueologia, Colibri. p.p. 168-176.

BRANCO, Manuel J.C. (2007) – A defesa do património construído em Évora: Cunha Rivara, Filipe Simões, Gabriel Pereira e Túlio Espanca *In Monumentos* 26. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. p.p. 118-123.

BRILHA, José Bernardo *et al.* (2010) - O inventário nacional do património geológico : abordagem metodológica e resultados = The national inventory of geological heritage : methodological approach and results *In: e-Terra : Revista Electrónica de Ciências da Terra*. vol, 18, n.º 1

BORGES, A. G. de Mello. (1992) – Ibn Qasi, Rei de Mértola e Mahdi Luso-Muçulmano *In Arqueologia Medieval* 1, Campo Arqueológico de Mértola. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 209-215.

BORGES, A. G. de Mello. (1998) – Epigrafia árabe no Gharb *In Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, coord. Cláudio Torres e Santiago Macías. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p.p. 227-256.

BUGALHÃO, Jacinta. (2009) – Lisboa Islâmica: uma realidade em construção *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p. 377-391

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda. (2001) – O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira *In Arqueologia Medieval 7*. Campo Arqueológico de Mértola. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 111-145.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João. (2003) -Vestígios de produção oleira islâmica no núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa *In Arqueologia Medieval, nº 8*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 129-191.

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Maria João; GOMES, Ana Sofia. (2004) – Vestígios da produção oleira no Mandarin Chinês, Lisboa *In Revista Portuguesa de Arqueologia, 7:1*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p.p. 575-643.

BUGALHÃO, Jacinta; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana. (2005) - Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico. In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário J. Barroca e Isabel Cristina FERNANDES, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. Palmela: Câmara de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p.p. 237-262

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Maria João; GOMES, Ana Sofia. (2007) – Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental de Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês) *In Revista Portuguesa de Arqueologia, 10:1*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p.p. 317-134.

BUGALHÃO, J., *e tal.* (2008) – Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação *In Arqueologia Medieval n.º 10*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 113-134.

CASTILLO GALDEANO, Francisco; MARTÍNEZ MADRID, Rafael. (1990) – La vivienda hispanomusulmana en Bayyâna, Pechina *In La casa hispano-musulmana : aportaciones de la arqueología, = La maison hispano-musulmane, apports de l'archeologie.* (coord. por Jesús Bermúdez López, André Bazzana). Patronato de Allambra y Generalife. p.p. 111-128.

CASTILLO GALDEANO, Francisco; MARTÍNEZ MADRID, Rafael. (1993) - Producciones cerámicas en Bayyâna *In La cerámica altomedieval y el sur de al-Andalus*. Granada: Universidad de Granada. p.p.67-116

CATARINO, Helena. (1993) - Objectos de osso e de metal recolhidos nas escavações do Castelo de Salir (Loulé). *In Al-'Ulyã, n.º 2*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. p.p. 17-31.

CATARINO, Helena. (1996) - *Catálogo de cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir*. Loulé: Museu Arqueológico Municipal de Loulé.

CATARINO, Helena (1997/1998) - O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados *In al-'ulyã, n.º 6, 3 vols*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé.

CATARINO, Helena. (2002) - Herança islâmica na *Madinat al-'Uliã* (Loulé) - arqueologia e território *In Património islâmico dos centros urbanos do Algarve: contributos para o futuro*. Lisboa: Edição Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

CATARINO, Helena. (2005) – Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra *in Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro – (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p.p. 195-214.

CATARINO, H. (2005) – História da Cultura Material de época islâmica e o exemplo de uma cozinha do Castelo Velho de Alcoutim (Algarve). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. T. XXXVII, p. p. 363-376.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS, Constança. (2009) – Coimbra Islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p.333-355.

CHALMETA, Pedro. (1994) – *Invasión e Islamización – La sumisión de Hispania y la formación de al-Andalus*. Madrid: Editorial Mapfre.

CHAVES, Luís. (1950) – Nos domínios da etnografia e do folclore *In Revista Ocidente*, nº. 38. Lisboa. p.p.149-153.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. (1999) – *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Teorema.

CHUECA GOITIA, Fernando. (2008) – *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 7ª Edição.

CORREIA, Fernando Branco. (1991) - Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja *In A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Lisboa, 1987. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.p. 373-385.

CORREIA, Fernando Branco. (2005) - Egitânia/Antanyia e o domínio islâmico: algumas hipóteses para o estudo de um território de fronteira *in Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro – (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p.p. 77-84.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra. (2003) – Tavira Islâmica. Uma aproximação à vida quotidiana *In Tavira Poder e Território*. Lisboa: Câmara Municipal de Tavira, IPM, Museu Nacional de Arqueologia. p.p. 163-167.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra; LOPES, Gonçalo. (2008) – O bairro Almóada do Convento de Nossa Senhora da Graça – Tavira. Notícia preliminar *In A Ocupação Islâmica da Península Ibérica*. Actas do IV Congresso de arqueologia peninsular. Faro: ADECAP. p.p. 25-28.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra. (2009) – Um (novo) olhar sobre Tavira Islâmica *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p.429-443.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra. (2009) – Osso trabalhado de época almoáda (Tavira) *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O*

Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p.707-718.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra; LOPES, Gonçalo. (2010) – Importações cerâmicas de Tavira na Baixa Idade Média *In Arqueologia Medieval*, nº 11. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 103-120.

CRESSIER, Patrice. (2005) – Chapiteaux islamiques du Portugal (Traditions, créations, importations) *In Muçulmanos e Cristãos entre Tejo e Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p.p. 175-194.

CUNHA, E.; SANTOS, A.; UMBELINO, C.; SILVA, A. (1996) - Sete Séculos (Séc. XII-XVIII) da Ermida de S. Saturnino (Área Protegida de Sintra-Cascais) estudados através dos seus enterramentos.

DE MAN, Adriaan. (2004) - Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense *In Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2. p.p. 459-471.

DE MAN, Adriaan. (2008) – *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto Policopiado.

DÉLÉRY, Claire. (2002) - Alguns métodos de análise e de estudo da cerâmica de corda seca *In Cerâmica em corda seca de Mértola* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.p. 39-47.

DÉLÉRY, Claire. (2003) - Perspectives méthodologiques concernant l'étude de la céramique de cuerda seca en al-Andalus (IX^o-XIV^os): D'un objet archéologique à un objet historique *In Arqueologia Medieval*, n^o 8. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 193-236.

DÉLÉRY, Claire; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana. (2006) – Algunas piezas orientales y el problema del origen de la técnica de cuerda seca .) *In Al-Ándalus, Espaço de Mudança, Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola : Campo Arqueológico de Mértola. p.p. 148-160.

DERENBOURG, Hartvvig. (1884) – *Les manuscrits arabes de l'Escurial*. Tomo I. Paris: Leroux.

DIAS, Rui M. Viegas. (2008) – A cidade romana de *Liberitas Iulia Eborac* – fórum, templo do fórum, e maquete de reconstituição do templo *In A Cidade de Évora*. N^o. 7. Évora.

DOZY, R. (1846) – *Commentaire historique sur le poème d'Ibn – Abdoun, par Ibn Badroun*. Luchtmans.

ELEPERK, Augusto Butler. (1978 – 79) - Synopsis de todas as Ruas, Praças, Travessas, Becos, Igrejas, Conventos, Edifícios mais notáveis e algumas antiguidades da Cidade d'Évora com a extensão das Ruas em passos comuns, origem d'alguns nomes das mesmas, e outras particularidades históricas *In A Cidade de Évora – Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, n^o 61 – 62. Évora. p.p. 199 – 274.

ERA. (2008) – Relatório da escavação no Museu Municipal de Évora.

ERASUN CORTÉS, Ricardo e FAURE, Francisco Monteiro. (2000) - Acompanhamento Arqueológico na R. Alcárcova de Baixo, 1-3, fracção A (Évora), Relatório Preliminar, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 13490.

ERBATI, Elarbi. (1990) – La maison de Tétoan in *La Casa Hispano-Musulmana. Aportaciones de la Arqueologia*. Granada: Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife. p.p. 99-110.

ESPANCA, Túlio. (1943) – *Inventário artístico de Portugal*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

ESPANCA, Túlio. (1945) - Fortificações e Alcaidarias de Évora in *Cadernos de História Eborensis II*. Évora: Edições Nazareth.

ESPANCA, Túlio. (1951) – O Antigo Paço Arquiepiscopal de Évora in *A Cidade de Évora 25/26*. Évora.

ESPANCA, Túlio. (1953) - Miscelânea Histórico-Artística I in *Cadernos de História Eborensis XVI*. Évora: Edições Nazareth.

ESPANCA, Túlio. (1959) – *Évora e o seu distrito*. Évora: Edições Nazareth.

ESPANCA, Túlio. (1980) - *Évora – arte e história*. Évora: Câmara Municipal.

ESPANCA, Túlio. (1990) - *A Vivência Histórica - Artística Da Cidade de Évora nos Fins do Séc. XV a Meados do Séc. XVI*. Coimbra.

FARIA, António Marques de. (1995) - Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português *In Vipasca*. Aljustrel 4. p.p. 89-99.

FARIA, António Marques de. (1997) - De novo em torno da fundação de *Pax Iulia*: um exercício de “controversismo” *In Vipasca*. Aljustrel 6. p.p. 171-185.

FARIA, António Marques de. (2001) – *Pax Iulia, Felicitas Iulia; Liberalitas Iulia In Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 4-2. Lisboa: IPA. p.p. 351-362.

FERNANDES, Hermenegildo (1991) - *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja*, dissert. mestrado dact. Lisboa: FCSH.

FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia (2007) - O urbanismo de Évora no período medieval *In Revista Semestral de Edifícios e Monumentos n.º 26*, (coord.) Margarida Alçada. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. p.p. 6-15.

FERNANDES, Isabel Cristina. (2001) – A Península de Setúbal em época islâmica *In Actas do Colóquio Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos. Arqueologia Medieval 7*. Campo Arqueológico de Mértola. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 185-209.

FERNANDES, Isabel Cristina. (2004) - *O Castelo de Palmela – do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela.

FERNANDES, Isabel Cristina. (2005a) - Palmela no período da reconquista *In Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário J.

Barroca e Isabel Cristina Fernandes. Palmela: Câmara de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p.p. 311-325.

FERNANDES, Isabel Cristina. (2005b) – Aspectos da litoralidade do Gharb al-Andalus: os portos do Baixo Tejo e do Baixo Sado *in Arqueologia Medieval 9*. Porto: Edições Afrontamento Lda. p.p. 47-60.

FERNANDES, Isabel Cristina. (2005c) – Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação *in Portugalia*, Nova série, Vol. XXVI. Lisboa. p.p. 149-173.

FERNANDES, Isabel Cristina. (2009) – Palmela – um castelo e um território no período islâmico: estado da investigação e perspectivas *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p.393-403.

FRANCO MORENO, Bruno. (2008) – Abd al-Rahmân Bn Marwân al-Yillîqî – Un Líder Muladí del Occidente de al-Andalus rebelde a los dictados de Córdoba (siglos IX/III) *in Arqueologia Medieval 10*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 51-63.

FOUSSIER, Robert. (1988) - *La Edad Media. La formación del mundo medieval 350-950*. Barcelona: Critica.

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio. (1971) - El recinto mural romano de Évora – Liberalitas Ivlia *In Conimbriga X*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra. p.p. 85-92.

GARCÍA SANCHEZ, Expiración. (1996) – La alimentación popular urbana en al-Andalus *In Arqueologia Medieval, n.º. 4*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 219-236.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana. (2001) - Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge *In Arqueologia Medieval, n.º 7*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 95-102.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana. (2002) – O Castelo de S. Jorge: da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo *In Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500), Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes. Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela. p.p. 397-404.

GISBERT SANTOJA, J. A. (2000) - *Cerámica califal de Dénia*. Alicante: Universidad de Alicante.

GISBERT SANTOJA, J. A. (2003) – La producción cerámica de Daniya – Dénia – en el siglo XI *In Actas das Terceiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p.p. 61-78.

GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José. (2001) - Continuidades e discontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva *In Arqueologia Medieval, n.º 7*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 103-110.

GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; GUERRA, Sandra; CALÉ, Henrique; RIBEIRO, Susana; PINTO, Paula; VALONGO, António; PIMENTA, João. (2005) – Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas *In Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro – (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p.p.221-236.

GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; GUERRA, Sandra; CALÉ, Henrique; RIBEIRO, Susana; PINTO, Paula; VALONGO, António. (2006) – Primeiros resultados da intervenção arqueológica nos armazéns Sommer (Lisboa) *In Actas do IV Encontro de Arqueologia Peninsular*. Faro.

GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; PIMENTA, João; VALONGO, António GUERRA; PINTO, Paula; MENDES, Henrique; RIBEIRO, Susana; GUERRA, Sandra. (2001) – A cerâmica pintada de época medieval da Alcáçova do Castelo de S. Jorge *In Garb. Sítios islâmicos do sul peninsular*, coord. M. Lacerda, M. Soromenho, M.M. Ramalho, C. Lopes. Lisboa: IPPAR/ Departamento de Estudos- Junta de Extremadura/ Consejería de Cultura. p.p. 119-163.

GOMES, Mário Varela. (1998) – Cerâmicas islâmicas do poço da Hortinhola (Moncarapacho, Olhão) *In In Actas das Segundas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p.p. 33-42.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela. (1989) – O poço-cisterna, almoada, de Silves (Algarve, Portugal). *In I Colóquio de História e Médio Físico, El Agua en Zonas Áridas: Arqueologia e Historia*, Vol. II. Almeria: Ayuntamiento de Almeria.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela. (1995) – Cerâmicas Muçulmanas: Quais as metodologias arqueológicas? *In Actas das Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p.p. 41-50.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela. (2003) – Cerâmicas alto-medievais de Silves *In Actas das Terceiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.p.p. 71-82.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela. (2004) – O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve). Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002 *In Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7. Lisboa: IPA.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela. (2005) – O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve). Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 – Sector 1 *In Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8:2. Lisboa: IPA. p.p. 471-533.

GOMES, Rosa Varela. (1988) – Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves *In Xelb*. Silves: Câmara Municipal de Silves.

GOMES, Rosa Varela. (1991) – Cerâmicas muçulmanas orientais e orientalizantes, do Castelo de Silves (peças esmaltadas policromas e de reflexo metálico) *In Estudos Orientais II*. Lisboa: FCSH.

GOMES, Rosa Varela. (1993) - A cidade muçulmana *in A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Actas II. Lisboa: Universidade Aberta. p.p. 34-56.

GOMES, Rosa Varela. (1995) – Cerâmicas muçulmanas dos séculos VIII e IX de Silves *In Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p.p. 13-39.

GOMES, Rosa Varela. (1997) – Silves e a ocupação muçulmana do Algarve *In Setúbal Arqueológica*, Vols. 11-12. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

GOMES, Rosa Varela. (1998) - O Barlavento Algarvio nos finais da Islamização *in Portugal Islâmico, Os últimos sinais do Mediterrâneo*, coord. Cláudio Torres e Santiago Macías. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela. (1998a) – Contributo para o estudo das cerâmicas com a decoração a “verde e castanho”, de Silves *In Segundas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.p.p. 43-55.

GOMES, Rosa Varela. (2002) – O Século XX e a Arqueologia Muçulmana em Portugal *In Arqueologia & História. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*. Vol. 54. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.p.p. 221-238.

GOMES, Rosa Varela. (2002a) - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: Território e Cultura*. Trabalhos de Arqueologia 23. Lisboa: IPA.

GOMES, Rosa Varela. (2003) - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*. Trabalho de Arqueologia 35. Lisboa: IPA.

GOMES, Rosa Varela. (2003a) – Brinquedos muçulmanos de cerâmica do Sul de Portugal *In Actas das Terceiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.p.p. 93-102.

GOMES, Rosa Varela. (2006) - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*. Trabalho de Arqueologia 44. Lisboa: IPA.

GOMES, Rosa Varela. (2008) – Iconografia vascular, dos séculos XII a XIII, de Silves *In Actas das Quartas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.p.p. 71-82.

GOMES, Rosa Varela. (2009) – O Castelo de Silves – Contributo da investigação recente arrabalde *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O*

Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p.477-488.

GOMES, Rosa Varela. (2010) – O Castelo de Silves – Do templo cristão à mais antiga fortificação islâmica *In Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros.* Zaragoza: Pórtico Librerías. p.p. 9-16.

GOMES, Rosa Varela. (2011) - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos.* Trabalho de Arqueologia 53. Lisboa: IGESPAR.

GOMES, Rosa Varela, CUNHA, A.S. (1991) – Testemunhos arqueológicos da conquista cristã da alcáçova de Silves em 1189 *In Actas das IV Jornadas Arqueológicas.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p.p. 429-431.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana. (1994a) - La cerámica de verde y morado de Mértola *In Arqueologia Medieval*, nº 3. Porto: Edições Afrontamento. p.p 113-132.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana. (1994b) - Variantes técnicas y formales de la cerámica «verde y morado» de Mértola (Portugal) *In IV Congreso de Arqueología Medieval Española, Alicante, 1992*, Tomo III. Alicante: Asociación Española de Arqueología Medieval. p.p. 779-786.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana. (1998) - Cerâmica de verde e manganês do Castro da Cola *In Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Ed. Câmara Municipal de Tondela. p.p. 57-65.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana. (2001). A cerâmica islâmica de Mértola *In Museu de Mértola. Arte Islâmica.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.p. 63-69.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana. (2002) - A cerâmica em corda seca de Mértola seca *In Cerâmica em corda seca de Mértola Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.* p.p.7-37.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana. (2004) – *La cerámica islámica de Mértola: producción y comercio.* Texto policopiado. Dissertação de Doutoramento apresentada na Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía e Historia.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana. (2008) – *In Arqueologia Medieval, n.º. 10.* Porto: Edições Afrontamento.

GÓMEZ MATÍNEZ, Susana. (2010) – Mértola e as rotas comerciais do Mediterrâneo no período islâmico *In Arqueologia Medieval, n.º. 11.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.p. 43-60.

GÓMEZ MATÍNEZ, Susana, LOPES, Virgílio; TORRES, Cláudio; PALMA, Maria de Fátima; MACIAS, Santiago. (2009) – Mértola islâmica. A medina e o arrabalde *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos.* Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p. 405-428.

GONÇALVES, A. (Junho 1996) – Intervenção Arqueológica no Museu de Évora, Relatório dos Trabalhos Realizados, ARKHAIOS.

GONÇALVES, A. (Junho 1997) – Intervenção Arqueológica no Museu de Évora, Relatório dos Trabalhos Realizados, ARKHAIOS.

GONÇALVES, A.; HAUSCHILD, T.; TEICHNER, F. (1997) – Intervenção Arqueológica no Museu de Évora, Centro Histórico de Évora, 1996 *in 3º Encontro de Arqueologia Urbana.* Almada: Câmara Municipal de Almada.

GONÇALVES, A.; TEICHNER, F; SHIERL, Thomas. (2004) – A change of pottery style under D. Sancho II? A coin dated pottery sequence from a medieval silo excavated in the cloister of the City Museum of Évora (Alentejo, Portugal) *In Arqueologia Medieval* n.º 8. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 237-251.

GONÇALVES, Célia; SILVA, Tania. (2009) – Medina Tavira e o Povoamento Islâmico do Sudeste Litoral Algarvio *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p. 579-596.

GONÇALVES, Maria José. (2009) – Silves Islâmica: deambulando pelo Arrabalde Oriental *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p.489-524.

GONÇALVES, Maria José. (2010) – Novas problemáticas relacionadas com a topografia da cidade islâmica de Silves *In Arqueologia Medieval*, n.º 11. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 121-140.

GRABAR, Oleg. (2000) – *La Formación del Arte Islámico*. 8ª Edição. Madrid: Cátedra.

GUICHARD, Pierre. (2001) – La société d'al-Andalus a l'époque de la Reconquête *in Arqueología Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 15-22.

GUICHARD, Pierre; VAN STAEVEL, Jean Pierre. (1995) – La casa andalusí: ensayo de lectura antropológica. *In Casas y Palacios de al-Andalus. Siglos XII-XIII*. Madrid: Lunwerg Editores S.A.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia. (1993) - La cerámica paleoandalusí del sureste peninsular (*Tudmir*): producción y distribución (siglos VIII-X) *In La cerámica Altomedieval en el Sur de Al-Andalus. Monografía Arte y Arqueología nº 19*. Granada: Universidad de Granada. p.p. 37-65.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia. (1996) – El aprovechamiento agrícola en las zonas húmedas: La introducción del arcaduz en el sureste de Al-Andalus *In Arqueología y Territorio Medieval*, 3. Jaén: Universidad de Jaén. p.p. 7-19.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo. (1990) – La vivienda en la ciudad hispanomusulmana de Vascos (Toledo). Estudio Arqueológico. *in La Casa Hispano-Musulmana. Aportaciones de la Arqueología*. Granada: Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife. p.p. 147-162

JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro; NAVARRO PALAZÓN, Julio (1997) - *Sobre cuatro casas andalusíes y su evolución (siglos X-XIII)*. Platería 14. Murcia: Ayuntamiento de Murcia.

JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro; NAVARRO PALAZÓN, Julio (2000) – Génesis y evolución urbana de Murcia en la Edad Media *In Murcia, ayer y hoy: ciclo de conferencias*. Murcia: Museo de la Ciudad, Ayuntamiento de Murcia. p.p. 40-130.

JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro; NAVARRO PALAZÓN, Julio (2001) – El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Murcia *In La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. p.p. 71-129.

KHAWLI, Abdallah. (2001a) – Le Garb al-Andalus à l'époque des secondes taïfas (539-552/1144-1157) *In Arqueologia Medieval nrº. 7*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 23-35.

KHAWLI, Abdallah. (2001b) – Mértola islâmica: os dados dos textos árabes medievais *In Arte Islâmica, Museu de Mértola*. Mértola: C.M. Municipal de Mértola. p.p. 25-43.

KHIARA, Youssef. (1994) - Propos sur l'urbanisme dans la Jurisprudence Musulmane *in Arqueologia Medieval 3*, Campo Arqueológico de Mértola. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 33-46.

LAGARDÈRE, Vincent. (1995) - *Histoire et société en Occident musulman au Moyen Âge, analyse du Mi'yar d'al-Wanšarisi*. Madrid: Collection de la Casa de Velázquez, Consejo Superior de Investigación Científicas.

LÉVI-PROVENÇAL, E. (1948) - *Islam d'occident : études d'histoire médiévale*. Paris : G. P. Maisonneuve.

LÉVI-PROVENÇAL, E. (1990a). España Musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.) La Conquista. El Emirato. El Califato *In Historia de España* Menéndez Pidal, Tomo IV. Madrid: Ed. Espasa-Calpe, S.A.

LÉVI-PROVENÇAL, E. (1990b) - España Musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J. C.) Instituciones, vida Social e intelectual. *In Historia de España* Menéndez Pidal, Tomo V. Madrid: Ed. Espasa-Calpe, S.A.,

LIMA, Miguel Pedroso de. (1996) – *O Recinto Amuralhado de Évora*. Lisboa: Estar Editora.

LIMA, Miguel Pedroso de. (2004) – *Muralhas e Fortificações de Évora*. Lisboa: Argumentum.

LOPES, Carla do Carmo; RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães. (2001) - Presença Islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém, *Garb Sítios islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa/Mérida: IPPAR/Junta de Extremadura. p.p. 31-87.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA Artemio. (2006) – El destino de los Templos Paganos en *Hispania* durante la Antigüedad Tardía *In Archivo Español de Arqueología*, Vol. 79. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. p.p. 125-153.

LUZIA, Isabel. (1996) - O espólio cerâmico da cerca do convento *In al-'ulya n° 5*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé. , p.p. 51-73.

LUZIA, Isabel. (2003a) - *Cerâmicas islâmicas da Cerca do Convento / Loulé*, 93. Loulé: Museu Municipal de Arqueologia de Loulé.

LUZIA, Isabel. (2003b) - Testemunhos da Ocupação Islâmica em Al-'Ulyà: Estruturas e Cerâmicas *In Xelb n° 4*. Silves: Museu Municipal de Silves. p.p. 219-234.

LUZIA, Isabel. (2009) – Lóulé: 10 anos de arqueologia islâmica *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p.465-476.

MACIAS, Santiago. (1991) - Um conjunto cerâmico de Mértola -silos 4 e 5- *In A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Lisboa, 16-22 de Novembro de 1987*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.p. 405-427.

MACIAS, Santiago. (1993). Moura na baixa idade média: elementos para um estudo histórico e arqueológico *In Arqueologia Medieval*, nº 2. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 127-157.

MACIAS, Santiago. (1996) - *Mértola Islâmica. Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MACIAS, Santiago. (2006) - *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*. Vol. I, II, III, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MANTAS, Vasco Gil. (1986) - Arqueologia Urbana e Fotografia aérea: Contributos para o estudo do Urbanismo Antigo de Santarém, Évora e Faro *In Trabalhos de Arqueologia 03*. Lisboa: M.E.C., IPPC, SEC, Departamento de Arqueologia/Serviços Regionais de Arqueologia

MANTAS, Vasco Gil. (1986) - *Ammaia e Civitas Igaeditanorum*. Dois espaços forenses lusitanos *In Studia Lusitana 4. Cidade e foro na Lusitânia Romana*. T. Nogales Basarrate (coord.). Mérida: Junta de Extremadura.

MATOS, José Luís de. (1983) - Malgas árabes do Cerro da Vila *In O Arqueólogo Português*, Série IV, vol I, 1993, p.p. 375-390.

MATOS, José Luís de. (1991a) - Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila *In A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo. Lisboa 1987*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.p. 429-456.

MATOS, José Luís de. (1991b) - Influências orientais na cerâmica muçulmana do Sul de Portugal *In Estudos Orientais*, vol. II. Lisboa. p.p. 75-83.

MATOS, José Luís de. (1996) - Cerro da Vila *In Al-'ulya*, nº 5. Loulé: Câmara Municipal de Loulé. p.p. 23-28.

MATOS, José Luís de. (2009) – Arqueologias e Arqueologias *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p. 19-23.

MAIA, Manuel. (2003) – Muralhas islâmicas de Tavira *In Tavira Poder e Território*. Lisboa: Câmara Municipal de Tavira, IPM, Museu Nacional de Arqueologia. p.p. 155-162.

MAIA, Manuel. (2006) – A Barbacã da Muralha de Tavira *In Xelb 6*. Vol. I. Silves: Câmara Municipal de Silves. p.p. 68-74.

MAIA, Manuel; MAIA, Maria. (2002) - As Muralhas Medievais e Pós Medievais de Tavira *In Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro. Comunicações Apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé*,. Faro: CCRA Algarve. p.p. 66-80.

MAIA, Manuel; MAIA, Maria. (2003) – Tavira – Colónia Fenícia e Cidade Islâmica *In IV Jornadas de História de Tavira – Actas*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, Clube de Tavira. p.p. 221-243.

MARQUES, A. H. Oliveira. (1993) – O Portugal Islâmico *In Nova História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Editorial Presença.

MATESANZ VERA, Pedro; SAUCEDA, Sofia. (2004) – Intervención arqueológica en la remodelación de la Plaza de España de Badajoz. Seguimiento, supervisión y

excavación de urgencia *In Jornadas sobre Arqueología de la ciudad de Badajoz. Actas*. Badajoz: Museo Arqueológico Provincial de Badajoz. p.p. 169 – 191.

MATTOSO, José. (1992) – A Cidade Medieval na Perspectiva da História das Mentalidades *in Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.p.p. 9-20.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine (1996) - *Villes d'al-Andalus. L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*. Rennes : Presses Universitaires.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine (2003) - *Vivre à Cordoue au Moyen âge : (solidarités citadines en terre d'Islam aux Xe-XIe siècles)*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine (2006) –En chantier permanent, les paysages urbains d'al-Andalus (Xe s.-Xve s.) *In Al-Ândalus, Espaço de Mudança, Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola : Campo Arqueológico de Mértola. p.p. 61-72.

MAZZOLI-GUINTARD, Christine (2009) – Urbanisme et villes islamiques d'al-Andalus : entre droit et pratiques, l'utilisation et la gestion du sol urbain *in Xelb 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p. 55-73.

MOHEDANO BARCELÓ, José. (1982) – Ibn 'Abdūn de Évora (c.1050 – 1135), Breve apresentação e selecção dos seus poemas *in Série: Estudos Árabes*, vol.1. Évora: Publicações Universidade de Évora.

MORA-FIGUEROA, Luis de. (1996) – *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*. 2ª Edição. Universidad de Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

NAVARRO PALAZÓN, Julio. (1986) - *La cerámica islámica en Murcia*. Catálogo. Murcia.

NAVARRO PALAZÓN, Julio. (1990a) - La casa andalusí en Siyasa: ensayo para una clasificación tipológica *In La Casa Hispano-Musulmana. Aportaciones de la Arqueología*. Granada: Patronato de la Alambra y Generalife. p.p. 177-198.

NAVARRO PALAZÓN, Julio. (1990b) - Los materiales islámicos del alfar antiguo de San Nicolás de Murcia *In Fours de potiers et "testares" médiévaux en méditerranée occidentales*. Madrid: Casa de Velázquez. p.p. 30-43.

NAVARRO PALAZÓN, Julio. (2007) – *Siyâsa: estudio arqueológico del despoblado andalusí (SS XI-XIII)*. 2ª Edição. Murcia: El Legado Andalusí.

NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro. (2007) – Evolución del paisaje urbano andalusí de la Medina dispersa a la saturada *In Paisaje y naturaleza en al-Andalus, (coord). Fátima Rodán Castro*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid. p.p. 233-268.

NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro. (2007a) – *Las ciudades de Alandálus – Nuevas perspectivas*. Zaragoza: Instituto de estudios islámicos y del Oriente Próximo.

OLMO ENCISO, Lauro. (2007) - Nuevos paisajes urbanos y consolidación del Estado en época visigoda, Hispania Gothorum *In San Ildefonso y el Reino Visigodo de Toledo*. Toledo: Museo de Santa Cruz. p.p. 161-180.

PAIXÃO, António; FARIA, João Carlos; CARVALHO, António Rafael. (1994) – O Castelo do Alcácer de Sal: um projecto de arqueologia urbano *in Actas do III Encontro*

de Arqueologia Urbana. Bracara Augusta. Vol.XLV, nº. 97 (110). Braga: Câmara Municipal de Braga. p.p. 215-264.

PAIXÃO, António; FARIA, João Carlos; CARVALHO, António Rafael. (2001a) - Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Aracoelli *In Arqueologia Medieval, nº 7*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 197-209.

PAIXÃO, António Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael. (2001b). Cerâmicas almoadas de al-Qar al-Fath (Alcácer do Sal) *In Garb Sítios islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa / Mérida: IPPAR / Junta de Extremadura. p.p. 199-229.

PAIXÃO, António; FARIA, João Carlos; CARVALHO, A. Rafael. (2002) - Aspectos da presença Almóada em Alcácer do Sal (Portugal) *In Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (5000-1500)*. *Actas sobre o Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa / Palmela: Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela. p.p. 369-383

PATRÍCIO, Amador. (1739) – *História das Antiguidades de Évora*. Évora: Officina da Universidade.

PAULO, Luís Campos. (2000) – Achados islâmicos e mudéjares no Centro Histórico de Évora *In A Cidade de Évora*, II série, nº4. Évora. 219-236.

PAULO, Luís Campos. (2006) – *Tavira Islâmica. A Cidade e o Território*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL. Texto policopiado.

PAVÓN MALDONADO, Basilio (1993) - *Ciudades y Fortaleza Lusomusulmanas Crónicas de Viajes por el sur de Portugal*. Cuadernos de Arte y Arqueología 5. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional.

PEREIRA, Gabriel. (1887) – *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Évora: Typographia Economica de José d'Oliveira.

PEREIRA, Gabriel. (1893) - *Estudos Eborenses. Os Mouros*. Évora: Minerva Eborensis.

PEREIRA, Gabriel. (1947) - *Estudos Eborenses, I Vol.* Évora: Edições Nazareth.

PÉREZ MACIAS, Juan Aurelio; BEDIA GARCIA, Juana. (1993) – Un lote de cerámica islámica de Niebla *In Arqueologia Medieval n.º 2*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 55-62.

PICARD, Christophe. (1997) – *La Mer et les Musulmans d'Occident au Moyen Age (VIIIe – XIIIe siècle)*. Col. Islamiques. Paris: P.U.F.

PICARD, Christophe (2000): *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose.

Plano Sectorial da Rede Natura. (2000) ICN Código: PTCON0031. http://www.icnb.pt/propfinal/_Vol.III.

QUINTELA, A. De Carvalho; MASCARENHAS, J. Manuel de; REBOLA, Maria da Conceição; SARANTOPOULOS, Panagiotis; MONTEIRO, Maria Filomena. (2005) – O Aqueduto da Água da Prata e o abastecimento de água a Évora *In 7.º SILUSBA*. Évora: Câmara Municipal de Évora e APAH.

RAMALHO, Maria; LOPES, Carla; CUSTÓDIO, Jorge; VALENTE, M^a João. (2001) - Vestígios da Santarém Islâmica – Um silo no Convento de S. Francisco *In Arqueologia Medieval*, n^o 7. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 147-183.

REI, António. (2003) – A fronteira no sudoeste peninsular (1234-1242). Novas visões da “Reconquista” a partir de al-Mughrib... de Ibn Sa’id de Granada *In Arqueologia Medieval* n^o. 8. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 29-41.

REI, António. (2005) – O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa’îd al-Maghribî *In Medievalista* n^o. 1 (online) <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/PDF1/PDFeditorial101.pdf>.

RETUERCE VELASCO, Manuel. (1986) - Cerámica islámica de Cidade das Rosas, Serpa (Portugal) *In Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental. Toledo, 1981*. Madrid: Ministerio de Cultura. p.p. 85-92.

RIBEIRO, Orlando. (1986) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa (reed.).

RIBEIRO, Orlando; LAUSENTACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne. (1987) – *Geografia de Portugal – A Posição Geográfica e o Território*. Vol. I. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

RIBEIRO, Orlando. (1994) – *Opúsculos Geográficos – Temas Urbanos*. Vol. V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROCA, Z.; OLIVEIRA, J. A. (2005)- A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento *In CONGRESSO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 10*. Évora.

ROCHA, A.S. (1895) – Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve *In O Archeologo Português*, vol.1. Lisboa: MNA.

ROCHA, A.S. (1897) – *Memorias sobre a Antiguidade*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.

ROCHA, A.S. (1909) – Notícia de alguns silos e louças árabes do Algarve *In Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, Tomo I, III est.

SANTOS, A.; UMBELINO, C.. (2007) - Os militares da Reconquista Cristã. Dados antropológicos sobre o passado Medieval e muçulmano de Évora *In Cenáculo, Boletim online do Museu de Évora*. p.p. 3-16.

SANTOS, Filipe Joao C; SOARES, Antonio M. Monge; DEUS, Manuela de ;QUEIROZ, Paula F.; VALÉRIO, Pedro; RODRIGUES, Zélia; ANTUNES, Ana Sofia Tamissa; ARAÚJO, Maria Fátima . (2008) - O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora)um sítio de fossas "silo" do Bronze Pleno/Final na Encosta do Albardão *In Revista portuguesa de arqueologia, vol. 11-2*. p.p. 55-86.

SANTOS, José Costa dos; ABRANCHES, Paula Barreiro. (2010) – O arrabalde de Silves islâmica. A intervenção arqueológica do empreendimento do Castelo *In Arqueologia Medieval n.º. 11*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 89-102.

SARAMAGO, Alfredo. (2007) – O Legado árabe na História da Alimentação do Algarve *in História da Alimentação* Torres Veteras IX. Lisboa: Edições Colibri e C.M. de Torres Vedras. p.p. 29-40.

SARANTOPOULOS, Panagiotis. (2000) – Actividade arqueológica em Évora na última década do século XX *In A Cidade de Évora*, II série, nº4. Évora.

SARANTOPOULOS, Panagiotis. (2000) – “Thermae de Eborā Liberalitas Iulia”. In Termas romanas en el Occidente del Império II *In Colóquio Internacional de Arqueologia en Gijón*. Gijón: Ayuntamiento de Gijón. p.p.281-282.

SELVAGEM, Carlos; CIDADE, Hernâni. (1971) - *Cultura Portuguesa*, 5. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade. p.p. 42-46.

SIDARUS, Adel. (1988-1993) – Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos Muladi e Berbere no Ocidente Andaluz *In A Cidade de Évora*, 71, 76. Évora. p.p. 7-37.

SIDARUS, Adel. (1996) – Assentamento Árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja (712-788) *In Arquivo de Beja*, Vol. II/III Série III, pp. 27-39.

SILVA, Rodrigo Banha da; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela. (2011) – O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa) islâmica *In Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros*. Zaragoza: Pórtico Librerías. p.p. 17-26.

TAHIRI, Ahmed. (2003) – Tavira islamica. Una entidad urbana de Uksunuba en Gharb al-Andalus *In Tavira Poder e Território*. Lisboa: Câmara Municipal de Tavira, IPM, Museu Nacional de Arqueologia. p.p. 147-154.

TEICHNER, Felix. (1994) - Acerca da Vila Romana de Milreu/Estoi. Continuidade da ocupação na época árabe *In Arqueologia Medieval, n.º 3*. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 89-100.

TEICHNER, Felix (1998) - A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa) *In Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p.p. 17-31.

TORREMOCHA, A.; OLIVA, Y. (2002) - La cerámica musulmana de Algeciras. Producciones estampilladas *In Caetaria Monográficos, nº 1*.

TORRES BALBÁS, Leopoldo. (1957) - *Ciudades Yermas Hispanomusulmanas*. Madrid: Imprenta y Editorial Maestre.

TORRES, Cláudio. (1987) - *Cerâmica Islâmica Portuguesa. Catálogo*, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.

TORRES, Cláudio. (1992) - O Garb al-Andaluz *In História de Portugal de José Mattoso, Vol. I*. Lisboa: Círculo de Leitores. p.p 417-429.

TORRES, Cláudio (1995a) - O espaço familiar e formas de habitar no Garb al Andaluz, *Actas das 1ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela, 1992*. Tondela, 1995. p.p. 33-40.

TORRES, Cláudio (1995b) - Mértola na época islâmica: o espaço doméstico *In Ethno-archéologie méditerranéenne*. Madrid: Casa de Velázquez. p.p. 105-119.

TORRES, Cláudio. (2001) – Lisboa Muçulmana: um espaço urbano e o seu território *In Arqueologia Medieval* n.º 7. Porto: Edições Afrontamento.p.p. 73-78.

TORRES, Cláudio *et al.* (1991) - Cerâmica islâmica de Mértola. Propostas de cronologia e funcionalidade *In A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo. Lisboa, 1987.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p.p. 497-536.

TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago. (1995) – A Arte islâmica no Ocidente Andaluz *in História de Arte Portuguesa.* Vol I, direção Paulo Pereira. Lisboa: Temas e Debates.

TORRES, Cláudio *et al.* (1996) - Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola islâmica *In Arqueologia Medieval*, n.º 4. Porto: Edições Afrontamento. p.p. 203-218.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago. (1998a) - As artes da construção *in O Legado islâmico em Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago. (1998b) - As cidades *in O Legado islâmico em Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores.

TRINDADE, Laura; DIOGO, A.M. Dias. (2003) – Cerâmicas de um silo da Alcáçova de Santarém *In Actas das Terceiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p.p. 145-150.

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando. (1985) - *La Alcazaba de Badajoz I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y Testar de la Puerta del Pilar,* Madrid.

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando. (1988) – La Alcazaba de Badajoz *in Extremadura Arqueológica I*. Madrid: Junta de Extremadura y Universidad Autónoma de Madrid. p.p. 263-277.

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando. (1995) – Arqueología islámica de Extremadura: los primeros cuatrocientos años *in Extremadura Arqueológica IV*. Madrid: Junta de Extremadura y Universidad Autónoma de Madrid. p.p. 265-293.

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando; CORTÉS GOMÉZ, Rodrigo; DIÁZ DEL DIEGO, Susana; DURÁN CASTELLANO, Francisco Javier; SORDO ROMERO, Esther. (2001) - La cerámica andalusí de la ciudad de Badajoz. Primer periodo (siglos IX-XII), según los trabajos en el Antiguo Hospital Militar y en el área del Aparcamiento de C/ de Montesinos *In Garb Sítios islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa /Mérida: IPPAR / Junta de Extremadura. p.p. 377-399.

VASCONCELOS, Carolina de Michaëlis. (1922) – *André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

VASCONCELOS, J.L. (1919-20) – André de Rezende e a crónica do mouro Rasis *in O Archeologo Português*, vol.XXIV. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

VEIGA, S.M.E. (1880) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, vol.I. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, S.M.E. (1883) – *Memórias das antiguidades de Mértola*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Câmara Municipal de Mértola.

VIANA, A. (1946) – Museu Regional de Beja. Alguns objectos da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da Época Romana; Cerâmica Argárica: Cerâmica Árabe *in Arquivo de Beja*, vol. XV. Beja.

VIANA, A. (1958) – Castro da Nossa Senhora da Cola *in Arquivo de Beja*, vol. XV. Beja.

VIANA, A. (1961-62) – Algumas noções elementares de Arqueologia *in Arquivo de Beja*. Vol. XVIII – XIX. Beja.

VIDAL CASTRO, F. (2000) – Agua y urbanismo: evacuación de aguas en *fatwà-sI* de al-Andalus y el Norte de África *in L'urbanisme dans l'Occident musulmana u Moyen Âge, Aspects juridiques*. Madrid: Casa de Velásquez y Consejo Superior de Investigaciones Científicas. p.p. 201-254.

VIEGAS, Catarina. (1991) - Intervenção Arqueológica no nº 56 da Praça do Giraldo (Centro Histórico de Évora), Relatório dos Trabalhos – Março de 1991, Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 12564, 91/1 (5).

VIEGAS, Catarina; ARRUDA, Ana Margarida. (1999) - Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém *In Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, nº 2. Lisboa: IPA. p.p. 105-186.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso. (2008) – Evolución tecnopológica de la cerámica de Gósquez de Arriba (San Martín de la Vega, Madrid) entre los siglos VI y VIII A.D. *In Actas das Quartas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela.p.p. 23-26.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan. (1981) - El legado técnico de al-Andalus *In Revista de Arqueología, n.º 5*. p.p. 6-13.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan. (1999) - Las cerámicas andalusíes, sus elementos cromáticos y sus posibles simbolismos *In A Carlos Alberto Ferreira de Almeida, nmemoriam*, vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. . p.p. 449-456.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan. (2009) – Arquitectura militar en el-Andalus *In Xelb 9, Actas do 6º Congresso de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. p.p.75-125.